

Este e-book reúne artigos produzidos por membros do CIAD-Rio – Circulo Interdisciplinar de Análise do Discurso –, grupo de pesquisa que comemora 25 anos de uma jornada de grande produtividade. A temática comum engloba estudos do discurso em *corpora* diversificados, relacionados a produções midiáticas em sua forma impressa e digital e a textos literários.

# Estudos do Discurso

25 anos do CIAD-Rio

Lúcia Helena Martins Gouvêa e  
Maria Aparecida Lino Pauliukonis  
(Organizadoras)

1ª Edição  
Rio de Janeiro/2018



# **Estudos do Discurso**

## **25 anos do CIAD-Rio**

**Lúcia Helena Martins Gouvêa e  
Maria Aparecida Lino Pauliukonis**  
(Organizadoras)

**1ª Edição**  
**Rio de Janeiro/2018**



Copyright © 2018 by  
Lúcia Helena Martins Gouvêa (Org.)

Todos os direitos reservados e protegidos.  
Proibido a duplicação ou reprodução desta obra ou parte da mesma,  
sob quaisquer meios, sem autorização expressa dos editores.

**Preparação dos originais**  
Welton Pereira e Silva

**Revisão**  
Fabiano Aparecido Sales Lima

E82

Estudos do Discurso: 25 anos do CIAD-Rio [livro eletrônico] /  
Lúcia Helena Martins Gouvêa; Maria Aparecida Lino Pauliukonis  
[orgs.]. – Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.  
690 p.

ISBN: 978-85-61648-03-9

Modo de acesso e-book online: <http://ciadrj.letas.ufrj.br/>  
Versão 2018.

1. Semiologia do Discurso. 2. Gêneros discursivos. 3.  
Operações enunciativas. I. Gouvêa, Lúcia Helena Martins. II.  
Pauliukonis, Maria Aparecida Lino. III. Universidade Federal do Rio  
de Janeiro. Faculdade de Letras.

CDD: 469.0141

## SUMÁRIO

<i>APRESENTAÇÃO</i> .....	08
<i>CIAD-RIO: HISTÓRICO DO ITINERÁRIO PRODUTIVO DE UM GRUPO DE PESQUISA</i> Maria Aparecida Lino Pauliukonis (UFRJ).....	16
<i>ENTREVISTA COM PATRICK CHARAUDEAU</i> Traduzida por: Angela M. S. Corrêa (UFRJ).....	34
<i>A SELEÇÃO LEXICAL, ATRAVÉS DO TEMPO, COMO ÍNDICE ARGUMENTATIVO NO CONTO INFANTIL JOÃO E MARIA</i> Rosane S. M. Monnerat (UFF).....	68
<i>DA PALAVRA À IMAGEM, DA IMAGEM À PALAVRA: REFERENCIAÇÃO E (RE)CONSTRUÇÃO DA FEMINILIDADE EM CONTOS ILUSTRADOS PARA CRIANÇAS</i> Beatriz dos Santos Feres (UFF).....	94
<i>VIAGEM MUSICAL À ITÁLIA DE HECTOR BERLIOZ, LITERATURA DE VIAGEM E ESCRITA DE SI</i> Celina Maria Moreira de Mello (UFRJ).....	134
<i>DOS ESPAÇOS À CENA: O JOGO ENUNCIATIVO DAS CARTAS EM PERSPECTIVA PARATEXTUAL</i> Luciana Paiva de Vilhena Leite (UNIRIO).....	172

[2018]

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

*O EMPREGO DO INTERTEXTO COMO ESTRATÉGIA DISCURSIVA NA CONSTRUÇÃO DOS EFEITOS DE SENTIDO NO GÊNERO CRÔNICA*

Amanda Heiderich Marchon (UNICOR) e Fábio Gusmão da Silva (UFRJ).....212

*ESCOLHA LEXICAL E CONSTRUÇÃO DE ETHÉ DISCURSIVOS EM EDITORIAIS DO JORNAL O GLOBO*

Roberto de Farias David Junior (UFRJ).....256

*VOZES ESPELHADAS NA MÍDIA IMPRESSA: REFLEXÕES EM TORNO DO DITO RELATADO*

Patrícia Ferreira Neves Ribeiro (UFF).....298

*PATEMIZAÇÃO NA PUBLICIDADE DE REVISTAS FEMININAS E MASCULINAS*

Giselle Maria Sarti Leal (UNIRIO).....344

*ENTRE O DISCURSO E A LÍNGUA: ANÁLISE DA CONOTAÇÃO EM CAPAS DA VEJA COM VISTAS À FORMAÇÃO DE LEITORES CRÍTICOS*

Ilana da Silva Rebello (UFF).....386

*LUGARES RETÓRICOS NA FORMAÇÃO DO ETHOS*

Claudia Sousa Antunes (UNIFA).....436

*ARGUMENTAÇÃO PATÊMICA POR MEIO DE PERÍODOS HIPOTÉTICOS EM CARTAS DE AMEAÇA DE MORTE*

Lúcia Helena Martins Gouvêa e Welton Pereira e Silva (UFRJ).....464

*ETHOS E ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICO-DISCURSIVAS EM DEBATES TELEVISIVOS*

Natália Rocha Oliveira (IFRJ/UFRJ).....494

*IMAGEM DE LEITOR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE FLE*

Tânia Reis Cunha (UFRJ).....532

*INTERAÇÕES ENUNCIATIVAS EM COMENTÁRIOS DE BLOGS JORNALÍSTICOS OPINATIVOS*

Regina Souza Gomes e Tiana Andreza Melo Antunes (UFRJ).....564

*#RESISTÊNCIA: A CONSTITUIÇÃO DE DISCURSOS CONTRA-HEGEMÔNICOS*

Michelle Gomes Alonso Dominguez (UERJ).....606

*O ETHOS E O PATHOS EM UMA PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DA FOLHA DE S. PAULO*

Nadja Pattresi de Souza e Silva (UFF).....630

*TEXTO E ENSINO (resenha)*

Claudia Assad Alvares e Luciane de Almeida Dourado Germano (UPE).....670

*SOBRE AS ORGANIZADORAS*.....680

*SOBRE OS AUTORES*.....682



## APRESENTAÇÃO

*Estudos do Discurso: 25 anos do CIAD-Rio*

---

Este e-book reúne artigos produzidos por membros do CIAD-Rio – Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso –, grupo de pesquisa que comemora 25 anos de uma jornada de grande produtividade. A temática comum engloba estudos do discurso em *corpora* diversificados, relacionados a produções midiáticas em sua forma impressa e digital e a textos literários.

Pretende-se analisar como a presença recorrente de marcas enunciativas nas operações estratégicas torna possível compreender a passagem do mundo real para o mundo discursivo, por meio de diferentes processos de semiotização.

Atualmente os estudos do Discurso configuram-se em várias correntes de investigação da linguagem que guardam entre si um ponto comum: um modo de reflexão sobre as relações intersubjetivas e as condições enunciativas de sua realização como base de seu funcionamento. Dessa forma, os estudos aqui reunidos privilegiam a compreensão dos mecanismos que são inerentes à prática linguística, concebem a ação interativa e cognitiva das entidades subjetivas e propiciam um questionamento sobre a real participação do

ambiente social na produção dos atos de comunicação e na formação dos *ethé* discursivos.

Situam-se nessa direção os trabalhos de pesquisa do Grupo CIAD-Rio, Laboratório de pesquisa, com sede na UFRJ e que congrega pesquisadores das principais Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ, UFF, UERJ, UNIRIO, UNIFA e IFRJ – além da Universidade Estadual de Pernambuco – UPE – e da Universidade Privada de Três Corações – UninCor. Esses pesquisadores estão engajados em projetos integrados que se subdividem em vários subprojetos, os quais apresentam, atualmente, como principal diretriz, temática que abrange investigações sobre as “*Operações enunciativas e a (co)construção do ethos e do pathos dos sujeitos enunciadores em textos midiáticos e literários*”.

Além desta apresentação, compõe este e-book o artigo de Aparecida Lino, que relata a trajetória do Grupo CIAD nesses 25 anos, o processo de sua criação, o convênio de cooperação científica entre as universidades brasileira e francesa, a parceria com Patrick Charaudeau e as contribuições dos membros do grupo aos projetos, ao longo de sua trajetória. Em seguida, encontra-se uma entrevista com Patrick Charaudeau – criador da Teoria Semiolinguística do Discurso e grande incentivador do Grupo CIAD-Rio –, entrevista em que ele faz

considerações sobre sua teoria e descreve o estado atual de suas pesquisas.

Na sequência, seguem-se os 16 artigos, que retratam as pesquisas de membros do CIAD, aqui divididos em blocos temáticos, a saber: (1) estudo de textos literários; (2) análise de textos jornalísticos impressos; (3) estudo de discursos presentes em revistas impressas; (4) análise, em variados gêneros, da construção de *ethé*, bem como da utilização do *pathos* no processo argumentativo e persuasivo; (5) estudo da mídia eletrônica. Ao final, apresenta-se uma resenha do e-book intitulado *Texto e ensino: teoria e prática*.

No que diz respeito ao **primeiro bloco**, estão reunidos estudos sobre texto literário por meio de abordagens interdisciplinares. Além de receber tratamento analítico segundo princípios da Semiolinguística, o trabalho de Rosane Monnerat focaliza a seleção lexical como índice argumentativo em um conto infantil; o artigo de Beatriz Feres enfoca o processo de referenciação e a construção da feminidade em contos ilustrados para criança. Já Celina Mello retrata o percurso que vai da literatura de viagem à escrita de si mesmo, por meio da análise das versões da obra *Viagem musical à Itália*, de Hector Berlioz; e Luciana Vilhena estuda o jogo enunciativo de cartas de literatos em ambientes paratextuais.

O **segundo bloco** estuda vários gêneros midiáticos presentes em jornais impressos. Amanda Marchon e Fábio Gusmão analisam estruturas micro e macro textuais presentes em artigos de opinião; Roberto de Faria descreve a escolha lexical e a construção de *ethé* discursivos em editoriais do jornal *O Globo*; e Patrícia Ribeiro trata de manchetes dos jornais cariocas *Extra* e *O Globo*, examinando o discurso relatado por meio de análise de vozes espelhadas na mídia impressa.

O **terceiro bloco** contempla discursos veiculados por revistas impressas. O artigo de Giselle Sarti focaliza expressões de patemização em publicidades para homens e mulheres, nas revistas *Men's Health* e *Women's Health*; Ilana Rebello faz um estudo sobre a conotação em textos verbais e não verbais de capas da revista *Veja*; Claudia Sousa reflete sobre aspectos da construção da imagem (*ethos*) do enunciador a partir da análise de textos midiáticos pertencentes à seção "Cartas do Editor" de duas revistas brasileiras: *Claudia* e *Men's Health*.

O **quarto bloco** reúne alguns gêneros discursivos para tratar da construção do *ethos* e do *pathos*. As cartas de ameaça são analisadas por Lúcia Helena Gouvêa e Welton Pereira, levando em conta a argumentação patêmica efetivada por orações condicionais; Natália Rocha observa a construção do *ethos* da ex-presidente Dilma Rousseff em debates televisivos

transmitidos na última eleição para presidente, em 2014; e Tânia Cunha analisa documentos oficiais dos cursos de licenciatura em Letras-Francês, focalizando práticas de letramento aliadas à visão discursiva de *ethos*.

O **quinto bloco** se volta para o discurso digital: Regina Gomes e Tiana Antunes analisam as interações enunciativas em comentários de blogs; Michelle Gomes trabalha com estratégias linguístico-discursivas que instituem o discurso de resistência presentes em sites; e Nadja Pattresi analisa um filme publicitário institucional da *Folha de S. Paulo*, levando em conta as noções e *ethos* e *pathos*.

Fecha o e-book uma resenha feita por Claudia Assad e Luciane de Almeida sobre o livro, publicado em três volumes, sob a forma de e-book, intitulado *Texto e ensino: teoria e prática* de autoria de Aparecida Lino e Mônica Cavalcante, destinado a servir de referência bibliográfica para os Cursos do Profletras, com enfoque do texto como discurso.

Conclui-se, assim, esta apresentação, desejando que o histórico do grupo CIAD-Rio, elaborado por Aparecida Lino, a entrevista de Patrick Charaudeau, os artigos produzidos por professores-membros do grupo, bem como a resenha que encerra esta obra contribuam para novos estudos sobre o



discurso e marquem positivamente os 25 anos do Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso.

Rio de Janeiro, outubro de 2018

*Lúcia Helena Martins Gouvêa*

*Maria Aparecida Lino Pauliukonis*

## CIAD-RIO: HISTÓRICO DO ITINERÁRIO PRODUTIVO DE UM GRUPO DE PESQUISA

Maria Aparecida Lino Pauliukonis (UFRJ)

### 1 Introdução

Falar sobre o CIAD-Rio implica reviver memórias queridas de um passado não tão distante em que uma ideia, a princípio simples, fortificou-se e rendeu tantos frutos.

Na época de atualização dos projetos de pesquisa do Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da UFRJ, reunimo-nos, quatro colegas, afinados em pensamento, afeição e trabalho – Agostinho Dias Carneiro, Regina Célia Cabral Angelim, Helênio Fonseca de Oliveira e eu, Maria Aparecida Lino Pauliukonis – com um projeto em mente: o de criar um círculo interdisciplinar de analistas do discurso. As diretrizes desse grupo focariam o texto como objeto de estudo discursivo, com finalidades bem específicas: analisar a forma como o leitor ou o produtor torna-se consciente dos problemas e das estratégias exigidas nas práticas de leitura e de produção textual.

Tínhamos como norte a máxima da obra lapidar de Othon Moacyr Garcia (1967), “Comunicação em prosa moderna”: “aprenda a escrever, aprendendo a pensar”. As diretrizes sobre ensino de leitura e produção de texto, propostas pelo mestre, tinham ficado meio lacunares nos meios didáticos, preocupados, à época, com uma abstração no ensino de português em que se partia da sistematização de regras para aplicação, com insistência no reconhecimento e na fixação de uma metalinguagem.

Com foco nos estudos recentes da Linguística do Texto e da Análise do Discurso, o grupo de pesquisadores iniciou uma metodologia “nova” em que o texto era dividido em fragmentos sequenciais e a interpretação feita de forma progressiva, com o fim de observar a estruturação textual, a coerência entre os elementos e sua finalidade significativa no processo de construção dos sentidos. Essa metodologia objetivava despertar no aluno uma possibilidade de ele reconhecer os meios de interpretar e produzir seu próprio texto, tornando-se, assim, um coautor, mais crítico e consciente.

Por esse processo, a gramática deixava de ser considerada um sistema de regras normativas para se tornar um conjunto de instruções usadas durante o ato de leitura e interpretação. Os temas e a forma de abordá-los foram

amplamente discutidos pelo grupo, testados com os alunos, em cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*, também apresentados em um Congresso da ANPOLL (1992, no Rio Grande do Sul), publicados em revista especializada e propostos em livros didáticos.

O ano de 1993 foi muito produtivo, pois o grupo se firmou como núcleo pesquisador e fez inúmeros adeptos entre alunos e colegas pesquisadores, de forma que logo outros colegas se juntaram aos quatro iniciadores do grupo, tornando-se parceiros importantes, com o enriquecimento das discussões. Nessa mesma época, o linguista Patrick Charaudeau, que tinha acabado de publicar uma *Gramática do sentido* (1992), foi-nos apresentado pelo colega Agostinho, que estivera antes com ele em contatos na Europa, e uma parceria logo se firmou entre o CIAD e o CAD (Centre d’Analyse du discours), da Universidade Paris 13, por meio de um Convênio de cooperação científica entre a Universidade francesa e a UFRJ.

Um primeiro Encontro foi realizado, em 1994, na UFRJ, com o título de I Encontro franco-Brasileiro de AD, cuja temática incluía “Teorias e metodologias em Análise do discurso”. Os Anais foram publicados em 1995, com ampla repercussão. Mais dois Encontros se realizaram, precisamente nos anos de 96 e 98, sempre com afluxo de pesquisadores de diversas



Universidades, que se tornaram parceiras de pesquisas. Dentre elas destacamos a UFMG, cujo grupo, NAD (Núcleo de Análise do discurso), sempre nos prestigiou e com quem tivemos trocas produtivas com o apoio constante de Patrick Charaudeau. Merece destaque o Acordo CAPES-Cofecub, firmado entre a Universidade Paris 13, a UFMG e a UFRJ, que foi renovado três vezes, um fato inédito na CAPES.

A partir do ano de 2000, novos colegas pesquisadores da UERJ e da UFF juntaram-se ao grupo, com suas propostas inovadoras. Foi inaugurada uma nova era, com projetos integrados de pesquisa, que tiveram por tema: o discurso midiático em seus vários gêneros e o texto literário. Em 2005 e em 2010 ocorreram dois grandes Fóruns Internacionais de AD na UFRJ, com participação de pesquisadores de tendências teóricas diferentes cujas publicações testemunharam a grande produtividade da área dos estudos do discurso.

Atualmente, colegas pesquisadores, ex-alunos e ex-orientandos, que estão em atividade em Universidades, Institutos Técnicos Federais de Ensino, no Colégio Pedro II e em Institutos de Educação municipais, enriquecem a rede de pesquisas ligadas aos princípios do CIAD-Rio e ajudam a divulgar as ideias do Grupo no Brasil e no exterior. Recentemente, outros pesquisadores – colegas da UNIRIO, da

UNIFA, e das Universidades Estaduais, como UERN, UPE e também da UninCor – agregam suas pesquisas, com grande entusiasmo e produtividade. Nesses vinte e cinco anos, vários encontros, alegrias e emoções juntaram-se nessa profícua jornada.

## **2 Acordos internacionais CIAD-Rio-CAD/France/**

O Acordo Geral de Cooperação entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Paris 13 previa, desde seu início em 1994, a cooperação acadêmico-científica e cultural entre grupos de pesquisa de universidades brasileiras e francesas. De um lado, estava o grupo de pesquisa do Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso (CIAD-Rio), vinculado a dois programas de pós-graduação da UFRJ (Letras Vernáculas e Letras Neolatinas), congregando pesquisadores de outras instituições públicas sediadas no estado do Rio de Janeiro; de outro, o Centre d'Analyse du Discours (CAD), vinculado à Universidade Paris 13 (Paris Nord), fundado por Patrick Charaudeau.

Um dos objetivos era consolidar institucionalmente um trabalho de cooperação científica entre as instituições brasileiras e francesas, centrado em atividades de pesquisa e

formação de discentes e docentes dos Programas de Pós-Graduação. Outro objetivo igualmente importante era estabelecer vínculos mais efetivos de intercâmbio com pesquisadores que desenvolvessem trabalhos na linha de “Análise do Discurso”.

No Rio de Janeiro, o CIAD, inicialmente foi coordenado por mim e por Rosane Santos Monnerat, da UFF. Atualmente, está sob a coordenação de outra integrante do Grupo, Lúcia Helena Martins Gouvêa e também de Rosane Monnerat. Na França, a coordenação do CAD cabe ao linguista Patrick Charaudeau, professor emérito da Universidade Paris 13, membro do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) e fundador do Centre d'Analyse du Discours (CAD). A parceria tem propiciado pesquisas conjuntas, o lançamento de publicações coletivas e a organização de eventos.

Além de vários encontros realizados no Brasil, com a participação de pesquisadores brasileiros e franceses, destacamos um Encontro na França que ocorreu em 2014, no CNRS – temática “Colloque “leaders” de l'Amérique Latine”, – com participação de pesquisadores brasileiros em intercâmbio com pesquisadores franceses. Dessa forma, a parceria continua em franco desenvolvimento e prova disso foi a presença de Patrick Charaudeau na Abralín de 2017 na UFF,

em palestra e em coparticipação, em mesas-redondas, com membros do CIAD-Rio. A próxima programação ocorrerá em sua vinda à UFRJ, em outubro de 2018, para o Encontro de Semiologia do Discurso, em comemoração aos 25 anos do CIAD.

### **3 Embasamento teórico das pesquisas**

No âmbito da trajetória do Grupo, devemos enfatizar a adoção de um novo paradigma enunciativo que prioriza analisar marcas da presença do sujeito emissor em relação direta com seu interlocutor, durante a realização de operações e manobras linguístico-discursivas. Sob a perspectiva da enunciação, a língua deixa de ser vista como um meio de proposição informativa ou de referência ao real e passa a ser analisada no nível da influência e da interatividade dos seres sociais e discursivos, nos processos de reconstrução ou semiotização da realidade. Tudo que ocorre se realiza por meio das operações discursivas regidas tanto por coerções linguístico-gramaticais como por imposições sociointeracionais.

Nossas investigações, nos últimos anos, têm versado sobre o processo argumentativo/persuasivo presente nas operações discursivas de textos literários e midiáticos em geral.

Busca-se focalizar o processo da Enunciação como um evento dialógico entre sujeitos sociais e sujeitos discursivos, ou entre produtores e consumidores de textos da literatura e da mídia impressa brasileira, em contraste com mídias digitais.

Um dos objetivos das análises consiste em fazer um estudo comparativo do discurso jornalístico veiculado em várias mídias, ou de textos literários, sob a perspectiva da teoria Semiolinguística do Discurso. Objetiva-se, assim, pelo levantamento qualitativo e quantitativo dos dados, verificar as ocorrências de operações linguístico-discursivas enunciativas e sua funcionalidade nos diversos gêneros textuais.

Uma das hipóteses que fundamentam esse tipo de análise é a de que não se pode construir uma teoria do discurso como jogo de comunicação, sem se levar em conta um espaço externo e um espaço interno de construção do sentido – fatores que nos levam às dimensões situacional e linguística da significação discursiva, bem como aos sujeitos externos ou sociais e aos internos ou discursivos à linguagem.

Em termos gerais, as *perspectivas teóricas* que têm direcionado as pesquisas do Grupo CIAD-Rio objetivam analisar a importância do ato da enunciação em si, numa abordagem preocupada com o fenômeno das interações sociais

e com a descrição da problemática argumentativo/persuasiva da comunicação humana.

Ao colocar em relevância as relações entre os protagonistas da enunciação, a construção de sua identidade e sua função social (*ethos*), bem como a importância do *pathos* na interação comunicativa, a Semiolinguística do discurso instaura a *reconstrução do espaço interativo* e situacional como um dos elementos significativos mais importantes e até fundamentais do sentido de todo ato de linguagem como discurso.

Segundo esse recorte teórico, portanto, todo ato é o resultado de operações linguístico-discursivas realizadas por instâncias subjetivas, a partir de situações bem definidas, institucionalizadas. Esse modelo busca articular o discurso com uma rede *interdisciplinar* de acontecimentos textuais e sociais, em que o discurso é realizado por duas atividades complementares: a da produção e a da interpretação.

Ambas as atividades se processam em uma *mise-en-scène* discursiva de que participam entidades subjetivas: o *Eu Comunicante* (EUc), o *Eu Enunciador* (EUe), o *Tu Interpretante* (TUi) e o *Tu Destinatário* (TUd). O primeiro (EUc), sujeito responsável pela produção, tem uma intenção e um projeto de fala, quando se engaja numa interação com um outro



protagonista, o TUi. Ambos, seres sociais, atuam no circuito externo da linguagem, que é o lugar das condições de produção e de interpretação, local da ação, ou do *fazer* do discurso e são as entidades sociais da interação. A esses dois sujeitos, associam-se o EUE e o TUD, seres discursivos, pertencentes ao circuito interno da linguagem, ao local do *dizer*, produzido por operações e/ou manobras ou estratégias discursivas realizadas durante a coenunciação.

Dentro de um quadro cênico, ou de um espaço estável dentro do qual cada enunciado adquire sentido, realiza-se um *contrato de comunicação*, responsável pela estruturação da matéria linguística, que, segundo sua funcionalidade, subdivide-se em gêneros textuais, manifestados por meio de quatro modos de organização, a saber: modos enunciativo, narrativo, descritivo e argumentativo.

Para completar esse quadro enunciativo, exige-se o reconhecimento e a obediência a um contexto que, em sentido amplo, inclui um saber comum compartilhado e um sistema de valores (*topoi*) que podem ser de ordem linguística e situacional. Assim, todo texto/discurso, por sua própria manifestação, institui uma “cena” de enunciação que também o legitima e o fundamenta. Nessa cena discursiva, constroem-se imagens ou *ethé* das entidades subjetivas, que também devem

ser consideradas como resultantes de operações discursivo-enunciativas, realizadas com finalidades argumentativo-persuasivas.

Segundo os objetivos do reconhecimento dessa imagem dos interagentes e dos *topoi* ou “lugares”, presentes nos variados gêneros de discursos, o objeto de estudo dos *Projetos integrados* de que participam os membros do CIAD-Rio recobre as operações linguístico-discursivas, realizadas pelos enunciadores.

Em função de um tratamento do texto como discurso, destacamos algumas temáticas que têm direcionado as pesquisas do Grupo: (1) estudos sobre diferentes entidades subjetivas – os sujeitos sociais e os sujeitos discursivos – no quadro da interação social; (2) pesquisas que privilegiam análise das situações sociais de comunicação linguageira (o uso desse termo abrange além do discurso, os elementos da *mise-en-scène* enunciativa); (3) análises que articulam as funções linguístico-discursivas com a situação de produção/recepção textual de diferentes gêneros textuais (posições ideológicas e sociais); e (4) trabalhos que focalizam, em primeiro plano, a organização macro e micro textual, os tipos e os gêneros do discurso. A análise das marcas linguístico-discursivas das entidades subjetivas da enunciação objetiva

interpretar diferentes discursos institucionalizados como também propor aplicação ao ensino de leitura e de produção textual.

#### 4 Considerações finais

Dentre as várias tendências da AD, as orientações para análise da enunciação, segundo estudos de base interativo-comunicacional, como propõe a Teoria Semiolinguística, têm-se mostrado bastante promissoras na análise de *corpora* variados. Elas permitem verificar as marcas enunciativas mais recorrentes nas operações estratégicas que possibilitam o *processo de reconstrução discursiva e de semiotização do mundo*. O Grupo CIAD-Rio tem dialogado com esse aparato teórico e contribuído para o enriquecimento das discussões, com o desenvolvimento e aplicação de seus princípios em terras brasileiras, com grande produtividade e inovação.

Como realçam seus analistas, a teoria consegue conciliar conceitos enunciativos derivados de teorias propostas por Benveniste, certos preceitos da Semântica da Argumentação na Língua, de O. Ducrot e J. Anscombe, e os princípios básicos da Pragmática de Austin e Searle. Privilegia, assim, o poder da enunciação das palavras, tanto a partir de uma visão de mundo mais interno a elas, como em função dos

níveis psicossocial e institucional dos sujeitos produtores e interpretantes, nas mais diversas situações discursivas.

Uma das razões por que reiteramos a importância e a produtividade da Semiolinguística do Discurso reside no fato de que essa corrente de análise do discurso intenta compreender como o ser humano tem acesso a informações, cria e compartilha visões de mundo, produz conhecimento e interage com seus parceiros, recebendo e trocando influências. Ela se constitui, enfim, num excelente instrumental teórico que pode ser aplicado para a compreensão de diferentes gêneros de textos considerados como discurso.

Enfim, o CIAD-Rio, nesses vinte e cinco anos, tem procurado mostrar a vitalidade da teoria Semiolinguística e sua viabilidade na análise dos mais diversos *corpora*. A concepção de “contrato” comunicativo e de intencionalidade subjetiva mostra-se bastante original, pois, de acordo com Charaudeau, os sujeitos não são seres portadores de uma intencionalidade sistêmica que os comanda, nem são totalmente conscientes ao agirem racionalmente, livres de quaisquer restrições. Ao contrário, são seres dotados de um projeto de fala e de influência que mergulham em uma espécie de “aventura”, como diz o teórico, durante a rica e constante troca linguageira que se processa por meio de *atos de comunicação*.

**Anexo 1- CONGRESSOS REALIZADOS**

- 1) Simpósio Interdisciplinar de Análise do Discurso  
UFRJ / Faculdade de letras – novembro de 1993  
Tema: Análise do Discurso e a problemática do ensino de línguas
- 2) I Encontro Franco-Brasileiro de Análise do Discurso  
UFRJ / Faculdade de Letras – novembro de 1994  
Tema: Correntes Diversas na Análise do Discurso: confluências
- 3) II Encontro Franco-Brasileiro de Análise do Discurso  
UFRJ / Faculdade de Letras e ECO – novembro de 1996  
Tema: O Discurso da Mídia
- 4) I Seminário Internacional sobre Análise do Discurso  
UFMG / UFRJ – novembro de 1997  
Tema: Análise do Discurso: Controvérsias e Perspectivas
- 5) III Encontro Franco-Brasileiro de Análise do Discurso  
UFRJ / Letras – novembro de 1999  
Tema: Análise do discurso e ensino de língua materna
- 6) II Seminário Internacional sobre Análise do discurso  
UFMG / FALE – maio de 2002  
Temática: Discurso, ação e sociedade
- 7) I Fórum Internacional de Análise do Discurso  
UFRJ/ Faculdade de Letras – outubro de 2005

- Temática: Estratégias de leitura: o universo do texto e do discurso
- 8) II Simpósio Internacional de Análise do Discurso  
UFMG/FALE / Faculdade de Letras – abril de 2008  
Temática: *Ethos*, emoção e argumentação
  - 9) II Fórum Internacional de Análise do discurso (IV Encontro Franco- Brasileiro de AD) UFRJ/ UFF/ UERJ/ UFRRJ – Faculdade de Letras da UFRJ – setembro de 2010  
Temática: Discurso, texto, enunciação
  - 10) Seminários Encontros de Semiologia na UFRJ  
Temática: Pesquisas recentes desenvolvidas na UFRJ – setembro 2015 e outubro 2017

**Anexo 2- PUBLICAÇÕES DECORRENTES**

- 1) *Anais do I Encontro Franco- Brasileiro de Análise do discurso*, Rio de Janeiro, UFRJ, **1995**. (Org.) Maria Aparecida Lino Pauliukonis - CIAD- Rio.
- 2) *Discurso, coesão e argumentação*. Rio de Janeiro, Ed. Oficina do Autor, 1996. (Org.) Leonor Werneck dos Santos- CIAD- Rio
- 3) *O Discurso da Mídia*, Rio de Janeiro, Ed. Oficina do Autor, 1996. (Org.) Agostinho Dias Carneiro -CIAD- Rio

4) *Anais do II Encontro Franco-Brasileiro de Análise do Discurso*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.(Org.) Maria Aparecida Lino Pauliukonis - CIAD- Rio

5) *Anais do III Encontro Franco-Brasileiro de Análise do Discurso*.

Tema: Análise do discurso e o ensino de língua materna: problemas e propostas de solução. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.(Org) Sigrid Gavazzi (UFF) - CIAD- Rio

6) *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte, Carol Borges Editora, 1999. (Org.) Ida Lúcia Machado et alii. Grupo NAD - Núcleo de Análise do discurso da FALE - UFMG.

7) *Texto e Discurso: Mídia, Literatura e Ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2003. (Orgs.) Maria Aparecida Lino Pauliukonis (UFRJ) e Sigrid Gavazzi (UFF) - CIAD- Rio. 2a. ed. 2007

8) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. (Orgs.) Maria Aparecida Lino Pauliukonis (UFRJ) e Sigrid Gavazzi (UFF) – 2a. Ed, 2007

9) *Estratégias de leitura: texto e ensino*. (Orgs.) Maria Aparecida Lino Pauliukonis (UFRJ) e Leonor Werneck dos Santos. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006

10) *Linguagem e discurso: modos de organização*. (Orgs) Maria Aparecida Lino Pauliukonis(UFRJ) e Ida Lúcia Machado (UFMG). Tradução e adaptação de obras de Patrick Charaudeau. Grupos CIAD- Rio e NAD-UFMG. São Paulo: Contexto, 2008.

11) E-book – organizado por Lúcia Helena Martins Gouvêa, intitulado *Argumentação: um estudo da macro e da microestrutura textual*, publicado na página do CIAD-Rio, em 2014

12) E-book – organizado por Lúcia Helena Martins Gouvêa intitulado *Argumentação pela emoção: um caminho para persuadir*, publicado na página do CIAD em 2017

13) E-book – organizado por Lúcia Helena Martins Gouvêa e Maria Aparecida Lino Pauliukonis, intitulado *Estudos do discurso: 25 anos do CIAD- Rio*, site do CIAD, em 2018

## ENTREVISTA COM PATRICK CHARAUDEAU

### “O discurso deve ser analisado em sua relação com os dispositivos da encenação”

**Pergunta:** *Há alguns anos, sua produção científica concentrava-se principalmente no discurso midiático. Agora se dedica à análise do discurso político com quatro obras consecutivas. A que se deve esta mudança?*

**Patrick Charaudeau:** Realmente, com a equipe do *Centre d'Analyse du Discours*<sup>\*</sup>, nós tínhamos trabalhado sobre o discurso publicitário, depois sobre o discurso midiático e, ao longo dessas pesquisas, demo-nos conta de que tudo dependia, de fato, dos processos de *mise--en-scène*. Ora, até então o discurso político era principalmente analisado, em nosso campo de pesquisa, sob o ângulo das palavras e das ideologias. Eu me refiro à época em que os trabalhos eram, de preferência, centrados sobre o discurso de tal ou qual partido e isso sob a forma de análise de conteúdo ou de análises lexicais. Ao longo de nossos próprios trabalhos, tomamos consciência de que a produção de sentido depende dos processos de *mise-*

---

<sup>\*</sup>N.T.: Grupo de pesquisa sobre o discurso da Universidade de Paris XIII, criado em 1980.

*en-scène* do discurso. Assim, me dispus a fazer uma nova abordagem no campo da análise do discurso político. Pretendia desenvolver estudos sobre os processos de *mise-en-scène* e de cenografia, de contrato e de estratégia nesse tipo de discurso, e, ao mesmo tempo, refletir sobre questões de influência e de propaganda. Foi então, através dos processos de *mise-en-scène*, que passei da palavra pública à palavra política.

Fiz uma constatação paralela, a saber, que o discurso midiático era, predominantemente, da ordem do narrativo, enquanto o discurso político é da ordem do argumentativo (embora combine narrativo e argumentativo). Além disso, foi nessa época, como eu dizia, que quis refletir sobre a questão da influência, o que me levou a colaborar com pesquisadores de psicologia social que trabalhavam com os problemas de persuasão. Assim, configura-se um espaço de reflexão que vinha sobrepor-se ao da retórica e ao da argumentação tradicional. É verdade que sempre tive relações controversas com os especialistas da argumentação na medida em que eu insistia sobre a diferença a operar entre persuasão e argumentação. Como o discurso político pertence ao domínio da persuasão, meu interesse pelo descritivo e pelo narrativo se

deslocou para o terreno do argumentativo, em interação com os outros modos discursivos.

**Pergunta:** *Mas o discurso midiático e o discurso político não estariam imbricados, sendo o procedimento do bordão o fenômeno mais significativo?*

**Patrick Charaudeau:** De fato, e a questão da agenda midiática é que me orientou nessa direção. Colocava-se a famosa pergunta: são as mídias que dominam nesse tipo de situação ou é o mundo político que comanda as mídias? E voltava-se assim à questão da influência. Com isso, encontrei os trabalhos de Bourdieu e sua crítica da posição linguística a propósito do ato de linguagem, em *Ce que parler veut dire*<sup>1</sup>, declarando que o poder deste ato está no estatuto do sujeito falante, o que ele chama de *cetro (skeptron)*. De fato, isto leva a não atribuir nenhum poder à palavra, visto que, para ele, tudo se decide pela posição social do sujeito falante, mesmo que, mais tarde, ele tenha revisto este ponto. Para mim, era preciso então ligar a questão das frases, dos bordões, das fórmulas, inicialmente trabalhadas por Jean-Pierre Faye e depois por Alice Krieg-Planque, ao dispositivo da palavra política para

<sup>1</sup> Pierre Bourdieu. *Ce que parler veut dire*. Paris: Fayard, 1982.



mostrar a força, o impacto do ato de linguagem em si. Assim, não trabalhei especificamente sobre os bordões, mas sobre os efeitos do que chamei de “palavra-sintoma”, que coloca efetivamente a questão do quantitativo. Uma palavra pode ter um efeito muito forte no espaço público sem ser repetida indefinidamente. Em minha origem, sou linguista e semanticista. Meu projeto era mostrar que o discurso, enquanto estrutura frástica, deve ser analisado em relação com os dispositivos de *mise-en-scène* e foram as mídias que me levaram a descobrir os dispositivos de *mise-en-scène*.

**Pergunta:** *O conceito de “contrato de comunicação” continua a ocupar em sua teorização do discurso político um lugar central. Ele ainda mantém toda a sua produtividade se considerarmos a desconfiança crescente, a relação de oposição da instância cidadã para com a outra principal protagonista, a instância política?*

**Patrick Charaudeau:** Eu direi que, para mim, este conceito tem, ao contrário, cada vez mais pertinência e utilidade. O contrato de comunicação é, para mim, da ordem do conceitual. De fato, tento construir uma fenomenologia do discurso. Todo ato de linguagem depende das condições

sociais de produção e essas condições sociais de produção não remetem somente à ideologia. Não temos memória apenas das palavras e das ideias, mas também das situações de comunicação que fabricam rituais sociolinguageiros. Tento sempre ligar esses elementos. A Análise de Discurso tem filiações diversas: uma filiação histórica em relação com a retórica; uma filiação dialógica que concerne aos jogos de interdiscursividade e de intertextualidade; uma filiação relacionada com a problemática da intersubjetividade, que, por sua vez, é reforçada pelos estudos interacionistas. Ao levar em conta todas essas filiações, cheguei à conclusão de que o sentido não depende somente daquele que fala, nem daquele que recebe e interpreta, mas de um jogo de coconstrução. E isto é o que acontece no espaço público. Toda declaração política é uma reação. Mas qualquer que seja a intenção do autor da declaração, o sentido que se imporá no espaço público será o resultado de uma coconstrução com os que interpretam.

O contrato de comunicação não diz nada sobre as condições concretas da troca. Ele se estabelece em diferentes níveis e em primeiro lugar no nível de sua finalidade. Tomemos o exemplo do discurso publicitário: antes mesmo de ler a mensagem publicitária (seu texto, sua imagem), reconheço que a mensagem pertence a esse gênero pelo conjunto de seu

dispositivo. E posso até reconhecê-la como tal, sem lê-la. Aliás, esse conceito de contrato não deixa de ter relação com o de cenografia de Dominique Maingueneau. Entretanto, é diferente. A cenografia é da ordem do espetáculo, enquanto o contrato tem a ver com a alteridade: não há EU sem TU, não há produção de sentido sem que o outro seja levado em consideração. Expliquei este posicionamento no livro que foi publicado em homenagem a Dominique, e do qual participei.

Eu me opus durante algum tempo a François Jost, que defendia a noção de promessa. O problema com a promessa é que se trata de um ato de fala no qual o outro não passa de um pretexto, enquanto o contrato implica o outro. Trata-se de uma metáfora que tomamos emprestada do domínio jurídico, que realça uma relação de reconhecimento entre os dois parceiros do ato de linguagem. E isto é que é determinante para mim.

Nos primeiros estudos de Análise de Discurso, não se levava em conta o EU e o TU: era a sociedade que falava, um ELE. Meu projeto foi reintroduzir a ideia de que o sujeito falante é um Eu-Nós, um Eu-Nós que só pode ser compreendido na alteridade, visto que é na relação entre o Eu e o Tu que se constrói um Nós.

Voltemos ao contrato do discurso político e à questão da desconfiança cidadã: aponte em meus textos que a relação de

força entre a instância política (lugar de poder) e a instância cidadã (lugar da opinião) é de influência recíproca, mas não simétrica, pois do lado do cidadão existe o que Derrida chama de “o direito do olhar”. E a questão é: esse direito do olhar pode exercer-se efetivamente? Estamos numa época em que o direito do olhar está mudando. O princípio da democracia representativa é delegar o poder a representantes. Na democracia ateniense, o povo se reunia 48 vezes por ano com seus representantes, e podia-se excluir um delegado se não fosse satisfatório. O direito do olhar era bem exercido. Era, em certa medida, um modelo do que agora se chama de democracia participativa. Evidentemente, esse modo de funcionamento (deve-se lembrar que a democracia ateniense se dava com exclusão das mulheres e dos estrangeiros) não pode ser reproduzido em nossas sociedades contemporâneas de milhões de indivíduos. O problema da democracia representativa é que esse processo de delegação acarreta paradoxalmente uma forma de desresponsabilização do cidadão, que pode se contentar em votar, sem exercer seu direito do olhar e de possível contestação. Aí reside todo o interesse das comparações entre contextos sócio-históricos diferentes. Desse ponto de vista, a experiência adquirida por ocasião de meus estudos linguísticos foi preciosa. Ela permite

distinguir dois níveis: o nível da permanência das estruturas, o que é de ordem conceitual, e o nível mais concreto das configurações específicas.

Sendo assim, é nesse mesmo contrato político de representação democrática (se o regime muda, o contrato muda) que se confrontam diferentes estratégias entre a instância política e a instância cidadã. O contrato é, pois, uma das condições de base da interpretação do sentido social.

**Pergunta:** *A noção de dialogismo, tão difundida na análise de discurso, está pouco presente em seu quadro conceitual. A de interdiscursividade que você utiliza é um equivalente?*

**Patrick Charaudeau:** Não vejo em Bakhtin a noção de contrato. “Todas as palavras e todas as formas são habitadas por intenções”, diz Bakhtin. Aprecio o trabalho de Bakhtin, mas não procuro me colocar exclusivamente na linha de tal ou qual teórico. Tento adotar o que me parece mais pertinente. É verdade que sempre privilegiei os termos de intertextualidade e de interdiscursividade, mas permanecendo no universo dialógico. Entretanto, especifiquei a diferença que eu via entre intertextualidade e interdiscursividade. A intertextualidade é o

intertexto, o que foi efetivamente dito por escrito ou oralmente sob uma configuração determinada, e que dá lugar ao discurso relatado. A interdiscursividade é o que se diz, mas que circula sob diferentes formas, e que é retomado na formulação escolhida pelo sujeito em diferentes proposições. É o que acaba construindo imaginários sociodiscursivos, através de um processo de representações sociais. Entretanto, nem na obra de Genette e nem na de Bakhtin se leva em conta o que estrutura conceitualmente o lugar no qual se dá a produção discursiva, enquanto, até mesmo na conversação quotidiana, há sempre um contrato subjacente, pois sem sua presença os indivíduos não poderiam se entender.

**Pergunta:** *Você confere um lugar importante ao conceito de estratégia discursiva, atribuindo, diferentemente de muitos outros pesquisadores, apenas um papel secundário aos temas ou aos conteúdos dos discursos. Pode-se dar conta da influência de um discurso sem se interessar por isso?*

**Patrick Charaudeau:** Há duas maneiras de abordar o tema. Aquela, bem clássica, da análise de conteúdo praticada pelos sociólogos e pelos historiadores, e a que eu mesmo não pratico, a saber, o tratamento estatístico dos *corpora*, cuja utilidade não

nego. Para mim, há três dimensões na produção discursiva. Uma dimensão situacional (o contrato), uma dimensão enunciativa (a *mise-em-scène* linguageira) e uma dimensão topicalizante, que é da ordem da semântica dos conteúdos. O conteúdo semântico está nas palavras, nas fórmulas, nos tipos de frases recorrentes, mas a serviço de estratégias que agem sobre a dimensão situacional (por exemplo, para reforçar a legitimidade da fala), sobre a dimensão enunciativa com o auxílio das possibilidades de modalização da linguagem (por exemplo, a possibilidade de manifestar acordo ou desacordo etc.), e sobre a dimensão topicalizante pela escolha das palavras, das expressões e das construções portadoras de imaginários e que são empregadas em função de uma visada estratégica. Tudo isso constrói sentido. A temática, no que diz respeito a seu sentido, acha-se então tratada em relação com as dimensões situacional e enunciativa.

**Pergunta:** *Privilegiar as estratégias discursivas parece contribuir para redefinir a noção de corpus na medida em que se interessa mais pelas grandes lógicas de discurso do que por materiais linguageiros específicos bem circunscritos. Poderia especificar o lugar e os modos de estabelecimento do corpus em seus últimos trabalhos?*

**Patrick Charaudeau:** Há vários tipos de *corpus*. Há *corpus* linguísticos, o que já pratiquei quando descrevia os sistemas e os léxicos de uma língua. Há *corpora* textuais, conjunto de textos escritos ou orais, quando se analisam produções literárias ou não literárias. Há *corpus* hipertextuais, no sentido de Genette, quando são reunidas, por exemplo, as primeiras páginas de jornais. Há também *corpus* de palavras, semelhantes aos *corpora* linguísticos, que reúnem as recorrências de tal ou qual termo, baseando-se em ferramentas digitais e levando em conta os contextos (por exemplo, a partir da base "Frantext"\*). No que me concerne, construo o *corpus* segundo as necessidades, pois a noção de "discurso" — noção ambivalente, pois se confunde ora com "texto", ora com "procedimentos" (descritivo, narrativo, etc.), ora com o que Benveniste chama de "significância", isto é, os sistemas de sentido que ocorrem sob a manifestação discursiva — integra essas diferentes dimensões.

---

\* N.T.: *Frantext* é uma base de dados comportando milhares de referências e de palavras, desenvolvida pela ATILF (Analyse et Traitement Informatique de la Langue Française) acessível desde 1998. Para maiores informações, consultar : <<https://www.frantext.fr/>>.

Em minha última obra sobre a conquista do poder<sup>2\*\*</sup>, eu me interessei pelo que chamei de matriz dos discursos de direita e de esquerda. No primeiro, ocorre o imaginário da mãe-natureza, que se impõe ao homem; no segundo, é o imaginário do progresso que propõe que seja o homem que, pela cultura, imponha sua lei à natureza. Não foi com base num só e mesmo *corpus* que pude colocar isso em evidência. Foi atravessando diversos tipos de discursos diferentes uns dos outros, e buscando menos as recorrências do que as constantes de ordem semântica. Inversamente, se analisarmos *slogans* políticos, por exemplo, os *slogans* que foram expostos por ocasião da "Manif pour tous", estamos diante de um *corpus* no sentido clássico.

Esse processo justifica, aliás, o emprego que faço da expressão "fenomenologia do discurso", que é completada por um processo hermenêutico. Sendo a hermenêutica um trabalho de interpretação constante e crítica, deve-se igualmente colocar-se do lado daquele que recebe, interpreta ou analisa, já

---

<sup>2</sup> CHARAUDEAU, Patrick. *La conquête du pouvoir : Opinion, persuasion, valeur. Les discours d'une nouvelle donne politique*. Paris: L'Harmattan, 2013.

\*\* N.T.: a editora Contexto publicou, em 2016, uma adaptação desse livro destinada ao público brasileiro: CHARAUDEAU, Patrick. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto, 2016. Tradução de Angela M. S. Corrêa.

que, uma vez mais, o sentido é o resultado de uma coconstrução. Se insisto tanto sobre a diferença entre efeitos visados e efeitos produzidos, é para lembrar essa dissimetria do ato de comunicação, que faz com que não haja necessariamente coincidência entre a produção e a recepção- interpretação do ato de comunicação. Para mim, uma análise não pode jamais conduzir a um sentido, mas a sentidos possíveis, que eu chamo de possíveis interpretativos.

Para concluir a questão do *corpus*, gostaria de dizer algo concernente ao que se chama de grande *corpus* e seu tratamento estatístico. Eles são muito úteis. A questão é saber o que se faz com eles. Muitas vezes o que se quer é a chave dos efeitos de influência. Mas a recorrência de uma palavra ou de uma expressão não é a garantia de seu impacto. De minha parte, utilizo a noção de palavra-sintoma. A palavra-sintoma (assim como fui levado a falar de imagem-sintoma a propósito do tratamento dado pelas mídias aos acontecimentos do 11 de setembro) é uma palavra carregada semanticamente pelo contexto discursivo no qual é empregada e pela situação na qual surge. É o caso da expressão "fratura social", de que Jacques Chirac se apropriou, expressão, ao que parece, tomada de empréstimo a Emmanuel Todd. Na realidade, Jacques Chirac só a utilizou uma única vez, mas teve um

impacto imediato pelo fato de que as mídias a repercutiram. Se, então, houve um emprego recorrente, isso se deveu à difusão midiática, o que os estudos lexicométricos podem muito bem colocar em evidência. E isso, pois, é útil saber. Mas o que quero dizer é que a força da expressão e de seu efeito estão mais ligados ao que esta expressão faz lembrar de outros empregos de “fratura” em sua relação com “sociedade” (intertextualidade), os quais se acham mais presentes nos discursos de esquerda de uma situação particular, a campanha eleitoral de 1995, que é um momento de decisão importante, em que se trata, para a direita, de dar uma piscadela para o eleitorado de esquerda. É, num certo modo de circulação da palavra no espaço público, que um vocábulo ou uma expressão acaba tendo um certo impacto. Sob as palavras, há sempre, de um jeito ou de outro, conteúdo político. E a razão não é necessariamente estatística.

**Pergunta:** *Um outro conceito importante em sua teorização é o de imaginário sociodiscursivo. É um conceito sobre o qual você insiste e pelo qual você manifesta sua preferência em vez do termo ideologia, embora este último conceito seja determinante nas abordagens críticas como a de*

*Teun van Dijk*<sup>3</sup>. *Como situar sua própria abordagem em meio às propostas teóricas nesta matéria? Não usando esse conceito de ideologia, pode-se dar conta, em particular, dos posicionamentos políticos e dos diferentes discursos que eles geram no espaço público?*

**Patrick Charaudeau:** É verdade, minha tendência é querer desideologizar os discursos reconhecendo que o discurso é, por outro lado, sempre axiologizado: não é a mesma coisa que ideologizado. Axiologizado quer dizer que não há discurso neutro, que há polarizações, que há valores. E tudo isso depende da maneira pela qual se constroem os discursos através do processo das representações sociais compartilhadas.

Lembremos que foi Destutt de Tracy quem criou o termo de “ideologia”, dando-lhe um sentido muito geral de conjunto de ideias e de pensamentos construídos de maneira coerente e própria a grupos sociais. Trata-se, então, de “sistemas de pensamento”, de “sistemas de significância”, que são maneiras de interpretar o mundo. O que sempre me incomodou é que esta noção seja, sobretudo, empregada para sistemas de

<sup>3</sup> Ver em particular: van DIJK, Teun A. *Ideology. A Multidisciplinary Approach*. London: Sage, 1998.



pensamento político (como fizeram Marx e outros). Para mim, era redutor. É por isso que propus, entre outros, substituir o conceito de ideologia pelo de imaginário sociodiscursivos, que me parece muito mais aberto e que pode dar conta de muitos sistemas de pensamento que não estão enquadrados, encastelados em sistemas políticos, e que são bem repertoriados na História e na Filosofia políticas. Paralelamente a isto, há o que descobri na América Latina, a saber, a influência da análise crítica do discurso, promovida por Van Dijk (não se deve esquecer que foi Norman Fairclough quem deu origem à análise crítica do discurso). Lá, os pesquisadores e universitários latino-americanos, muito sensibilizados, e com razão, pelos problemas de ordem política, de relações de força, de poder e de submissão dos cidadãos ao poder das elites, se precipitaram sobre a análise crítica do discurso, fazendo o que se fazia na França dos anos 70, a saber, o estudo dos discursos dos diferentes partidos e atores políticos. Ora, me parecia que isso não dava conta do fato de que os imaginários sociodiscursivos, que são testemunhas das relações de força, não têm um sentido único, não são unívocos, e permitem alternâncias de posições de poder. Para mim, os imaginários sociodiscursivos estão sempre em relação com grupos sociais. Como já disse há pouco, em meu último livro sobre a conquista

do poder, descrevi o que me parecia ser o imaginário sociodiscursivo matricial da direita, e o imaginário sociodiscursivo matricial da esquerda. Isso leva a constatar que, mesmo no interior desses imaginários matriciais, pode-se jogar, criar variantes, o que faz com que o imaginário se beneficie de uma certa maleabilidade. E isso, indo de encontro à ideologia que, por sua vez, tem um caráter fixo. De fato, pode-se dizer que a ideologia é um imaginário que se enrijece, e desse ponto de vista, pode-se continuar a falar de ideologia quando se trata de um imaginário sociodiscursivo que fica enrijecido. Dito de outro modo — discursivamente e não filosoficamente —, o imaginário sociodiscursivo é uma noção genérica que aponta para um certo sistema de crenças, em cujo interior pode-se encontrar discursos ideológicos que se essencializam: os -ismos (igualitarismos, racismo, antissemitismo) são, de algum modo, concretizações de imaginários que circulam em grupos sociais a propósito de visões sociais, de imaginários, sobre a maneira de conceber as relações entre os indivíduos enquanto cidadãos, as distinções de classe, de raça, de religião. Expliquei isso no livro *Le discours politique. Les masques du pouvoir*<sup>4</sup>. Mas reconheço

---

<sup>4</sup> CHARAUDEAU, Patrick. *Le discours politique. Les masques du pouvoir*. Paris : Vuibert, 2005.

que são noções bem difíceis de definir. Primeiramente, porque até os anos 90, a filosofia e as ciências sociais foram dominadas pela concepção marxista, que vê a consciência social alienada por ideologias dominantes. Depois, com a crítica de Ricœur<sup>5</sup> (que se deve reler), entre outras, que põe em causa a repartição social do “real”, a questão é retomada em termos de “sistemas de crença sociais” (Van Dijk), de “imaginários sociais” (Castoriadis), o que faz com que não se possa mais dizer que haja consenso sobre esta noção. Em seguida, porque no uso que se faz dessa noção na política, é sempre o adversário que é taxado de ideólogo (a direita para com a esquerda e inversamente), a quem criticam por sua ideologia, sem que se saiba, na verdade, de que se trata.

Quando se faz a análise das publicidades, e se tenta, por exemplo, analisar as representações da mulher e do homem, o que se deve é procurar os imaginários sociodiscursivos que são pregnantes num tipo de sociedade, numa dada época. Na verdade, os indivíduos que vivem em sociedade são, ao mesmo tempo, produtores de imaginários sociais pelos discursos que produzem, e prisioneiros desses imaginários. Mas eles são mais ou menos conscientes e lutam para reivindicá-los ou para rejeitá-los, segundo o que está em jogo nas situações de

<sup>5</sup> RICŒUR, P. *L'Idéologie et l'Utopie*. Paris : Le Seuil, 1997.

comunicação nas quais se encontram. É, pois, a exploração dos imaginários sociais em determinadas circunstâncias históricas que produz a ideologia, a qual sempre procura denunciar relações de dominação e de submissão unívocas. Entendamos assim: a vida social é marcada por relações de força e de dominação, mas essas são diversas, múltiplas e não necessariamente unívocas, pois podem inverter-se. Assim, a questão, para um analista de discursos, ao menos para mim, é tentar determinar os imaginários pregnantes em tal sociedade, em tal época, sem expectativa *a priori* sobre essas relações de força, buscando ver como surgem e como se ideologizam.

**Pergunta:** *Alguns pesquisadores em ciências políticas se interessam pelo discurso político e tomam emprestados, por vezes, procedimentos e conceitos das ciências da linguagem. Qual é, em sua opinião, o lugar específico da análise do discurso nesse espaço de pesquisas?*

**Patrick Charaudeau:** O mais importante, para mim, é a problemática da interdisciplinaridade. Organizei, a esse respeito, uma jornada de estudos no CNRS, com biólogos acerca das questões que se colocam em torno da noção de raça, e também lancei um debate na revista *Questions de*

*Communication* (nos números 17, 18 e 19)<sup>6</sup> em torno da ideia de uma interdisciplinaridade focalizada. Pesquisadores em diversas disciplinas (filosofia, sociologia, antropologia, linguística, história) aceitaram e pudemos assim dialogar. Tenho uma posição bastante peculiar sobre a interdisciplinaridade que oponho à pluridisciplinaridade que não é mais do que uma justaposição de disciplinas, enquanto a interdisciplinaridade supõe que se examinem as noções que são tratadas por outras disciplinas, como estas disciplinas as definem, para considerar em que medida se podem reutilizar essas definições em seu próprio campo disciplinar, mas especificando onde são reutilizadas e o que se faz com elas. De minha parte, é o que me propus a fazer com as noções de “representações sociais”, de “identidade” e de “estratégia”.

Pode-se, então, fazer interdisciplinaridade em torno das noções, mas também no momento da interpretação. Por exemplo, no que concerne ao discurso político, é necessário verificar o que se diz em filosofia política, em sociologia política, em história, para estender a interpretação para além dos resultados propriamente discursivos. Faço parte, atualmente, de um laboratório interdisciplinar (*Laboratoire de*

---

<sup>6</sup> *Questions de Communication*, ver <<https://questionsdecommunication.revues.org/>>

*Communication e Politique du CNRS*), e constato sempre a dificuldade de entendimento entre historiadores, sociólogos e politólogos, porque os conceitos (inclusive quando se empregam os mesmos termos), e os modelos de raciocínio que dependem das metodologias de cada disciplina não são os mesmos. Constato, por exemplo (isso poderia ser objeto de uma recensão), que, nos colóquios organizados por sociólogos ou pesquisadores de ciências políticas, há raramente pesquisadores das ciências da linguagem. Cheguei mesmo a discutir (gentilmente), numa defesa de tese pluridisciplinar, com um colega de ciências políticas que não compreendia como as ciências da linguagem se ocupam do fato político, como se este campo fosse reservado a eles. Logo, estamos bem longe de uma verdadeira interdisciplinaridade. Por isso, sou extremamente cético para afirmar que os sociólogos se inspirem da análise do discurso, ainda mais entendendo que, neste momento, a sociologia está em crise entre diversas correntes. Felizmente, há encontros entre pesquisadores, (pessoalmente, eu os promovo) e lugares de encontro (obras coletivas). É a isso que se dedica a revista *Mots*. Mas é preciso continuar nessa luta, porque, me parece, a interdisciplinaridade é o que evita o que eu chamo de “arrogância” disciplinar, isto é, o fechamento numa só disciplina pensando que ela é a única

dona do objeto de estudo. Não há objeto que seja exclusivo de uma disciplina.

**Pergunta:** *Nós falávamos, sobretudo, de politólogos...*

**Patrick Charaudeau:** Há politólogos — falo por experiência própria — que têm dificuldade em compreender que se possa estudar o fenômeno político fora do quadro das ciências políticas. Em meu último livro, *La conquête du pouvoir*, fiz uma análise crítica das sondagens mostrando como, se nos interessamos pelas sondagens por causa da linguagem, tudo está viciado. É necessário distinguir diversos tipos de sondagens: de intenção, de preferência, de avaliação, pois cada uma dessas categorias diz algo de particular quanto à opinião expressa. Mostrei como as sondagens de avaliação são enganosas e autossuficientes. Mas não vi em nenhum lugar essa proposta de análise ser retomada e discutida. Além disso, acho que existe um mal-entendido sobre o que se chama de um politólogo. É preciso distinguir politólogo e politista: aquele que é solicitado pelas mídias para comentar a atualidade e aquele que trabalha para analisar o fenômeno político de maneira mais aprofundada.

**Pergunta:** *Suas últimas obras<sup>7</sup> sobre o discurso político contrastam com suas produções precedentes uma vez que se dirigem a um público mais vasto, e ligado à atualidade. Não haveria um risco para o pesquisador nesse tipo de tentativa, em particular o de se deslocar para um posicionamento de ensaísta?*

**Patrick Charaudeau:** A esse respeito, tenho duas coisas a dizer. De um lado, o que são as restrições editoriais. Deve-se constatar que os trabalhos que são aceitos pelas editoras e comentados pelas mídias são aqueles que se apresentam, da melhor maneira, como ensaios, e da pior, como panfletos (ver o sucesso do último livro de Eric Zemmour). O panfleto é um gênero repertoriado (bem definido por Marc Angenot)<sup>8</sup> que é destinado a gerar polêmica. E, como se sabe, a polêmica não é o que ajuda a pensar. Quanto ao ensaio, pode ter diversas cores. Se for crítico, está bem, é este o seu papel. Mas se é denunciador, então se torna um panfleto e não se sabe mais o

<sup>7</sup> CHARAUDEAU, Patrick. *Petit traité de politique à l'usage du citoyen*. Paris: Vuibert, 2008; *Entre populisme et peopolisme. Comment Sarkozy a gagné!* Paris: Vuibert, 2008; *La conquête du pouvoir. Opinion, Persuasion, Valeurs, les discours d'une nouvelle donne politique*. Paris: L'Harmattan, 2013.

<sup>8</sup> ANGENOT, Marc. *La Parole pamphlétaire. Typologie des discours modernes*. Paris, Payot, 1982. Ver também: *Mots. Les langages du politique*, n° 91, 2009/3: Que devient le pamphlet?

que dizer dele. Mas, atualmente, é o que melhor circula, o que domina, no espaço público, o que não deixa espaço para os trabalhos de análise mais aprofundada. Quanto a mim, terei muita dificuldade em escrever dessa maneira.

No que me concerne, a única de minhas obras em que eu quis me dirigir a um público vasto foi o *Petit Traité de politique à l'usage du citoyen* e talvez também o livro *Entre populisme et peopolisme: Comment Sarkozy a gagné!*, ainda que, neste último, haja passagens que implicam um certo conhecimento dos procedimentos da análise do discurso. Mas os outros não. É que, pessoalmente, tenho dificuldade em explicar alguma coisa sem me referir a ferramentas de análise porque este é, me parece, o papel do pesquisador. Então, evidentemente, isso não está de acordo com as exigências editoriais que seguem a ideia que as editoras têm do leitorado. Para mim é uma questão de ética. A ética que diz que o pesquisador não analisa para causar prazer, mas para fazer compreender. Ainda há pouco, eu dizia que o projeto fenomenológico de análise deve ser completado por um projeto hermenêutico. É o que me parece que deve caracterizar o processo de trabalho das ciências humanas e sociais. É a diferença que há, para mim, entre um discurso denunciador, panfletário (panfletário é criticar com acidez, caçoando e

procurando desqualificar as ideias contrárias), e um discurso explicativo, que consiste em interrogar mais do que afirmar. É o que fiz ao final de *La Conquête du Pouvoir*. A reflexão final é apresentada sob a forma interrogativa: Será que o político deve responder à demanda social? Uma democracia participativa é possível? Tudo isto tem como pano de fundo a hipótese de que o discurso populista está em processo de reciclagem dos discursos extremistas de direita e de esquerda, o que explicaria o desencanto do eleitorado. Logo, não é um ensaio.

**Pergunta:** *No seu tratamento da questão da laicidade, exposto na última obra que você coordenou<sup>9</sup>, você se interessou mais especialmente pela noção de controvérsia. Em que esta noção é diferente daquela de debate ou ainda de polêmica (examinada recentemente por Ruth Amossy<sup>10</sup>)?*

**Patrick Charaudeau:** Essas distinções serão apresentadas numa obra que estou escrevendo sobre a controvérsia. A polêmica não é um gênero, nem um contrato de

<sup>9</sup> CHARAUDEAU, Patrick (dir.) *La laïcité dans l'arène médiatique. Cartographie d'une controverse sociale*. Paris: INA Editions, collection "Médias essais", 2015.

<sup>10</sup> Ver a entrevista com Ruth Amossy feita por Claire Oger e publicada em *Mots. Les langages du politique*, n° 108 (juillet 2015) .

comunicação. Não se decide que se vai pôr em cena um contrato polêmico numa troca comunicativa privada ou pública. Em contrapartida, pode-se decidir ter, estrategicamente, um comportamento polêmico. Quanto à controvérsia, ela tem a ver com o gênero. Ela ocorre quando se identifica um problema de sociedade e se decide colocar frente a frente pessoas que têm um ponto de vista diferente em torno de uma certa problemática, como no caso da laicidade, e se espera que os parceiros da troca exponham seu ponto de vista de maneira argumentada. A polêmica é uma estratégia que pode atravessar diversos gêneros, não é um gênero em si. Você sabe que defino o gênero discursivo, não pelas recorrências discursivas dos textos, mas a partir da noção de contrato, isto é, do que determina as condições situacionais do ato de comunicação.

De fato, se alguma coisa pode ser útil à democracia, são as controvérsias, e não a polêmica, que é um obstáculo ao desenvolvimento do pensamento. No livro que preparo sobre isso, faço uma tipologia das situações de interação verbal. E dentre aquelas que implicam um confronto, estabeleço uma diferença entre discussão, controvérsia, debate e coloco à parte tudo o que tem a ver com a querela, com a disputa (que não é a “disputatio” da retórica), e, logo, com a polêmica.

A discussão é um contrato com uma certa distribuição dos papéis de fala, ora descritivos, ora narrativos, ora argumentativos: pode ser o caso de uma conversa entre amigos, de uma troca de pontos de vista sobre um filme, sobre uma questão administrativa numa reunião de trabalho, ou de uma discussão científica, etc. A discussão não é uma disputa. E, contrariamente ao que dizem, a disputa não é um gênero, não tem relação com um contrato. Pode ser que, numa discussão, acabe-se por ter uma disputa por causa do que dizem uns e outros, e que, em vez de levarem em conta o argumento contrário, refugiam-se numa posição, considerada “sem discussão”. O gênero discussão é uma espécie de gênero que comporta subgêneros.

A controvérsia, em contrapartida, é um gênero que obedece a um contrato. Coloca-se um problema que é objeto de um certo questionamento (uma problematização), que engendra pontos de vista opostos e exige que seja desenvolvida uma argumentação para expô-los, sem que, *a priori*, procure-se pôr em causa a pessoa do debatedor oposto. Na controvérsia, procura-se discutir sobre o objeto posto em questão. Por exemplo, a propósito da laicidade: “Deve-se proibir o véu na escola secundária?”; “Deve-se excluir as jovens com véus?” (Podemos nos reportar à publicação sobre a laicidade



para ver os diferentes questionamentos). A controvérsia tende sempre para uma busca da verdade; a polêmica, para uma busca do triunfo sobre o adversário.

A noção que causa problema é aquela de debate. O debate também tem vocação para ser uma noção genérica. Sua particularidade é que, em vez de se concentrar em um único questionamento, ele se dispersa em vários. Além disso, num debate, há numerosos protagonistas, cada um atirando na direção que lhe convém, e embaralhando os questionamentos. É o que acontece nos debates televisivos. Num debate, pode haver momentos de controvérsia que se concentrem numa problemática particular com troca de argumentos e momentos de polêmica nos quais os participantes se questionam uns aos outros.

Em todos esses casos, intervém a noção de dispositivo. Pode-se conceber essa noção de duas maneiras. De uma maneira conceitual, na medida em que todo contrato, para mim, é organizado em torno de um dispositivo que coloca em contato instâncias de comunicação (por exemplo, a instância política, a instância cidadã e a instância de mediação) e determina a problemática que as liga. Mas pode-se conceber essa noção de maneira mais formal, o que seria um face a face num debate televisivo, uma entrevista no rádio, um comício político, uma

reunião de trabalho qualquer, etc. Nas discussões, controvérsias e debates, é esta segunda definição que é pertinente, pois uma discussão ou uma controvérsia pode ser objeto de diversos dispositivos formais. A polêmica, em contrapartida, nada tem a ver com um dispositivo porque ela pode atravessar qualquer um deles. A disputa também não é um dispositivo. São maneiras de falar, que são da ordem da estratégia, cujo essencial é o questionamento da pessoa, o questionamento da posição do outro, que então passa do estatuto de simples oponente ao de adversário. A estratégia, para mim, tem um sentido muito preciso: é a margem de manobra deixada pelo contrato e na qual pode imiscuir-se o sujeito falante para se singularizar, se individualizar. A estratégia é a possibilidade que o sujeito pode ter para atuar de uma maneira mais personalizada no interior das instruções impostas pelo contrato de comunicação.

A polêmica é, pois, o procedimento pelo qual o outro é posto em causa enquanto locutor, enquanto pessoa, tanto em sua identidade social, psicológica, quanto discursiva, isto é, em sua maneira de falar. Poderão encontrar exemplos disso na análise que fiz acerca do debate da eleição presidencial de 2012 (publicada na revista *Langage & Société*).

**Pergunta:** *Seu estudo do discurso populista o leva a aproximar, em seus últimos trabalhos, tipos de discurso (extrema direita e extrema esquerda) habitualmente colocados como antagonistas. Você poderia abordar essa análise, que é surpreendente, se considerarmos, por exemplo, nos últimos tempos, o que são as posições respectivas desses dois campos diante da questão dos imigrantes?*

**Patrick Charaudeau:** Sim, porque se trata de um fenômeno novo de nossas democracias ocidentais influenciadas pela globalização, pela crise econômica e social e pelos movimentos migratórios, acarretando o desaparecimento do antagonismo entre projeto de sociedade comunista e projeto de sociedade capitalista, com a queda do muro de Berlim. O discurso populista joga com três imaginários sociais: o da decadência social e de suas causas, que se encontram num bode expiatório; o do líder providencial, que é considerado o único a poder recolocar a sociedade de pé; o de um projeto de sociedade, comportando valores (muitas vezes um retorno de valores perdidos) suscetíveis de recuperar o país. Assim sendo, encontramos no discurso populista as temáticas do discurso político geral, mas levadas ao extremo: a estigmatização do inimigo exterior ou interior (bode expiatório); papel protetor de um Estado que estaria envolvido diretamente com o povo e cujo

líder é o fiador; retorno dos valores identitários. Ora, constata-se que os discursos da extrema direita e da extrema esquerda têm pontos em comum, mesmo que sejam utilizados, por vezes, termos diferentes: eles atacam o conjunto da classe política e designam as elites como o inimigo a combater; eles pregam um Estado poderoso e protetor, redistribuidor das riquezas; eles dizem se preocupar com o que, à direita, denominam “o zé povinho” e à esquerda a “classe popular”; eles glorificam um líder capaz de tomar uma atitude e “derrubar a mesa”. Evidentemente, há alguns valores da sociedade que os distinguem, porque a extrema direita permanece com a visão de uma sociedade hierarquizada segundo a ordem da natureza, e a extrema esquerda com a visão de uma sociedade igualitária e solidária. Mas o revestimento discursivo populista dessas visões de sociedade (por exemplo, na última campanha presidencial, as táticas de desqualificação violenta do adversário — uma das características do discurso populista — foram empregadas pelos dois lados, e mesmo com mais virulência por Jean-Luc Mélenchon, que tratou Marine Le Pen de “morcego”, “semidemente”, “yeti da política”) apaga o que os opõe junto a um eleitorado frágil que não tem mais pontos de referência. É o que permite o desvio de uma parte do eleitorado operário e da classe média para a Frente Nacional de Marine Le Pen.

Acho que é necessário descartar a ideia de que o eleitorado é a opinião pública. O eleitorado é um subgrupo fragmentado da opinião pública, se é que existe uma opinião pública homogênea. Cada uma de suas categorias está impregnada de valores defendidos por tal ou qual parte da opinião pública, mas a conduta de cada uma delas é guiada pelo ato simbólico de votar, motivado tanto pela paixão quanto pela razão, o que faz com que os discursos produzidos pelos atores políticos sejam reciclados pelo eleitorado na medida de sua idiossincrasia. Cada uma de suas categorias só retém o que sua idiossincrasia produz. E, então, para responder à questão dos imigrantes, constato que um certo discurso populista — por exemplo, o discurso securitário que agita o fantasma do "imigrante invasor" — recicla ao mesmo tempo os discursos de direita e de esquerda. É certo que, a esse respeito, há uma diferença entre eles: a direita retoma explicitamente o tema do bode expiatório imigrante; a esquerda se apresenta mais compreensiva. Mas, na medida em que esta não produz um discurso radicalmente diferente, nitidamente compassivo e estruturante sobre a política a adotar para com os imigrantes, contentando-se em fazer a distinção entre refugiados e imigrantes econômicos, ela não é audível. Os discursos de esquerda se dedicam menos a defender o multiculturalismo (não me refiro a tal ou qual intelectual ou grupo militante) do que a pregar a integração em nome da solidariedade social e dos

valores universais. Mas vê-se bem, através desses discursos, que a esquerda não está à vontade diante das reivindicações de seu próprio eleitorado, que fala em termos de ameaça, de invasão (40% dos simpatizantes de esquerda dizem que "há estrangeiros demais na França") e de assistencialismo injustificado. No fundo, o que domina à esquerda, para tentar satisfazer esse eleitorado, é uma reivindicação nacionalista, como a de Jean-Luc Mélenchon, que se diz "populista patriota". Uma vez mais, não digo que, ideologicamente, a direita e a esquerda sejam equivalentes. Digo que seu discurso produz, junto ao eleitorado, um efeito de embaralhamento das oposições e, logo, uma reciclagem discursiva que faz com que a esquerda não tenha mais a aprovação popular e que é a Frente Nacional — e a direita clássica — que se apropriou desse eleitorado. Eis porque avanço a hipótese de que os partidos extremistas são levados, pelo uso dos mesmos ingredientes do discurso populista, a se "desextremizar", embora permanecendo "radicais".

Entrevista concedida a Henri Boyer e Guy Lochard para a revista *Mots. Les langages du politique*, n° 111, 2016/2.

Traduzida por:  
Angela M. S. Corrêa

Profa. Associada da Faculdade de Letras da UFRJ

## A SELEÇÃO LEXICAL, ATRAVÉS DO TEMPO, COMO ÍNDICE ARGUMENTATIVO NO CONTO INFANTIL JOÃO E MARIA

Rosane Monnerat (UFF)

**Resumo:** Incidindo sobre o universo das narrativas de contos de fadas, este trabalho, com base em uma pesquisa maior, em andamento, sobre procedimentos linguístico-semântico-discursivos em narrativas de “Contos da Carochinha”, pretende mostrar como a seleção lexical - intermediada não só por imaginários sociodiscursivos (CHARAUDEAU, 2007) característicos de épocas distintas (1920/2010), mas também submetida a coerções emocionais advindas de efeitos de patemização (PLANTIN, 2010) – é capaz de colaborar na construção do sentido do texto, projetando visões de mundo determinadas pela *doxa* e reveladoras de outras vozes – *polifonia* – que apontam para comportamentos sociais articulados a *arquétipos* e *estereótipos* (AMOSSY; PIERROT, 2004) característicos da sociedade tradicional. Nesse percurso de construção de sentidos, a delimitação das imagens sociais é estabelecida por meio não só das categorias do *nomear* /

*qualificar / descrever* a ação (CHARAUDEAU, 2008), bem como de índices patêmicos explícitos ou implícitos, desvelados, também, por meio de ilustrações representativas dos diferentes eixos temporais.

**Palavras-chave:** Contos de fadas; seleção lexical; imaginários sócio-discursivos.

**Résumé:** Tenant en compte l'univers des récits des contes de fées, ce travail, appuyé sur une recherche plus vaste encore en cours au sujet des procédés linguistiques, sémantiques et discursifs mis en oeuvre dans les récits des “Contos da Carochinha”, a pour but celui de montrer comment le choix lexical – non seulement par le biais des imaginaires socio-discursifs (CHARAUDEAU, 2007) propres à des époques distinctes (1920/2010), mais aussi des contraintes émotionnelles qui résultent des effets de pathémisation (PLANTIN, 2010) – se trouve à même de collaborer à la construction du sens du texte, projetant des visions du monde déterminées par la *doxa* et révélatrices d'autres voix – *poliphonie* – qui signalent des comportements sociaux articulés aux archétypes et aux stéréotypes (AMOSSY; PIERROT, 2004) propres à la société traditionnelle. Le long de ce parcours de construction de sens, la délimitation des images sociales est

établie non seulement au moyen des catégories du *nommer/qualifier / décrire l'action* (CHARAUDEAU, 2008), mais aussi des indices pathémiques explicites ou implicites, également dévoilés par le biais des illustrations représentatives des différents axes temporels.

**Mots-clés:** Contes de fées; choix lexical; imaginaires socio-discursifs.

## 1 Introdução

Os contos de fadas têm origem em tradições orais provavelmente seculares. Pode-se afirmar que têm raízes em fontes diversas. De acordo com Coelho (2000, p. 175), segundo o registro mítico-literário,

[...] os primeiros contos de fadas teriam surgido entre os celtas, povos bárbaros que, submetidos pelos romanos (séc. II a. C./ séc. I da era Cristã), fixaram-se principalmente nas Gálias, Ilhas Britânicas e Irlanda. A essa herança céltica é atribuído o fundo maravilhoso, de estranha fantasia, imaginação e encantamento que caracteriza as novelas de cavalaria do ciclo bretão (ciclo do rei Artur e seus cavaleiros da Távola Redonda e sua Dama de Ginevra). Foi, pois, nas novelas de cavalaria que as fadas teriam surgido como personagens, representando forças psíquicas e metafísicas.

Têm, portanto, os contos de fadas, como ponto de partida, um encantamento que leva à aventura da busca. Entre os principais autores que os colocaram em textos, estão os irmãos e folcloristas alemães Jacob e Wilhelm Grimm, que, entre o fim do século XVII e o início do século XIX, reuniram vários deles na obra *Kinder und Hausmärchen* (“Histórias para crianças e o lar”). Antes, porém, no final do século XVII, Charles Perrault já apresentava seus contos como se tivessem sido contados por uma velha ama a seu filho.

Na versão dos Grimm, de *João e Maria*, as crianças podem parecer comportadas demais (para os padrões atuais) ao aceitarem passivamente seguir para a floresta com o pai, após ouvirem, atrás da porta, na noite anterior, a conversa dos pais sobre o abandono das crianças na floresta. Valendo-se de uma artimanha para voltar para casa, banquetecendo-se gulosamente na casa da bruxa e fugindo com as joias dela, depois que Maria conseguiu empurrá-la para dentro do forno, João e Maria sobrevivem ao que as crianças temem acima de tudo: o abandono dos pais e a exposição a perigos.

A solidariedade entre os irmãos é também digna de nota, já que esse sentimento é raro nos contos de fadas (vide as irmãs de Cinderela). No início do conto, João acalma Maria e usa a sua inteligência para encontrar o caminho de volta para

casa; mais adiante, é Maria que engana a bruxa, fazendo-a entrar no forno.

Neste trabalho, pretendemos nos debruçar sobre os aspectos linguístico-discursivos da construção narrativa do conto de fadas, sob o viés da patemização, em edições diferentes da mesma história, apresentadas em um intervalo de quase cem anos. Explicando melhor: tomam-se como *corpus* duas edições de livros de estórias, a primeira, *Contos da Carochinha*, de 1904 e a segunda, *Contos de fadas*, de 2010, o que inviabiliza a apresentação desse *corpus* na íntegra, razão pela qual focalizaremos apenas excertos das estórias.

Os eixos teóricos norteadores da pesquisa são as proposições gerais da Análise Semiolinguística do Discurso, com ênfase às noções sobre patemização (CHARAUDEAU, 2010), sobre estereótipos e representações sociais (CHARAUDEAU, 2007), levando-se, ainda, em consideração o enfoque semântico-discursivo no tratamento da seleção lexical nesses dois recortes de mundo separados pelo tempo (HARRÉ, 2001; PLANTIN, 2010). Após uma breve explanação dos aspectos teóricos que dão sustentação ao trabalho, passaremos à exemplificação dessas noções nos trechos selecionados do *corpus*.



## 2 Imaginários sociodiscursivos

As representações coletivas se apoiam na *doxa*, opinião corrente, normas e crenças partilhadas, que repousam em um consenso geral. Trata-se do que a retórica antiga chamava *topoi*, *lugar* e que hoje se estuda sob a denominação mais geral de “Representações Sociais” (JODELET, 2001) e/ou “Imaginários sociodiscursivos” (CHARAUDEAU, 2007).

Pode-se dizer que as representações sociais são constituídas pelo conjunto de crenças, conhecimentos e opiniões produzidos e partilhados pelos indivíduos de um mesmo grupo social.

Concordamos com Charaudeau (2006a, p. 197), quando formula a hipótese de que:

[...] essas representações constituem *maneiras de ver* (discriminar e classificar) e de *julgar* (atribuir um valor) o mundo, mediante *discursos* que engendram *saberes*, sendo que é com esses últimos que se elaboram sistemas de pensamento, misturas de conhecimento, de julgamento e de afeto.

O saber, no âmbito da informação, pode-se estruturar de duas maneiras: uma voltada para o mundo – os “saberes de conhecimento” - em que se procura representar o mundo de

forma racionalizada, e outra direcionada ao sujeito que informa – os “saberes de crenças” – em que se procura comentar o mundo subjetivamente. Charaudeau assim explica esses saberes:

Toda informação a respeito de uma crença funciona ao mesmo tempo como interpelação do outro, pois o obriga a tomar posição com relação à avaliação que lhe é proposta, colocando-o em posição reativa – o que não é necessariamente o caso da informação que se refere a conhecimentos. Ao se dizer ‘Nova York é uma cidade estranha’, interpela-se duplamente o interlocutor: não só sobre o fato de ele conhecer ou não Nova York, mas também sobre a adesão ou rejeição à apresentação proposta (CHARAUDEAU, 2006a, p. 46).

Resumindo, os saberes de conhecimento “são aqueles que procedem a uma representação racionalizada da existência dos seres e dos fenômenos sensíveis do mundo”, enquanto os *saberes de crença* são aqueles que resultam do comentar sobre o mundo. Não se trata mais de tentar tornar o mundo inteligível, mas de avaliá-lo e apreciar o efeito (“efeitos patêmicos”) que provoca no homem e nas regras da vida (CHARAUDEAU, 2006b, p. 43-46).

Nesse sentido, as representações sociais não devem ser consideradas como um subconjunto das ideologias ou dos imaginários, como alguns propõem, mas como uma “mecânica de engendramento de saberes e de imaginários” (CHARAUDEAU, 2007).

Em relação a esse último termo – imaginário - ,convém destacar que, do ponto de vista de uma análise do discurso, não deve ser tomado em seu sentido corrente, como algo “inventado”, no sentido de “ilusão”, “mito”, “lenda”, tendo, nesse caso, um valor adjetival de “invenção fora da realidade”, mas sim, empregado com valor de substantivo, quando será, então, reconceptualizado pela Antropologia Cultural (CHARAUDEAU, 2007).

Assim, o imaginário é um modo de apreensão do mundo. Surge nas representações sociais, resultando de um processo de simbolização do mundo de ordem afetivo-racional, por meio da intersubjetividade das relações humanas, depositando-se na memória coletiva. Por isso, é “social”, já que essa atividade de simbolização representacional do mundo é feita em um domínio de prática social.

Os imaginários não são todos conscientes. Alguns podem ser racionalizados por discursos-textos que surgem nas instituições sociais, enquanto outros circulam nas sociedades

de maneira não consciente, como, por exemplo, nos julgamentos implícitos veiculados, pelas maneiras de falar, nos enunciados, nos julgamentos de ordem ética etc. Daí se poder falar em “imaginários sociodiscursivos”, já que são materializados nesses discursos, emergindo em diferentes tipos de comportamento: ritos sociais da vida cotidiana, atividades coletivas, construção de objetos emblemáticos, erigidos como símbolos etc. Constroem-se, portanto, a partir de sistemas de pensamento coerentes, investidos ora no *logos* (saber como argumento racional), ora no *ethos* (saber como imagem de si), ora no *pathos* (saber como afeto).

### 3 Patemização: os efeitos do *pathos*

Historicamente, o termo *pathos* remonta à filosofia aristotélica, a qual, no âmbito da Retórica, considerava que, em um ato de comunicação, há, pelo menos, três elementos em jogo: o *ethos*, o *pathos* e o *logos*. O *ethos* diz respeito à disposição de caráter do orador, que se deixa conhecer pelo modo como ele organiza o seu dizer; o *logos* se relaciona propriamente ao que é dito, ou seja, ao discurso e à racionalidade; e o *pathos*, por sua vez, relaciona-se à dimensão

do auditório, às suas disposições emocionais em relação ao dizer do orador. (ARISTÓTELES, 1998).

Charaudeau (2010, p. 48-54) propõe a organização de categorias patêmicas sob quatro classes centrais, denominadas patemias ou tópicas (ou, ainda, imaginários sociodiscursivos). Essas categorias, polarizadas em afeto negativo e positivo, dividem-se na tópica da “dor” e “alegria”, na tópica da “angústia” e “esperança”, na tópica da “antipatia” e “simpatia”, e na tópica da “repulsa” e “atração” e foram definidas segundo os seguintes critérios: o estatuto que o sujeito atribui ao actante-objeto (pessoa ou situação) que deflagra certos afetos; a relação que se estabelece entre o sujeito e o actante-objeto; e o comportamento enunciativo assumido pelo sujeito.

A estruturação do universo patêmico, independentemente de sua configuração discursiva, não se realiza, apenas, pelo emprego de determinados termos que remetem ao campo da emoção. Concretiza-se por mecanismos verbais e não verbais, explícitos ou implícitos estando, portanto, intimamente relacionado à situação social e sociocultural em que se dá o intercâmbio comunicativo. Daí decorre a importante implicação de que as emoções apresentam uma significativa base cognitiva e se manifestam graças a valores social e culturalmente compartilhados sobre determinados objetos

(situações de comunicação, discursos, acontecimentos, pessoas).

Os índices patêmicos, segundo Charaudeau (2010, p.37), podem ser reunidos sob três rótulos: (a) palavras explicitamente patemizantes, tais como “amor”, “ódio”, por exemplo; (b) palavras sugestivamente patemizantes, como “aborto”, “assassinato” e (c) enunciados inseridos em uma situação de comunicação.

Apesar da divisão sugerida, o autor destaca que o conhecimento da situação de comunicação é fundamental ao sucesso da visada patêmica.

Em seu artigo *As razões das emoções* (2010, p.7-58), Plantin trata igualmente de índices patêmicos no discurso e propõe a seguinte categorização: (a) designação direta da emoção (sobretudo, substantivos, mas também adjetivos e verbos relacionados ao campo da afetividade); (b) designação indireta da emoção sobre a base de índices linguísticos (termos que sugerem emoção, as cores, por exemplo); (c) designação indireta da emoção sobre a base de lugares comuns situacionais e atitudinais (enunciados cristalizados difundidos socialmente e atitudes culturalmente convencionais; (d) enunciados psicológicos (verbos de sentimento ou verbo psicológico, ou seja, verbos que remetem a uma fronteira entre

o cognitivo e o emotivo, sugerindo um processo mental que pode envolver uma emoção. Ex.: “João reflete”, em que o verbo “refletir” seria um verbo psicológico).

Já Harré (2001) defende que as representações sociais existem na estrutura formal das línguas, no léxico e em outras estruturas gramaticais, de modo que muitas das representações mais importantes são adquiridas como crenças individuais no curso de aprendizagem de uma língua, particularmente, a materna. O autor mostra que o léxico de uma língua, especialmente o vocabulário das emoções, não pode ser considerado como uma simples lista de itens apreendidos, mas envolve todo um repertório de uso, o que revela, segundo o autor, um sistema complexo de asserções morais e saber prático do senso comum.

Independentemente do foco tomado pelo analista do discurso, cumpre observar que a seleção lexical colocará sempre em cena a expressão da subjetividade do sujeito enunciatador.

Concordamos com Charaudeau (2008, p.115) quando, ao analisar a “Organização lógica da construção descritiva”, cujos componentes são: *nomear, localizar-situar, qualificar*, afirma que “qualificar é tomar partido”; em outras palavras,

qualificar é uma maneira de expressão da subjetividade do enunciatador.

Na história de João e Maria, pode-se comprovar tal afirmação em ambas edições estudadas, ainda que, na antiga, ocorra sempre um vocabulário mais “carregado”, *loaded words*, segundo Mattoso Câmara (1977). Explicando melhor, parece haver mais carga dramática na seleção vocabular na obra do início do século passado do que na do século atual. Vejamos alguns exemplos:

	1904	2010
1	“Os <i>desgraçadinhos</i> aproximaram-se ...”	“Maria colocou-se diante da janela e mordiscou a vidraça: Então <i>fez-se ouvir uma voz fininha</i> vinda do interior da casinha: <i>_ Raspa, raspa, raspadinha, quem raspa a minha casinha?</i> ”
2	“Ouvindo aquela voz <i>áspera e dura</i> , tiveram <i>grande medo...</i> ”	“Repentinamente, a porta da casinha abriu-se e <i>uma velha, tão velha quanto as pedras deste mundo, apoiada em uma muleta, veio arrastando-se</i> de dentro da casa.”

3	“Então surgiu <i>uma velha hedionda, muito baixinha, com uma boca enorme, nariz de papagaio, toda preta e olhos verdes.</i> ”	“_ Ai, que <i>lindas crianças!</i> ” Tomou as duas crianças pela mão e conduziu-as para dentro da casinha. Ali havia <i>boa comida, leite e panquecas com açúcar, maçãs e nozes.</i> ”
4	“No dia seguinte de manhã dirigiu-se com <i>feroz alegria</i> para as duas caminhas...”	De manhã bem cedinho (...) a bruxa já se levantara e olhando as <i>crianças tão confiantes e adormecidas, com as bochechas vermelhinhas</i> , pensou: Isso vai dar um bom assado.”
5	“João, que nada tinha de tolo, mostrava um <i>osso descarnado e seco.</i> ”	“Joãozinho, no entanto, colocava entre as grades, <i>um ossinho...</i> ”

Ao se descreverem as situações, talvez, até por razões estilísticas, comuns à época, é nítida a maior dramaticidade no arranjo vocabular da edição de 1904, tanto no “nomear” (dois *desgraçadinhos, velha hedionda*), quanto no “qualificar” (voz *áspera e dura, velha hedionda, nariz de papagaio, toda preta*).

Vale observar, igualmente, que tal seleção vocabular registra “índices patêmicos” responsáveis pela estruturação de

um universo de patemização, sempre polarizado em emoções negativas x positivas. Assim, o mal é sempre categorizado pelas patemias da dor, antipatia e repulsa (universo da bruxa) e o bem, pelas patemias da esperança, simpatia e atração (universo das crianças e dos animaizinhos da floresta).

Esses efeitos patêmicos são reverberados pelas ilustrações representativas de cada edição:

1904



2010



Não é objeto deste trabalho o estudo do texto imagético, com suas especificidades teóricas, o que implicaria ampliação do foco de análise, não compatível com o propósito deste artigo. Tão somente, pretendemos demonstrar como as imagens corroboram os efeitos de patemização advindos da seleção lexical, no texto verbal.

Independentemente da cor em preto e branco característica das ilustrações da época, as imagens de 1904 são mais sombrias, desenhando-se a bruxa, como catalisadora do mal, com feições assustadoras e gestos ríspidos e rudes. Observe-se, a respeito, a maneira como carrega as crianças, como se fossem fardos, e não seres humanos. As ilustrações contemporâneas, por sua vez, ao retratarem os mesmos personagens, apresentam-nos com contornos mais suaves, na retratação de personagens, sobretudo, pelo recurso à cor.

Como vimos, as marcas patêmicas podem ser categorizadas, conforme nos mostram Charaudeau (2010) e Plantin (2010):

Categorização das marcas patêmicas	
CHARAUDEAU, 2010	PLANTIN, 2010
1) Palavras explicitamente patemizantes	1) Designação direta da emoção: substantivos, adjetivos e verbos
2) Palavras sugestivamente patemizantes	2) Designação indireta da emoção: 2.1 sobre a base de índices Inguísticos (cores e verbos que selecionam uma emoção.) 2.2 sobre a base de lugares comuns (situacionais, comportamentais) 2.3 enunciados psicológicos
3) Enunciados “neutros” em situação de comunicação potencialmente patemizante	

(Adaptação da autora)

Nos textos em análise, vimos a designação direta (ou explícita) da emoção por meio de substantivos e adjetivos, nas duas edições comentadas. A designação indireta faz-se



também presente com base tanto em “índices linguísticos”, por exemplo, a cor negra (“toda preta”) referindo-se à bruxa (edição atual), quanto em “lugares comuns comportamentais” e “situacionais”. A passagem a seguir, extraída da edição de 1904, ilustra essas marcas:

“ Uma noite, Manuel disse à mulher:

– Que havemos de fazer para sustentar os nossos filhos? O inverno se aproxima e nada temos para nós, quanto mais para eles!

– Sim, tens razão, disse a mulher e se me quiseres ouvir, deverá levá-los para o bosque. Aí, dando-lhes um pedaço de pão acende o fogo e, em seguida, abandona-os, recomendando-os a Deus.

– Ah! Senhor, deus do Céu!, exclamou o lenhador. Poderei pensar em abandonar assim meus filhinhos?

– Pois bem, retorquiu a mulher. Nesse caso, vê-los-emos morrer de fome e nós morreremos também. Podes desde já mandar preparar os caixões e as covas.”

No trecho citado, destacam-se marcas comportamentais e situacionais – medo da morte, compaixão sentida pelo pai, abandono das crianças – revestidas linguisticamente, sobretudo, por substantivos e verbos. Vale destacar, nas falas

da mulher, índices argumentativos, já que se aproveita da situação patêmica para tentar convencer o marido, de qualquer forma, (inclusive, acenando, com firmeza, para a perspectiva da morte: “caixões”, “covas”) a abandonarem as crianças na floresta.

Também são índices argumentativos, sob um viés psicológico, as repetidas tentativas de João para enganar a bruxa, mostrando-lhe um osso descarnado e seco, em vez de seus dedinhos gordinhos, uma vez que tal iniciativa reflete um movimento psicológico de raciocínio da criança, que a faz pensar em estratégias para driblar a bruxa.

Em referência, ainda, a “enunciados psicológicos”, pode-se sugerir a presença de índices patêmicos, nas duas versões, quando João, após escutar a conversa dos pais, que combinavam abandonar os filhos na floresta, acalma Maria, dizendo: “Vou descobrir uma saída” (edição atual) e “Eu acharei um meio para nos salvarmos” (edição antiga). Nessas passagens, evidenciam-se verbos que sugerem reflexão, pensamento.

Além da interferência da patemização, a seleção lexical pode-se organizar em função das áreas das Representações Sociais. Concretiza-se por mecanismos verbais e não verbais, explícitos ou implícitos estando, portanto, intimamente

relacionados à situação social e sociocultural em que se dá o intercâmbio comunicativo. Daí decorre a importante implicação de que as emoções apresentam uma significativa base cognitiva e se manifestam graças a valores social e culturalmente compartilhados sobre determinados objetos (situações de comunicação, discursos, acontecimentos, pessoas). Nesse sentido, a seleção lexical, tanto no *corpus* de contos de 1904, quanto no de 2010, é semanticamente motivada pelo ideário das representações sociais. Por exemplo, a imagem de MÃE, sobretudo por influência da mídia, é sempre associada a carinho, afeto, doação. É interessante, portanto, observar que o vocábulo “mãe” – empregado na edição de 1904 – é substituído por “madrasta”, na edição moderna. Sugere-se, assim, que a maldade de abandonar os filhos na floresta não poderia partir de uma mãe, de verdade, mas só de uma madrasta, cujo estereótipo (AMOSSY;PIERROT, 2004) de “mulher perversa” povoa o imaginário das sociedades através dos tempos (cf. as histórias de Cinderela e Branca de Neve). A edição moderna, portanto, modaliza a maldade original da história, atribuindo-a não à mãe, mas à madrasta.

#### 4 Considerações Finais

Os contos de fadas nos apresentam a busca de romance, riqueza, privilégio e poder, mas, sobretudo, a de um caminho para “sair da floresta e voltar à proteção e segurança da casa”.

O significado desses contos será diferente para cada pessoa e, também, diferente para a mesma pessoa, em vários momentos de sua vida. De acordo com Bettelheim (2001, p. 14), a mensagem que transmitem, de forma múltipla, à criança é:

[...] que uma luta contra dificuldades graves na vida é inevitável, é parte intrínseca da existência humana – mas, se a pessoa não se intimida e se defronta de modo firme com as opressões inesperadas e muitas vezes injustas, ela dominará todos os obstáculos e, ao fim, emergirá vitoriosa.

Podemos, então, dizer, com Khéde (1990, p. 16), “que os contos de fadas atualizam, reinterpretam, em suas variantes, questões universais como os conflitos do poder e a formação dos valores, misturando fantasia e realidade no clima do “Era uma vez...””.

Parte do poder dessas histórias deriva das palavras que as acompanham. Neste trabalho, procuramos mostrar como a seleção lexical pode influenciar na construção do universo de patemização dos contos de fadas, dando vida às figuras sombrias de nossa imaginação, como bruxas, bichos-papões ogros e gigantes, fazendo aflorar o medo, que, ao final, é vencido pelo enfrentamento das forças do mundo mítico com coragem e astúcia.

## Referências

AMOSSY, Ruth; PIERROT, Anne Herschberg. *Estereótipos y clichés*. Buenos Aires: Eudeba, 2004.

ARISTÓTELES. *Retórica*. [introdução: Manuel Alexandre Júnior; tradução e notas: Manuel Alexandre Júnior, Paulo F. Alberto e Abel do Nascimento Pena]. Lisboa: INCM, 1998.

BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. 15ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

CHARAUDEAU, P. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, E. e MACHADO, I. L. (orgs.) *As emoções no discurso* (vol. II). Campinas: Mercado das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006a.

\_\_\_\_\_. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006b.

\_\_\_\_\_. Les stéréotypes, c'est bien. Les imaginaires, c'est mieux", in Boyer H. (dir.), *Stéréotypage, stéréotypes :*

*fonctionnements ordinaires et mises en scène*, L'Harmattan, Paris, 2007.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e discurso*. Modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura infantil: teoria, análise didática*. São Paulo: Moderna, 2000.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HARRÉ, R. Gramática e léxicos, vetores das representações sociais. In: JODELET, D. (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MATTOSO CÂMARA Jr, Joaquim. *Contribuição à estilística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

PLANTIN, Christian. As razões das emoções. In: MENDES, E. e MACHADO, I.L. (orgs.) *As emoções no discurso*. v. II. Campinas: Mercado das Letras, 2010.

## DA PALAVRA À IMAGEM, DA IMAGEM À PALAVRA: REFERENCIAÇÃO E (RE)CONSTRUÇÃO DA FEMINILIDADE EM CONTOS ILUSTRADOS PARA CRIANÇAS

Beatriz dos Santos Feres (UFF)

**Resumo:** Esta reflexão centra-se na análise da *referenciação* como processo construtor do imaginário sociodiscursivo relacionado à feminilidade na/pela semiose verbo-visual de contos ilustrados para crianças, nos quais as parcelas verbal e visual agem de modo complementar, inserindo representações e sentidos interativamente, de acordo com a proposta simbólica do grupo social em que circulam. Parte-se do pressuposto de que a parcela imagética, codificada culturalmente, não só materializa as imagens mentais suscitadas pela parcela verbal, mas, sobretudo, ratifica valores implicitamente – sejam eles, neste caso, de manutenção de uma condição feminina de inferioridade e de vulnerabilidade, sejam de resistência à violência simbólica (BOURDIEU, 2017) sofrida pela mulher. Para essa investigação, será preciso tomar, primordialmente, as noções de imaginário sociodiscursivo (CHARAUDEAU, 2008; 2006), de construção da feminilidade (MIRA, 2017; ESTEVES, 2016), de referenciação (MONDADA; DUBOIS,

2003), além daquelas relacionadas à análise do conto ilustrado (NICOLAJEVA; SCOTT, 2011; LINDEN, 2011; HUNT, 2010).

**Palavras-chave:** verbo-visualidade; referenciação; construção da feminilidade.

**Résumé:** Cette discussion porte sur l'analyse de la *référenciation* en tant que processus de construction de l'imaginaire socio-discursif lié à la féminité dans et par la sémiose verbale et visuelle de contes illustrés pour enfants, dans lesquels les parties verbales et visuelles agissent de manière complémentaire en y insérant des représentations et des sens de façon interactive, selon la proposition symbolique du groupe social dans lequel ceux-ci circulent. Étant donné que la partie imagétique, culturellement codée, incarne non seulement les images mentales suscitées par la partie verbale, mais surtout ratifie implicitement certaines valeurs – que ce soit le maintien d'une condition féminine d'infériorité et de vulnérabilité, soit des valeurs de résistance à la violence symbolique (BOURDIEU, 2017) subie par les femmes. Pour cette recherche il faudra tout d'abord s'appuyer surtout sur les notions d'imaginaire socio-discursif (CHARAUDEAU, 2008 ; 2006), de construction de la féminité (MIRA, 2017; ESTEVES, 2016), de référenciation (MONDADA ; DUBOIS, 2003), et en

outre sur les notions qui se rattachent à l'analyse des contes illustrés (NICOLAJEVA; SCOTT, 2011 ; LINDEN, 2011, HUNT, 2010).

**Mots-clés:** Texte verbo-visuel; imaginaire socio-discursif; féminité; référenciation; Conte illustré.

### 1 *Ser e parecer* feminina: uma construção simbólica

Segundo Bourdieu (2017, p. 118), “a história se obriga a tomar como objeto o trabalho (...) de diferenciação a que homens e mulheres não cessam de estar submetidos e que os leva a distinguir-se masculinizando-se ou feminilizando-se”. Em outras palavras, há um movimento em curso que problematiza, entre outros pontos correlatos, a forma como são representadas a masculinidade e a feminilidade para que pareçam condições naturais, e não construídas simbolicamente pelas sociedades, sobretudo no que concerne à dominação masculina e à violência simbólica sofrida pela mulher. Embora sejam indiscutíveis os avanços em direção à igualdade entre homens e mulheres em termos profissionais, ou de liberdade de ação, ainda hoje se observa, por exemplo, o domínio do espaço público por parte dos homens e, do doméstico, por parte das mulheres. Ainda hoje a imagem de um homem que cozinha, faz



crochê e cuida de crianças surpreende mais do que o acúmulo de tarefas domésticas da mulher que “trabalha fora”, mesmo que seu companheiro, sem que assuma a divisão das tarefas, diga-se a favor da “causa feminina”. Ainda hoje franquias de “escolas de princesas” espalham-se pelo Brasil das “belas, recatadas e do lar”, tão bem incensadas por revistas “de referência”, enquanto a Lei Maria da Penha é constantemente acionada por causa da violência contra a mulher.

Ao encontro dessa ideia, em recente pesquisa sobre o arquétipo da *princesa* na construção social da feminilidade, Mira (2017) revela como a indústria do consumo, com produtos culturais especialmente direcionados para a infância, serve à perpetuação da ordem social baseada no amor romântico, na família heterossexual e na dominação masculina. Incluíram-se na investigação entrevistas com crianças entre 6 e 10 anos, do sexo feminino, com as quais se comprovou que o arquétipo de princesa é tomado como “modelo identitário que encerra um discurso que legitima uma maneira hegemônica de ser e parecer mulher” (MIRA, 2017, p. 99). Grande parte dos produtos culturais considerados na pesquisa é de livros direcionados à infância, a partir dos quais as conversas com as crianças são encetadas:

Na opinião das crianças entrevistadas, a *princesa*, pelas suas virtudes, é desejada por quase todas as meninas: “depende das princesas e das meninas”. Surgindo como uma referência para a formação da sua identidade, uma das crianças desenhou uma *princesa* com um vestido parecido com o seu do último Carnaval e uma outra escolheu uma história protagonizada por uma princesa com o seu nome, inscrevendo-se a idealidade no real.

Ao contrário, na perspectiva das crianças entrevistadas, os meninos “normalmente não gostam” de *princesas*, sendo a sua masculinidade constantemente vigiada pelos/as seus/suas pares. Uma das crianças afirmou que seria positivo que os livros com *princesas* contemplassem outras figuras para que os meninos se identificassem mais com essas histórias (MIRA, 2017, p. 54-55).

A pesquisadora consegue ratificar, por meio de dados bastante atuais, a preservação de uma *doxa* revelada por meio de um conjunto de marcas distintivas para o masculino e para o feminino, e de um padrão normativo tomados como naturais, corroborando a tese de Bourdieu a respeito da “visão hierarquizada” de uma regra social que desfavorece a mulher, inclusive, na sua expressão profissional:

Em suma, através da experiência de uma ordem social “sexualmente” ordenada e das chamadas explícitas à ordem que lhes são

dirigidas por seus pais, seus professores e seus colegas, e dotadas de princípios de visão que elas próprias adquiriram em experiências de mundo semelhantes, as meninas incorporam, sob forma de esquemas de percepção e de avaliação dificilmente acessíveis à consciência, os princípios da visão dominante que as levam a achar normal, ou mesmo natural, a ordem social tal como é, e a prever, de certo modo, o próprio destino, recusando as posições ou as carreiras de que estão sistematicamente excluídas e encaminhando-se para as que são sistematicamente destinadas” (BOURDIEU, 2017, p. 133).

Por outro lado, Mira mostra que essa aparente passividade é suscetível de crítica, num movimento de contrarprodução do arquétipo: “A rede discursiva naturaliza certos pensamentos e desejos, impedindo a formulação de alternativas, que aparecem, numa fase posterior e com o acesso a novas possibilidades, como evidentes” (MIRA, 2017, p. 98 – grifos nossos). Isso parece comprovar que, com oferta de “novas possibilidades”, isto é, de informações e de perspectivas alternativas, crianças (e adultos) podem ser levados a recriar o que simplesmente (ou simploriamente) parece consumado.

Essa ideia ecoa em estudos voltados para a relação entre Cultura Visual e Educação, nos quais se explicita a carga

ideológica contida na “cultura visual popular”, como analisada nas animações da Disney, por exemplo (TAVIN; ANDERSON, 2010, p. 57), que promovem a delimitação de “percepções da realidade e uma construção normativa do mundo”:

Várias das representações que emanam da Disney, especialmente através de seus desenhos animados, são vinculadas a discursos dominantes relativos a gênero, raça, etnia e história. (...) As jovens protagonistas são frequentemente subordinadas aos heróis e, muitas vezes, empregam comportamentos sobredeterminados de sexualidade e de sacrifício, a fim de conquistar a companhia e a segurança masculinas. Por exemplo, Ariel, a sereia de *A pequena sereia*, troca sua voz (entendida como uma forma de ação humana) por pernas, para que ela possa sair em busca de seu belo príncipe e receber o beijo do “verdadeiro amor”. Jasmine, a protagonista de *Aladim*, é objeto de desejo masculino, e, no fim, sua felicidade é determinada pelo casamento com a personagem-título (TAVIN; ANDERSON, 2010, p. 60).

Nesse caso, num movimento de conscientização e desconstrução de preconceitos, os pesquisadores fazem uma proposta de intervenção pedagógica com a discussão dos estereótipos e – eles enfatizam – não com a exclusão de

material simbólico como esse produzido pela Disney do repertório das crianças.

Com o mesmo propósito crítico, o trabalho desenvolvido por Nunes (2010) por meio da análise das personagens *Moranginho*, *Barbie*, *Hello Kitty*, *Pucca* e princesas, tão conhecidas no universo infantil, mostra a necessária mediação da escola para se repensar a atribuição de comportamentos femininos (“Meninas são mais doces!”), desejos de consumo (“Eu já sei o que vou comprar!”) e a busca pela beleza (“Eu queria ser igual a ela!”), profundamente arraigadas em nossa sociedade, que padronizam implicitamente, nas imagens das personagens femininas, uma determinada noção de como *ser* e *parecer* mulher.

Poderiam ser citadas outras investigações que problematizam, de forma central ou não, a construção da *feminilidade* por meio de bens culturais direcionados à infância. Aqui, porém, esses exemplos parecem ser suficientes para motivar este capítulo, que pretende explorar, sob a égide da Teoria Semiociológica de Análise do Discurso, estratégias discursivas de construção do imaginário sociodiscursivo relativo à feminilidade em *contos ilustrados* para crianças, a fim de analisar *como* esse bem cultural, de forte caráter formativo, apresenta às novas gerações a manutenção da condição de

inferioridade e de submissão da mulher, ou, por outro lado, como exprime, em obras do mercado editorial brasileiro, a resistência à violência simbólica sofrida por ela.

Mais atenta à inculcação de representações que, quase sempre, parecem “acostumar” a mulher a um determinado comportamento, e no seguimento da Teoria Semiociológica proposta por Patrick Charaudeau, a reflexão aqui sugerida privilegiará a investigação da semiotização verbo-visual do mundo no contrato comunicativo estabelecido pelo conto ilustrado, cujo destinatário preferencial é a criança, mas cuja mediação do adulto, destinatário “filtrador” desse bem cultural, está também implícita e influencia a seleção do imaginário sociodiscursivo que permeia a obra. Se, de acordo com Charaudeau (2008, p. 31), “toda interpretação é uma suposição de intenção”, pode-se completar dizendo que toda análise do discurso é uma conscientização dessa intenção – tão necessária à leitura crítica, sobretudo quando envolve a “formação” infantil. E isso motiva a reflexão.

Para tal intento, parte-se da hipótese de que a *referenciação* desencadeada por signos verbais e visuais em conjunto, ao atuar na construção, na desconstrução e na reconstrução (como se objetiva demonstrar) do imaginário sociodiscursivo (CHARAUDEAU, 2006) relacionado, neste

caso, à *feminilidade*, vale-se não só da complementaridade dos dois tipos sígnicos – o que permite o preenchimento de lacunas cognitivas de uma parte ou de outra – e de sua função identificadora-qualificadora, mas, sobretudo, além da função categorizante atribuída à palavra, da capacidade condensadora e codificadora de simbologias que a imagem parece apresentar em grau mais acentuado do que o signo verbal.

A análise, primordialmente baseada em pressupostos da Semiologia (CHARAUDEAU, 2008; 2006), como já dito, também estará apoiada em conceitos da Sociologia (MIRA, 2017; ESTEVES, 2016), da Linguística Textual (MONDADA; DUBOIS, 2003), de teorias relacionadas à Literatura Infantil (COLOMER, 2017; HUNT, 2010) e ao livro ilustrado (NICOLAJEVA; SCOTT, 2011; LINDEN, 2011), além de excertos de contos ilustrados publicados no Brasil na contemporaneidade.

## 2 Semiologia, referenciação e verbo-visualidade

De acordo com a Semiologia, a situação de comunicação – constituída pela identidade dos interagentes, pela finalidade da troca, pelo tema e pelo dispositivo – rege o discurso. Ela forma o quadro de referência ao qual os indivíduos

se reportam quando se comunicam: “A situação de comunicação é como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui seu valor simbólico” (CHARAUDEAU, 2007, p. 67). Não só o produtor deve estar atento às restrições relacionadas à situação de comunicação sob pena de não se fazer entender, como seu interlocutor precisa sustentar sua interpretação nesses dados externos. É esse trabalho incessante de reconhecimento das memórias sociais e dos rituais de comportamento que ajusta e finaliza os sentidos comunicados por meio de um texto.

Quanto a esse aspecto, é preciso prever, na elaboração de um conto para crianças, que o destinatário ideal desse gênero discursivo está limitado por sua pouca experiência de vida e seu parco repertório cognitivo. É preciso, de algum modo, oferecer a esse leitor condições de entendimento ajustados à sua faixa etária e a uma pressuposta dose de conhecimento. Em alguma medida, a ilustração que compõe o conto cumpre o papel de materializar alguns saberes que, para a criança, podem se revestir de total ineditismo. A ilustração, então, *mostra* muito daquilo que é dito, antecipando possíveis incompreensões, num processo de *ancoragem* (BARTHES, 1990) às avessas, que permite tirar da cadeia de flutuações

semânticas o elemento referido verbalmente. Por exemplo: “Lúcia-Já-Vou-Indo”, de Maria Heloísa Penteado (1984), conto ilustrado bastante conhecido, tem como protagonista uma lesma. Sua descrição destaca a característica psicológica que o conto vai explorar:

Lúcia Já-Vou-Indo não conseguia andar depressa. De maneira nenhuma. Andava devagar, falava devagar, chorava e ria devagarinho e pensava mais devagar ainda. Muito natural, pois ela era uma lesma (PENTEADO, 1984, p.1).

Já a concretização da ideia do animal – lesma – se realiza por meio da imagem plástica de um ser azul, de corpo comprido e sem pernas, que desliza pelo chão, mas antropomorfizado, pois tem duas mãos, vasta cabeleira negra com laço de fita e uma bolsa a tiracolo. Esses dados oferecidos exclusivamente pela imagem, por um lado, indicam como é o animal (embora transformado), provavelmente desconhecido pela criança, mas, por outro, também exploram uma aparência feminina, simpática, vaidosa e... vagarosa. O modo de apresentar o tema lidou com estratégias de identificação e de qualificação – facilitados pela ilustração - passíveis de entendimento por parte da criança, ao mesmo tempo em que

traz implícitos valores identitários de fácil adesão para os adultos e de inculcação para a infância, como os traços de feminilidade atribuídos à personagem.

Além das restrições impostas pela situação de comunicação monolocutiva (sem permissão para o interlocutor intervir na materialidade do texto) do gênero discursivo em tela, cujo dispositivo impresso, constituído por palavras e imagens, é destinado, em uma troca postergada, a um sujeito em início de socialização, torna-se relevante, para esta reflexão, atentar qual é e como é evocado o imaginário sociodiscursivo dos interagentes dessa troca comunicativa. Partindo-se, aqui, da análise da *referenciação* como processo de *introdução de objetos de discurso* (MONDADA; DUBOIS, 2003), isto é, da *referência avaliativa e discursivizada* aos seres do mundo, seja por meio da palavra, seja por meio da ilustração, questiona-se: com que carga simbólica relativa à feminilidade são revestidos os seres no modo de referir dessas narrativas? Quais os indícios de avaliação seus objetos de discurso carregam?

[...] falaremos de referenciação, tratando-a, assim como à categorização, como advindo de práticas simbólicas mais que de uma ontologia dada. Como diz Rastier, a referenciação não diz respeito a “uma relação de representação das coisas ou dos estados de coisas, mas a uma relação entre o texto e

a parte não linguística da prática em que ele é produzido e interpretado” (...). Estas práticas não são imputáveis a um sujeito cognitivo abstrato, mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações e de concepções individuais e públicas do mundo (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 20).

Essa concepção permite pensar o processo de “dizer o mundo” como dependente das práticas sociais, da cultura e da intersubjetividade. Se a “representação das coisas” se vincula à relação entre texto e “parte não linguística da prática em que ele é produzido e interpretado”, compreende-se que a semiotização ocorre na interação entre material simbólico e saberes prévios de domínio dos interagentes da troca comunicativa. Ao eleger a *referenciação* como processo constitutivo da *semiotização do mundo*, enfatiza-se sua vinculação à axiologia social. Por meio dela, inculcam-se ou reforçam-se valores partilhados pelo grupo em que os contos circulam.

Se, de acordo com a Semiologia, os imaginários sociodiscursivos “dão testemunho das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais” (CHARAUDEAU, 2007, p. 206), quando evocados pelo

processo de *referenciação*, passam a ajustar a perspectiva do leitor, direcionando seu olhar ao modo de pensar, de sentir e de agir referendado socialmente. Esse aspecto se avulta principalmente quando se trata de um gênero discursivo voltado para a socialização da criança, suscetível a um olhar inaugural aparentemente natural, próprio do mundo, mas dependente da partilha de saberes de conhecimento (O que é uma lesma? Como ela é?) e de crença (Como uma mulher deve se comportar?) orientada de acordo com o grupo social em que se dissemina, e especialmente recortada pela *referenciação* operada pela linguagem.

A socialização tem na linguagem seu *medium* por excelência. (...) nela a linguagem assume como que um estatuto universal (transcultural): a sua aprendizagem é concomitante à inculcação de esquemas interpretativos e emocionais com valor institucional que, ao serem incorporados pelos indivíduos, passam a funcionar como verdadeiros programas de vida – com utilização quotidiana e como uma espécie de guias práticos para orientação prospectiva. Por este motivo, para a criança, a realidade interiorizada durante a sua socialização impõe-se como inevitável, com um estatuto obrigatório e indiscutível: esta é a forma concreta do seu primeiro acesso à realidade, a qual, para a criança, se confunde com o próprio mundo (ESTEVES, 2016, p. 75-76).



Na “socialização primária” vivida na infância, a “interiorização do outro generalizado” permite o indivíduo se reconhecer e se fazer reconhecido plenamente como membro de um grupo (Idem, p. 76) e, mais tarde, na “socialização secundária” que se estende ao longo da vida, também a linguagem fornecerá o acesso a realidades mais heterogêneas, processadas a um nível mais elevado de racionalização das estruturas do mundo e desempenhará, a partir da cultura, um papel fundamental nos processos sociais básicos de adaptação do indivíduo aos meios natural e social. Nesse sentido, os contos ilustrados podem recobrir relevante espaço na socialização inicial da criança, sobretudo em virtude de seu duplo processo de referência, desempenhando as funções que são próprias da Literatura Infantil segundo Colomer:

1. Iniciar o acesso ao imaginário compartilhado por uma determinada sociedade.
2. Desenvolver o domínio da linguagem através das formas narrativas, poéticas e dramáticas do discurso literário.
3. Oferecer uma representação articulada do mundo que sirva como instrumento de socialização das novas gerações (COLOMER, 2017, p. 19).

Ainda de acordo com a especialista e em convergência com a ideia de “socialização primária” de Esteves, já na primeira infância, por volta de um ano e meio, a criança reconhece objetos representados em ilustrações, mesmo sendo diferentes do que se percebe na experiência direta com o mundo (em relação à cor, ao traço, à proporção). Ao explorar imagens fixas e histórias curtas repetidas, ela aprende a identificar, compreender e perceber juízos de valor “que merecem as coisas em sua própria cultura: o que é seguro ou perigoso, o que se considera belo ou feio, comum ou extraordinário etc.” (Idem, p. 32). Mesmo que a ilustração, no caso do texto direcionado para a criança, tenha como propósito principal *simplificar* a informação, concretizando, em certa medida, o que foi dito na parte verbal, seu poder *condensador* também inclui aspectos avaliativos e simbólicos relacionados a um olhar em perspectiva que são igualmente encontrados em outros gêneros verbo-visuais que circulam na sociedade, mas que se destinam ao adulto, como o fazem as charges, cartuns, tirinhas, por exemplo – embora estes, mesmo que sejam categorizados como gêneros *formadores de opinião*, não admitam uma função *educadora* tal como a literatura infantil em sua própria gênese.

Classificado como *livro com ilustração* – e não como *livro ilustrado* –, por causa da maior extensão e, sobretudo, da

independência da parte verbal em relação à imagética, “Procurando firme”, de Ruth Rocha, em suas três versões (pela editora Nova Fronteira, em 1984, pela Ática, em 2002, e, mais recentemente, pela Salamandra, a partir de 2009) parece um bom exemplo de ancoragem pelo visual da informação oferecida pelo verbal na dupla referenciação. Se, no *livro ilustrado*, palavra e imagem constroem juntas o sentido do texto, sendo impossível narrar sem uma das duas partes, no *livro com ilustração*, a narrativa verbal se sustenta com autonomia, ainda que a ilustração acrescente sentidos (quase sempre avaliativos) não vislumbrados pela verbalidade. Nesse caso, a imagem “dá o tom” das descrições, enfatizando um ou outro aspecto.

### Capas de “Procurando firme”, de Ruth Rocha



Fonte: Estante Virtual<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Disponível em <<http://www.estantevirtual.com.br/busca?q=Procurando+Firme>> . Acesso em 18 jan. 2018.

Na capa da edição de 1984, a ilustração de Ivan e Marcelo mostra a protagonista de “Procurando firme”, Linda Flor (que preferia ser chamada de Teca, Zaba ou Mari), já descaracterizada como princesa, afinal, na busca por igualdade entre os gêneros (embora copiando o modelo masculino), ela queria fazer aulas de berro, esgrima, corrida, com os instrutores de seu irmão príncipe, para “correr mundo”:

É isso mesmo, correr mundo! Eu estou muito cansada de ficar neste castelo esperando que um príncipe qualquer venha me salvar. Eu acho muito mais divertido sair correndo mundo como os príncipes fazem. E se eu tiver que casar com alguém eu encontro por aí, que o mundo é bem grande e deve estar cheio de príncipes pra eu escolher (ROCHA, 1984, p. 27).

A princesa nessa capa tem sua “realeza” referida apenas pelo castelo ao fundo da imagem. O cabelo bem curto, calças compridas, camiseta, mochila às costas e seu pulo de satisfação registrado no ar substituem os vestidos esvoaçantes, as tranças que traziam os príncipes ao castelo, como em Rapunzel, a delicadeza e o gesto comedido característicos de uma princesa. Já a ilustração de Cláudio Martins na edição da

Ática destaca a feminilidade principesca de Linda Flor, colocando, em primeiro plano, um rosto de menina, com cílios proeminentes, lábios vermelhos e bochechas rosadas, coroa na cabeça, além de outras referências relacionadas às histórias de princesas, como o castelo ao fundo e um rabo de dragão. Na edição que circula atualmente, a capa apresenta dois personagens crianças com características muito semelhantes entre si e sem qualquer referência à realeza, nem à realidade: ambos têm o cabelo curto e estão “fantasiados” de super-heróis, com capa às costas, galochas, bermuda e camiseta. O fundo é monocromático e não apresenta nenhuma outra informação. Nessa ilustração, o que se evidencia é a natureza imaginativa da infância, com a indumentária própria da criação fantasiosa.

Segundo Castro (2015), a capa do livro destinado à infância deve provocar um arrebatamento que predisponha o leitor à leitura, guardando as funções de captação e de informação, ainda que esta esteja no limite das antecipações, a fim de criar caminhos para a interpretação. O título “Procurando firme”, na parte superior das capas, não aponta para mais um conto de fadas, ou novela de cavalaria, ou algo semelhante, como seria de se esperar a respeito de um conto sobre

princesa. Muito pelo contrário, sugere uma narrativa cujo objetivo permanece aberto, sem “final feliz”. Além disso, na capa, encontram-se dados que, de um lado, são relevantes para a credibilidade da obra (nome do autor, do ilustrador) ou pistas do conteúdo do livro (que podem ser confirmadas ou refutadas), mas, por outro, precisam agir na identificação do leitor em relação ao livro e do texto em relação às suas referências ao mundo. No caso das capas de “Procurando firme”, cada uma oferece uma pista diferenciada de leitura: a menina “descolada” que se apresenta na primeira capa enfatiza a reconstrução da feminilidade; na segunda, o rosto de menina, delicado e enfeitado como previsto socialmente remete ao caráter estereotipado do *ser e parecer mulher*, ainda que reconstruído ao longo do texto e, na terceira, a imagem de duas crianças vestidas como super-heróis evidencia um sentido que não é comunicado pela parcela verbal, extrapolando o curso da história quanto ao tema original.

Em outras palavras, a mesma protagonista, referenciada como *Linda Flor*, nome bem ajustado a meninas frágeis e delicadas, ou como *princesa*, já qualificada de antemão como delicada, nobre, frágil, à espera do príncipe, é mostrada em tons diferentes em cada imagem. É a ilustração que revoga a atenção do leitor para uma ou outra qualidade ou aspecto da

narrativa a ser evidenciado. O tema da feminilidade reconstruída, central na narrativa, tem sua relevância mais ou menos explorada em cada ilustração: aquela que já na imagem da capa traz a noção reformulada parece apontar mais firmemente para a reconstrução da feminilidade; a que mostra uma princesa nos moldes tradicionais aposta no arquétipo, ao menos como fator favorável de captação do leitor, e a última, que não traz uma coisa nem outra, parece deixar em segundo plano a argumentação que sustenta a narrativa. O processo de referenciação por meio da visualidade, complementar nesse tipo de semiose, constituindo ou não a narração desde a origem, com seus traços, cores e paralinguagens, pode recategorizar o referente, ou, pelo menos, alterar a qualificação atribuída a ele, deixando mais ou menos implícitos valores referendados socialmente.

### 3 (Des)construção da feminilidade em contos ilustrados para crianças

Em contos ilustrados propriamente ditos, isto é, em narrativas alicerçadas em linguagem mista, verbal e visual, a ilustração *mostra* personagens, ambientes e referentes visuais em sua materialidade, com características indexadas

socialmente, e a parte verbal *narra*, avançando sequencialmente as cenas e relacionando causas e efeitos.

A função das figuras, signos icônicos, é descrever ou representar. A função das palavras, signos convencionais, é principalmente narrar. Os signos convencionais são em geral lineares, diferentes dos icônicos, que não são lineares nem oferecem instrução direta sobre como lê-los (NIKOLAJEVA; SCOTT, 2011, p. 14).

Ainda que as funções de narrar e descrever possam se mesclar, ou se alternar, primordialmente se apresentam ligadas respectivamente à verbalidade e à visualidade conforme indicam Nikolajeva e Scott. Por exemplo, em *Super* (ALPHEN, 2017), o protagonista-menino relata o cotidiano de seu pai e de sua mãe:

Todos os dias, papai sai bem cedinho para trabalhar. Mamãe também. Papai voando! E Mamãe me leva para a escola antes de ir para o trabalho. É sempre assim. Papai sai voando pela manhã. E sempre volta à noite. E Mamãe também. Algumas noites, Papai dá uma paradinha para ver meu programa predileto. Enquanto mamãe faz a pipoca! Algumas noites, Papai volta do trabalho acompanhado de seus supercolegas... ..Até mesmo quando Mamãe está supercansada (ALPHEN, 2017, p. 1-14).

A parcela verbal é disposta lentamente, distribuída ao longo das páginas, enquanto ilustrações preenchem a maior parte de cada folha dupla, mostrando, inicialmente, um pai vestido com máscara e capa, representado como super-herói, que sai literalmente voando, e uma mãe vestida prototipicamente, ou seja, com um avental. Essa percepção do menino em relação aos pais se altera ao longo do conto, pois o pai, surpreendentemente, passa a buscá-lo na escola no lugar da mãe, além de assumir outras tarefas domésticas, já sem a roupa de super-herói, à medida que a mãe passa a ficar mais tempo fora de casa, no trabalho, até que o menino percebe que a mãe também é “super”:

### Ilustrações da Mãe em *Super*



(ALPHEN, 2017, p. 14 e 48)

Em textos verbo-visuais, trabalha-se com a expectativa de convergência semântica entre as parcelas sógnicas: em *Super* (ALPHEN, 2017), um narrador em primeira pessoa, exposto na parte verbal, trata de seu cotidiano com os pais. Em um movimento de correferenciação, a imagem do menino é automaticamente reconhecida como a do narrador e a dos adultos, como a de seus pais. Observa-se uma recategorização dos objetos *pai* e *mãe* operada na visualidade e ligada a uma quebra de expectativa quanto à avaliação do papel do homem e da mulher. Inicia-se o texto com uma representação paterna revestida de indumentária de super-herói, carregada metaforicamente de uma avaliação bastante positiva quanto ao trabalho exercido pelo homem na esfera pública (a mãe também trabalhava fora, além de executar as tarefas domésticas, mas, no começo do conto, não estava vestida de super-heroína). Essa avaliação positiva só migra para a caracterização da mãe como “super” quando ela assume a função de provedora, antes atribuída apenas ao pai. O pai, por sua vez, perde o caráter “super” justamente à medida que passa a ficar em casa e a assumir as tarefas domésticas.

Em outras palavras, o conto parece pretender tematizar a capacidade feminina de assumir atividades tradicionalmente masculinas e colocar o homem como aquele que também pode

assumir tarefas domésticas, entretanto, perpetua-se a diferenciação qualitativa entre a esfera pública e a privada, entre a valorização do trabalho “fora de casa”, próprio ainda do homem, “coisa de super-herói”, e aquele doméstico, desimportante e sem projeção social, ainda quase exclusivo da mulher. A superioridade atribuída no conto à mulher, “marcada”, “assinalada” por ser considerada excepcional, permanece atrelada a posições sociais ainda bastante estigmatizadas e é na metáfora visual que o preconceito ganha expressão.

A representação da mulher como heroína, igualada ao homem no que tange ao trabalho “fora de casa”, corrobora a ideia de que a conquista da esfera pública por parte dela está entre os mais relevantes fatores de mudança da condição feminina:

A maior mudança está, sem dúvida, no fato de que a dominação masculina não se impõe mais com a evidência de algo que é indiscutível. (...) O questionamento das evidências caminha *pari passu* com as profundas transformações por que passou a condição feminina, sobretudo nas categorias sociais mais favorecidas: é o caso, por exemplo, do aumento do acesso ao ensino secundário e superior, ao trabalho assalariado e, com isso, à esfera pública; é também o distanciamento em relação às tarefas domésticas e às funções de reprodução (...);

é, sobretudo, o adiamento da idade do casamento e da procriação, a abreviação da interrupção da atividade profissional por ocasião do nascimento de um filho, e também a elevação dos percentuais de divórcio e queda dos percentuais de casamento (BOURDIEU, 2017, p.124-125).

Entretanto, quanto ao distanciamento do trabalho doméstico, Bourdieu (Idem) explica, em letras pequenas de uma nota de rodapé, tratar-se de um fator que, apesar de nada ter de negligenciável, ocorre através da *agregação de ações individuais* nas unidades domésticas e no mundo do trabalho. Esse comentário discreto relacionado a *ações individuais* que, claro, não estão protocoladas como causa feminista, parece omitir, como também ocorre no conto, o valor negativo e o peso da responsabilidade das enfadonhas tarefas domésticas atribuídas à mulher e ao caráter feminino exclusivamente.

Outros dois títulos de contos ilustrados permitem flagrar a (re)construção simbólica da feminilidade por meio do processo de referenciação verbo-visual: *Coisa de menina* (FERRARI, 2016) e *Este não é um livro de princesas* (FRANCO; LOLLO, 2014). Tanto quanto em *Super*, esses contos apresentam uma proposta preponderantemente *pragmática* de interação (Paulino, 2000), isto é, evidencia-se um objetivo de provocar mudança de comportamento nos leitores. Embora em



*Super* a reconstrução do imaginário sociodiscursivo relativo à feminilidade se apresenta sutil e parcialmente, nos outros há um evidente direcionamento para a reformulação do papel da mulher na sociedade, expresso, em ambos os casos, na quebra de expectativas quanto ao arquétipo de *meninal/princesa*.

Em *Coisa de menina* (FERRARI, 2016), já no título centralizado na capa, sem ilustrações, a expressão nominal simula uma antecipação relacionada ao universo feminino, de acordo com o próprio arquétipo disseminado socialmente. O leitor pode esperar um texto que fale das tarefas próprias da mulher, sobretudo no cuidado com a beleza, com a delicadeza, com tarefas do ambiente doméstico e com a espera do casamento e da maternidade. Contudo, as páginas duplas apresentam atividades inusitadas para as meninas, como pilotar aviões, dragões e unicórnios, ou estudar arqueologia, mecânica, ou ainda dedicar-se a esportes vistos como exclusivamente masculinos, além de vontades “estranhas”, como a de ser astronauta ou médica. Meninas são descritas como corajosas, fortes e poderosas e ocupam cargos como o de juízas, presidentas e até rainhas.

### Página dupla de *Coisa de menina*



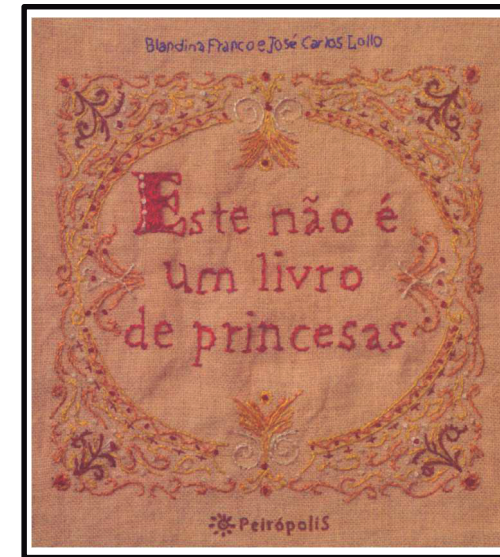
(FERRARI, 2016, p. 28-29)

O tema da feminilidade, nesse livro, é central, explorado também por meio de ilustrações que complementam de forma divertida a parte verbal, a fim de concretizar as informações para leitores pouco experientes. O texto se constitui, basicamente, de uma longa definição da feminilidade, desconstruindo o arquétipo e oferecendo dados para reformulação do conceito. Nas páginas à esquerda, a estrutura textual é simples, com dois períodos. No primeiro, o substantivo menina/meninas reitera o tema insistentemente, acompanhado, muitas vezes, por um predicado nominal; no segundo, o substantivo quase sempre é substituído pelo pronome reto e acompanhado por um predicado verbal em que se explica o predicativo do período anterior. Com essa estrutura descritiva simples, extremamente coesa e concisa, processa-se a *transformação* de um *mundo a ser significado* em *mundo*

*significado* (CHARAUDEAU, 2008), identificando e qualificando as meninas, além de revelar suas ações, porém propondo ao leitor um novo modo de olhar, sob o comando do processo de *transação* implícito nesse contrato de comunicação direcionado para a criança, mas também para o adulto que escolhe a temática e medeia a leitura. Quanto à categorização operada pela imagem, observam-se várias cores de pele e marcas culturais compondo as personagens, caracterizando tipos diferentes de meninas e alargando o universo de referências. O repertório visual ofertado pelas ilustrações é também relevante fonte de orientação discursiva e de reflexão, e não deve ser negligenciado na mediação de leitura junto à criança.

Assim como o processo de referenciação pela palavra denuncia a perspectiva a partir da qual um referente é visto e avaliado, a referenciação pela imagem provoca igualmente associações a esferas de conhecimento e a saberes de crença previamente avaliados.

### Capa de *Este não é um livro de princesas*



(FRANCO; LOLLO, 2014)

No livro de Blandina Franco e José Carlos Lollo (2014), repete-se o paradoxo proposto por Magritte com a frase declarativa “Isto não é um cachimbo” abaixo da imagem de um cachimbo: “Este não é um livro de princesas”, título do livro, aparece delicadamente bordado ao centro de um fundo em tecido, ladeado por fino ornamento em cores harmoniosas, em uma referência à atividade manual que indica a própria feminilidade. Todas as páginas são apresentadas dessa forma: uma inscrição central bordada e ladeada por pontos delicados e coloridos. No verso de cada uma, a imagem do arremate do

bordado. Não há imagens de personagens, ou de ambientes; apenas a referência ao universo feminino por meio dos bordados. Entretanto, a parte verbal do texto nega insistentemente o enquadre cognitivo suscitado pela parcela visual, resignificando-a.

Este *não* é um livro de princesas.

*Nem* um livro para princesas.

*Nem* um livro escrito por uma princesa.

*Muito menos* um livro ilustrado por uma princesa.

Este é um livro que *não* começa com “Era uma vez”.

Ele começa com “Um dia desses, antes de amanhecer”.

Este é um livro que *não* se passa “Em um reino distante”.

Ele se passa “em uma casa aqui perto, logo ali virando a esquina”.

E neste livro, nesta casa, *não* vive uma princesa.

Vive uma menina de cabelos desganhados e que *não* gosta muito de tomar banho.

Aqui *não* importa se as princesas são loiras, morenas ou ruivas.

*Nem* se são altas, baixas, magras ou gordas.

*Não* importa se elas bordam ou brincam pelos corredores de seus castelos.

*Nada* disso é importante neste livro, porque este *não* é um livro de princesas.

Neste livro, naquela casa logo ali virando a esquina, um dia desses, antes do amanhecer, uma menina de cabelos desganhados e que *não* gosta muito de tomar banho estava debruçada na janela do seu quarto, sonhando com a sua vida.

E ela viveu feliz para sempre! (FRANCO; LOLLO, 2014, p. 1-33. Grifos nossos).

A proposta de reconstrução do arquétipo de princesa passa, nesse caso, por uma crescente dissociação entre a referenciação operada pelo verbal e pelo visual, normalmente convergentes. No verbal, uma referenciação inicialmente negativa (“Este *não* é um livro de princesas. *Nem* um livro para princesas...”) parece “adivinhar” e neutralizar as associações realizadas a partir do visual, constituído por um fundo bordado, relacionadas a várias características marcantes da feminilidade e da estrutura dos contos de fadas, nos quais prototipicamente habitam as princesas: não é um livro que começa com “Era uma vez”, nem se passa num “reino distante”; ali as princesas não precisam *parecer* princesas, não precisam ser loiras, morenas ruivas, magras, gordas, altas ou magras, nem precisam bordar,

ou seja, não há necessidade de seguir um padrão de feminilidade apregoado tradicionalmente: “uma menina de cabelos desgrelhados e que não gosta muito de tomar banho estava debruçada na janela do seu quarto, sonhando com a sua vida. E ela viveu feliz para sempre!”.

Essa desobrigação em preencher as características de uma princesa permanece acompanhada pelo delicado bordado, que agora não está mais arrolado entre as condições de *ser* e *parecer* mulher referendadas socialmente, ainda que mantenha a delicadeza e a harmonia de sua apresentação, mas parece representar apenas a ideia de “viver feliz para sempre” com a liberdade de sonhar e de ser somente o que se é. A referenciação negativa mostra o quanto a menina/mulher prescinde de tantos parâmetros aceitáveis de encaixamento social. Nesse caso, a ressignificação do arquétipo da princesa permite romper com características, atributos e valores repetidos ao longo de muitas gerações, e deixar de perpetuar ideias preconcebidas a respeito de um padrão de comportamento bastante rígido e excludente em relação às meninas “destoantes”. Representa, portanto, um movimento de resistência à violência simbólica que a mulher sofre desde sempre.

### **3 Enfim, um processo de (re)construção da feminilidade em curso**

Pressupondo-se, com Charaudeau (2008), que, embora propenso às crenças e aos valores nos quais vive socialmente imerso, o sujeito da linguagem, produtor ou interpretante, seja um ser interativo, considera-se uma habilidade constitutiva do indivíduo reagir às conformações simbólicas e propor novas perspectivas.

A partir dessa hipótese, procurou-se analisar algumas estratégias discursivas empregadas em livros ilustrados para crianças a fim de evidenciar como esse bem cultural tem se prestado, dentre outros tantos aspectos, à reconstrução do imaginário relacionado à feminilidade, tradicionalmente estereotipado como um lugar de objetificação, fragilidade, futilidade e pouca capacidade empreendedora, mas agora visto como potencialmente forte, criativo, pró-ativo, empoderado, sujeito de suas vontades e decisões.

A composição verbo-visual dos livros ilustrados em destaque permite um processo referencial que, a partir de representações verbais e visuais cujo valor social tem sido justamente o da fragilidade e da “incompetência” para atuação no espaço público, age num movimento de contraexpectativa,

subvertendo o senso comum relacionado à identidade e ao papel da mulher na sociedade. A imagem de “princesa-bela-recatada-do-lar”, que se preocupa apenas com “coisas de meninas”, como o cuidado com a aparência e a espera pelo casamento e pelos filhos, ganha, aos poucos, novos contornos, deslocando a princesa de seu castelo-espaço doméstico até o mundo do trabalho e da libertação de coerções sociais impostas culturalmente.

Quando termos como “princesa”, “coisa de menina”, ou a imagem de bordados, cuja avaliação se cristalizou ao longo de gerações, são referidos nos livros analisados, sua apresentação, por um lado, serve-se da expectativa representacional já consolidada socialmente, mas, por outro, investe na quebra dessa mesma expectativa, numa aposta de ressignificação direcionada para uma nova perspectiva em relação à mulher, sua identidade e seu papel na sociedade, e, portanto, participa da (re)construção do imaginário sociodiscursivo ligado à feminilidade: da palavra à imagem – simbólica, sobretudo -; da imagem – ilustrada – à palavra ressignificada.

## Referências

ALPHEN, Jean-Claude. *Super*. São Paulo: Pulo do Gato, 2017.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. 5.ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2017.

CASTRO, Sabrina Vianna. *Pelas janelas: um estudo semiolinguístico das capas de livros ilustrados*. 2015. 109 p. Dissertação (mestrado). Instituto de Letras – UFF. 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. Imagem, mídia e política: construção, efeitos de sentido, dramatização, ética. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lucia; LIMA, Helcira; LYSARDO-DIAS, Dylia (orgs.). *Imagem e discurso*. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2013 (p.383-405).

COLOMER, Teresa. *Introdução à literatura infantil e juvenil atual*. Trad. Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2017.

ESTEVES, João Pissarra. *Sociologia da comunicação*. 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016.

FERRARI, Pri. *Coisa de menina*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2016.

FRANCO, Blandina; LOLLO, José Carlos. *Este não é um livro de princesas*. São Paulo: Peirópolis, 2014.

HUNT, Peter. *Crítica, teoria e literatura infantil*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

LINDEN, Sophie Van Der. *Para ler o livro ilustrado*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

MIRA, Rita. *O arquétipo da princesa na construção social da feminilidade*. Lisboa: Edições Colibri, 2017.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referência. In: CAVALCANTE, M. M.;

RODRIGUES, B. B.; CIULIA, A. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003 (p.17-52).

NICOLAJEVA, Maria.; SCOTT, Carole. *Livro ilustrado: palavras e imagens*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

NUNES, Luciana Borre. A cultura visual nas tramas escolares: a produção da feminilidade nas salas de aula. In: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene (org.). *Cultura visual e infância: quando as imagens invadem a escola*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010 (p. 165-190).

PAULINO, Graça. Diversidade de narrativas. In: PAIVA, Aparecida; EVANGELISTA, Aracy; PAULINO, Graça; VERSIANI, Zélia. *No fim do século: a diversidade – O jogo do livro infantil e juvenil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 (p. 39-48).

PENTEADO, Maria Heloísa. *Lúcia-Já-Vou-Indo*. 20. ed. São Paulo: Ática, 2012.

TAVIN, Kevin M; ANDERSON, David. A cultura visual nas aulas de arte do Ensino Fundamental: uma desconstrução da Disney. In: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene (org.). *Cultura visual e infância: quando as imagens invadem a escola*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010. (p. 57-70).



**VIAGEM MUSICAL À ITÁLIA DE HECTOR  
BERLIOZ, LITERATURA DE VIAGEM E ESCRITA  
DE SI**

Celina Maria Moreira de Mello (UFRJ – CNPq)

**Resumo:** O compositor Hector Berlioz (1803-1869) foi, igualmente, escritor. Este ensaio discute em uma perspectiva discursiva as versões de sua *Viagem musical à Itália*, publicadas em livro em momentos distintos de sua *trajetória* (Bourdieu) e que se apresentam em três cenas genéricas diferentes (Maingueneau). A primeira versão integra uma obra coletiva sobre a Itália, *Italie pittoresque* (1834); a segunda compõe o segundo volume da obra *Voyage musical en Allemagne et en Italie* (1844); a terceira encontra-se nos capítulos dedicados à mesma viagem, em suas *Mémoires* (1870). Seu cotejo provoca uma reflexão sobre os gêneros literários do romantismo francês e estratégias discursivas legitimadoras de um *ethos* autoral (Maingueneau, 2004). As diferentes cenografias são lidas na perspectiva da cena genérica, o que nos leva a afirmar uma experimentação de gêneros e escritas, que são marcadas pela tensão entre um

projeto estético pessoal e de grupo, assim como imperativos editoriais e mercadológicos.

**Palavras-chave:** Berlioz; romantismo; cena genérica.

**Résumé:** Hector Berlioz (1803-1869) fut compositeur et également écrivain. Cet essai discute dans une approche discursive (Maingueneau) les trois versions publiées en volume du récit *Voyage musical en Italie* dont il est l'auteur, qui correspondent à trois moments différents de la *trajectoire* (Bourdieu) du musicien, présentant trois *scènes génériques* distinctes. La première version fut publiée dans un ouvrage collectif sur l'Italie, *Italie pittoresque* (1834); la seconde se trouve dans le deuxième volume du *Voyage musical en Allemagne et en Italie* (1844) et la troisième dans quelques chapitres de ses *Mémoires* (1870). Une lecture comparant ces trois versions mène à une réflexion portant sur les genres littéraires du romantisme en France et les stratégies discursives qui légitiment un *ethos* d'auteur. Les trois scénographies énonciatives sont lues dans la perspective des trois scènes génériques, à partir de l'hypothèse d'une expérimentation de genres et d'écritures découlant d'un projet esthétique personnel et collectif, tout comme du mode de fonctionnement de la librairie et du marché de l'édition.

**Mots-clé:** Berlioz; romantisme ; scène générique.

## 1 Introdução

Hector Berlioz (1803-1869), além de compositor foi também escritor. Em suas obras literárias, que comportam tratados, ensaios, narrativas de viagem, estudos, cartas e artigos de crítica musical, destacam-se suas *Mémoires*, publicação póstuma (1870). A dupla *persona* de Berlioz projeta em sua obra escrita, tanto quanto em suas produções musicais, uma imagem de artista romântico, registrada por críticos e biógrafos, que compreendemos na perspectiva da fraternidade das artes romântica (MELLO, 2017). Para o historiador da literatura Paul Morillot, a produção literária de Berlioz compreende duas categorias: de um lado *Memórias e Cartas*, do outro, as obras de crítica musical. Uma obra escaparia a esses dois grupos, a *Viagem musical à Alemanha e à Itália* (1844), mas Morillot considera que como foi incorporada a outras obras, “podemos não a considerar em separado” (MORILLOT, 1903, 16).

Suas *Memórias* compõem uma narrativa autobiográfica, com uma construção linear que não segue uma progressão cronológica rigorosa, integrando textos anteriormente

publicados e alguns capítulos inteiramente inéditos<sup>1</sup>, como uma montagem de blocos de escrita. Os três primeiros capítulos contam sua infância e sua adolescência. No final do capítulo IV, Berlioz interrompe a narrativa com anotações sobre a atualidade, em forma de diário, para logo a seguir retomar sua “autobiografia” (BERLIOZ, 1991, 55).

Entre esses blocos de escrita, encontramos alguns relatos de viagem, dos quais a *Viagem musical à Itália*, que narra sua estada em Roma, entre janeiro de 1831 e maio de 1832. Esta decorre do prêmio de composição – prêmio de Roma atribuído pelo Conservatório de Paris – por ele obtido em 1830, com sua cantata *Sardanapale*, após várias tentativas infrutíferas. A primeira versão integra uma obra coletiva, *Italie pittoresque* (Itália pitoresca - 1834); a segunda compõe o segundo volume da obra *Voyage musical en Allemagne et en Italie* (Viagem musical à Alemanha e à Itália - 1844). Os capítulos XXXI a XLIII, das *Memórias*, representam a terceira versão publicada em livro deste relato de viagem.

As três versões desta narrativa de viagem são aqui lidas na perspectiva discursiva proposta por Dominique

<sup>1</sup> Morillot calcula que do volume de 440 páginas in-octavo apenas 138 teriam sido produzidas especificamente para suas *Memórias* (MORILLOT, 1903, 18).

Maingueneau para o discurso literário (1993, 2004, 2008), e mais especificamente para os gêneros literários, considerando-se sua cena genérica<sup>2</sup> e a legitimação de um *ethos* de autor<sup>3</sup>. Também se recorre ao conceito de *trajetória* de Pierre Bourdieu, que redimensiona a perspectiva biográfica relendo a vida de um autor em função das diferentes posições que este ocupa no campo literário graças a seu *capital simbólico*<sup>4</sup> acumulado (BOURDIEU, 1994, p. 59-89; 1998, p. 359-363).

A primeira seção do presente ensaio apresenta as estratégias de legitimação<sup>5</sup> da cena enunciativa<sup>6</sup> da obra coletiva publicada em 1834-1836. A segunda seção examina

<sup>2</sup> “Cada gênero de discurso implica, com efeito, uma cena específica: papéis para seus parceiros, circunstâncias (em particular um modo de inscrição no espaço e no tempo), um suporte material, um modo de circulação uma finalidade, etc” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2002, 516). T. da A. desta e das demais citações, exceto quando explicitamente referido.

<sup>3</sup> “O enunciador deve legitimar seu dizer: em seu discurso, ele se atribui uma posição institucional e marca sua relação com um saber” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2002, 239).

<sup>4</sup> “conjunto dos rituais (como a etiqueta ou o protocolo) vinculados à honra e ao reconhecimento. É o crédito e a autoridade que são conferidos a um agente pelo reconhecimento e a posse das três outras formas de capital (econômico, cultural e social)” (BONNEWITZ, 2002, 93).

<sup>5</sup> “As estratégias de *legitimação* visam determinar a posição de autoridade que permite ao sujeito tomar a palavra” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2002, 339, grifo do autor).

<sup>6</sup> “[...] ao falar de “cena de enunciação”, é destacado o fato de que a enunciação ocorre em um espaço *instituído*, definido pelo gênero de discurso e também ressalta-se a dimensão *construtiva* do discurso, que se “encena”, instaura seu próprio espaço de enunciação” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2002, 515, grifo do autor).

algumas estratégias enunciativas do relato de Berlioz inserido na mesma publicação. A terceira seção descreve a cena genérica de *Voyage musical en Allemagne et en Italie* e a inflexão que recebe a *viagem musical à Itália* de Berlioz, ao ser publicada em um volume autoral, em breve cotejo com sua última versão inserida nas *Memórias*. Não será apresentada, neste recorte, a leitura de passagens relativas a sua viagem à Itália publicadas em periódicos, por suscitarem estas questões relativas às cenas genéricas de textos literários publicados em periódicos, que fogem ao escopo deste ensaio.

Explora-se a hipótese de que estamos diante de uma dinâmica de experimentação de gêneros e escritas, marcadas pela tensão entre um projeto estético individual de composição musical e criação artística, a problemática inserção de um autor que é músico no campo literário e imperativos editoriais e mercadológicos.

## 2 Narrativa de viagem?

A primeira publicação em volume que narra a viagem à Itália de Berlioz consiste em dois blocos de escrita intitulados respectivamente *Voyage musical en Italie* (Viagem musical à Itália) e *Académie de France à Rome* (Academia de França em

Roma). Fazem parte de uma obra coletiva, *Italie pittoresque* (1834 - Itália pitoresca), publicada em cinquenta fascículos semanais ilustrados. Os capítulos de que Berlioz é o autor têm o título geral de *Viagem musical à Itália* e contêm três fascículos, os dois primeiros com o título de *Viagem musical à Itália* e o terceiro, *Academia de França em Roma*.

Chama atenção no título o adjetivo *pitoresco*, que pode ser encontrado em inúmeras publicações daquela época. Ressaltamos dois sentidos do termo que o leitor contemporâneo identifica facilmente, sem prejuízo dos demais, como *insólito*, *picante*, *colorido* ou *original*. O primeiro aplica-se, de modo geral, a revistas ilustradas, sobretudo por “gravuras impressas no texto” (*Trésor de la langue française informatisé*, s.v. *pittoresque*). As ilustrações já vêm anunciadas pelo subtítulo do livro, que traz igualmente o nome dos artistas, a Senhora Haudebourt-Lescaut e o Conde de Forbin. O segundo sentido de *pitoresco* indica sua cena genérica, um livro “que contém informações úteis para os pintores e amadores de arte” (*Trésor de la langue française*, s.v. *pittoresque*). Os capítulos assinados por Berlioz trazem as seguintes ilustrações: *Une vue de Civitella*, *Pifferari* e *Palais Médici*.

O *Preâmbulo*, assinado por seu organizador o barão Jacques de Norvins (1769-1854), traz uma justificativa para sua

publicação, relacionada com seu tema, antecipando possíveis resistências dos leitores. Assim, já na primeira frase Norvins se defende: “Mais um livro sobre a Itália! Sim, claro, e talvez em breve mais um sobre a Grécia” (NORVINS, 1834, iii). Ele compara a Itália a um teatro, “igualmente clássico e romântico”, em que todos, estudantes, jovens poetas, pintores e escultores adolescentes, escritores e apaixonados, devem “fazer sua estreia”, pois a Itália é “o ponto de encontro da Europa” (NORVINS, 1834, iii). A seguir, ele evoca todos os modelos que a Itália oferece às artes, com grande diversidade, personagens históricas, escritores, compositores, assim como tipos populares, tesouros arquitetônicos e carnavais. E Norvins acrescenta mais um argumento, a natureza do país pitoresca por si só. Até então justificam-se os livros escritos sobre a Itália, mas em que este seria diferente? Por que mais um? O argumento conclusivo desta breve apresentação fundamenta-se na inesgotável e inspiradora riqueza do país: viajantes “alemães, ingleses, franceses, etc.” continuam a produzir “viagens à Itália”; os mesmos e novos viajantes continuam indo à Itália, trazendo ao retornar à pátria renovadas “narrativas e descrições” (NORVINS, 1834, iii).

Deste modo, o *Preâmbulo* aponta para a cena genérica dos dois volumes da coletânea, vinculando-os ao gênero

discursivo da narrativa de viagens, em uma visão iluminista e enciclopédica, que vem de uma tradição humanista voltada para a geração de conhecimento (VENAYRE, 2011, p. 465-469). A obra contém, além das ilustrações, informações históricas, geográficas e etnográficas que seriam do interesse de historiadores, arquitetos, músicos, pintores, filósofos e aspirantes a literatos. As narrativas de viagem de caráter documental não pertenceriam, pois, ao conjunto de obras que chamamos hoje de *literatura*, mas vinculam-se ainda a um conjunto de textos em prosa tributários da concepção iluminista que vigora até as primeiras décadas do século XIX, quando será suplantada em França, pela narrativa de viagem construída a partir das impressões do viajante.

Norvins destaca, a seguir, em uma segunda ordem de argumentos, não o dito mas seu dizer, cada relato de viagem seria o resultado de uma experiência subjetiva, da vivência dos autores daqueles textos, o que legitima esta obra coletiva e seus autores, atualizando o gênero, deslocando sua cena englobante<sup>7</sup> do discurso enciclopédico para o discurso literário,

<sup>7</sup> “A cena englobante corresponde àquilo que se entende comumente por ‘tipo de discurso’. Quando se recebe um folheto na rua, deve-se ser capaz de determinar se ele pertence ao tipo de discurso religioso, político, publicitário..., ou seja em que cena englobante deve-se situar para o interpretar, a que título ele interpela aquele que o recebe” (MAINGUENEAU, 2004, 191).

ao trazer a obra para a contemporaneidade: “Assim, acreditamos termos o direito de dizer o que ainda não foi dito; pois o EU do século não será deixado de lado em nossa obra.” (NORVINS, 1834, iv) Este será o argumento final do *Preâmbulo* que compõe a defesa de mais um livro sobre a Itália, uma estratégia de legitimação que, junto com o título, o modo de publicação em fascículo e as ilustrações integra sua cenografia enunciativa<sup>8</sup>.

E logo após, como para enfatizar o traço subjetivo de cada relato, Norvins cita alguns versos de um poema de La Fontaine (1621-1695), *Os dois pombos*, entre os quais o verso que alguns fascículos mais adiante servirá de epígrafe à narrativa de Berlioz.

A cena genérica de *L'Italie pittoresque* pode ser lida como uma transição entre as publicações que se vinculam à tradição humanista e enciclopédica, os *Magasins*, à grande voga das revistas geográficas e daquelas que dissertam sobre as perspectivas econômicas de novos territórios, e o novo gênero literário da *viagem à Itália*, gênero literário que tem forte presença no mercado editorial da França do romantismo.

<sup>8</sup> “[...] a cena de fala que o discurso pressupõe para poder ser enunciado e que em retorno ele deve validar por meio de sua própria enunciação” (MAINGUENEAU, 2004, 192).

O grande conjunto de *viagens à Itália*, na literatura francesa romântica, que devemos a autores como Stendhal<sup>9</sup> (1783-1842), George Sand (1804-1876), Théophile Gautier (1811-1872), Gérard de Nerval (1808-1855) vai-se constituir em um gênero de narrativa literária não ficcional. Destaca-se, entre suas matrizes, o romance de Madame de Staël (1766-1817) *Corinne ou l'Italie* (1807), em que se associam relato de viagem e uma narrativa de ficção. Estas obras são fundamentais para que se compreenda que um dos traços do *ethos* de escritor romântico será o do viajante (THOMPSON, 2012, 17 e 29); sua cenografia enunciativa varia entre narrativa autobiográfica, diário de viagem, cartas do viajante ou apontamentos. O escritor será um viajante culto, se não erudito, que escreve suas impressões e reflexões subjetivas diante do legado do passado e seu impacto visual, assim como um viajante apaixonado que descobre sua individualidade nacional e *ensina a seu leitor* os encantos (e desencantos) da diversidade cultural. Desloca-se,

<sup>9</sup> Os *Passeios por Roma* (1829) de Stendhal, ainda podem ser lidos na perspectiva da cena englobante do discurso iluminista, embora retomem e reescrevam fragmentos não publicados em *Roma, Nápoles e Florença* (1814), fundamentam-se em consultas bibliográficas realizadas em Paris; Stendhal quando de sua estada na Itália não passara mais de seis meses em Roma (MELLO, 2012, 68-70).



desta forma, a cena genérica das narrativas de viagem para a cena englobante do discurso literário do romantismo.

### 3 *Tal coisa ocorreu comigo*

A viagem de Berlioz à Itália deve-se ao fato de ele ter obtido o prêmio de Roma, sem o qual não poderia ter suas composições executadas na Ópera e que consistia em uma bolsa de três mil francos por ano, paga durante cinco anos, e exigia uma estada de dois anos na *Villa Medici*<sup>10</sup> em Roma, seguida de um ano de viagens pela Alemanha e dois anos na França.

Este prêmio representa um reconhecimento institucional de suas qualidades de compositor, sua independência financeira e a prova para seus pais de que teria sucesso na carreira de músico, após ter abandonado os estudos de medicina. Mas ser obrigado a passar dois anos em Roma constitui um problema, vivido por Berlioz com uma dramática intensidade: estava perdidamente apaixonado pela pianista Camille Moke (1811-1875), de que ficara noivo secretamente, e não queria sair de Paris.

<sup>10</sup> Sede da Academia de França em Roma.

Seu relato traz como epígrafe um verso de La Fontaine já citado por Norvins no *Prêambulo* da obra: “Direi: eu lá estava. Tal coisa ocorreu comigo” (BERLIOZ, 1834, p. 1). Trata-se então de uma experiência pessoal de viagem, que o legitima enquanto narrador de uma viagem à Itália efetivamente vivenciada, não se afastando ele deste modo das exigências da cena genérica desta obra coletiva. É ainda uma referência indireta, implícita, às circunstâncias de caráter pessoal, ao fato de que a viagem separou os amantes – os dois pombinhos apaixonados da fábula de La Fontaine – e que portanto aquele relato seria uma narrativa não ficcional do avesso de uma viagem sentimental.

Logo depois da epígrafe há uma nota dissonante a atravessar a entusiasmada louvação de Norvins em seu *Prêambulo*: “Também devo dizer por que *eu estava lá* [...] Com efeito, o que hoje um músico pode ir procurar na Itália?” Ou, em outras palavras, o que *ele* foi fazer lá? Para Berlioz, um músico que vive em Paris não teria motivos para ir à Itália: as composições dos músicos da “escola antiga” não são mais executadas, aquelas dos compositores modernos são apresentadas em Paris, inclusive composições que a Itália desconhece, os cantores italianos mais notáveis vão para a França, outros se tornaram célebres em Paris e não em sua

terra, a música instrumental deve ir ser estudada do outro lado do Reno... (BERLIOZ, 1834, p. 1).

Esta introdução, em tudo oposta ao *Preâmbulo*, desconcertante por contrastar com um certo imaginário de Itália e contrariar as expectativas do leitor, pode ser lida como central na cenografia enunciativa de seu relato de viagem, marcando o lugar de fala de Berlioz, o de compositor premiado, assim como sua visão personalíssima da situação em que se encontra a música na Itália. Na mesma introdução, Berlioz deixa bem claro que ele foi porque foi obrigado, caso não partisse perderia a bolsa:

[...] eu me limitarei a responder que, se fui à Itália sob pretexto de música, foi por determinação da Academia. Eu obtive, aquele que lhes fala, o grande prêmio de composição musical no concurso anual do Instituto ; e caso os senhores tenham a curiosidade de saber como se dá esse concurso, posso explicar (BERLIOZ, 1834, p. 1).

Não havia motivos para ir, havia grande motivação para não ir. Foi porque obrigado, foi obrigado por ter sido premiado. Segue uma irônica descrição do modo como o prêmio de Roma é dado. Berlioz ridiculariza o tema proposto, a composição se destinar teoricamente para uma orquestra mas ser executada ao piano, e também o fato da comissão que atribui o prêmio ser

integrada não por músicos mas por *pintores, escultores, arquitetos, ourives gravadores de medalhas* e de *talho doce* (BERLIOZ, 1834, p. 1)<sup>11</sup>. Crítica que expressa um *ethos* de irreverência e uma certa rebeldia em relação à Instituição que, ao mesmo tempo que lhe atribui um prêmio em um concurso organizado de modo inepto, obriga-o a se afastar de sua amada. Paradoxalmente, malgrado a crítica à sistemática da atribuição do prêmio de composição é a Academia que o legitima para ocupar um lugar de fala nesta obra coletiva, pois é a estada em Roma, na qualidade de compositor premiado, que lhe confere autoridade para assinar os capítulos intitulados *Viagem musical à Itália*.

A viagem e seus percalços não constam deste relato, em que, fiel ao gênero e a sua tarefa de dar conta daquilo que se refere à música, ele registra o que observou da vida musical ao longo de seu caminho até Roma : óperas detestáveis em Gênova e em Florença, a música medíocre que é tocada nas igrejas. Há uma exceção, a ópera de Bellini, *I Montecchi ed i Capuletti*, a que ele assiste em Florença. Apaixonado que era por Shakespeare, ele considera o *libretto* pobre e o recurso a uma contralto para o papel de Romeu um clichê, exalta contudo a ária que encerra o Ato I (BERLIOZ, 1834, 2-3). Nem mesmo

<sup>11</sup> Destaque no original.

a festa de *Corpus Christi* em Roma, que ele chama de “ímpia e brutal cacofonia”, escapa a sua diatribe (BERLIOZ, 1834, p. 3-4).

E ao longo da narrativa, Berlioz vai acumulando expressões de desalento com esta *viagem musical*: “absinto”, “suplício”, “a mais desesperadora das realidades”, “decepções” (BERLIOZ, 1834, p. 3-4). Em Roma, o desapontamento continua: o órgão de São Pedro é montado sobre rodinhas, há apenas dezoito coristas para os dias ordinários e trinta e dois coristas nas missas solenes, ele assiste a um *Miserere* na Capela Sixtina cantado por apenas cinco vozes (BERLIOZ, 1834, p. 4) As igrejas de Roma, do ponto de vista da música, caíram em um “estado de degradação, até mesmo de desmoralização” (BERLIOZ, 1834, p. 6)<sup>12</sup>. A música dos teatros, afirma Berlioz ironicamente, “se encontra no mesmo estado de esplendor”, a palavra sinfonia “só é mencionada para designar um *certo barulho* que as orquestras de teatro fazem antes que levantem a cortina, e ao qual ninguém presta atenção” e os músicos nada sabem de música instrumental (BERLIOZ, 1834, p. 6-7).

<sup>12</sup> Na numeração das páginas, há um erro e a página 6, no exemplar digitalizado pela Gallica, aparece como página 9.

Uma única exceção é o costume popular dos *pifferari*, músicos ambulantes que tocam *pifferi* (espécie de oboé), e na época do Natal descem das montanhas em direção a Roma, para “tocar piedosos concertos diante das imagens da madona”. São músicos que o emocionam e que ele volta a encontrar quando vai às montanhas dos *Abruzzi* (BERLIOZ, 1834, p. 7). Lá, a ambientação natural – e temos então a descrição da paisagem – e a “música primitiva” lhe dão a sensação de ser “contemporâneo dos povos antigos” e o inspiram para cantar, acompanhado por seu violão, cantos da Eneida, até que alcança um alto “grau de exaltação” e chora com “soluços convulsivos” (BERLIOZ, 1834, p. 7-8).

É na música dos *pifferari* que encontramos o *topos* literário da viagem à Itália oferecendo a escritores e artistas paisagens sublimes, as quais despertam emoções e são fonte de inspiração.<sup>13</sup> Solidão, topografia constituída por uma natureza selvagem e manifestação de uma sensibilidade exacerbada configuram aqui a encenação de um *ethos* de artista romântico, que se legitima pela paixão exaltada que se

<sup>13</sup> Cf. “[...] paisagem é um termo emocional que inclui a presença de alguém que a percebe, de um olho crítico que a observe e de uma voz que a pronuncie”; “A paisagem literária, de fato, é a experiência estética da natureza experimentada por um sujeito que percebe o mundo como aquilo que se descortina perante seus olhos” (BONA, 2017, p. 50; 71).

espelha na natureza. Berlioz, compositor premiado, empenhado em narrar sua viagem musical à Itália, cede o palco ao jovem apaixonado, separado de sua amada pelo *destino*. A cena enunciativa de seu relato, ao alternar regime delocutivo, marcado pela ironia, e regime elocutivo, desloca o inscritor para o lugar do escritor legitimado por uma cena literária romântica, entrelaçando os dois regimes, e produzindo um autor.<sup>14</sup>

O *topos* das paisagens pitorescas retorna quando Berlioz evoca seus passeios por Subiaco – naquela época aldeia dos estados pontificais - que lhe serve de “remédio” contra os desencantos romanos. E o compositor projeta a imagem de um viajante à Rousseau, em caminhadas solitárias, que se inspira na natureza para compor e saboreia intensamente “a felicidade suprema da verdadeira liberdade” (BERLIOZ, 1834, p. 8).

Apesar de seu ceticismo quanto à pertinência, para um músico, de uma estada na Itália, as impressões, anotações e os estudos de Berlioz marcarão sua obra. Ao retornar em França, por exemplo, Berlioz introduz a música dos *pifferari* no terceiro

<sup>14</sup> “Mais do que desenhar a impossível fronteira entre o que seria propriamente literário e o que estaria fora da literatura, é mais realista admitir que a literatura entrelaça dois regimes: um regime que poderíamos chamar de *delocutivo*, no qual o autor diminui sua presença diante dos mundos que ele instaura, e o regime *elocutivo*, no qual o “inscritor”, “o escritor” e a “pessoa”, conjuntamente mobilizados, delizem um sobre o outro” (MAINGUENEAU, 2004, p. 110; grifo no original).

movimento da sinfonia *Harold en Italie* (Harold na Itália, 1834), intitulado *Sérénade d'un montagnard des Abruzzes à sa maitresse* (Serenata de um montanhês dos Abruzzi para sua amada). Peter Bloom, musicólogo especialista da obra de Berlioz, afirma que esta sinfonia “ilustra menos o poema de Byron do que sua própria experiência italiana (de peregrinos e madonas)” (BLOOM, 1998, p. 66). E anos mais tarde ainda encontramos ressonâncias dos *pifferari*, no primeiro movimento de *Trois morceaux pour l'orgue mélodium d'Alexandre* (Três peças para o órgão *melodium* de Alexandre - 1844) intitulado *Sérénade rustique à la Madone sur le thème des pifferari romains* (Serenata rústica para a Madona com o tema dos *pifferari romanos*) (Cf. Les Abruzzes et les Pifferari. Site Hector Berlioz).

#### 4 Episódio bufo

A segunda versão da *viagem à Itália* berlioziana é o *Voyage musical en Allemagne et en Italie* publicado por Jules Labitte em 1844, que tem como subtítulo *Etudes sur Beethoven, Gluck et Weber, mélanges et nouvelles* Estudos sobre Beethoven, Gluck e Weber, miscelânea e novelas) e constitui a primeira coletânea de ensaios assinada por Berlioz. São dois

volumes, o primeiro com 422 páginas, o segundo com 368 páginas. O título e a ordem dos volumes inverte a cronologia das viagens – a viagem à Alemanha se dera em 1842-1843 – o que corrobora o que Berlioz já afirmara ao comparar os dois países quanto à sua relevância para a formação de um músico, privilegiando a Alemanha, inclusive no jogo de contraste entre o peso editorial e tipográfico dos dois relatos.

Berlioz encontra-se, em 1844, em um momento muito produtivo de sua carreira de compositor, maestro e promotor de concertos, conhecido do público parisiense. Embora sem o sucesso almejado junto ao público e alguns críticos, suas composições são altamente apreciadas por seus pares como Niccolò Paganini (1782-1840), Franz Liszt (1811-1886), Robert Schumann (1810-1856) e Felix Mendelsshon (1809-1847).

Quanto a sua atividade de escritor, Berlioz já é um autor legitimado. Ao retornar da Itália, ele se tornara o principal crítico musical de veículos de grande tiragem, como o *Journal des Débats* e a *Revue et Gazette Musicale* (BLOOM, 1998, 72-75). Embora, ao longo de sua carreira, ele afirme que se trata de uma atividade alimentar que lhe rouba um precioso tempo que ele desejaria dedicar à música, Berlioz assina inúmeros artigos e é, incontestavelmente, o mais influente crítico musical em seu

tempo<sup>15</sup>. No mesmo ano de 1844, publica em volume seu *Grand traité d'instrumentation et d'orchestration modernes* (Grande tratado de instrumentação e orquestração modernos), com dedicatória ao rei da Prússia, Frederico-Guilherme IV<sup>16</sup>, o qual, traduzido em várias línguas, se torna uma obra de referência para os estudos musicais.

Há do mesmo modo em *Voyage musical en Allemagne et en Italie* uma dedicatória que ainda repercute a tradição do mecenato, endereçada ao Duque de Montpensier (1824-1890), o filho mais moço do rei de França Luís-Filipe I: “A sua Alteza Real Monsenhor Duque de Montpensier, homenagem do respeitoso reconhecimento do autor” (BERLIOZ, 1844, s/p). Pelo viés do agradecimento e da manifestação de respeito, a dedicatória marca o apreço e o apoio que Berlioz recebe, desde 1830, do rei e dos príncipes da Casa Real de França. Berlioz detém, portanto, em 1844, um capital simbólico significativo, um lugar de fala legitimado, que ele transfere do campo da música

<sup>15</sup> Estes artigos encontram-se parcialmente reunidos nas coletâneas *Les Soirées de l'orchestre* (1852), *Les Grottesques de la musique* (1859) e *A travers chants* (1862).

<sup>16</sup> “Tratado escrito a partir de uma série de folhetins publicados pela “*Revue et gazette musicale de Paris*” em 1841-1842. – Dedicatória a Frederico Guilherme IV, rei da Prússia. 1ª. ed. Paris, 1844” (*Note. Grand traité d'instrumentation et d'orchestration modernes*. Data.bnf.fr).

para o campo literário e confere lastro a sua nova empreitada, uma exploração de novas cenas genéricas.

*Voyage musical en Allemagne et en Italie*, ao conjugar crítica musical, literatura de viagem, ficção e escrita de si, insere-se na cena englobante do discurso literário; a obra anuncia desde o título sua vinculação parcial à cena genérica da literatura de viagem. O musicólogo Alban Ramaut, em um verbete do *Dictionnaire des écrits de compositeur*, refere-se a esses dois volumes como um “conjunto de textos [que] constitui a primeira publicação literária desenvolvida de Hector Berlioz”, uma coletânea de “aspecto mosaico” escrita à maneira da “imaginação caleidoscópica da *Sinfonia fantástica*”. A ficha catálográfica da obra que segue o verbete, no mesmo dicionário, na rubrica gênero, indica *crítica musical*, o que vem configurar certa dificuldade em sua categorização (RAMAUT, 1999, p. 1). A cena genérica híbrida anuncia-se já no jogo entre título e subtítulo, que transporta o interesse do leitor por uma literatura de viagem para o universo *musical*. Temos, então, além da viagem à Itália e à Alemanha, *estudos*, miscelânea (*mélanges*) e narrativas ficcionais (*nouvelles*), sempre sob o selo da música.

O volume 1 está dividido em três seções, cujos títulos são indicados no sumário: *Voyage musical en Allemagne*

(Viagem musical à Alemanha), *De la musique en général* (Da música em geral) e *Etude analytique des Symphonies de Beethoven* (Estudo analítico das sinfonias de Beethoven) (BERLIOZ, 1844, T.1, p. 421-422). O volume 2 está dividido em duas seções de peso desigual: *Voyage musical en Italie* e *Astronomie musicale*. (BERLIOZ, 1844, T.2, p. 369-370).

Não há prefácio, preâmbulo ou introdução. A primeira seção do vol. 1 é composta de um conjunto de dez cartas, anteriormente publicadas no *Journal des Débats*, a partir de 13 de agosto de 1843, sendo a primeira carta endereçada a seu grande amigo Auguste Morel (1809-1881)<sup>17</sup>. Berlioz fortalece sua *persona* de escritor, ao lançar mão de uma cena de enunciação literária já validada, a de narrativas de viagem em forma de um conjunto de cartas, que se tornara uma norma no romantismo e uma prática de escrita e publicação de grande aceitação junto ao leitor (THOMPSON, 2012, p. 26).

A primeira carta, além de marcar os fortes laços de amizade entre Berlioz e Morel, assume um caráter introdutório, não apenas da série de cartas que compõem a 1a. seção do volume 1, mas do livro como um todo. Ao narrar as circunstâncias da viagem à Alemanha e ao ambientar o leitor, a

<sup>17</sup> Auguste Morel era igualmente músico, compositor e foi crítico musical do *Journal de Paris*.



primeira carta projeta o *ethos* de um compositor e maestro maduro, que não esquece seus deveres de crítico. Ele adere aos valores de entusiasmo, ordem e respeito pelos mestres que ele atribui ao universo musical na Alemanha, sublinhando a ausência dos mesmos valores em França e expressando sua frustração: “Praticamente não se ouve música em França, atualmente” (BERLIOZ, 1844, T.1, p. 4)

Esta primeira carta descarta o *topos* da descrição de paisagens, em uma narrativa de viagem em que a paixão está ausente e não há pretensão alguma a expressar sensações ou sentimentos provocados pela contemplação de uma natureza sublime, tarefa que Berlioz deixa aos poetas: “O rio Reno! ah! é belo! belíssimo! Talvez, caro Morel, você imagina que vou aproveitar o mote para fazer a este respeito amplificações poéticas? Que Deus me proteja!” (BERLIOZ, 1844, T.1, p. 10). O narrador apaixonado e jovem compositor ficou no passado e no relato de viagem relegado ao segundo volume.

Ao compararmos as duas primeiras versões de sua estada em Roma, o contraste é ainda mais forte. A seção *Voyage musical en Italie* compreende 14 capítulos, em uma narrativa que descarta referências à atualidade, de pouco interesse ou difícil compreensão por parte de um leitor de 1844 e em que marcas de coloquialidade são atenuadas. A seção

não se limita ao relato de sua estada em Roma, também compreende uma novela, *Le Premier Opéra (nouvelle). Affonso Della Viola a Benvenuto Cellini*. (A primeira ópera (novela). Affonso Della Viola a Benvenuto Cellini.), conjunto de quatro cartas e uma conclusão, compondo uma narrativa cuja cena genérica é indicada no subtítulo – novela – e a cenografia enunciativa, em nota que informa que se trata de uma correspondência fictícia, “baseada em fatos históricos” (BERLIOZ, 1844, T.II, p. 229). Seguem a novela dois ensaios sobre o “sistema Gluck na música dramática” e uma segunda novela, *Le suicide par enthousiasme* (O suicídio por entusiasmo), sendo que o denominador comum de textos tão díspares é a música na Itália, trazendo como contraponto a crítica ao ambiente musical em França.

Alguns acontecimentos ligados ao concurso (e seus bastidores) que levaram Berlioz a empreender a viagem à Itália acrescidos dos incidentes da viagem, tanto de ida quanto de volta, ausentes da versão de 1834, integram esta segunda versão e estarão igualmente presentes em suas *Memórias*. São também retomados alguns blocos de escrita, passagens que não constavam da versão anterior por terem sido anteriormente publicadas, como as primeiras páginas do capítulo III, *Distribution des prix à l'Institut* (Distribuição de prêmios no

Instituto, BERLIOZ, 1844, T.II, p. 33-38), publicadas por *La Gazette musicale* de 2 de fevereiro de 1834 (BERLIOZ, 1991, p. 160, nota 1).

Damos destaque aqui ao capítulo VI, em que desde o título encontramos a força do exercício da experimentação de gêneros literários já apontada : *Episode bouffon* (Episódio bufo ; BERLIOZ, 1844, T.II, p. 67-83).<sup>18</sup> Após sua premiação e uma longa viagem, Berlioz ao chegar a Roma não encontra cartas de sua amada, espera ansiosamente por três semanas e decide impulsivamente voltar para a França. Já em Florença recebe uma carta que o transforma no “principal ator” de um “drama”. Em um efeito de suspense, o conteúdo da carta não é revelado ao leitor ; refere-se a pessoas e circunstâncias que permanecem não nomeadas até mesmo na nota explicativa do capítulo XXXIV das *Memórias* que reproduz esse capítulo VI (BERLIOZ, 1991, p. 179-186; 180,\*). Pessoas e circunstâncias certamente eram amplamente conhecidas de seus contemporâneos; na carta que provoca o “drama”, a mãe de sua

<sup>18</sup> O último capítulo do primeiro volume, *Tribulations d'un critique musical* (Tribulações de um crítico musical; BERLIOZ, 1844, T. I, p. 407-420), em que Berlioz critica em tom burlesco as desventuras de um crítico no mundo da música em Paris, pode ser aproximado da fisiologia, narrativa em formato de esquete teatral, que encena em tom de comédia personagens e situações da vida social cotidiana, transposição literária da caricatura.

amada Camille – a noiva secreta de Berlioz – lhe comunica que a filha ia se casar com Camille Pleyel.

A peça bufa é construída por uma alternância de curtas cenas dialogadas e narradas, ambientadas sucessivamente em Florença, Gênova e Nice, caminho percorrido pelo compositor que pretende ir a Paris para se vingar. Berlioz inscriitor descreve um Berlioz personagem, jovem, impetuoso, com reações violentas e imprevisíveis. Na descrição da paisagem ao longo da estrada que margeia a *Cornija*, “recortada na pedra, a mais de cem toesas acima do mar que banha [...] o pé dos Alpes”, reaparece o *topos* literário da projeção de sentimentos de personagens apaixonadas na natureza. As paisagens são representadas plasticamente, com uma simbiose marcada por meio de hipálages e personificação de seus elementos:

Esse instante de silêncio me permitiu ouvir os surdos estertores do mar, que arrebatava furioso no fundo do precipício. Esse rumor despertou un eco terrível e desencadeou em meu peito uma nova tempestade, mais medonha que todas as anteriores. Eu agonizava em estertores, como o mar [...] (BERLIOZ, 1844, T.II, p. 78).

A distância no tempo separa um inscriitor que projeta o *ethos* de compositor maduro e equilibrado de uma personagem

juvenil, desesperada, que tenciona cometer um triplo assassinato e um suicídio. Esse jovem Berlioz contudo nunca perde de vista sua maior paixão, a música, e reescreve, malgrado o tumulto e a fúria de seus sentimentos, a instrumentação da cena do baile da *Sinfonia fantástica*, cuja partitura ele endereça ao maestro François-Antoine Habeneck (1781-1849), incluindo no manuscrito a seguinte observação :

Não tenho tempo de concluir ; se por caso a Sociedade dos Concertos de Paris decidir executar esta peça na AUSÊNCIA do autor, peço que Habeneck redublique na baixa oitava, com as clarinetas e as trompas, o traço das flautas colocado após o segundo retorno do tema e que reescreva para a orquestra toda os acordes que se seguem. Será o bastante para a conclusão (BERLIOZ, 1844, T. II, p. 72-73, caixa alta no original).

A personagem vive um drama enquanto o ritmo da narrativa que a julga severamente produz um efeito de cômico, fazendo do jovem Berlioz um quase autômato. Além de suas reações tragi-cômicas, intervém aqui o traço bufo de uma toailete feminina encomendada a uma modista, que lhe serviria de disfarce, quando chegasse a Paris. Em uma estrutura em abismo, a modista redefine o gênero da cena trágica que o jovem está compondo mentalmente: “[...] tenho certeza de que

será um sucesso, o senhor vai ficar *encantadora*, sem dúvida alguma, em sua pequena comédia” (BERLIOZ, 1844, T. II, p. 74 ; grifo do autor). E “pequena comédia” é o mote retomado mais adiante, quando o narrador explica, usando a metáfora “concerto de vozes e instrumentos” o que planeja a personagem.

Eu repassava cuidadosamente em pensamento, a *pequena comédia* que eu ia representar em Paris. Eu me apresentava na casa de meus *amigos* às nove horas da noite [...] eu me fazia anunciar como a camareira da condessa M..., trazendo uma mensagem importante e urgente ; era levado à sala, entregava uma carta e, enquanto estavam ocupados lendo, eu tirava do decote duas pistolas duplas, atirava na cabeça do número um, do número dois, agarrava pelos cabelos o número três, tirava o disfarce e, apesar de seus gritos, lhe apresentava meu terceiro cumprimento ; e depois, antes que este concerto de vozes e de instrumentos chamasse a atenção dos curiosos, eu disparava em minha tempora direita o quarto argumento irresistível, e se a pistola viesse a falhar (já aconteceu), imediatamente eu recorreria a meus dois frascos [láudano e estricnina] Ah! que linda cena ! é uma pena que tenha sido cortada! (BERLIOZ, 1844, T. II, p. 76-77; grifos do autor).

Esse capítulo demonstra seu amplo domínio de uma escrita autoral, em que Berlioz multiplica recursos estilísticos e alterna de modo contrastado ritmos, imagens visuais, personagens, objetos de cena e cenários, compondo na mistura de trágico e cômico uma paródia do drama romântico, em sua versão moderna. O “episódio bufo” se conclui no fiasco do projeto, já anunciado pela epígrafe – “fuzis carregados que não disparam” imagem retomada no final do capítulo -, por intervenção da polícia sarda que pensa que, por ele ser francês, Berlioz é um perigoso revolucionário (BERLIOZ, 1844, T.II, p. 70, 76). O compositor já apaziguado retorna a Roma, a *cena foi cortada*.

A “pequena comédia” que não foi representada se encontra reproduzida, como já referido, no capítulo XXXIV das *Memórias* de Berlioz, que ele começa a redigir alguns anos depois, visando uma publicação póstuma. O livro, impresso em 1865, teve os 1.200 exemplares por ele guardados em sua sala na Biblioteca do Conservatório, só tendo sido vendidos após sua morte (MORILLOT, 1903, 18; BERLIOZ, 1991, p. 13-14). O título da obra é igualmente uma indicação de uma nova cena genérica literária, que na última etapa da trajetória de Berlioz assume um valor de testamento.

As *Memórias*, malgrado sua estrutura compósita, trazem uma organização cronológica dos eventos narrados, em uma cena genérica validada da escrita do eu. Os capítulos iniciais voltados para seus primeiros anos e os capítulos finais dedicados a sua velhice enquadram blocos de escrita anteriormente publicados, seja em periódicos seja em volume, entre os quais a *viagem musical à Itália*. A terceira versão da *viagem musical à Itália* retoma o texto anteriormente publicado em 1844, da qual não difere sensivelmente, exceto por restabelecer alguns detalhes ou o nome de algumas personagens em episódios vividos, como o papel representado por Luigi Cherubini (1760-1842) nos concursos. As *Memórias* têm seu texto emoldurado por uma citação de Shakespeare – “A vida é apenas uma sombra que passa” (*Macbeth*, V, v) - epígrafe e coda, que confere à obra e à vida de um músico, seu sentido final, a ausência de sentido (BERLIOZ, 1991, p. 35,603).

## 5 Considerações finais

O modo de publicação integra a cena da enunciação, determinando e incorporando o leitor visado. A mesma narrativa, ou melhor, o mesmo narrado, ao mudar de formato editorial destina e redireciona suas possibilidades de leitura. A

tensão entre o projeto de criação de Berlioz e imperativos ligados a uma materialidade editorial e modos de exposição do eu pode ser lida no processo de migração do relato por diferentes obras de acolhida.

A primeira versão da *viagem musical à Itália* apresenta um certo desencaixe em relação à cena genérica do livro organizado por Norvins, que se insere na literatura de viagem. A contribuição de Berlioz a um volume coletivo, com objetivos informativos, contém uma visada civilizatória paradoxal, resultado de uma experiência pessoal negativa, exposta com uma rude franqueza. Além de carregar nas tintas da visão subjetiva de sua estada em Roma, o jovem Berlioz, recém legitimado por sua posição de compositor laureado, contraria a proposta de uma cena genérica que proporciona um concerto de vozes de louvor às riquezas culturais e naturais da Itália.

A segunda versão desta viagem vem pontuar um outro momento de sua trajetória, em que Berlioz opera na qualidade de compositor consagrado e autor legitimado por sua atividade de crítico musical em periódicos de grande circulação. Em 1844, músico conhecido do público, crítico influente e artista que desfruta da admiração de seus pares e do apoio da família real, Berlioz escritor lança uma obra autoral, de cena genérica compósita. Nesta, a viagem musical à Itália é retomada e

ampliada, como um primeiro esboço de sua autobiografia, que recebe seu formato final em suas *Memórias*. As novelas e os capítulos dedicados a Gluck vêm matizar e atenuar a visão negativa do ambiente musical encontrado na Itália, que se encontra na primeira versão.

O modo de inserção deste preciso relato na obra publicada em 1844 e seu redimensionamento assinalam que o jovem compositor apaixonado foi relegado ao segundo volume e perdeu-se no passado. Um capítulo foi destacado, aquele em que lemos os eventos ligados à traição de Camille Moke, anunciados como um “episódio bufo” e definidos, no encadeamento de breves cenas, como uma pequena “comédia” e um “drama”. Esta cenografia enunciativa, na mistura de trágico e cômico que caracterizam a liberdade de gênero do drama romântico, sinaliza o distanciamento no tempo do jovem Berlioz e seu *pathos*, e acentua, na escrita de si de suas *Memórias*, um *ethos* de artista maduro e crítico, virtuoso tanto no campo da composição musical quanto da escrita literária. Aquele jovem da primeira versão da viagem à Itália ficou no passado e o que deverá permanecer é a imagem de um compositor ainda apaixonado pela música, mas desiludido, e a intensidade de sua obra musical, seu maior legado.

## Referências

Les Abruzzes et les Pifferari. *Site Hector Berlioz*. Disponível em <<http://www.hberlioz.com/Italy/abruzzo-f.htm>> Acesso em 10 de out. 2017.

BERLIOZ, Hector. *Mémoires*. Edition présentée et annotée par Pierre Citron. Paris : Flammarion, 1991.

\_\_\_\_\_. Voyage musical en Italie, Académie de France à Rome. In: MM de Norvins & alii . *L'Italie pittoresque; tableau historique et descriptif de l'Italie, du Piémont, de la Sardaigne, de la Sicile, et de la Corse*. Paris: Amable Coste Editeurs, 1834. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k107404v ?rk=21459;2>>. Acesso em 08 set. 2017.

\_\_\_\_\_. *Voyage musical en Allemagne et en Italie : études sur Beethoven, Gluck et Weber : mélanges et nouvelles*. 2 vol. Paris: J. Labitte, 1844. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k103071s?rk=21459;2>>. Acesso em 30 set. 2017.

BLOOM, Peter. *The life of Berlioz*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BONA, Fabiano Dalla. *Paisagens de palavras na obra de Giuseppe Tomasi di Lampedusa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2017.

BONNEWITZ, Patrice. *Pierre Bourdieu; vie, oeuvres, concepts*. Paris: Ellipses, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Raisons pratiques; sur la théorie de l'action*. Paris: Seuil, 1994.

\_\_\_\_\_. *Les règles de l'art; genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Seuil, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. *Le discours littéraire; paratopie et scène d'énonciation*. Paris: Armand Colin, 2004. (*Discurso literário*. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006).

MELLO, Celina Maria Moreira de Mello. O grand tour e o Risorgimento; imaginários românticos da Itália na literatura francesa. *Gragoatá*. Niterói, v. 33, p. 63-80, 2. sem. 2012.



Disponível em <<http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/download/93/70>>. Acesso em 04 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Berlioz, poeta e músico. *Organon*. UFRGS, v.32, n. 63, jun.-dez.2017. Disponível em <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/76268>>. Acesso em 27 jun. 2018.

MORILLOT, Paul. *Berlioz écrivain*. Grenoble: Allier Frères, 1903.

NORVINS, Jacques Marquet de Montbreton & alii. *Italie pittoresque*. Tableau historique et descriptif de l'Italie, du Piémont, de la Sardaigne, de la Sicile, de Malte et de la Corse. orné de dessins inédits de Mme Haudebourt-Lescot, MM. le comte de Forbin, Granet,... [et al.]. Paris: Amable Costes Editeur, 1834. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k107404v?rk=21459;2>>. Acesso em 08 set. 2017.

*Note. Grand traité d'instrumentation et d'orchestration modernes*. Data.bnf.fr. Disponível em <[http://data.bnf.fr/15043904/hector\\_berlioz\\_grand\\_traite\\_d\\_instrumentation\\_et\\_d\\_orchestration\\_modernes/](http://data.bnf.fr/15043904/hector_berlioz_grand_traite_d_instrumentation_et_d_orchestration_modernes/)>. Acesso em 31 maio 2018.

RAMAUT, Alban. Berlioz, Hector: Voyage musical en Allemagne et en Italie (1844). Verbete do *Dictionnaire des écrits de compositeurs*. Dicterco [on line]. Disponível em <<https://dicteco.huma-num.fr/book/1999>>. Acesso em 16 abr. 2018.

THOMPSON, Christopher W. *French romantic travel writing; Chateaubriand to Nerval*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

TRÉSOR DE LA LANGUE FRANÇAISE INFORMATISÉ. ATILF & Université de Lorraine. Disponível em <<http://atilf.atilf.fr/tlf.htm>>. Acesso em 08 mar. 2018.

VENAYRE, Sylvain. La presse de voyage. In: KALIFA & alii. *La civilisation du journal; histoire culturelle et littéraire de la presse au XIXe siècle*. Paris: Nouveau Monde Editions, 2011. p. 465-480.

## DOS ESPAÇOS À CENA: O JOGO ENUNCIATIVO DAS CARTAS EM PERSPECTIVA PARATEXTUAL

Luciana Paiva de  
Vilhena Leite (UNIRIO)

**Resumo:** Esta investigação centra-se na relação entre os espaços que envolvem a troca de correspondências entre autores da literatura brasileira, calcando-se nas representações do duplo espaço da encenação do ato de linguagem (CHARAUDEAU, 1983, 2008). Ancorado nas noções de Legitimidade e Credibilidade (CHARAUDEAU, 2008), verificamos que o “jogo enunciativo” dos sujeitos-enunciadores das cartas favorece a construção de estratégias que buscam um lugar de legitimação desse(s) sujeito(s) na cena literária brasileira, atestando esse gênero como uma espécie de “paratexto”, que contribuiria para a construção do que Maingueneau (2016) considera o “espaço associado” em constante articulação com o “espaço canônico”: aquele ocupado pela obra ficcional. Nesse sentido, apontamos que as cartas são um espaço de encenação em que os sujeitos desvelam possibilidades identitárias para si e para o outro e, ao mesmo tempo, afirmam a sua (im)possibilidade de se designar

um “lugar verdadeiro” (paratopia), dado o movediço espaço do “fora-dentro” do discurso literário-ficcional.

**Palavras-chave:** espaço; encenação; cena literária brasileira.

**Résumé:** Cette recherche s’inscrit dans la relation entre les espaces qui impliquent l’échange de correspondance entre les auteurs de littérature brésilienne, fondée sur les représentations du double espace de mise en scène de l’acte de langage (CHARAUDEAU, 1983, 2008). Ancrées dans les concepts de légitimité et de crédibilité (CHARAUDEAU, 2008), nous constatons que le «jeu énonciatif» des sujets-énonciateurs des lettres favorise la construction de stratégies qui cherchent un lieu de légitimation de ce(s) sujet(s) dans la scène littéraire brésilienne, confirmant ce genre comme une sorte de «paratexte» qui contribuerait à la construction de ce que Maingueneau (2016) considère «l’espace associé», en constante articulation avec l’«espace canonique»: celui occupé par le travail de fiction. À cet égard, nous signalons que les lettres sont un espace de mise-en-scène où les sujets dévoilent des possibilités identitaires pour soi-même et pour l’autre, ainsi qu’ils affirment leur (im)possibilité de désigner un «vraieu» (paratopie), vu l’espace mouvant du «dehors-dedans» du discours littéraire-fictionnel.

**Mots-clé:** espace; mise-en-scène; scène littéraire brésilienne.

## 1 Introdução

[...] desde o momento em que uma investigação interessa o texto (e o texto vai muito mais longe que a obra), a investigação torna-se ela própria texto, produção: todo o “resultado” é para ela, à letra, im-pertinente

- Roland Barthes, *Escritores, intelectuais, professores*

Na carta, é a espera de reação, de preferência uma resposta, é a caligrafia do escritor que monta a ele próprio na folha de papel, no preciso momento em que se encaminha em direção ao outro. Ao querer instigar e provocar o outro, o missivista retroage primeiro sobre si mesmo, porque o chute inicial da correspondência pressupõe o exercício de certo *egoísmo abnegado* [...] Antes de tudo, o missivista procura um correspondente que possa causar efeito benéfico. A carta resposta tem a aparência de tônico, calmante ou vermífugo.

- Silvano Santiago, *Prefácio a ‘Carlos e Mario: correspondência completa entre Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade’* -

Na sua Aula Inaugural, no Collège de France, em janeiro de 1997, Barthes inaugura uma nova cadeira de Semiologia

Literária na mais alta instituição do sistema educacional francês, posteriormente publicada sob o título “Aula”. Entre outros dizeres, o estudioso afirma que “a linguagem humana, atualizada no ‘discurso’, é o teatro permanente de uma prova de força entre parceiros sociais e afetivos” (2004a, p. 331). Quarenta anos após ecoarem essas palavras, ainda insistimos em olhar o sujeito na linguagem no que diz respeito às relações que se estabelecem entre as ‘forças’ que operam fora e dentro do que se considera discurso. Adentrando as reflexões que giram em torno do prazer extraído da escritura-leitura do texto literário, Barthes ainda nos diz que “o texto literário (o livro) transmigra para dentro de nossa vida, quando esta escritura (a escritura do outro), chega a escrever fragmentos de nossa própria cotidianidade, enfim, quando se produz uma coexistência” (2005, p. XIV).

Quando pensamos na relação entre o texto literário e esse cotidiano aludido por Barthes, não podemos deixar de pensar em um fenômeno recente na experiência da leitura/produção de textualidades, que é o “surto” de (auto) biografias, o que nos leva a acreditar, como nos diz Rodrigues (2015), que estamos vivendo uma espécie de espetacularização da própria vida, especialmente daquelas vidas que operam um tipo de performance que excede do

privado ao público. Nesse sentido, retomando, então, a ideia de Barthes de que o texto literário poderia transmigrar-se para dentro de nossas próprias vidas, é fundamental ajustar o olhar para as formas de escritura que poderiam ser consideradas intermediárias entre a literatura e a biografia e é nesse sentido que investigamos a carta como o “espaço semiolinguístico” em que se descortina uma série de jogos de máscaras (CHARAUDEAU, 2008), responsáveis por legitimar um espaço, em alguma medida, institucional ao discurso literário.

Em se tratando da cena literária brasileira, mais especialmente aquela construída do Modernismo em diante, é fundamental chamar a atenção para o que atesta Candido (1992), sobre a indistinção de valores entre cartas, ensaios e obras literárias no que se refere à produção de certos autores brasileiros, como Mário de Andrade, por exemplo. De acordo com Candido (op. cit., p. 209), “para ele [Mário de Andrade], escrever cartas era tarefa de tanta responsabilidade moral e literária quanto escrever poemas e estudos”.

Tentando coadunar os aspectos supracitados, este estudo tem por objetivo, no esteio da Semiologia do Discurso de Charaudeau (1983; 2008) e de estudos empreendidos por Maingueneau (2001; 2016), analisar a construção do circuito das projeções das identidades dos

sujeitos que emergem da escritura-leitura da carta, especialmente quando há um discurso corrente e disseminado a respeito do “autor”, do “escritor” e de sua “obra”. Nesse sentido, o que nos interessa é justamente esse “deslize” entre o fora-dentro, entre a situação e a cena, que entendemos ser indispensável para a compreensão do que Maingueneau (2016) considera por instituição discursiva, isto é, a discussão a respeito de um ‘espaço institucional’ para a literatura. Nesse sentido, buscamos verificar como as cartas poderiam operar como espécies de apensos ou paratextos, cuja encenação estaria em constante diálogo com a própria experiência criativa literária, o que avança e amplia o olhar já empreendido em estudo anterior em que enfocamos o gênero carta como um espaço intermediário entre confissão e ficção (cf. LEITE, 2014).

Em sentido mais estrito, este trabalho pretende verificar o dispositivo enunciativo dos sujeitos (identidades) envolvidos no discurso das cartas, identificando como a “mescla” de estratégias desse jogo de máscaras contribui para que se construam “efeitos de sentido” (espaço de credibilidade) responsáveis por instaurar um espaço de legitimidade na cena da literatura. Desse modo, buscamos flagrar os comportamentos elocutivos, alocutivos e delocutivos, característicos da encenação enunciativa (Charaudeau, 2008),

apontando que categorias de língua e de discurso estariam mobilizadas na construção na encenação do discurso das cartas trocadas entre autores da cena literária brasileira e avaliando como a relação entre os interlocutores da carta vai se transformando a cada ato de linguagem empreendido.

Esta investigação está, pois, dividida em três seções para além da apresentação inicial: o capítulo 2 é dedicado aos pressupostos teórico-metodológicos que norteiam a pesquisa, relacionando a abordagem semiolinguística de Charaudeau (op. cit.) aos estudos sobre o discurso literário e à cena literária de Maingueneau (op. cit.), além de discutir, de maneira mais global, as noções de gênero e de paratexto. Na seção posterior, analisamos duas correspondências de autores da cena literária brasileira, de modo a flagrar os aspectos apenas brevemente elucidados aqui. As considerações finais estão dispostas na seção 4 deste estudo, seguidas das referências bibliográficas.

## **2 Perspectivas teórico-metodológicas**

Procuramos tornar imbricados, neste estudo, os pressupostos teóricos às orientações metodológicas, na medida em que nosso intuito é apresentar uma análise qualitativa dos dados, uma vez que estamos pensando a carta

não como “o espaço”, mas como “mais um espaço” em que a suposta “instituição literária”<sup>1</sup> pode vir a emergir, uma vez que haveria outras textualidades reveladoras desse lugar institucional da literatura, como os apontamentos pessoais, os diários ou mesmo as orelhas e os prefácios.

### 2.1 Espaço, relação e cena: o ato de linguagem como encenação

Quando pensamos em ato de linguagem, de imediato, vem à tona a ideia de relação. Da mesma forma, não há como pensar relação sem fazermos emergir a presença dos sujeitos que se relacionam dialogicamente pela linguagem. Ainda que o espaço das relações (e do dialogismo) tenha sido pensado anteriormente por seus precursores, como Bakhtin (2003; 2006) e Benveniste (1989; 1995), definimos nosso escopo teórico pela abordagem semiolinguística de Charaudeau, uma vez que, no nosso entender, esse é o enfoque que trata o fenômeno da linguagem como uma atividade que se desenrola no “teatro da vida” de cada indivíduo e cuja colocação em cena resulta de componentes linguísticos e situacionais. Assim, estamos diante

<sup>1</sup> As seções 2.2 e 2.3 voltam-se para a discussão em torno do que estamos considerando, aqui, por “instituição literária”, no esteio do pensamento de Maingueneau (2016), que leva em conta as noções de espaço canônico, espaço associado e discurso constituinte.

de um instrumental teórico aplicado à análise de diferentes *corpora* e ligado a este objeto tão fluido e fascinante, que é o discurso (CHARAUDEAU, 2008, p. 10).

Na concepção semiolinguística, o ato de linguagem é, então, considerado uma dimensão dupla, constituída de um Explícito (o que é manifestado) e de um Implícito (lugar de sentidos múltiplos que dependem das circunstâncias de comunicação) (CHARAUDEAU, op. cit, p. 17)<sup>2</sup>.

De todos os aspectos ensinados pela Semiolinguística, o dispositivo enunciativo do ato de linguagem talvez seja o seu aspecto fulcral, pois revela o ato de linguagem como ato interenunciativo, colocando em evidência os espaços (ou lugares ou esferas) externos à linguagem (espaço dos seres sociais ou atores) e os espaços (ou lugares ou esferas) internos à linguagem (espaço dos seres do discurso ou protagonistas). Assim, toda a encenação do ato de linguagem, para Charaudeau, perpassa a relação entre quatro instâncias subjetivas: a) instância de produção do discurso - o Euc (comunicante) – ser social, empírico, que constrói (idealmente) um projeto de fala para si na “figura” de um “ser de fala” – o Eue

<sup>2</sup> Entendemos aqui, de alguma maneira, um Charaudeau leitor de Barthes, na medida em que congrega o aparato semiológico – como preconizado por Barthes – ao aparato linguístico na fundação de sua abordagem semiolinguística do discurso.

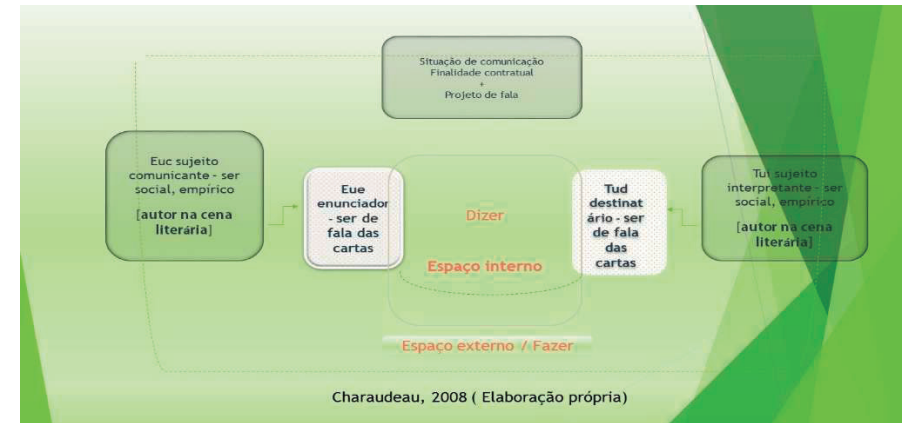


(enunciador), que se responsabiliza pelo “jogo de máscaras” a que submete o seu interlocutor e b) instância de recepção do discurso – o Eui (interpretante) – ser também social, empírico, a quem o sujeito-comunicante se dirige. É importante ressaltar que esse sujeito-comunicante constrói o seu sujeito-enunciador (idealizado) com um projeto de fala dirigido a um Tu imaginado e também projetado, que é o Tud (destinatário), instância, também, de fala. Como podemos constatar, esse imbricado circuito é o cerne do escopo semiolinguístico, sendo, também, determinante quando pensamos na análise de outros aspectos da abordagem discursiva, como a construção do *Ethos* e do *Pathos*<sup>3</sup>.

O esquema adaptado de Charaudeau (2008) – de nossa autoria – ilustra a encenação do ato de linguagem nos domínios das instâncias de produção e de recepção a que já aludimos, porém direcionado ao domínio da encenação do jogo enunciativo do discurso das cartas.

<sup>3</sup> Ainda que estejamos enfocando a encenação do ato de linguagem no discurso das cartas, optamos por não abordar, neste estudo, o pensamento acerca do *ethos* discursivo e do *pathos* de maneira mais detida, ainda que reconheçamos que, no domínio das projeções, essas categoriais do enfoque semiolinguístico estejam presentes e possam, em alguma medida, comparecer, de forma lateral, na análise do *corpus*.

### Dispositivo enunciativo dos sujeitos (identidades) envolvidos na encenação discursiva das cartas



Como podemos verificar, no que se refere aos “atores” e aos “protagonistas”, temos como os primeiros aqueles que representam os autores<sup>4</sup> (seres empíricos) da cena literária brasileira e como os últimos aqueles que são os seres de fala, tanto da instância de produção quanto na de recepção e, por isso, são sujeitos projetados e idealizados pelo sujeito comunicante.

Outro enquadre do pensamento semiolinguístico, que é caro a este estudo, é a concepção do que Charaudeau (op. cit)

<sup>4</sup> Na seção 2.2, apresentamos a questão da autoria na percepção de Maingueneau (2016), que propõe, para a encenação do discurso literário, as instâncias da “pessoa”, do “escritor” e do “inscritor”.

chama de modos de organização do discurso, que não devem ser confundidos com os gêneros, uma vez que, na visão do estudioso, um mesmo gênero<sup>5</sup> pode resultar de um ou de vários modos de organização de discurso e do emprego de várias categorias de língua. Assim, “enunciar” consiste em organizar as categorias da língua nas modalidades enunciativa, narrativa, descritiva e argumentativa.

Para esta investigação, compreendemos uma orientação teórico-metodológica que seja adequada para a investigação dos projetos de fala engendrados pela encenação do discurso das cartas. Isso significa, em outras palavras, que ajustaremos a lupa para as modalidades da organização enunciativa, uma vez que os modos narrativo, descritivo e argumentativo também fazem parte da encenação do discurso epistolar, que flutua entre as fronteiras do público e do privado, do autobiográfico e do literário. Sendo assim, metodologicamente, adotamos, como viés de análise o aspecto relacional entre os interlocutores envolvidos na escritura/leitura da correspondência, quanto às funções das modalidades enunciativas (CHARAUDEAU, op. cit.), a saber: (a) as que estabelecem uma relação de influência entre locutor e interlocutor (comportamento ALOCUTIVO), (b) as

---

<sup>5</sup> A seção 2.3 discutirá questões referentes ao gênero sob a ótica da Semiologia.

que revelam o ponto de vista do locutor na relação do locutor consigo mesmo (comportamento ELOCUTIVO) e (c) as que retomam a fala de um terceiro, isto é, a relação do locutor um “outro<sup>6</sup>” (comportamento DELOCUTIVO) (CHARAUDEAU, op. cit., p. 82). É importante salientar que esses comportamentos enunciativos estão intimamente ligados às proposições de Charaudeau (2009) para as noções de “legitimidade” (que se refere ao espaço do fazer, isto é, leva em consideração o papel que o sujeito empírico ocupa em relação ao seu projeto de fala) e de “credibilidade” (que se refere ao espaço do dizer, levando em consideração as estratégias usadas pelo locutor do discurso que tornem credível o que ele diz em relação ao seu próprio projeto de fala).

Os procedimentos da construção enunciativa são classificados em linguísticos e discursivos e são estes últimos que interessam a esta investigação de maneira mais detida, pois são os que apontam para os diferentes “efeitos de sentido” construídos a partir do jogo enunciativo em voga. O esquema a seguir ilustra o que acabamos de expor, com o fito de sumarizar os parâmetros a serem utilizados na análise:

---

<sup>6</sup> É importante frisar que compreendemos esse “outro” como a relação que o locutor estabelece com o mundo de forma mais abrangente, ou seja, com tudo aquilo que se refira a aspectos que não remontem ao ‘eu’ e ao ‘tu’ diretamente implicados na troca linguageira.

**Parâmetros de análise**

Modalidades enunciativas	1. Alocução	Relação locutor-interlocutor	Procedimentos linguísticos	Procedimentos discursivos/ modo de organização/ Efeitos de sentido
	2. Elocução	Relação locutor consigo mesmo	Procedimentos linguísticos	Procedimentos discursivos/ modo de organização/ Efeitos de sentido
	3. Delocução	Relação do locutor com um terceiro	Procedimentos linguísticos	Procedimentos discursivos/ modo de organização/ Efeitos de sentido
<b>Construção do 'espaço institucional'</b>				

**2.2 Dos espaços à cena: paratopia e espaço associado**

De acordo com Maingueneau (2001, p.27), que vem se debruçando sobre aspectos que envolvem o discurso literário

há algum tempo, “não é possível produzir enunciados reconhecidos como literários sem se colocar como escritor, sem se definir com relação às representações e aos comportamentos associados a essa condição”. Nesse sentido, o estudioso defende que é necessário que haja a construção de uma espécie de ‘campo literário’ para que o ‘contexto’ da obra literária emergja. Para Maingueneau, entretanto, reside justamente neste ponto o lugar paradoxal que envolve o escritor: ele jamais enuncia partindo de um solo institucional neutro e estável. Isso significa dizer que, de alguma maneira, o escritor precisa – insistentemente – fundar o seu “espaço” como autor no/do campo literário, lutando constantemente por um estado de ‘pertença’. Mas essa luta é árdua, uma vez que a literatura não pode ser considerada como qualquer outro domínio da atividade social. Ao mesmo tempo, não podemos pensar a literatura totalmente à margem da experiência social, como instância suprema, destacada e – por isso mesmo – idealizada, o que, de acordo com Maingueneau, é o que muitos escritores gostam de reforçar, inclusive enquanto imagem de si mesmos. Nos dizeres do estudioso:

A literatura define de fato um “lugar” na sociedade, mas não é possível designar-lhe qualquer território. Sem “localização”, não

existem instituições que permitam legitimar ou gerir a produção e o consumo das obras, conseqüentemente, não existe literatura; mas sem “deslocalização”, não existe verdadeira literatura. [...]

A pertinência ao campo literário não é, portanto, a ausência de qualquer lugar, mas antes uma negociação difícil entre o lugar e o não-lugar, uma localização parasitária, que vive da própria impossibilidade de se estabilizar (MAINGUENEAU, 2001, p. 28).

Na compreensão de Maingueneau, essa localização parasitária, essa impossibilidade de o escritor se designar, em sua enunciação, um “lugar verdadeiro”, esse deslizar entre o “dentro” e o “fora” do campo literário são elementos que diagnosticam a chamada “paratopia<sup>7</sup>” do escritor. De fato, podemos pensar, como exercício de reflexão, a paratopia como um aspecto constitutivo do exercício criativo do escritor e neste ponto reside, mais uma vez, o paradoxo que envolve a própria cena literária: se o fazer literário leva em conta uma ‘deslocalização’, um deslocamento e uma desestabilização, característicos da criação literária, ao mesmo tempo o autor

<sup>7</sup> Roland Barthes, publica um artigo em 1971 com o significativo título de “Escritores, intelectuais e professores” distingue o professor, o escritor e o intelectual. O interessante é justamente pensar que, de acordo com Barthes, o “escritor” seria justamente o que estaria do ‘lado de fora’, ao passo que o “intelectual” seria aquele que estaria ao lado da escritura, isto é, este último teria o signo da pertença.

precisa se colocar como “escritor”. Nesse sentido, à medida que o escritor possa vir a encontrar o “seu lugar”, o que lhe configuraria um espaço institucional, ele poderia vir a se ‘domesticar’ a esse lugar, o que configuraria uma excessiva ‘estabilização’. Daí pensarmos que não se trata de um não-lugar, como ressalta o excerto de Maingueneau acima, mas, justamente, de uma fresta, uma fenda, um entrelugar. Em outras palavras, o escritor não pretende um lugar imaginado ou utópico; antes, porém, segue em busca de ‘algum lugar’, ainda que esse lugar seja lateral<sup>8</sup> e desestabilizante.

Se, quando falamos em paratopia, evocando a ideia de ‘topos’, estamos nos remetendo a um lugar simbólico – já que a própria enunciação literária desestabiliza, como já dissemos, o que compreendemos por ‘lugar’ –, e se enxergamos os meios literários como fronteiras, é necessário que surja algum espaço de estabilização para que o próprio fazer literário emergja. O que defendemos, neste estudo, é que esse espaço de relativa estabilização e de mútua alimentação do fazer literário é a correspondência<sup>9</sup> trocada pelos “atores” da cena literária. A esse respeito, Maingueneau (2016, p. 135) parece corroborar

<sup>8</sup> Pensamos em “lateral” aqui no sentido de “estar ao lado de” e não de “marginal”. É pensando essa lateralidade que enxergamos o domínio da correspondência pessoal entre os escritores.

<sup>9</sup> Essa reflexão será ampliada na seção 2.3.

esse encaminhamento ao afirmar que “na construção de uma cena de enunciação, a **legitimação do dispositivo institucional**, os conteúdos manifestos e a **relação interlocutiva** se entrelaçam e se sustentam mutuamente” (grifos nossos). Assim, o pesquisador propõe, como categoriais interlocutivas, três instâncias, a saber: (a) a da pessoa – que se refere ao indivíduo dotado de um estado civil e de uma vida privada; (b) a do escritor – que se refere ao ator que define uma trajetória na instituição literária; e (c) a do “inscritor” – que se refere às formas de subjetividade enunciativa da cena de fala implicada pelo texto e a cena imposta pelo gênero. Estabelecendo uma breve relação com as instâncias já aludidas do ato de linguagem de Charaudeau (2008), percebemos que as instâncias de “pessoa” e de “escritor” se apresentam, em alguma medida, fundidas nos “sujeito comunicante” e “interpretante”, enquanto que a instância do “inscritor” estaria representada, nos moldes de Charaudeau, pelos sujeitos enunciator e destinatário. Como podemos constatar, quando se pretende fazer dialogar a escritura da obra literária e a escritura da obra paraliterária<sup>10</sup> (em que a correspondência figuraria), as três categorias de Maingueneau parecem recobrir de modo

<sup>10</sup> Na seção 2.3, discutiremos a concepção adotada nesta investigação acerca de “paratexto” e de “paraliteratura”.

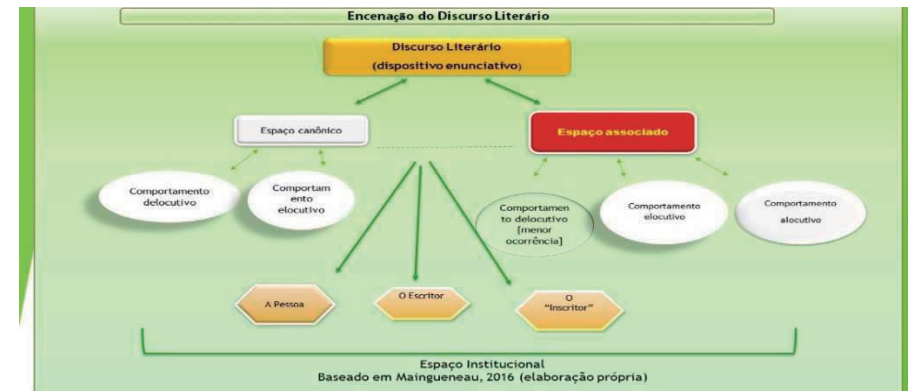
mais efetivo as formas de troca interlocutiva que ocorrem nesses espaços.

Resta trazer à tona a reflexão que Maingueneau (op. cit.) enseja acerca do “espaço associado” à literatura, que é um dos pilares deste trabalho. De acordo com o autor, textos como dedicatórias, prefácios, comentários, manifestos, debates, escritos sobre outras artes, entrevistas, entre outros representariam um “espaço associado” à literatura, uma vez que representam, em alguma medida, a fronteira entre o interior e o exterior da obra “canônica”, podendo esse espaço associado ser negociado a cada obra. Ainda que o autor sinalize que as cartas possam figurar nesse espaço associado, esse pensamento não aparece de forma contundente, pois, ao que parece, na concepção do estudioso francês, o espaço associado, além do simbólico, seria, também aquele espaço da materialidade: os manifestos, os prefácios, as entrevistas concedidas no interior da obra, as dedicatórias, *etc.*, contíguas à própria obra. Como as cartas são gêneros que se “descolam” fisicamente da obra literária, uma vez que o momento e as condições de produção são outras, a questão de considerá-las como espaço associado parece ser difusa na concepção de Maingueneau, ainda que o autor faça uma breve distinção entre paratexto e metatexto. Defendemos, entretanto, que a

correspondência trocada por autores da literatura representa esse espaço associado na medida em que, frequentemente, observamos, nos aspectos encenados no seu dispositivo linguageiro, verdadeiras tentativas de construção de uma memória interna dos próprios textos e de uma reorganização/reorientação simbólica da obra em função de um futuro. Em outros termos, o “espaço associado” seria aquele em que aparecem mais nitidamente as instâncias da “pessoa”, do “escritor” e do “inscritor” em constante diálogo e troca intersubjetiva, uma vez que o “espaço canônico” (aquele ocupado pela própria obra literária) refletiria um apagamento das instâncias da “pessoa” e do próprio “escritor”, privilegiando a instância enunciativa do “inscritor”. Nesse sentido, enquanto no espaço associado, as modalidades alocutiva<sup>11</sup> e elocutiva seriam privilegiadas em detrimento da delocutiva, no espaço canônico, a modalidade delocutiva seria a privilegiada em interação com a elocutiva, estando a alocutiva, majoritariamente, ausente. O esquema a seguir, sumariza o que expomos até aqui no que se refere à articulação da encenação dos espaços canônico e associado na concepção de Maingueneau (2016):

<sup>11</sup> As noções de comportamento modal da enunciação foram explicitadas na seção 2.1.

### Encenação do discurso literário



### 2.3 ‘Suas cartas, nossas cartas’<sup>12</sup>: procurando situar um gênero ‘movente’\*

De acordo com Santiago (2002), em seu prefácio a ‘Carlos e Mario’, as cartas de grandes escritores, ainda que, inicialmente, pertençam a um domínio privado, devem ser públicas, já que sua enunciação se passa no campo especializado da teoria literária. Essa reflexão de Santiago nos revela que, em alguma medida, os escritores desenvolviam, ampliavam, aperfeiçoavam o seu fazer literário também

<sup>12</sup> O título desta seção faz alusão ao prefácio – cujo título é “minhas cartas, nossas cartas” - do livro organizado por Silviano Santiago, que faz a compilação da correspondência trocada por Mario de Andrade e Carlos Drummond de Andrade durante vasto período da história da Literatura Brasileira, tendo cessado com a morte do primeiro.



mediante a troca de correspondências. Nesse sentido, Silviano Santiago alerta que “ao analisar as relações entre autor e obra literária, os estudiosos negaram aquele e isolaram a esta, cercaram-na de arame farpado, fetichizaram-na, para dela fazerem seu único e exclusivo objeto de estudo”. Com esse ‘isolamento’ da obra literária, colocada em condição fulcral e não dialogada com suas instâncias de coprodução, como as cartas, os teóricos relegavam a estas o *status* de gêneros banais e cotidianos. Entretanto, perseguindo o posicionamento de Santiago (op. cit), consideramos que, do ponto de vista do leitor, a leitura de cartas trocadas entre os companheiros das letras visa a enriquecer a compreensão da obra artística, sobretudo pelo estabelecimento de jogos intertextuais, ajudando a melhor decodificar certos temas que estão dramatizados ou expostos de maneira hermética na obra literária. Do ponto de vista do escritor, percebemos que a escritura da carta funda e reorienta a responsabilidade do sujeito empírico diante de sua própria obra, funcionando, segundo Santiago (op. cit.) como a maneira mais sublime de ‘escrita de si’, nos moldes foucaultianos.

No que se refere à Literatura Brasileira, sobretudo à cena literária do Modernismo em diante, Santiago (2006a) lê as cartas de Mario de Andrade –, autor que conta com vasto

registro epistolográfico, estudado sob várias perspectivas –, como parte do papel que o intelectual incorpora naquele momento da vida coletiva brasileira, no sentido de elucidar posições e afirmar o caráter cosmopolita do movimento modernista que, nos primeiros anos, ficou circunscrito a São Paulo. Como o *corpus* desta pesquisa conta com cartas trocadas entre autores submetidos ao período do modernismo em seus momentos inicial e final, em um intervalo de 20 anos, acreditamos que o exame de sua correspondência possa fazer emergir uma série de discussões que atravesse não só aspectos temáticos da sociedade brasileira na época, mas também referentes, como já reafirmamos aqui, a sua própria experiência de fazer literário. É justamente esse imbricamento que nos interessa, pois é o que justifica a busca do escritor por um espaço institucional.

Em relação ao gênero carta pessoal, no título desta seção usamos “gênero movente” em alusão à obra de Bergson (1979) – “O pensamento e o movente” –, que, em alguma medida, discute que nossa lógica de pensamento é retrospectiva, tendendo a lançar para o passado, como possibilidade, as realidades atuais. Nesse sentido, pensamos que, no momento que o escritor tem uma ideia para um romance, por exemplo, o romance já estaria pronto. O adjetivo

“movente” foi tomado emprestado, aqui, como uma espécie de “provocação” engendrada tanto pelo pensamento do filósofo quanto à concepção daquilo que se move junto à obra e, justamente por isso, também seria responsável por pensar a obra em de espaço associado à escritura da carta. A partir daí, já podemos perceber que a carta pessoal é um gênero difícil de situar e de circunscrever: em relação às suas características formais, macroestruturais e componenciais – que responderiam pela “relativa estabilidade de seus enunciados”, nos moldes de Bakhtin (2003) –, ela conta com elementos mais rígidos apenas nas seções vocativa e de despedida, já que o seu corpo não apresenta uma organização textual bem definida. Justificamos essa afirmativa ao constatar que, nas cartas pessoais, aparece todo tipo de modo de organização do discurso: o narrativo, o descritivo, o argumentativo, uma vez que os locutores podem fazer pedidos, relatos, descrições e análises pormenorizadas de qualquer aspecto de sua vida privada, pública ou do mundo em geral.

Devido aos aspectos discutidos acima, preferimos lançar mão do pensamento de Charaudeau (2004) a respeito do gênero, que, para o autor, é “situacional”, estando, por isso, submetido a um contrato (que, segundo o estudioso, seria sempre refeito e reatualizado). Ao circunscrever o gênero como

situacional, Charaudeau atesta que se trata de um espaço de “restrições” (impostas pelo gênero), com a possibilidade de que o locutor gere um “espaço de manobras” (ou de estratégias) no jogo enunciativo que estabelece com seu interlocutor. No caso da correspondência pessoal trocada pelos autores da cena literária, pensamos que as estratégias estariam muito mais construídas e organizadas no sentido a) da consolidação de um discurso paratextual<sup>13</sup> (espaço associado) sobre a literatura e o fazer literário; b) da edificação e da constituição de um espaço institucional para a literatura e para si próprios como “escritores”; e c) da discussão de aspectos fulcrais da sociedade brasileira e de suas experiências subjetivas.

<sup>13</sup> De acordo com Genette (1987, p.07), os elementos paratextuais envolvem e prolongam seus textos originários. Tal ação decorre, segundo o autor, da capacidade de apresentar e, sobretudo, de tornar presente "por assegurar sua presença no mundo, sua 'recepção' e seu consumo". Assim, um texto é ampliado por elementos pré-textuais, que o anunciam, e pós-textuais, bem como por uma ampla teia de comentários. Embora o autor cunhe a expressão “epitexto” para se referir ao que não aparece contíguo à obra, preferimos manter a terminologia “paratexto” para nos referir às cartas.

### 3 'Puxar conversa': o si-outro<sup>14</sup> na encenação discursiva das cartas

O título desta seção de análise do *corpus* foi pensado, evocando o que diz o próprio Mario de Andrade: “Puxar conversa’ não é diferente de trocar cartas. Puxar conversa na rua é o modo de se aproximar agressiva e despudoradamente, sensual e fraternamente, do outro (...)” (SANTIAGO, Silvano, 2006b, p. 10). Usando o mote dessa citação, é importante ressaltar que optamos por selecionar a correspondência de escritores que sabemos ter certa “intimidade” na esfera social, acreditando, assim, que suas angústias, dúvidas, questões referentes à cena literária estivessem mais bem contempladas. Sendo assim, além do critério que diz respeito à relação entre os sujeitos empíricos, os demais critérios são: a) o fato de se tratar de autores conhecidos e consagrados, portanto, reconhecidos por um público-leitor consolidado, ainda que às cartas pessoais não se atribua um estatuto de gênero que possa ser lido por “terceiros”; b) o fato de os fragmentos terem sido extraídos de correspondências reunidas e publicadas em livro ou publicação (física ou eletrônica), o que configura o seu

<sup>14</sup> Alusão à obra “O si-mesmo como outro”, de Paul Ricoeur. Nessa obra, o autor discute, baseado em um escopo epistemológico diverso do que pretendemos neste estudo, a possibilidade de o sujeito atuar como uma alteridade.

valor de documento memorialístico; e c) o fato de se tratar de quatro<sup>15</sup> autores pertencentes ao movimento modernista (um cuja data de escritura da carta é a década de 20, início do movimento, e a outra cuja data de escritura da carta é a década de 40, isto é, da metade para o fim do movimento).

#### Carta 1 e encenação de seu dispositivo enunciativo (as categoriais modais da enunciação)

“Prezado Mário de Andrade // Procure-me nas suas memórias de Belo Horizonte: um rapaz magro, que esteve consigo em Grande Hotel, e que muito o estima. Ora, eu desejo prolongar aquela fugitiva hora de convívio com seu claro espírito. Para isso utilizo-me de um recurso indecente: mando-lhe um artigo meu que você lerá em dez minutos. Dois méritos: é curto e ‘fala mal’ do senhor Anatole France (aliás, Anatole France é um velho vício dos brasileiros, e meu também).

Li uma excelente carta que você enviou ao meu amigo Martins de Almeida. Quanta verdade nas suas

<sup>15</sup> É importante frisar que, apesar de termos selecionado apenas a carta de dois autores quanto à instância de produção, consideramos, na análise, os dois outros autores que representam a instância de recepção, daí estarem em cana os quatro sujeitos.

ideias! E quanta força desabusada! Estou convencido que a questão da literatura no Brasil é uma questão de coragem intelectual. Ou por outra: é preciso convencer-se a gente de que é brasileiro! E ser brasileiro é uma coisa única no mundo; é de uma originalidade delirante. Não confundir com nacionalismo. Aliás. Você sabe disso melhor do que eu (...)

(Belo Horizonte, 28 de outubro de 1924 - Primeira carta escrita por Carlos Drummond de Andrade a Mário de Andrade<sup>16</sup>).

Percebemos no excerto “**Procure-me** nas **suas** memórias de Belo Horizonte: um rapaz magro, que esteve consigo em Grande Hotel e que muito o estima” que a forma verbal “procure-me” enseja uma modalidade alocutiva que oscila entre a “interpelação” e a “injunção”, provocando um efeito de sentido de convocação do sujeito empírico Mario de Andrade (em sua instância discursiva encenada) para uma tomada de posição. Nesse sentido, instaura-se um **jogo de poder** do locutor em relação ao interlocutor, o que é reforçado

<sup>16</sup> In: ANDRADE, C.D. Carlos e Mário: correspondência entre Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade: 1924-1945. Org: Leia Coelho Fota. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias, 2002

no trecho seguinte: “**eu desejo** prolongar aquela fugitiva hora de convívio com **seu** claro espírito. Para isso utilizo-me de um recurso indecente: **mando-lhe** um artigo meu que **você** lerá em dez minutos”. Notamos, nesse fragmento, que, embora o sintagma “eu desejo” consubstancie uma modalidade elocutiva de “querer”, não implicando explicitamente o interlocutor, essa construção contribui para revelar um desejo em relação a ele, reforçado pelo dêitico “seu”. A forma verbal “mando-lhe” enseja, por seu turno, a modalidade alocutiva de “injunção”, implicando explicitamente o interlocutor numa necessidade de que ele realize a ação designada (o que também é reforçado pela categoria dêitica da língua “você”).

Podemos perceber que o jogo enunciativo que, aparentemente, nos primeiros fragmentos remontava a uma relação de poder do locutor em relação ao interlocutor se inverte no excerto seguinte – “**Quanta verdade nas suas ideias!** E quanta força desabusada! **Estou convencido** que a questão da literatura no Brasil é uma questão de coragem intelectual”. Em “quanta verdade nas suas ideias”, percebemos uma modalidade elocutiva de opinião (implícita), já que não trata de dados estatísticos, mas, de alguma maneira, o enunciador incita o interlocutor a compartilhar da mesma opinião, já que o enaltece. O “efeito de sentido” é, então, o de “enaltecimento” e

de “partilha”. A perífrase “Estou convencido” enseja uma modalidade elocutiva de opinião (explícita), uma vez que, embora não implique o interlocutor, constrói um efeito de sentido de convicção a respeito do que o enunciador afirma sobre a questão da literatura no Brasil.

No último excerto, o comportamento enunciativo do enunciador é, inicialmente, o de “apagamento”, o que enseja uma “modalidade delocutiva” – “Ou por outra: **é preciso convencer-se a gente de que é brasileiro!** E ser brasileiro é uma coisa única no mundo; é de uma originalidade delirante. Não confundir com nacionalismo. Aliás. **Você sabe disso melhor do que eu (...)**”. Como podemos avaliar, então, na oração “É preciso convencer-se a gente”, o efeito de sentido ensejado de “obrigação”, de “necessidade” a respeito do que significa ser brasileiro, embora sem marcas explícitas de 1ª pessoa. Já em “Você sabe isso melhor do que eu”, percebemos uma modalidade elocutiva de opinião, que, embora não implique diretamente o interlocutor, abre a possibilidade de que haja uma expectativa de retorno numa possível carta-resposta.

### **Carta 2 e encenação de seu dispositivo enunciativo (as categoriais modais da enunciação)**

Fernando // [...] Por que é que todo mundo quer sair do Brasil? E Você é espírita é, Fernando? Então, como é que você pergunta o que eu faço às três horas da tarde? Ou já falamos sobre isso?

[...]

Encontrei cartas de casa e vários recortes de jornal, artigo de Reinaldo Moura [...] várias notinhas, referências a você e a mim em Sérgio Milliet, e em vários. E nota de Álvaro Lins dizendo que meus dois romances são mutilados e incompletos, que Virgínia parece com Joana, que os personagens não têm realidade, que muita gente toma a nebulosidade de Claricinha como sendo a própria realidade essencial do romance, que eu brilho sempre, brilho até demais, excessiva exuberância. Só quem diz a verdade é quem não gosta da gente ou é indiferente. Tudo o que ele diz é verdade. Não se pode fazer arte só porque se tem um temperamento infeliz e doidinho. Um desânimo profundo. Pensei que só não deixava de escrever porque trabalhar é a minha verdadeira moralidade.”

(Carta de Clarice Lispector a Fernando Sabino<sup>17</sup>, Berna, 19 de junho de 1946)

<sup>17</sup> In: SABINO, F. Cartas perto do coração: dois jovens escritores unidos ante o mistério da criação. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Logo no excerto inicial, percebemos muito recorrente a modalidade alocutiva de interrogação, através das perguntas diretas que o enunciador-clarice constrói, o que contribui para a construção do “efeito de sentido” de dúvida e implica contundentemente o interlocutor (“**Por que é que** todo mundo quer sair do Brasil? E Você é espírita é, Fernando? Então, **como é que** você pergunta o que eu faço às três horas da tarde? **Ou já falamos sobre isso?**”). O fragmento seguinte apresenta uma mescla de modalidades – “**Encontrei** cartas de casa e vários recortes de jornal // E nota de Álvaro Lins **dizendo que** meus dois romances são mutilados e incompletos, que Virgínia parece com Joana, que **os personagens não têm realidade**, que muita gente toma a nebulosidade de Claricinha como sendo a própria realidade essencial do romance (...)”. Notamos a presença de marcas de modalidade elocutiva de constatação, ensejadas pelo relato narrativo factual, que se completa com marcas de modalidade delocutiva através de discurso relatado. Nesse sentido, embora se trate de asserção, elocução e delocução apresentam-se mesclados, construindo um efeito de avaliação, completado pelas categorias de ironia construídas pelo eu-clariceano.

Os excertos seguintes, curiosamente também, apresentam marcas linguísticas de modalidade delocutiva – “Só

**quem diz** a verdade é quem não gosta da gente ou é indiferente. **Tudo o que ele diz é verdade**” // “**Não se pode fazer arte** só porque se tem um temperamento infeliz e doidinho.” Como se pode perceber, o locutor se “apaga” do discurso, embora nele percebamos um posicionamento sobre o mundo. O efeito de sentido do uso discursivo dessas categoriais é o de apresentar uma apreciação em tese distanciada em relação ao próprio dizer do enunciador. Entretanto, percebemos, facilmente, o teor subjetivo desse apagamento, usado apenas como estratégia para um aparente distanciamento emocional do locutor perante o que diz.

No último fragmento, percebemos a construção de uma modalidade elocutiva que constrói o efeito de vontade e “querer”, uma vez que o enunciador deixa claro uma visão do que é o ato de escrever para si – “**Pensei que** só não deixava de escrever porque trabalhar é a minha verdadeira moralidade”, voltando a carregar o discurso de subjetividade explícita.



### 3 Considerações finais

Partindo do princípio de que o ato de linguagem é um duplo espaço (externo e interno) a partir do qual os sujeitos se relacionam no mundo e na linguagem, este trabalho buscou demonstrar como se dá a encenação das identidades desses sujeitos no que se refere ao circuito da leitura-escritura de cartas trocadas entre autores da cena literária brasileira.

A análise empreendida à luz dos pressupostos teórico-metodológicos aventados para esta investigação demonstrou que o jogo de encenação discursiva empreendido pelos sujeitos envolvidos nesse ato de linguagem é construído a partir de modalidades enunciativas que “encenam” um espaço de relações do locutor com o outro, com ele mesmo e/ou com um terceiro. A partir dessa encenação do fora-dentro do espaço relacional dos sujeitos, pudemos perceber que a carta consolida um “espaço associado” à obra literária, podendo ajudar o escritor (que se coloca como enunciador) tanto a lidar com a sua “paratopia” quanto a refletir sobre o seu próprio fazer literário.

Sendo assim, nas duas cartas que compuseram o *corpus* desta investigação – e na presença dos quatro sujeitos envolvidos na construção da sua encenação –, verificamos que os sujeitos buscam, através de procedimentos linguísticos e

discursivos, consolidar, para si, para o outro e para o seu ofício de escrever, um “espaço institucional”, que é malogrado se pensarmos unicamente no “espaço canônico” de suas produções. Nesse sentido, os procedimentos linguístico-discursivos construídos na encenação das cartas giram em torno de conferir “credibilidade” ao discurso a partir, a todo momento, da reafirmação da “legitimidade” dos sujeitos empíricos – os escritores na/da cena literária brasileira. Em outras palavras, o estudo demonstrou que, a depender da modalidade enunciativa, as instâncias da pessoa, do escritor e do inscritor aparecem muito mais imbricadas no “espaço associado” do que no regime do “espaço canônico”, o que contribui para pensarmos a correspondência como uma perspectiva paratextual em que podemos refletir sobre aspectos que atravessam a esfera literária.

Longe de esgotar as possibilidades de análise, mas com o intuito de abrir zonas de contato entre áreas que constituem o campo discursivo, o que esta pesquisa visou demonstrar, então, foi que a encenação discursiva representa um jogo enunciativo de “projeção dos sujeitos” a partir da construção de estratégias responsáveis por instaurar um “lugar de credibilidade” a partir da construção de um “espaço de legitimidade”, representado pelo próprio campo literário brasileiro.

**Referências**

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Huscitec, 2006.

\_\_\_\_\_. *Estética da Criação Verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 2004a.

\_\_\_\_\_. *O Prazer do texto*. Tradução de J. Guinsburg; revisão da tradução Alice Kyoko Miyashiro. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004b.

\_\_\_\_\_. *O rumor da língua*. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004c.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: *Sade, Fourier, Loyla*. Tradução de Mario Laranjeira; revisão de Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. Escritores, intelectuais, professores. In: \_\_\_\_\_. *Escritores, Intelectuais, Professores e outros ensaios*. Lisboa: Presença, 1975. p. 25-61.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

\_\_\_\_\_. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BERGSON, Henri. O Pensamento e o Movente – Introdução (primeira parte). In: BERGSON, Henri. *Cartas, conferências e outros escritos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores). p. 99-112.

CANDIDO, Antonio. *Brigada ligeira e outros escritos*. São Paulo: EDUSP, 1992.

CHARAUDEAU, P. *Langage et Discours: éléments de sémiolinguistique (théorie et pratique)*. Paris: Hachette, 1983.

\_\_\_\_\_. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326., 2009.

\_\_\_\_\_. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida Lucia; Mello, Renato de. *Gêneros reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte, Nad/Fale-UFMG, 2004.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

GENETTE, G. *Seuils* Paris: Éditions du Seuil, 1987.

LEITE, Luciana Paiva de Vilhena. A correspondência e o discurso de si: confissão ou ficção? *Linguagem em (re)vista*. Niterói, Ano 09, n. 17-18, p. 103-121, 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária: enunciação, escritor, sociedade*. 2. ed. Martins Fontes: 2001.

\_\_\_\_\_. *Discurso literário*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como outro*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

RODRIGUES, Leandro Garcia. Afinal, a quem pertence uma carta? *Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS*. Porto Alegre. V. 8, n. 1, p. 222-231, jan-jun 2015.

SABINO, Fernando. *Cartas perto do coração: dois jovens escritores unidos ante o mistério da criação*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTIAGO, Silviano (Org.). *Carlos & Mário: correspondência entre Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade: 1924-1945*. Prefácio e notas de Silviano Santiago. Organização e pesquisa iconográfica de Lélia Coelho Frota. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2002.

\_\_\_\_\_. *As raízes e o labirinto da América Latina*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006a.

\_\_\_\_\_. *Ora (direis) puxar conversa! : ensaios literários*. Belo Horizonte: UFMG, 2006b.

## O EMPREGO DO INTERTEXTO COMO ESTRATÉGIA DISCURSIVA NA CONSTRUÇÃO DOS EFEITOS DE SENTIDO NO GÊNERO CRÔNICA

Amanda Heiderich Marchon (UninCor)

Fábio Gusmão da Silva

**Resumo:** Este trabalho tem como propósito analisar, sob o viés da Teoria Semiolinguística do Discurso, de Patrick Charaudeau, uma crônica vista como discurso. Entre a opinião e o fato, entre o jornalismo e a literatura, a crônica é um gênero literário produzido para ser veiculado na imprensa. Balizados, pois, pelos conceitos de *contrato de comunicação* e de *modos de organização do discurso*, pretendemos discutir a maneira pela qual os elementos linguísticos e extralinguísticos se relacionam para a construção dos efeitos de sentido pretendidos pelo cronista Diogo Mainardi, no texto *Vou embora*. Nessa crônica, o colunista constrói uma *mise-en-scène* a partir da comparação de sua partida, juntamente com sua família, do Brasil com cenas que retratam os protagonistas do romance *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, utilizando, como uma das estratégias

discursivas, para persuadir o seu interlocutor, o recurso da intertextualidade.

**Palavras-chave:** contrato de comunicação; modos de organização do discurso; intertextualidade.

**Résumé:** Cette recherche partant de la Théorie Sémiolinguistique du Discours proposée par Patrick Charaudeau vise à analyser le genre chronique en tant que discours. Entre l'avis et le fait concret, entre le journalisme et la littérature, la chronique est comprise comme un genre littéraire diffusé par la presse. En nous fondant sur les concepts de contrat de communication et de mode d'organisation du discours, nous envisageons d'expliquer la façon dont les éléments linguistiques et extralinguistiques du texte se trouvent en rapport pour construire des effets de sens envisagés par le chroniqueur Diogo Mainardi, dans le texte «Vou embora» (Je m'en vais). Dans cette chronique, l'écrivain construit une mise en scène à partir de la comparaison entre son départ du Brésil en compagnie de sa famille, et certaines scènes dans lesquelles sont décrits les protagonistes du roman «Vidas Secas», de Graciliano Ramos, l'intertextualité étant l'une des stratégies discursives dont l'auteur se sert pour persuader son interlocuteur.

**Mots-clés:** contrat de communication; modes d'organisation du discours; intertextualité.

## 1 Introdução

A crônica é um gênero literário produzido essencialmente para ser veiculado na imprensa. Esse texto privilegia o efeito de aproximação do escritor em relação ao leitor, dentro de um espaço sempre igual e com a mesma localização, criando-se, assim, uma familiaridade entre aquele que escreve e aqueles que leem os textos em dias específicos da semana. Por ser um gênero textual de composição mais livre, o cronista aborda temas variados de diversas áreas, bem como emprega diferentes estratégias para discutir um assunto ou transmitir o seu ponto de vista acerca de um determinado fato.

Justamente por abordar essa pluralidade tanto no aspecto temático quanto nos recursos estilísticos, a classificação da crônica como gênero textual é bastante complexa, embora existam diversos estudos que definem e classificam os gêneros jornalísticos da imprensa escrita. No que concerne a este artigo, adotaremos a tipologia apresentada por Patrick Charaudeau (2007), sobre os principais *modos discursivos de tratamento da informação*, a

saber: *acontecimento relatado* (relata-se o que acontece ou aconteceu no espaço público); *acontecimento comentado* (comenta-se o porquê e o como do acontecimento relatado por análises e pontos de vista diversos mais ou menos especializados e justificam-se eventualmente os posicionamentos apresentados); *acontecimento provocado* (promove-se o confronto de ideias, com o auxílio de diferentes dispositivos, tais como as tribunas de opinião, entrevistas ou debates para contribuir para a deliberação social).

De acordo com esse modelo, a crônica apresenta características do *acontecimento comentado*, em que o cronista assume um ponto de vista suscetível de esclarecer tanto acontecimentos considerados os mais importantes da atualidade, quanto acontecimentos culturais mais recentes ou mesmo fatos do cotidiano. Guiados, pois, pelos pressupostos da Semiologia, de Patrick Charaudeau, propomos, neste artigo, uma análise da crônica *Vou embora*, de Diogo Mainardi, publicada no dia 28 de julho de 2010, na *Revista Veja*.

Na primeira parte deste trabalho, teceremos as considerações acerca da teoria da Semiologia do Discurso, de Patrick Charaudeau (1999, 2004, 2007, 2008, 2009, 2015) – mais especificamente discutiremos sobre os conceitos relacionados ao *contrato de comunicação* e aos

*modos de organização do discurso* –, uma das vertentes teóricas da Análise do Discurso, de linha francesa, que privilegia o fenômeno da linguagem e entende o discurso como um “jogo comunicativo”, cujas peças são a sociedade e suas produções linguageiras. Essa teoria analisa o significado do texto “em função do projeto de influência e da ação persuasiva do sujeito enunciativo sobre o sujeito receptor/destinatário em determinados contextos e em situação interativa” (BARBISAN *et. al.*, 2010, p. 172).

Nessa mesma parte, abordaremos o pressuposto que está relacionado à Linguística Textual, com ênfase no fenômeno da intertextualidade – pelo viés de Koch, Bentes e Cavalcante (2008) – que consiste na presença de um determinado texto em outro, chamado também de intertexto, previamente produzido e que faz parte da memória social de uma coletividade ou da memória discursiva.

Em seguida, passaremos à análise em que evidenciaremos a estreita relação entre os pressupostos teóricos da Semiologia do Discurso e da Linguística Textual, utilizados como referência para este trabalho, a partir da análise da crônica *Vou embora*, de Diogo Mainardi.

Por fim, teceremos as considerações finais inerentes ao percurso traçado neste trabalho, à imbricação entre o



transcurso teórico percorrido e às análises realizadas, para, então, apresentarmos as fontes de referência que constituíram a fundamentação teórica para a produção deste artigo.

## 2 A teoria Semiolinguística do Discurso

A teoria Semiolinguística do Discurso, uma das vertentes da Análise do Discurso, considera todo ato de linguagem como resultado da combinação de dois componentes – “o verbal e o situacional –, bem como privilegia a análise que o sujeito enunciador projeta de si mesmo em seu discurso, num emprego de restrições e de manobras” (PAULIUKONIS e GOUVÊA, 2012, p. 55).

Com intuito de explicar os pressupostos norteadores da Semiolinguística, Charaudeau (2007, p. 13) vale-se do próprio nome dessa teoria, concebida por ele, e segmenta a partícula *sémio* da palavra *linguística*. O primeiro termo, do grego *semeiois*, evoca o fato de que a construção do sentido e sua configuração constroem-se por meio de uma relação forma-sentido, sob responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação. A segunda parte, *linguística*, significa, para o autor, o principal material da forma em questão – a das línguas naturais.

Estas, por sua dupla articulação, pela particularidade combinatória de suas unidades, impõem um procedimento de semiotização do mundo, diferentemente das outras linguagens.

Assim, a constituição de uma determinada imagem, pelo viés da Semiolinguística, pode ser visualizada por meio de um duplo recorte: o da enunciação ampliada – em que se leva em consideração a análise do contexto, incluindo os protagonistas e os parceiros, bem como as circunstâncias de produção do ato comunicativo – e o da enunciação restrita – com o enfoque nos procedimentos linguísticos que se constituem como pistas na construção de uma imagem de um enunciador ou de um *ethos* legitimador da fala enunciada. No tocante a esse aspecto, Charaudeau (1999, p. 27) defende em sua teorização que o sentido do discurso depende das circunstâncias da enunciação e dos destinatários aos quais o discurso é dirigido.

No espaço enunciativo, ganham importância dois princípios básicos que fundamentam todo ato comunicativo: o *princípio da alteridade* e o *princípio da identidade*.

O primeiro postula que todo ato de linguagem ocorre a partir da troca entre parceiros, que devem se reconhecer como semelhantes, uma vez que partilham saberes e finalidades comuns. Mas, além disso, devem se reconhecer também como diferentes, pois cada um dos parceiros desempenha um papel,

como o de sujeito emissor, aquele produtor do ato de comunicação (sujeito comunicante) e de sujeito receptor desse mesmo ato (sujeito interpretante). (CHARAUDEAU, 2007, p. 15)

Já o princípio da identidade está centrado no próprio indivíduo. É por meio dele que se permite dizer: quem sou realmente e que imagem de mim projeto para o outro. Segundo Pauliukonis e Gouvêa (2012, p. 56), a identidade desse sujeito é muito complexa, uma vez que se articulam dados biológicos e psicossociais que são atribuídos pelos outros e pelo próprio comportamento do sujeito. Todos esses comportamentos caminham para a construção de duas identidades: a social e a discursiva.

Para Charaudeau (2009, p. 309), existem três razões que o levam a considerar essa temática inerente à identidade social e à discursiva como relevantes. A primeira relaciona-se ao fato de, no domínio das ciências humanas e sociais, não haver sociologia, nem psicologia social, tampouco antropologia que não considerem relevantes os mecanismos languageiros.

A segunda refere-se às ciências da linguagem propriamente ditas, já que o tema das identidades sociais mostra a necessidade de diferenciar a língua do discurso, “num sentido inverso ao de uma certa representação que pretende que o discurso seja secundário em relação à língua: na

realidade, o discurso é que é fundador da língua” (CHARAUDEAU, 2009, p. 309).

A terceira e última razão é a da existência de um sujeito que se constrói por meio de sua identidade discursiva, que, no entanto, nada seria sem uma identidade social a partir da qual ele pudesse definir-se.

Nesse sentido, a filosofia contemporânea tem tratado essa questão como o fundamento do ser: a identidade é que propicia ao sujeito tomar consciência de sua existência, de seu saber, de suas ações e de seus julgamentos. Então, a identidade implica a tomada de consciência de si mesmo.

Para que haja, no entanto, a tomada de consciência, de acordo com Charaudeau (2015, p. 18), é relevante que exista a tomada de consciência identitária, que se perceba uma diferença e que se estabeleça uma certa relação com o outro.

Assim, a consciência de si mesmo existe na mesma proporção da consciência que se tem da existência do outro. Diante dessa relação, temos o princípio de alteridade, que se institui por meio de trocas entre os parceiros, permitindo que cada um deles se reconheça como semelhante e diferente do outro. É essa diferença do outro que faz com que eu olhe para mim mesmo, comparando-me a ele e procurando identificar os

aspectos semelhantes e diferentes (CHARAUDEAU, 2015, p. 18).

Dessa forma, cada um dos parceiros da troca linguageira está engajado num processo recíproco – mas não simétrico – de reconhecimento do outro e de diferenciação. Nessa perspectiva, Charaudeau assevera que, segundo este princípio, “cada um se legitimando e legitimando o outro através de uma espécie de ‘olhar avaliador’ – o que permite dizer que a identidade se constrói através do cruzamento de olhares – existe o outro e existo eu, e é do outro que recebo o eu” (CHARAUDEAU, 2009, p. 309).

A identidade do sujeito, portanto, resulta de um mecanismo bastante complexo, uma vez que nele articulam-se dados biológicos (somos o que nosso corpo é), dados psicossociais atribuídos ao sujeito (somos o que dizem que somos) e dados construídos por nosso próprio comportamento (somos o que pretendemos ser).

No ato de linguagem, além do princípio de alteridade e de identidade, outros dois princípios estão presentes: o da *influência* e o da *regulação* que fundamentam esse ato. Esses dois contribuem para completar o quadro enunciativo: o primeiro procura envolver e afetar emocionalmente o parceiro, que é alvo de sua influência, enquanto o segundo, o da

regulação, torna possível e necessário recorrer-se a estratégias que regulam a intercompreensão.

Se é necessário um outro, para que haja comunicação, o modelo comunicacional da Semiologia do Discurso compreende um ato de troca entre dois parceiros, ligados pelo princípio da intencionalidade e da regulação, realizado em uma determinada situação de influência comunicativa e regulado por um *contrato comunicativo*, conceito que passamos a discutir.

## 2.1 O contrato de comunicação

É comum pensarmos que a teoria da comunicação do linguista russo Roman Jakobson (1992), concebida para demonstrar que a comunicação humana se estrutura a partir dos elementos emissor, receptor, mensagem, código, canal e referente, seja suficiente para explicar o ato comunicativo. Com base, entretanto, nos recentes estudos no campo da linguagem, especificamente com pesquisas inerentes à Semiologia do Discurso, de Patrick Charaudeau, o ato de comunicação não pode ser analisado somente como resultado da simples produção de uma mensagem que um emissor envia a um receptor.

De acordo com Charaudeau (2008, p. 67), podemos representar o ato de comunicação por meio de um dispositivo cujo centro é ocupado pelo sujeito falante – o locutor (ao falar ou escrever), em relação ao outro parceiro – o interlocutor. O linguista ressalta também que o texto, oriundo de escolhas conscientes (ou inconscientes) feitas pelo sujeito falante dentre as categorias de língua e os modos de organização do discurso, em função das restrições impostas pela situação, representa o resultado material desse ato.

Segundo o recorte teórico da Semiolinguística, o ato de linguagem é uma *mise-en-scène* (encenação) em que os participantes interagem condicionados por um contrato de comunicação, que pressupõe a obediência a princípios implícitos construídos socialmente e partilhados pelos interlocutores.

É o contrato que rege as expectativas mútuas dos sujeitos do ato da linguagem. Esse ato pressupõe uma intencionalidade dos sujeitos, depende da identidade dos parceiros e realiza-se em um tempo e em um espaço determinados. O contrato de comunicação impõe a obediência a dois princípios básicos: a exigência de um *saber comum partilhado*, que pode ser de ordem linguística, experiencial ou interdiscursiva, presente na troca languageira, e o *direito à*

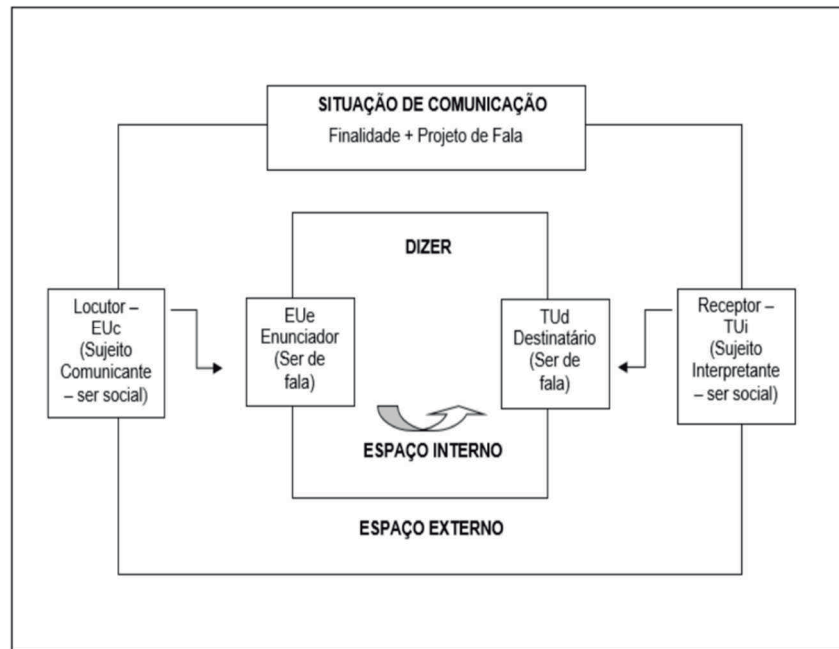
*palavra* que um parceiro deve conceder ao outro para que se processe o jogo comunicativo.

Ainda levando em conta os preceitos dessa teoria, todo ato é o resultado de operações linguístico-discursivas, realizadas por instâncias subjetivas, a partir de situações bem definidas. Esse modelo busca articular o discurso com uma rede interdisciplinar de acontecimentos textuais e sociais, realizado por duas atividades complementares: a da *produção* e a da *interpretação*, regidas por espaços de *estratégias* – os diferentes tipos de configurações discursivas de que o sujeito comunicante dispõe para satisfazer as condições do contrato e atingir seus objetivos comunicativos – e *restrições* – condições mínimas que devem ser respeitadas para que se efetue a comunicação.

Ambas se processam em uma *mise-en-scène* discursiva de que participam entidades subjetivas: o Eu Comunicante (EUc), o Eu Enunciador (EUe), o Tu Interpretante (TUi) e o Tu Destinatário (TUd). O primeiro (EUc), sujeito responsável pela produção, tem uma intenção e um projeto de fala, quando se engaja numa interação com um outro parceiro, o Tu Interpretante. Ambos, seres sociais, atuam no circuito externo da linguagem, lugar das condições de produção e de interpretação, da ação ou do fazer do discurso. A esses dois

sujeitos, associam-se o Sujeito Enunciador e o Sujeito Destinatário, seres discursivos, pertencentes ao circuito interno da linguagem, ao local do dizer, produzido por operações e/ou manobras linguístico-discursivas realizadas durante a coenunciação, conforme podemos visualizar no quadro a seguir:

### A representação do ato de linguagem



(CHARAUDEAU, 2008, p. 52)

Nesse cenário, constrói-se o *contrato de comunicação*. Assim, esse conceito, segundo Pauliukonis e Gouvêa (2012, p.

57), “permite aos parceiros se reconhecerem um ao outro por meios dos traços identitários e reúne as necessárias condições para conceber um ato de comunicação”: o objetivo do ato, o objeto temático de troca e as coerções materiais que as circunstâncias determinam. Levando em consideração os preceitos da Teoria da Semiologia, o ato de comunicação é um fenômeno que combina o dizer e o fazer, articulados num duplo circuito comunicativo – (circuito interno – dizer) e (circuito externo – fazer) –, indissociáveis um do outro.

O fazer é o lugar da instância situacional em que atuam os sujeitos comunicante e interpretante, que são seres sociais da troca. Já o dizer é o lugar da instância discursiva, em que o sujeito enunciador e o sujeito destinatário, que são seres da palavra, atuam como protagonistas.

Dessa forma, o ato de comunicação não pode ser considerado simplesmente como uma mera produção de uma mensagem enviada por um emissor a um receptor. Esse ato deve ser visto como um encontro dialético de quatro instâncias subjetivas que determinará os dois processos: o primeiro é o de produção – um EU-comunicante que se dirige a um TU-destinatário; o segundo é o de interpretação – um TU-interpretante que idealiza uma imagem do EU-comunicante pelo que ele apresenta como sujeito enunciador.

Tanto o EU-comunicante quanto o TU-interpretante são sujeitos de ação, na concepção do autor, que participam de uma encenação ou *mise-en-scène* discursiva no ato de comunicação no momento em que atuam como parceiros. Juntamente a esses dois sujeitos, ligam-se mais dois que são de “ordem discursiva”: o sujeito comunicante se anuncia como sujeito enunciador (EUe) e constrói uma imagem de si enquanto se dirige a um destinatário (TUD) que também é idealizado.

Assim, por meio desse processo interlocutivo, acontece um desdobramento dos lugares enunciativos, que são realizados por quatro enunciadores. Logo, a Semiologia considera o ato de comunicação como um “jogo”, já que esse ato se mantém em uma constante manobra de equilíbrio e de ajustamento entre as normas (restrições) de um determinado discurso e entre a margem de manobras permitida pelo mesmo discurso.

Por conseguinte, todos os atos são vistos como “encenações”, com a mesma acepção empregada no teatro, resultadas da combinação de uma determinada situação de comunicação com um determinado emprego de marcas linguísticas, bem como com uma determinada organização discursiva, a que Charaudeau chama de *modos de organização do discurso*, conceito discutido na seção a seguir.

## 2.2 Os modos de organização do discurso

O projeto de fala do sujeito encerra uma condição essencial ao ato comunicativo: os modos de organização do discurso. Charaudeau advoga que, dependendo da finalidade comunicativa, o sujeito organizará a matéria linguageira numa estrutura específica, com vistas à enunciação, à narração, à descrição ou à argumentação.

O modo de organização descritivo consiste em fazer existirem os seres do mundo, ao nomeá-los, ao determinar o lugar que ocupam no espaço e no tempo, e ao qualificá-los. De acordo com Barbisan *et. al.* (2010, p. 186), “se o descritivo organiza o mundo de maneira taxionômica, descontínua e aberta, o narrativo organiza-o de maneira sucessiva e contínua, numa lógica cuja coerência é marcada por seu próprio fechamento (princípio / fim)”.

O modo de organização narrativo é caracterizado por uma dupla articulação: a organização da lógica narrativa, ou melhor, a construção de uma sequência de ações segundo uma lógica acional que vai constituir a trama da história; e a organização da encenação narrativa, que é a realização de uma representação narrativa. Esse modo leva em conta as ações humanas, confronta-se com uma forma de realidade visível e



tangível, enquanto o modo de organização argumentativo está em contato somente com um saber que tenta considerar a experiência humana (BARBISAN *et. al.*, 2010, p. 186).

Por último, o modo de organização argumentativo autoriza a construção de explicações sobre asserções acerca do mundo em uma dupla perspectiva de razão demonstrativa e de razão persuasiva. Esse modo de organização está em contato apenas com um saber que tenta levar em conta a experiência humana por meio de certas operações do pensamento. Esse saber se dá por meio de certas operações do raciocínio e pode ser refutado ou não pelo interlocutor.

O modo será argumentativo se permitir organizar, numa visada racionalizante para influenciar o interlocutor, as relações de causalidade que se instauram entre essas ações, com auxílio de vários procedimentos que incidem sobre o encadeamento e o valor dos argumentos.

A racionalidade refere-se aos fenômenos do universo que são percebidos pelas experiências individuais e sociais do ser humano, o qual está inserido num quadro espacial e temporal determinado e efetua as operações de pensamento que constroem as explicações. Esse procedimento tem por objetivo a busca pelo verossímil.

Por conseguinte, a atividade discursiva de argumentar, do ponto de vista do sujeito argumentante, participa da busca da racionalidade que tende a um ideal de verdade inerente às explicações dos fenômenos do universo. Não se trata, porém, apenas de um ideal, pois mesmo que esses fenômenos tenham uma explicação, ou melhor, uma razão de ser no universo, eles são percebidos por meio de uma filtragem dupla: a da experiência individual e social do indivíduo e a das operações de pensamento que constroem um universo discursivo de explicação, que depende de esquematizações coletivas.

A busca do verossímil, em lugar do verdadeiro, é uma questão fundamental do processo argumentativo, uma vez que o verossímil depende das representações socioculturais compartilhadas pelos membros de um determinado grupo, em nome da experiência ou do conhecimento. Assim, para haver argumentação, não é necessário apenas emitir propostas sobre o mundo. Toda asserção pode ser argumentativa desde que se inscreva em um dispositivo argumentativo composto de proposta, proposição e persuasão.

### 3 Intertextualidade

A intertextualidade é considerada um dos grandes temas a que se têm dedicado tanto os linguistas das áreas da Linguística Textual e da Análise do Discurso de linha francesa quanto os estudiosos da Teoria e da Crítica Literária. Esse recurso linguístico constitui um importante fenômeno no que se refere à construção de novos textos e de novos sentidos a textos que já foram construídos anteriormente, incorporados a outras produções já escritas ou que ainda serão concebidas.

Nessa perspectiva, não há um texto autônomo e livre das interferências dos aspectos intertextuais. Segundo Valente (2002, p. 177), o fenômeno da intertextualidade pode ser considerado hoje um recurso linguístico de largo emprego nas mais variadas linguagens. Quem o desconhece certamente encontrará dificuldades na leitura de textos – tanto da linguagem literária quanto da não-literária – que o incorporam.

O conceito de intertextualidade, conforme Koch, Bentes e Cavalcante (2008, p. 9), surge na década de 60, com a crítica literária Julia Kristeva, que fundamenta essa noção com base nos postulados do dialogismo bakhtiniano, de que um texto (enunciado) não existe nem pode ser avaliado ou compreendido de forma isolada.

Para Bakhtin (2003, p. 272), “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados.” Ele ainda afirma que não existem textos puros, uma vez que todo texto parte de outro já existente. Authier-Revuz (1990, p. 25), parafrazeando Bakhtin, alude que “somente Adão mítico, abordando com sua primeira fala um mundo ainda não posto em questão, estaria em condições de ser ele próprio o produtor de um discurso isento do já dito na fala do outro.” Nenhuma palavra, portanto, é neutra, mas carregada, habitada, atravessada e ocupada pelos discursos alheios.

Nesse mesmo sentido, Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 288) aludem que a intertextualidade designa, ao mesmo tempo, uma propriedade constitutiva de qualquer texto e o conjunto das relações explícitas ou implícitas que um texto ou um grupo de textos determinado mantém com outros.

Por isso, uma vez que há sempre, em um texto, a presença do outro naquilo que dizemos (escrevemos) ou ouvimos (lemos) é que Koch, Bentes e Cavalcante (2008, p. 9-10) postularam a existência de uma intertextualidade ampla, constitutiva de todo e qualquer discurso, a par de uma intertextualidade *stricto sensu*, esta última atestada, necessariamente, pela presença de um intertexto.

Esse fenômeno ocorre quando, em um determinado texto, inserimos outro texto, chamado de intertexto, previamente produzido e que faz parte da memória social de uma coletividade ou da memória discursiva. “Em se tratando de intertextualidade *stricto sensu*, é necessário que o texto remeta a outros textos ou fragmentos de textos efetivamente produzidos, com os quais estabelece algum tipo de relação” (KOCH; BENTES e CAVALCANTE, 2008, p. 17).

Além disso, Koch, Bentes e Cavalcante (2008) postulam também a existência de uma intertextualidade em sentido amplo (*lato sensu*), constitutiva de todo e qualquer discurso, e uma intertextualidade em sentido restrito (*stricto sensu*), atestada pela presença, necessariamente, de um intertexto, recategorizadas como: temática, estilística, explícita, implícita e autotextualidade. Assim, a intertextualidade em sentido *lato sensu* revela-se pela existência da presença do outro naquilo que dizemos ou ouvimos em seu sentido amplo. Nessa perspectiva, “as ligações que podem ser estabelecidas entre textos e outro(s) texto(s) ocorrem não apenas com enunciados isolados, mas com modelos gerais e/ou abstratos de produção e recepção de textos/discursos.” (KOCH, BENTES e CAVALCANTE, 2008, p. 85).

Na fronteira entre a intertextualidade em sentido amplo e a intertextualidade em sentido restrito, estão, segundo as referidas autoras, a intertextualidade intergenérica e a intertextualidade tipológica.

A intertextualidade intergenérica ocorre quando um determinado texto, pertencente a um determinado gênero, apresenta-se com outras molduras comunicativas, ou seja, com a estrutura composicional de um outro gênero textual, utilizada pelo autor com o propósito de produzir determinados efeitos de sentido. Isso ocorre, por exemplo, com o uso de fábulas, contos de fada, cartas *etc.* em colunas de jornais, funcionando como artigos de opinião, ou como gêneros irônicos ou argumentativos tais como as *charges* políticas. Isso revela a possibilidade de operação e maleabilidade que dá aos gêneros enorme capacidade de adaptação e ausência de rigidez.

Já a intertextualidade tipológica está atrelada aos tipos textuais empregados nos textos. Esse tipo de intertextualidade decorre do fato de se poder depreender, entre determinadas sequências ou tipos textuais (narrativos, expositivos, argumentativos, descritivos *etc.*) um conjunto de características comuns, em termos de estruturação, seleção lexical, uso de tempos verbais, advérbios (de tempo, modo, lugar *etc.*) e outros elementos dêiticos, que permitem reconhecê-las como

pertencentes a determinada classe. Para Koch, Bentes e Cavalcante (2008, p. 77), cada gênero textual vai eleger uma ou mais sequências ou tipos para a sua elaboração. Então, como exemplo, podemos mencionar que, num conto, encontraremos a par das sequências narrativas, responsáveis pela ação do enredo, sequências descritivas cuja função é atribuir à trama a descrição dos ambientes, dos personagens e das situações, bem como sequências expositivas quando há a intromissão do narrador.

Acreditamos, portanto, que essa concepção de intertextualidade adotada por Koch, Bentes e Cavalcante (2008), abordada em termos de diálogo, é extremamente produtiva porque “ao mesmo tempo que explicita as diferenças, revela as semelhanças de pontos de vista e trajetórias e, no dizer de Bakhtin, de personalidades” (KOCH, BENTES e CAVALCANTE, 2008, p. 147).

#### 4 Análise

Levando em consideração, pois, os preceitos da *Semiolinguística do Discurso* e da *Linguística Textual*, discutidos nas seções 2 e 3, passamos à análise da crônica *Vou embora*, de Diogo Mainardi.



**Mainardi**  
**Diogo** podcast em  
www.veja.com/diogomainardi

## Vou embora

**F**abiano, o retirante de *Vidas Secas*, é igual a um bicho. Graciliano Ramos compara-o a um cavalo. Ele compara-o também a um tatu, a um macaco, a um cachorro e a um pato. Se Fabiano é igual a um bicho, eu sou igual a Fabiano. Está lá, na primeira parte do romance:

“A sina [de Fabiano] era correr mundo, andar para cima e para baixo, à toa, como judeu errante. Um vagabundo empurrado pela seca. Achava-se ali de passagem, era hóspede. Sim senhor, hóspede que tomava amizade à casa, ao curral, ao chiqueiro das cabras”.

**“Oito anos depois de desembarcar no Rio de Janeiro, de passagem, estou indo embora. Um vagabundo empurrado pela vagabundagem. É uma sina: andar para cima e para baixo, à toa”**

Oito anos depois de desembarcar no Rio de Janeiro, de passagem, estou indo embora. Um vagabundo empurrado pela vagabundagem. É uma sina: andar para cima e para baixo, à toa. Sim senhor, tomei amizade à cidade. O Rio de Janeiro — e, em particular, Ipanema, que me hospedou — tornou-se para mim um verdadeiro chiqueiro das cabras.

Os quatro protagonistas de *Vidas Secas* — Fabiano, Sinhá Vitória, o menino mais velho e o menino mais novo — vagam silenciosamente pela caatinga, “onde avultam as ossadas e o negrume dos urubus”. Quando o menino mais velho, sedento e faminto, cai na lama rachada,

tomado por uma vertigem que o impede de dar um passo a mais, Fabiano diz:

— Anda, excomungado.

Eu, minha mulher, o menino mais velho e o menino mais novo vagamos rumorosamente pelos corredores desertos do aeroporto Tom Jobim, onde avultam as ossadas e o negrume da Air France. Quando o menino mais velho, que caminha com um andador, resolve empacar, recusando-se a dar um passo a mais, eu digo, sim senhor:

— Anda, excomungado.

Fabiano tem medo de ser preso. Eu também tenho medo de ser preso. Fabiano tinha uma cadela chamada Baleia. Eu vi uma baleia, algumas semanas atrás, no mar de Ipanema. Fabiano, para matar a fome, acaba comendo seu papagaio. Eu, antes de ir embora do Rio de Janeiro, tratei de comer todas as sobras da geladeira, inclusive um ovo de Páscoa coberto de bolor.

Nas primeiras linhas de *Vidas Secas*, Fabiano parte, sem saber para onde. Nas últimas linhas do romance, ele parte novamente, sonhando com “uma terra desconhecida e civilizada”, onde os meninos iriam para a escola e sua mulher nunca mais teria de lambar o focinho ensanguentado de uma cadela. Depois de comparar Fabiano a um cavalo, a um tatu, a um macaco, a um cachorro e a um pato, Graciliano Ramos, nos instantes finais, apieda-se e, bisonhamente, humaniza-o. Fabiano sonha em parar de andar para cima e para baixo, à toa. O que eu digo? Eu digo:

— Anda, excomungado.

**Nota da Redação:**  
Diogo Mainardi permanece  
colunista de VEJA.

veja | 28 DE JULHO, 2010 | 157

Em seu projeto de fala, o enunciador lança mão de estratégias argumentativas e de procedimentos linguístico-discursivos para criar efeitos de sentido de verdade ou de realidade com intuito de persuadir o seu interlocutor. Nessa perspectiva, Mainardi organiza sua estratégia discursiva em função de um jogo de imagens que ele faz do seu interlocutor. “É em razão desse complexo jogo de imagens que o falante usa certos procedimentos argumentativos e não outros” (FIORIN, 2007, p. 18).

Podemos pensar, então, que o cronista sabe que o seu interlocutor já conhece os temas tratados em sua crônica, seu modo de enunciar em defesa de seu posicionamento acerca de um determinado fato, características típicas do contrato de comunicação que rege o gênero crônica.

Por ambos se reconhecerem, devido à partilha de saberes, o primeiro escreve para o segundo, que, por sua vez, interpreta o primeiro. Temos, então, identificado o primeiro princípio básico que fundamenta todo o *ato comunicativo*, segundo Charaudeau: o *princípio da alteridade*.

O outro princípio que compõe o *ato de comunicação* é o *princípio da identidade*, que, segundo esse pesquisador, é mais complexo, já que, além de articularem dados biológicos e

psicossociais, o indivíduo tem duas identidades: *a social e a discursiva*.

A *identidade social* de Mainardi está atrelada à figura do cronista da revista *Veja*. A *identidade discursiva* está relacionada à imagem de um indivíduo que tem o direito à palavra e que, por intermédio dela, constrói a imagem de escritor polêmico que aborda os acontecimentos do cotidiano e que também critica, principalmente, os fatos ligados à política e aos relacionados ao dia a dia.

Levando em consideração essas *duas identidades*, encontram-se os quatro sujeitos identificados por Charaudeau: ligados aos *seres sociais* estão os sujeitos que “fazem”, ou seja, o EU comunicante (EUc) – Mainardi – e o TU interpretante (TU<sub>i</sub>) – o leitor de suas crônicas; ligados aos *seres discursivos*, estão os sujeitos que “dizem”, isto é, o EU enunciador (EU<sub>e</sub>) – o falante/escritor ideal, o ser discursivo – e o TU destinatário (TU<sub>d</sub>) – o ouvinte/leitor ideal. O EU<sub>e</sub> é, portanto, uma imagem construída pelo sujeito produtor da fala (EUc) – nesse caso, Mainardi – e representa seu traço de intencionalidade, nesse *ato de produção de linguagem*.

Quanto ao *ato de linguagem*, é relevante analisarmos a crônica em apreço com base no modelo de estruturação dos



*atos de linguagem* nos três níveis propostos por Charaudeau: *situacional, comunicacional e discursivo*.

Assim, os *atos de linguagem* que constituem a crônica em análise têm como uma das *finalidades* anunciar a mudança do cronista Mainardi para outro país. A *identidade dos parceiros* dessa troca comunicativa caracteriza-se pela presença do (EUc), o cronista Mainardi, e o (TUi), o leitor da crônica.

O *domínio do saber* refere-se à mudança do cronista para outro país. Por último, o *dispositivo*, que corresponde às circunstâncias pelas quais ocorre a troca comunicativa, equivale à revista *Veja*. Assim, esses dados configuram o primeiro nível de estruturação do ato de linguagem: *o nível situacional*.

Já o *nível comunicacional* de estruturação do discurso, que se refere ao lugar onde estão determinadas as *maneiras de falar (escrever)* e aos papéis linguageiros dos sujeitos, pode ser identificado no texto por meio da intercalação entre o texto do próprio Mainardi e os fragmentos retirados da obra *Vidas Secas* de Graciliano Ramos. Além disso, pode ser reconhecido também pela constante comparação do cronista com o retirante Fabiano – uma comparação, como veremos, estruturada mais na relação de contraste do que de semelhança.

O *nível discursivo* de estruturação do *ato de linguagem* constitui o lugar de intervenção do sujeito enunciador que deve atender a determinadas condições para a realização. Esse nível é identificado a partir das seguintes características de Mainardi:

a) Ele é detentor de *legitimidade*, o que lhe confere o direito de informar seu leitor sobre a sua partida do Brasil. A *autoridade* de anunciar a sua saída desse país lhe é atribuída pela revista *Veja*, da qual ele é cronista.

b) Mainardi também tem *credibilidade*, pelo fato de escrever para a revista por mais de 10 anos, o que lhe permite ser um cronista polêmico, que aborda qualquer tema em suas crônicas e que, para informar que vai embora, compara-se, o tempo todo, com o personagem Fabiano, o retirante de *Vidas Secas*. Essa *credibilidade* pode ainda ser atribuída ao cronista pelo fato de ele ter recebido, em 1990, o prêmio Jabuti pela publicação, em 1989, do romance *Malthus*.

c) O cronista atende à condição de *captação*, na medida em que busca a persuasão e a sedução de seu leitor. Para isso, na crônica em análise, ele utiliza a atitude de *dramatização*, já que descreve fatos relacionados aos dramas de sua vida, comparando-os aos dramas de Fabiano.

Desse modo, temos as três condições: *legitimidade, credibilidade e captação*, para a constituição do terceiro nível

do modelo de estruturação dos *atos de linguagem*, ou seja, o *nível discursivo*.

O título da crônica já nos dá pistas sobre a temática de que tratará o texto: a saída do cronista do Brasil. Em seguida, o EUc produz *atos de linguagem* construindo a imagem de um EUE que apresenta o protagonista da obra *Vidas Secas* para comparar-se a esse personagem:

Fabiano, o retirante de *Vidas Secas*, é igual a um bicho. Graciliano Ramos compara-o a um cavalo. Ele compara-o também a um tatu, a um macaco, a um cachorro e a um pato. **Se Fabiano é igual a um bicho, eu sou igual a Fabiano.** Está lá, na primeira parte do romance:

“A sina [de Fabiano] era correr mundo, andar para cima e para baixo, à toa, como judeu errante. Um vagabundo empurrado pela seca. Achava-se ali de passagem, era hóspede. Sim senhor, hóspede que tomava amizade à casa, ao curral, ao chiqueiro das cabras”.

Já no primeiro parágrafo, podemos inferir que muitos *efeitos de sentido* são produzidos pela recorrência aos *intertextos*. No entanto, é necessário que o TUi também comungue desse mesmo conhecimento, ou seja, conheça a obra de Graciliano Ramos para que o diálogo intertextual faça sentido, para que uma leitura comparativa pautada no atrito

entre dois textos distintos faça emergir críticas à sociedade dividida em classes, como discutiremos ao longo das análises.

Todo o *ato de linguagem* envolve diferentes estratégias para o EUc, responsável por um certo *efeito de discurso*, produzido sobre o interpretante, que tem inúmeras possibilidades interpretativas. O enunciado destacado no fragmento anterior, em que verificamos o modo argumentativo de organização do discurso, pode ser entendido como a tese do texto, como a proposta sobre o mundo que provoca um questionamento, no leitor, quanto à legitimidade: Mainardi é igual a Fabiano? O colunista vivencia a mesma situação que o homem da ficção criado por Graciliano Ramos? A leitura superficial, talvez, leve à conclusão de que, tal qual Fabiano, Mainardi é um homem que "corre o mundo". Contudo, o EUE busca captar o leitor provocando a antipatia. A realidade do personagem de Graciliano é diametralmente oposta à realidade que o colunista alega viver: Fabiano sai do sertão e vaga mundo a fora em busca de sobrevivência, de humanização; Mainardi, um articulista bem-sucedido da imprensa brasileira, deixa um bairro de classe média alta no Rio de Janeiro em direção à Europa. De um lado, a miséria; de outro lado, a opulência. Fabiano sonha com um mundo civilizado; Mainardi já vivencia essa realidade.



À medida que avançamos na leitura do texto, no terceiro parágrafo, observamos que o EUc constrói a imagem de um EUE sarcástico quando relata a sua saída do Rio de Janeiro, depois de residir por oito anos no bairro de Ipanema, que se tornou seu abrigo, como o "chiqueiro de cabras" que abrigava Fabiano:

Oito anos depois de desembarcar no Rio de Janeiro, de passagem, estou indo embora. Um vagabundo empurrado pela vagabundagem. É uma sina: andar para cima e para baixo, à toa. Sim senhor, tomei amizade à cidade. O Rio de Janeiro — e, em particular, Ipanema, que me hospedou — tornou-se para mim um verdadeiro chiqueiro das cabras.

Diferente de Fabiano, porém, Mainardi não é "empurrado pela seca", mas pela oportunidade de morar em um país desenvolvido, o que reforça o efeito de antipatia que o EUc pretende produzir no TUD.

Mais adiante, identificamos uma outra passagem em que Mainardi — através de EUE — narra um episódio de sua família no aeroporto Tom Jobim, comparando-a à família do personagem Fabiano. Nela, observamos a menção a seu filho mais velho do colunista e à dificuldade do menino em andar, dificuldade que se deve a uma paralisia cerebral.

Temos, no excerto a seguir, mais um *efeito de discurso* produzido pelo EUc sobre o seu interpretante. A crônica imita o

romance ao descrever os núcleos familiares de Fabiano e de Mainardi — um casal e seus dois filhos — e ao tratar as crianças apenas por "menino mais novo" e "menino mais velho". A crítica, contudo, instala-se não na forma de nomear os personagens, mas nas características opostas que esses jovens metonimicamente representam: os meninos de Mainardi são filhos da classe média; os meninos de Fabiano são filhos da seca nordestina.

Os quatro protagonistas de Vidas Secas — Fabiano, Sinhá Vitória, o menino mais velho e o menino mais novo — vagam silenciosamente pela caatinga, "onde avultam as ossadas e o negrume dos urubus". Quando o menino mais velho, sedento e faminto, cai na lama rachada, tomado por uma vertigem que o impede de dar um passo a mais, Fabiano diz:

— Anda, excomungado.

Eu, minha mulher, o menino mais velho e o menino mais novo vagamos rumorosamente pelos corredores desertos do aeroporto Tom Jobim, onde avultam as ossadas e o negrume da Air France. Quando o menino mais velho, que caminha com um andador, resolve empacar, recusando-se a dar um passo a mais, eu digo, sim senhor:

— Anda, excomungado.

Nesse mesmo fragmento, o EUE, por meio da linguagem conotativa, faz referência à companhia aérea *Air France*. A "ossada" e o "negrume" revelam o acidente ocorrido, durante o

voo entre a cidade do Rio de Janeiro e Paris, em que a aeronave se despenhou no Oceano Atlântico, com 228 pessoas, na noite de 31 de maio de 2009. Para Fabiano, ao vagar pelo sertão, a "ossada" e o "negrume" com que se depara representam a fome e um destino incerto, mas a vontade de viver impõe a caminhada contra a miséria e a morte.

Além de o cronista empregar o recurso da intertextualidade para construir o seu texto, vale ressaltar a forma como a referência à obra de Graciliano Ramos é expressa linguisticamente: com o intuito de cumprir a finalidade comunicativa, são empregados os quatro *modos de organização do discurso*.

Vale destacar como o *modo descritivo*, que tem por finalidade qualificar e identificar um elemento do processo de comunicação, constitui uma importante estratégia discursiva para a construção do jogo de oposição: o menino da ficção, embora saudável, é "impedido de dar um passo a mais", pois está "sedento e faminto"; o menino da vida real, apesar de alimentado e assistido por um equipamento que o auxilia a caminhar devido à paralisia cerebral que sofreu, recusa-se "a dar um passo a mais". Destacamos, ainda, a carga semântica dos verbos *impedir* e *recusar*: o primeiro revela uma ação alheia

à vontade do personagem de Graciliano Ramos; o segundo revela uma ação consciente do filho de Mainardi.

Ainda em relação aos *modos de organização do discurso*, no excerto em estudo, verificamos que o *modo narrativo*, aquele que constrói a sequência de ações segundo uma lógica acional, também é empregado como estratégia discursiva para compor a oposição: a família de Fabiano vaga pela caatinga nordestina desolada pela seca em busca de "uma terra desconhecida e civilizada"; a família de Mainardi vaga pelos corredores do aeroporto com a certeza de que o destino será uma terra conhecida e civilizada. Os próprios cenários em que se sucedem as ações, por si só, já denotam trajetórias antagônicas dos personagens fictícios e dos personagens reais: o deserto calcinado *versus* o aeroporto sofisticado.

Depois disso, o EUc provoca mais um *efeito de discurso* em seu texto, ao recorrer, por três vezes, à comparação, para igualar os seus atos aos de Fabiano:

Fabiano tem medo de ser preso. Eu também tenho medo de ser preso. Fabiano tinha uma cadela chamada Baleia. Eu vi uma baleia, algumas semanas atrás, no mar de Ipanema. Fabiano, para matar a fome, acaba comendo seu papagaio. Eu, antes de ir embora do Rio de Janeiro, tratei de comer todas as sobras da geladeira, inclusive um ovo de Páscoa coberto de bolor.

Nesse fragmento, destacamos, novamente, o atrito entre as duas histórias: matar o papagaio representa a miséria enfrentada por Fabiano; comer as sobras de comida representa a fartura vivenciada por Mainardi. Sobre o medo de ser preso, cabe lembrar que, em uma das cenas do romance *Vidas Secas*, o sertanejo é preso injustamente pelos “soldados amarelos”, emblema do mandonismo local, e culpa-se por não ter sabido se explicar e desfazer o engano que o levou à prisão, situação oposta à de Mainardi a quem, como colunista influente, não faltariam palavras para explicar qualquer mal-entendido que pudesse prejudicá-lo.

No que se refere ao *espaço de estratégias* (ou *manobras*), que todo *contrato de comunicação* permite que seja construído, podemos verificar algumas estratégias empregadas, pelo colunista, em seu texto. Uma delas é o emprego de vozes alheias, ou seja, Mainardi utiliza o recurso da *intertextualidade explícita* numa proporção muito maior em relação à sua voz na narrativa da partida, o que não é muito comum, ainda que se trate de uma crônica.

Como o *contrato de comunicação* exige um saber compartilhado para o mínimo entendimento entre as partes envolvidas no *ato comunicativo*, vale ressaltar que a referência, nesse caso, o *intertexto*, é uma atividade que implica

cooperação dos coenunciadores e poderá malograr, caso o coenunciador, por exemplo, se engane de referente (MAINGUENEAU, 2001, p. 179-180). Por isso, reconhecemos que os *intertextos* são de extrema relevância para que os efeitos de sentido do texto sejam atingidos. Assim, esse conhecimento compartilhado sobre a obra de Graciliano Ramos, nesse caso, o entendimento dos elementos intertextuais, utilizados por Mainardi, nesta crônica, é de extrema relevância para que os efeitos de sentido do texto sejam atingidos.

## 5 Considerações finais

As contribuições teóricas as quais recorreremos para fundamentar esta investigação foram de extrema importância. Por meio delas, pudemos entender o discurso como um “jogo comunicativo”, bem como compreender que o significado do texto é analisado em função do projeto de influência e da ação persuasiva do sujeito enunciador sobre o seu interlocutor em uma situação interativa determinada, de acordo com os preceitos da *Semiolinguística do Discurso*.

Compreendemos, ainda, que quem desconhece o fenômeno da *intertextualidade* certamente terá dificuldades na leitura de textos que o incorporam, uma vez que todo e qualquer

texto está em constante diálogo com outros com os quais retoma, alude e também se opõe. No caso da crônica *Vou embora*, o mais importante não são as semelhanças que o enunciador diz ter em relação a Fabiano, personagem do romance *Vidas Secas*, mas exatamente o oposto: são as diferenças entre as classes sociais que evocam o efeito de sentido e captam o leitor ao provocar um sentimento de simpatia pela via da antipatia.

Como o *gênero textual crônica*, autorizado pelo contrato de comunicação que o rege, não requer uma construção composicional padrão, é comum verificarmos o emprego de diversas estratégias de que o escritor lança mão para revelar marcas de subjetividade. No texto proposto para análise, o cronista percorreu um caminho bem diferente daquele que identificamos geralmente em uma crônica, empregando grandes fragmentos de uma obra literária como estratégia discursiva para a construção dos efeitos de sentido — o escritor propõe uma comparação pautada no atrito entre duas realidades opostas: a miséria e a opulência.

Esperamos que este artigo contribua para o trabalho docente dos professores de Língua Materna que devem ter a concepção de que o texto é o lugar de interação dos sujeitos sociais em que se constituem e são constituídos

dialogicamente. Nessa mesma perspectiva, eles devem considerar que não existe texto autônomo e livre das interferências dos aspectos intertextuais. Por conseguinte, faz-se necessário trabalhar com o *intertexto* e com outras temáticas que mobilizem as estratégias linguístico-discursivas para construção de sentido de um texto, uma vez que, muito mais que mera decodificação de signos e palavras, as atividades de leitura e compreensão textual são fundamentais não apenas para a formação acadêmica do aluno, mas também para formação de um ser humano sensível e de um cidadão consciente para as diferentes leituras de mundo.

## Referências

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade (s) enunciativa (s). In: *Cadernos de estudos linguísticos*, Campinas, n. 19, 1990, p. 25-42.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBISAN, L. B.; GOUVÊA, L. H. M. ET AL. Perspectivas discursivo-enunciativas de abordagem do texto. In: BENTES, Anna Cristina; LEITE, Marli Quadros (Org.). *Linguística de texto e Análise da conversação*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 171-224.

CHARAUDEAU. P. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. In: MARI, Hugo et al. (Orgs.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG/FALE/Núcleo de Análise do Discurso: Carol Borges editora, 1999, p. 27-43.

\_\_\_\_\_. *O discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Trad. Coordenação de Ângela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, M. (Org.). *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009, p. 309-326.

\_\_\_\_\_. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. In: LARA, G. P.; LIMBETTI, R. P. (Org.). *Discurso e (des) igualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 13-29.

FIORIN. L. C. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2007.

GUSMÃO DA SILVA, F. *A construção de um ethos por meio de recursos intertextuais*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2016.

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 1992.

KOCH, I. V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M.,. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2008

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

MARCHON, A. H. *A ação coadjuvante do leitor na produção do discurso midiático*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2011.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GOUVÊA, Lúcia Helena Martins. Um texto como discurso: uma visão semiolinguística. In: *Texto como discurso: uma visão semiolinguística*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - v. 8 - n. 1 - p. 49-70 - jan./jun. 2012.

VALENTE, André. Intertextualidade - aspectos da textualidade e fator de coerência. In: HENRIQUES, Cláudio Cezar; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves (Org.) *Língua e transdisciplinaridade – rumos, conexões, sentidos*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 177-193.

## ESCOLHA LEXICAL E CONSTRUÇÃO DE *ETHÉ* DISCURSIVOS EM EDITORIAIS DO JORNAL O GLOBO<sup>1</sup>

Roberto de Farias David Junior (UFRJ)

**Resumo:** Este capítulo trata da construção de *ethé* discursivos do jornal O Globo em seus editoriais, por meio da escolha lexical. A pesquisa se fundamenta na Teoria Semiolinguística do Discurso, além de trazer outras contribuições para o estudo do *ethos* e das escolhas lexicais. O *corpus* é composto de editoriais publicados em janeiro e fevereiro de 2015. O objetivo é identificar tanto os *ethé* discursivos mais recorrentes nesses textos como os itens lexicais utilizados para a construção de uma imagem de si do jornal. Trata-se de uma análise qualitativa e quantitativa, na medida em que há, além da identificação dos *ethé* e das estratégias, a classificação e a contagem dos dados, com vistas à comparação percentual. Os resultados indicam maior frequência dos *ethé* de inteligência e de seriedade, além de maior recorrência de sintagmas nominais e sintagmas verbais para construção dos *ethé* discursivos.

---

<sup>1</sup> Este trabalho se baseia na pesquisa que originou a dissertação de mestrado do autor (DAVID JR., 2017), realizada com apoio da CAPES, tendo em vista que o autor foi bolsista durante todo o período do mestrado.



**Palavras-chave:** *Ethos*; Editorial; Escolha lexical; Discurso midiático; Jornal O Globo.

**Résumé:** ce chapitre s'occupe de la construction d'*ethé* discursifs du journal *O Globo* dans ses éditoriaux, à partir des choix lexicaux. La recherche est fondée sur la théorie sémiolinguistique du discours et apporte d'autres contributions pour l'étude de l'*ethos* et des choix lexicaux. Son *corpus* est composé des éditoriaux publiés en janvier et février 2015. Son objectif est celui d'identifier les *ethé* discursifs les plus récurrents dans ces textes ainsi que les éléments lexicaux utilisés dans la construction d'une image de soi du journal. Il s'agit d'une analyse quantitative et qualitative, dans la mesure où il y a, outre l'identification des *ethé* et des stratégies, la classification et la quantification des données en vue de la comparaison de leur pourcentage. Les résultats indiquent la plus grande fréquence des *ethé* d'intelligence et de sérieux, outre la plus grande récurrence des syntagmes nominaux et des syntagmes verbaux dans la construction des *ethé* discursifs.

**Mots-clé:** *ethos*; éditorial; choix lexical; discours médiatique; journal *O Globo*.

## 1 Introdução

Este capítulo se volta para a construção de *ethé* discursivos – imagens de si, construídas pelo locutor no ato de linguagem – do jornal O Globo em seus editoriais, por meio da escolha lexical nesses textos. Editoriais são textos de opinião redigidos em nome da instituição a que estão vinculados; a análise do *ethos* nos editoriais do jornal O Globo permite, portanto, compreender como sua argumentação está fundamentada não apenas na seleção e na organização das ideias, mas também no projeto de construção de uma imagem do enunciador que auxilie na persuasão do auditório/leitor.

A pesquisa aqui empreendida se fundamenta na Teoria Semiolinguística do Discurso, de Charaudeau (2010, 2007), especialmente nos conceitos de *contrato de comunicação* e de *modos de organização do discurso*. Conta, também, com as contribuições de Maingueneau (2011) e de Charaudeau (2013) para o estudo do *ethos*. Além disso, para o estudo das escolhas lexicais, recorre-se à definição de *lexias*, proposta por Pottier (1974).

O *corpus* analisado consiste em 94 editoriais publicados pelo jornal O Globo, nos meses de janeiro e fevereiro de 2015. Quanto à metodologia, a análise do *corpus* é qualitativa – na

medida em que cada texto é analisado de forma individual e independente – e quantitativa – tendo em vista que os dados relacionados aos *ethé* e à escolha lexical foram classificados e contabilizados em porcentagens, para comparação de frequências.

Estrutura-se o presente capítulo da seguinte maneira: após esta introdução, vem a apresentação da fundamentação teórica da pesquisa; segue-se, então, uma seção que trata da metodologia de pesquisa deste estudo; após, discorre-se sobre a análise qualitativa e quantitativa do *corpus*, bem como sobre os resultados encontrados; e a última seção retoma, enfim, os principais pontos do capítulo.

## 2 Fundamentação teórica

### 2.1 A Teoria Semiolingüística do Discurso

A Semiolingüística do Discurso se fundamenta na noção de que as interações humanas se estabelecem no/por intermédio do discurso. Isso ocorre a partir de um processo que Charaudeau (2007) chama de *processo de semiotização do mundo*, em que elementos do mundo são transformados em

elementos linguístico-discursivos e ganham significado de acordo com o contexto da interação.

Os sujeitos interagem nas mais diversas situações de comunicação, numa espécie de *encenação* e de acordo com princípios que norteiam essas interações. Estão em jogo, nesse processo, competências sociais e discursivas, que dizem respeito aos procedimentos sociais e linguístico-discursivos de que se valem os indivíduos nos atos de linguagem.

Como foi apontado por Charaudeau (2007, p. 13), o nome da teoria vem da noção de que a construção do sentido ocorre em sistemas *semiológicos* – por meio de uma relação entre forma e sentido – e da ênfase dada ao verbal, *lingüístico*, na análise do discurso proposta pelo autor. Há outras formas semiológicas envolvidas na construção do sentido; a linguagem verbal, no entanto, está em posição de “dominância” sobre elas.

Em cada situação de comunicação, há, para o autor, quatro sujeitos: dois existem numa instância psicossocial (sujeitos sociais), ao passo que os outros dois existem no plano discursivo (sujeitos discursivos). Os sujeitos sociais são chamados de *sujeito comunicante* e de *sujeito interpretante*; os discursivos, de *sujeito enunciator* e de *sujeito destinatário*. Os sujeitos *comunicante* e *enunciator* correspondem ao locutor; os sujeitos *interpretante* e *destinatário*, ao interlocutor.

O ato de linguagem se estabelece, nas diversas situações de comunicação, da seguinte maneira: o *sujeito comunicante* constrói para si mesmo um *sujeito enunciador*, visando a provocar determinados efeitos no *sujeito interpretante*; no ato de enunciar, o sujeito comunicante constrói também um *sujeito destinatário*, esperando que se estabeleça uma identificação entre este e o *sujeito interpretante*. Nesse sentido, o ato de linguagem é uma aposta, em que o sujeito comunicante faz uma proposta, e o sujeito interpretante tem uma resposta (não necessariamente verbal) que pode ou não corresponder às expectativas do sujeito comunicante.

Essas interações entre os sujeitos se estabelecem com base no que Charaudeau (2010) chama de *contrato de comunicação*. Segundo o autor, o contrato de comunicação permite que os sujeitos do ato de linguagem, pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais, cheguem a um acordo sobre as representações languageiras dessas práticas. De acordo com cada contrato de comunicação, o sujeito comunicante se vale de um conjunto de fatores linguísticos e extralinguísticos para que o sujeito interpretante compreenda sua proposição.

Essa noção está relacionada à de gêneros textuais, na medida em que há, em cada situação de comunicação, um conjunto de regras fixas e de possibilidades “flexíveis” para a

eficácia do ato de linguagem. Essas regras e possibilidades constituem o contrato de comunicação, e a sua estabilidade e recorrência estão relacionadas ao reconhecimento dos gêneros textuais socialmente instituídos.

Nos editoriais, essa *encenação* se estabelece de uma forma especial. Nesse caso, o sujeito comunicante autor do texto (o ser humano responsável pela redação do editorial) se *apaga* socialmente (no sentido de que omite sua identidade social) para que, em seu lugar, seja evocada a identidade social da instituição em nome da qual o editorial será escrito. Esse movimento está na base do fenômeno que Alves Filho (2006) classifica como *autoria institucional*.

Ao mesmo tempo, esse sujeito comunicante constrói um sujeito enunciador que corresponda à imagem que se espera transmitir dessa instituição. Esse sujeito enunciador tem por finalidade discursiva um *fazer crer*, tendo em vista que seu ato de linguagem apresentará uma tese e argumentos que a corroborem. Sua proposta, então, é informar o interlocutor para convencê-lo de sua tese, levando-o a aderir ao seu posicionamento.

Para tanto, esse sujeito comunicante, enquanto constrói um sujeito enunciador, constrói também um sujeito destinatário que busca informações para formar uma opinião sobre

determinado tema. Espera-se, então, que o sujeito interpretante – o leitor do editorial – identifique-se com o sujeito destinatário construído, aderindo à tese do texto.

O contrato de comunicação está ligado, também, aos *modos de organização do discurso* (CHARAUDEAU, 2010). Estes dizem respeito a procedimentos de utilização e ordenação de determinadas categorias de língua em função das finalidades discursivas de um ato de comunicação.

Os modos de organização do discurso podem ser agrupados em quatro tipos: *modo enunciativo*; *modo descritivo*; *modo narrativo*; e *modo argumentativo*. Interessam a esta pesquisa principalmente os modos enunciativo e argumentativo.

O *modo enunciativo de organização do discurso* fundamenta, na verdade, os demais modos. Está relacionado aos seres de fala internos à linguagem, apontando para o posicionamento do sujeito falante com relação a si mesmo, ao interlocutor e aos outros na encenação do ato de comunicação.

O autor distingue três comportamentos no modo enunciativo. O comportamento *alocutivo*, associado a marcas linguísticas de segunda pessoa, caracteriza-se por uma relação de influência do locutor sobre o interlocutor. Por sua vez, o comportamento *elocutivo*, associado a marcas de primeira

pessoa, relaciona-se com a forma como o locutor enuncia seu ponto de vista sem implicação do interlocutor no que é dito. Já no comportamento *delocutivo*, associado a marcas linguísticas de terceira pessoa, o locutor e o interlocutor são *apagados*, destacando-se o que está sendo dito.

O *modo argumentativo de organização do discurso* está relacionado às proposições acerca do mundo. Sua função de base é expor e provar causalidades (relações entre asserções), visando a, por exemplo, *fazer compreender*, *fazer crer*, *fazer aderir* e/ou *fazer fazer*.

Os elementos básicos da argumentação são: uma *proposta* sobre o mundo cuja legitimidade provoque questionamento; um sujeito *argumentante* que, assumindo um posicionamento em relação ao questionamento, desenvolva um raciocínio que tenta estabelecer uma verdade quanto à proposta; um sujeito *alvo* da argumentação – a quem se dirige aquele que argumenta – que deve ser conduzido a compartilhar dessa verdade estabelecida.

Em linhas gerais, esses elementos estabelecem entre si as seguintes relações: a proposta sobre o mundo provoca um questionamento tanto no sujeito argumentante quanto no sujeito alvo; o primeiro busca estabelecer uma verdade quanto à proposta (busca de racionalidade) e uma estrutura

argumentativa que possa persuadir o segundo (busca de influência); este, por sua vez, tendo questionado a proposta sobre o mundo e entrado em contato com a estrutura argumentativa daquele sujeito, estabelece também uma verdade sobre a proposta, aceitando ou refutando a argumentação. Na primeira possibilidade, a verdade do sujeito alvo coincide com a do sujeito argumentante; na segunda, as duas verdades são distintas.

É importante ressaltar que essa verdade de que se fala é não necessariamente universal, mas relativa: o que está em jogo não é o verdadeiro, mas o verossímil, aquilo em que se pode crer como verdadeiro a partir das experiências, dos conhecimentos e das representações socioculturais partilhadas pelos sujeitos. A argumentação está relacionada, pois, à criação de um universo discursivo de explicação por parte do indivíduo, a partir de sua experiência individual e social.

É nesse quadro que esta pesquisa insere o estudo do *ethos*.

## 2.2 O conceito de *ethos*

Na Antiguidade Clássica, Aristóteles (2005) insere o conceito de *ethos* no estudo da Retórica, como um dos meios de prova (instrumentos ou atividades que introduzem elementos

como evidências que estabelecem a veracidade de um fato) de que se vale o orador no processo de persuasão do auditório. Esses meios de prova são três: (1) o *logos*, que corresponde ao conteúdo proposicional e à organização lógica da fala do orador; (2) o *ethos*, que diz respeito à imagem do orador, construída por ele na sua fala e a ele atribuída pelo auditório; e (3) o *pathos*, que está associado às emoções provocadas no auditório pela fala do orador. Os três constituem uma espécie de tripé em que se apoia a argumentação, estando o *logos* relacionado à “razão” e o *ethos* e o *pathos*, à “emoção”.

*Logos*, *ethos* e *pathos* não são, no entanto, independentes; são, pelo contrário, interdependentes, estabelecendo-se de forma imbricada. As emoções provocadas pelo orador no auditório (*pathos*) dependem, entre outros fatores, da imagem que se tem desse orador (*ethos*) e do conteúdo e da organização de sua fala (*logos*); o *logos* se sustenta, por sua vez, também com base no *pathos* e no *ethos*; enquanto a construção deste é influenciada pelo *logos* e também pelo *pathos*.

Tendo em vista, então, que o conceito de *ethos* remonta a uma tradição de estudos da argumentação, é importante que se considere como o *ethos* colabora no processo de convencimento, de persuasão do outro. As principais

contribuições, nesse ponto, são as de Maingueneau (2011) e de Charaudeau (2013).

O que se pretende estudar, nesses textos, é o que Maingueneau (2011) chama de *ethos discursivo* – tendo em vista que se trata da imagem construída pela/na enunciação –, em detrimento do *ethos pré-discursivo*, que é anterior ao momento da enunciação. Além disso, a ênfase recai sobre o estudo do *ethos mostrado* em vez do *ethos dito*, já que não se espera que o sujeito da enunciação fale de si mesmo nos editoriais.

Charaudeau (2013), além de inserir o estudo do *ethos* no quadro da Semiologia do Discurso, propõe uma classificação dos *ethé* e uma discussão sobre procedimentos linguístico-discursivos de construção dessas imagens. Esta pesquisa parte da classificação proposta pelo autor, mas não a reproduz exatamente, tendo em vista que Charaudeau (2013) se volta para o discurso político, enquanto este trabalho analisa textos do discurso midiático. Por isso, alguns *ethé* foram relidos e outros novos foram encontrados.

Nesta pesquisa, destacam-se quatro *ethé*: *ethos de seriedade*; *ethos de inteligência*; *ethos de prudência*; e *ethos de benevolência*. O trabalho com *ethé* com traços considerados “positivos” pela sociedade em geral está relacionado à

pressuposição de que os editoriais do jornal O Globo buscariam construir determinados *ethé* que reforçassem uma imagem positiva de si, para a manutenção do público-leitor e para o crescimento do mercado consumidor do periódico.

O *ethos de seriedade* tem, nesta pesquisa, uma definição semelhante à de Charaudeau (2013) e diz respeito, basicamente, ao tom (MAINGUENEAU, 2013b) sério, relacionado especialmente à escolha temática dos editoriais (embora haja, também, alguns itens linguísticos que colaboram para a construção da imagem de sério). Está relacionado, também, à forma como o sujeito da enunciação lida com determinados temas e acontecimentos, e até mesmo à forma como se refere a alguns indivíduos: por vezes, de forma incisiva; em outros momentos, sendo enfático quanto à gravidade e à importância de determinados fatos e dados.

O *ethos de inteligência* está associado a certa “erudição”, demonstração de conhecimento, de pesquisa profunda e de domínio do assunto em questão – numa medida que não passe a imagem de arrogante ou presunçoso. Ajudam a construir a imagem de inteligente: a fundamentação das opiniões, tendo como base informações e dados de diversas fontes; a erudição, demonstrada ao falar sobre lugares, temas variados e seus diversos aspectos; a capacidade de estabelecer relações entre

acontecimentos seguindo um raciocínio lógico; entre outros aspectos.

O *ethos de prudência* se relaciona mais a uma postura de cuidado, ao assumir um posicionamento baseado em reflexão profunda, levando em conta possíveis consequências. A imagem de prudente está associada principalmente à postura de quem não faz pré-julgamentos, à de quem age ou pensa de acordo com instruções de indivíduos ou instituições que sejam especialistas, autoridades no assunto, e ainda à de quem apresenta as consequências negativas de seguir por determinado caminho.

O *ethos de benevolência*, enfim, está relacionado à postura de pensar no “bem comum”, em medidas que não prejudiquem a sociedade como um todo e/ou que cooperem para o seu desenvolvimento e bem-estar. A imagem de benevolente tem relação mais estreita com os afetos (numa medida calculada, para não passar a ideia de bondade excessiva e/ou de passionalidade, que prejudicariam a imagem de sério), e alguns exemplos de atitudes que a reforçam são: apontar medidas que beneficiem, de alguma forma, a sociedade como um todo e grupos de indivíduos em particular; demonstrar contentamento com aquilo que traz melhorias para os

indivíduos e a sociedade ou descontentamento, tristeza, indignação com aquilo que os afeta negativamente.

Quanto às estratégias linguístico-discursivas que auxiliam na construção desses *ethé*, percebeu-se que a mais produtiva foi a escolha lexical, e, por isso, esta pesquisa se dedica ao estudo dessa estratégia.

### 2.3 O estudo das escolhas lexicais e o conceito de “lexias”

Para estudar a escolha lexical, parte-se do conceito de *lexia* (POTTIER, 1974), que ajuda a entender como um mesmo “referente” pode ser significado por estruturas diversas. Por exemplo: “crepúsculo”, “pôr-do-sol”, “anoitecer” ou “cair do dia” têm estruturas diferentes; em determinadas situações, contudo, funcionam como sinônimos. Pode-se dizer, então, que cada um deles é uma *lexia* – segundo Silva (2006), “crepúsculo” e “anoitecer” seriam *lexias* simples, “pôr-do-sol”, uma *lexia* composta e “cair do dia”, uma *lexia* complexa (fraseológica).

Para sistematizar a classificação das *lexias*, optou-se pela distinção em cinco tipos de sintagmas: *sintagmas nominais*, *sintagmas adjetivais*, *sintagmas verbais*, *sintagmas adverbiais* e *sintagmas preposicionais*. Cada uma dessas estruturas, no texto, pode corresponder a uma única palavra ou



a uma estrutura complexa, que tenha como núcleo um nome/substantivo, ou um adjetivo, ou um verbo, ou um advérbio, ou uma preposição. Dessa forma, é possível agrupar, de maneira econômica, lexias com estruturas distintas, tendo como foco o elemento nuclear de cada segmento.

Quanto ao levantamento das lexias, são selecionados apenas os itens lexicais que, de alguma forma, reforçam a tese do editorial analisado e, assim, colaboram para a adesão do leitor a essa tese. O critério de seleção dos itens analisados está relacionado, então, à proposta de estudar o *ethos* como elemento da argumentação.

### 3 Metodologia

Como foi dito anteriormente, o *corpus* desta pesquisa é composto por editoriais publicados pelo jornal O Globo nos meses de janeiro e fevereiro do ano de 2015. São, no total, 94 textos, sendo 55 do mês de janeiro e 39 do mês de fevereiro.

As etapas da análise qualitativa dos editoriais foram as seguintes: (1) leitura de cada texto; (2) identificação da temática do editorial; (3) identificação da tese do texto; (4) identificação de itens linguístico-discursivos que contribuem para a construção de um determinado *ethos*; (5) classificação dos itens

linguístico-discursivos em sintagmas; e (6) identificação dos *ethé* construídos por esses itens.

Os passos da análise quantitativa foram: (1) contagem dos itens levantados, separando-os de acordo com a classificação em sintagmas; (2) contagem dos itens levantados, separando-os pelos *ethé* que ajudam a construir; (3) comparação dos percentuais dos itens levantados, de acordo com os *ethé* que ajudam a construir; e (4) comparação dos percentuais dos itens levantados, de acordo com a sua classificação em sintagmas.

Tendo isso em mente, passa-se a tratar da análise do *corpus*.

### 4 Análise do *corpus*

Para apresentar a análise e seus resultados, esta seção se divide em duas subseções. Na primeira, a análise comentada de um dos editoriais demonstra os passos da análise qualitativa dos textos. Após isso, a segunda subseção exhibe os resultados quantitativos encontrados.

#### 4.1 Exemplo de análise qualitativa

Para exemplificar a análise qualitativa dos editoriais, foi selecionado o texto intitulado “Tiros no pé”, publicado pelo jornal O Globo no dia 4 de janeiro de 2015. Após a transcrição desse editorial, segue a análise.

##### Tiros no pé

A redução da jornada de trabalho se tornou uma bandeira defendida por muitos sindicatos ao redor do mundo como alternativa capaz de gerar empregos. *Na prática, essa iniciativa se mostrou um tiro no pé onde foi adotada.* Na França, por exemplo, mesmo entre os sindicatos já há quem defenda um recuo, pois a redução da jornada não criou os empregos imaginados, e até teve um efeito inverso, pois muitos negócios encolheram para se adaptar a essa exigência. Paris está entre as cidades mais visitadas do mundo e o que se vê lá, mesmo nas áreas turísticas, é o pequeno comércio retraído, abrindo as portas mais tarde e fechando mais cedo, pela impossibilidade de manter empregados em diferentes turnos.

É apenas um exemplo do que aconteceu em grande escala na economia europeia, que tem perdido competitividade no ambiente globalizado ao concorrer com países da Ásia, entre outros, que não têm restrição legal para o número de horas trabalhadas.

No Brasil, observa-se igualmente uma perda expressiva de competitividade de segmentos que no passado foram bons empregadores, remunerando o trabalho acima da média. Tal perda é mais significativa na indústria de transformação, que, além de não conseguir exportar, vem perdendo espaço para importações.

Desde o lançamento do Real, o Brasil tem valorizado o salário mínimo com aumentos reais consecutivos. A política em vigor prevê a reposição pela inflação do ano anterior e aumento para o mínimo equivalente à variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. É uma fórmula justificada pela necessidade de se diminuir as desigualdades sociais, e que só teve eficácia porque simultaneamente a economia brasileira passou por um processo acelerado de formalização decorrente de outros fatores (acesso ao crédito, governança corporativa das empresas, abertura de capital etc.). No entanto, ignora,

como seria o correto, a evolução da produtividade do próprio trabalho.

Para ser sustentável ao longo do tempo, qualquer política de valorização salarial deve ter uma relação direta com a produtividade. E o que tem sido constatado no país é uma trajetória em que os salários avançam mais que os parcos ganhos de produtividade.

Assim, a redução da jornada de trabalho seria um duplo tiro no pé, sem correspondência com a produtividade. Em face das dificuldades que a economia tem enfrentado, com inflação alta e baixo crescimento, a redução da jornada de trabalho muito provavelmente debilitaria ainda mais a produtividade, inviabilizando de vez a política de valorização do salário mínimo e das faixas salariais pelas quais são remunerados os trabalhadores com menos qualificação.

Ganhos de produtividade são o caminho mais rápido para se pagar mais e melhores salários. Mas essa é uma bandeira que sindicatos não se dispõem a empunhar. Redução da jornada de trabalho parece ser mais apelativa, não importando as consequências negativas para o futuro.

Classificou-se esse editorial como pertencente ao eixo temático “Questões sociais”. O tema específico é a redução da jornada de trabalho.

Há, subentendida no texto, uma *proposta* sobre o mundo, que poderia ser formulada verbalmente da seguinte maneira: a redução da jornada de trabalho é uma boa medida. Essa proposta pode gerar os seguintes questionamentos: “A redução da jornada de trabalho é realmente uma boa medida?”; “Quais seriam suas consequências?”.

A partir disso, o *sujeito argumentante* estabelece uma verdade, a tese apresentada no primeiro parágrafo e destacada em itálico na transcrição: “Na prática, essa iniciativa se mostrou um tiro no pé onde foi adotada”. Essa tese é retomada no sexto parágrafo, quando se diz que, no Brasil, “a redução da jornada de trabalho seria um duplo tiro no pé”. A partir dela – e com vistas a ela –, o sujeito constrói um universo discursivo persuasivo, tentando fazer com que o leitor aceite sua tese como verdadeira.

O processo de persuasão, nesse caso, exige riqueza e diversidade de estratégias, especialmente porque o tema é polêmico. Parte importante da argumentação é, então, a construção de uma imagem de si que colabore para a adesão do leitor à opinião do jornal.

O título do editorial ajuda a construir um *ethos de prudência* do periódico. “Tiro no pé” é um sintagma nominal que indica uma ação com consequências negativas para o próprio agente. No texto em questão, a ação é a redução da jornada de trabalho, já adotada na Europa e em fase de discussão no Brasil, e os agentes que a promovem são os sindicatos. Defender a redução da jornada de trabalho seria, então, uma postura imprudente; projeta-se sobre o sujeito da enunciação, por conseguinte, a imagem de prudência, já que ele se opõe a essa medida.

No primeiro parágrafo, o editorial cria uma oposição entre o posicionamento do próprio jornal e o dos sindicatos, afirmando que estes defendem a redução da jornada de trabalho. É importante observar a palavra escolhida no texto: o termo “bandeira”. Empregado como sinônimo de “causa”, indica uma defesa “apaixonada” de uma ideia. A essa defesa apaixonada feita pelos sindicatos, como o parágrafo dá a entender, opõe-se a crítica racional feita pelo editorial, tendo em vista que, “na prática”, levando em conta os resultados concretos da adoção dessa medida, ela “se mostrou um tiro no pé onde foi adotada”.

Assim, os sintagmas nominais “tiros no pé”, “bandeira” e “sindicatos”, o sintagma adjetival “defendida” e o sintagma

preposicional “na prática” ajudam a construir um *ethos de prudência* para o jornal, por oposição a uma certa “imprudência” por parte dos sindicatos. Essa oposição, aliás, é retomada ao longo de todo o editorial, sendo uma estratégia fundamental de persuasão do interlocutor.

Os termos “França” e “Paris”, que aparecem no texto para confirmar a tese de que a redução da jornada de trabalho foi um “tiro no pé” onde foi adotada, indicam uma importante estratégia do enunciador. Falar de França e de Paris ajuda a construir o *ethos de inteligência* do locutor, tendo em vista que é preciso ser bem informado, culto, ter até mesmo erudição para falar de sua situação política, econômica e social. Nesse sentido, os dois sintagmas nominais reforçam a imagem de inteligente do jornal.

Além disso, a França é, no imaginário ocidental, o país da Revolução, do ideal de “liberdade, igualdade e fraternidade”, de luta pelos direitos dos trabalhadores. Paris é a “cidade-luz”, berço do Iluminismo, do ideal moderno de progresso. A escolha desse país e de sua capital intensifica o argumento apresentado nesse trecho: nesse país, que é visto como uma referência de luta pelo progresso e pelo bem do povo, os efeitos da redução da jornada de trabalho foram negativos.

O editorial diz, ainda nesse parágrafo, que “mesmo entre os sindicatos já há quem defenda um recuo”. O sintagma nominal “recuo” ajuda, também, na construção do *ethos de prudência* do jornal, por indicar que alguns sindicalistas, ao olharem para os efeitos da adoção da medida, defendem, por prudência, que se dê um “passo atrás” na luta apaixonada e idealista dos sindicatos. A prudência do “recuo” é, por extensão, também a prudência do posicionamento do jornal.

Quantos aos efeitos da redução da jornada de trabalho, o texto diz que ela “não criou os empregos imaginados, e até teve um efeito inverso, pois muitos negócios encolheram (...)”. A contraposição entre os efeitos “imaginados” e os concretos – o inverso do esperado – também contribui para a construção do *ethos de prudência* do jornal, tendo em vista que é nos efeitos concretos que se sustenta sua opinião. Os sintagmas adjetivais “imaginados” e “inverso” ajudam, então, a construir esse *ethos*.

O editorial diz, ainda, que, em Paris, o resultado é “o pequeno comércio retraído, abrindo as portas mais tarde e fechando mais cedo, pela impossibilidade de manter empregados em diferentes turnos”. Os efeitos apontados nesse trecho incidem sobre o pequeno comércio, o “cidadão comum” que tira o sustento do seu empreendimento. Falar do pequeno comércio e dos efeitos da redução da jornada de trabalho para

o cidadão comum incentiva a identificação do leitor com o grupo afetado e auxilia a passar a impressão de que o jornal se importa com a sociedade como um todo e quer o bem de todos os cidadãos. Assim, os sintagmas verbais “encolheram”, “abrindo as portas mais tarde e fechando mais cedo” e “manter” (cujos núcleos são formas nominais do verbo), o sintagma nominal “pequeno comércio” e o sintagma adjetival “retraído” colaboram na construção do *ethos de benevolência* do jornal.

No segundo parágrafo, os sintagmas destacados – os sintagmas nominais “exemplo”, “economia europeia” e “países da Ásia”, os sintagmas preposicionais “em grande escala” e “entre outros”, e o sintagma verbal “tem perdido” – ajudam a construir o *ethos de inteligência* do jornal. Dizer que o que aconteceu na França e em sua capital é um “exemplo” reforça a perspicácia do locutor, o qual percebe que determinados acontecimentos específicos são, na verdade, reflexo de um processo mais amplo. O sintagma “em grande escala” colabora, também, para essa construção, pois indica o amplo alcance da percepção do sujeito. Os sintagmas “economia europeia”, “países da Ásia” e “entre outros” indicam o conhecimento do enunciador sobre regiões diversas do mundo e sua situação econômica: é preciso, pelo menos no senso comum, ser inteligente para falar sobre a situação de lugares tão diversos.

O terceiro parágrafo estabelece uma relação entre o quadro econômico global e o do Brasil: em ambos, o que se pode perceber é uma perda de competitividade. O sintagma adverbial “igualmente”, o sintagma preposicional “no passado” e o sintagma adjetival “bons” ajudam a construir o *ethos de inteligência* do jornal, tendo em vista que o primeiro indica uma boa percepção de semelhanças entre a situação do Brasil e a do resto do mundo globalizado; o segundo, um bom conhecimento da história econômica do Brasil; e o terceiro, a capacidade de avaliação do sujeito quanto à empregabilidade de segmentos da economia brasileira.

Já os sintagmas adjetivais “expressiva” e “mais significativa”, bem como o sintagma verbal “vem perdendo espaço”, colaboram para a construção do *ethos de prudência*, na medida em que, de certa forma, quantificam (quanto à dimensão e à gradação dos efeitos) aspectos da economia brasileira que devem ser levados em conta por seu caráter negativo. Um indivíduo que chama a atenção para esses aspectos pode ser visto como um *sujeito prudente*.

O sintagma preposicional “acima da média” colabora na construção de um *ethos de benevolência*, na medida em que qualifica a remuneração do trabalho e ajuda a criar uma identificação entre o jornal e o cidadão comum, o que é

remunerado pelo seu trabalho. Falar em boa remuneração é, de certa forma, pensar no bem de cada cidadão e da sociedade como um todo.

O quarto parágrafo faz uma análise das medidas adotadas pelo governo brasileiro desde o plano Real, especialmente com relação aos ajustes do salário mínimo. Explica quais os critérios para aumento do salário mínimo e quais as justificativas para essas medidas; enfatiza, no entanto, que há uma falha nessa política de valorização do salário mínimo, tendo em vista que o critério não é o correto, “sensato”, e que os resultados só foram positivos até então por conta de outros fatores que não são dependentes das políticas adotadas.

Nesse parágrafo, o sintagma adjetival “justificada”, os sintagmas nominais “necessidade”, “desigualdades sociais” e “o correto”, e os sintagmas verbais “diminuir” e “ignora” contribuem para construir o *ethos de prudência* do jornal, na medida em que há uma contraposição das políticas e justificativas adotadas pelo governo – apresentadas, de certa forma, como “idealistas” e simplistas, que se atêm a fins e ignoram as consequências e os fatores que se deveriam levar em conta – e das propostas do jornal, sensatas e “realistas”. Dessa forma, enquanto o governo age de forma *imprudente*, o posicionamento do jornal é, por outro lado, *prudente*.

Já o sintagma adverbial “simultaneamente”, os sintagmas adjetivais “acelerado” e “decorrente”, e os sintagmas nominais “acesso ao crédito”, “governança corporativa das empresas”, “abertura de capital” e “evolução” ajudam a construir o *ethos de inteligência*, pois ressaltam a capacidade de análise do jornal, com relação a causalidades (fatores que influenciam nos resultados e como eles se relacionam no tempo e no espaço). Além disso, os termos técnicos da economia dão uma pista do conhecimento do sujeito enunciador.

No quinto parágrafo, desenvolve-se a ideia de que é preciso levar em conta a produtividade do trabalho na política de valorização do salário mínimo, apresentando um aspecto importante do quadro econômico brasileiro: os salários aumentam de forma desproporcional aos ganhos de produtividade.

Os sintagmas adjetivais “sustentável” e “parcos”, o sintagma preposicional “ao longo do tempo” e o sintagma verbal “avançam” auxiliam na construção do *ethos de prudência*, tendo em vista que “sustentável” e “ao longo do tempo” indicam a preocupação com a duração e os resultados a longo prazo de uma política econômica, que não deve prejudicar a economia do país, nem no presente, nem no futuro. “Avançam” e “parcos” reforçam a disparidade entre os ganhos de produtividade e o

aumento dos salários, dando a entender que este é desordenado e as consequências podem ser negativas.

Já os sintagmas verbais “deve ter” e “tem sido constatado” colaboram na construção do *ethos de inteligência*. Ambos destacam a argúcia do locutor quanto à economia: o primeiro aponta para a obrigatoriedade da relação direta – e que não pode ser ignorada – entre produtividade e valorização salarial para uma boa política econômica, reforçando o conhecimento que o sujeito tem do funcionamento da economia no geral; o segundo indica a capacidade de avaliar categoricamente os dados da trajetória salarial no Brasil.

O sexto parágrafo retoma a tese, apresentada no primeiro parágrafo, dizendo quais seriam as prováveis consequências da redução da jornada de trabalho no Brasil, dado o quadro econômico atual do país. A medida teria consequências ainda mais negativas no Brasil – por conta das dificuldades econômicas e considerando as informações apresentadas no próprio editorial, nos parágrafos anteriores – do que em países como a França, que fora tomada como exemplo de lugar onde os efeitos da redução da jornada não foram os esperados.

O sintagma nominal “duplo tiro no pé”, os sintagmas adjetivais “alta” e “baixo”, o sintagma adverbial “muito



provavelmente” e o sintagma preposicional “de vez” ajudam a construir o *ethos de prudência*. “Duplo”, “alta” e “baixo” intensificam as possíveis consequências negativas da adoção da medida, reforçando o caráter prudente daquele que adverte que ela não deve ser tomada. “Tiro no pé”, como já foi dito anteriormente, indica que a medida “bem-intencionada” traria consequências negativas para os seus próprios defensores. “Muito provavelmente”, por outro lado, indica a capacidade de previsão das consequências negativas e a alta probabilidade de que essa previsão esteja certa. “De vez” dá a entender que a consequência negativa da adoção dessa medida seria definitiva, irreversível.

O sintagma preposicional “sem correspondência [com]”, o sintagma nominal “dificuldades” e os sintagmas verbais “tem enfrentado”, “debilitaria” e “inviabilizando” colaboram na construção do *ethos de inteligência*, pois indicam a habilidade de identificar problemas (“dificuldades” e “tem enfrentado”), de discernir as relações entre os dados (“sem correspondência [com]”) e de prever causalidades (“debilitaria” e “inviabilizando”).

Já o sintagma preposicional “com menos qualificação” ajuda na construção do *ethos de benevolência*, porque aponta para uma preocupação com a remuneração de trabalhadores

que pertencem a classes econômicas mais baixas. Essa preocupação seria um indício de que o locutor se preocupa não apenas com os setores mais altos da economia, mas com a sociedade como um todo.

O sétimo parágrafo, enfim, reafirma que a melhor política trabalhista seria a que relaciona a evolução do salário mínimo de acordo com os ganhos de produtividade, em lugar da proposta de redução da jornada de trabalho. Esta, de acordo com o texto, é uma medida aparentemente boa, mas seus resultados seriam negativos para toda a sociedade. A defesa dos sindicatos é, então, inconsequente e, por isso, imprudente – o que evidencia a prudência do posicionamento do jornal.

Assim, os sintagmas nominais “bandeira”, “sindicatos” e “consequências negativas”, os sintagmas verbais “empunhar”, “parece” e “não importando”, o sintagma adjetival “apelativa” e o sintagma preposicional “no futuro” ajudam a construir o *ethos de prudência* do jornal. Os cinco primeiros enfatizam a “paixão” e o idealismo do posicionamento dos que defendem a redução da jornada de trabalho, o que leva a concluir que o posicionamento do jornal é mais sensato, prudente. O sintagma “não importando” reforça a inconsequência da defesa dessa medida, que parece não querer levar em conta os seus efeitos negativos. Os dois últimos indicam a qualidade (“consequências

negativas”) e o alcance temporal (“no futuro”) dos resultados da adoção dessa medida, e apontar para isso reforça a imagem de prudente do locutor.

Os sintagmas verbais “são” e “não se dispõem” ajudam na construção do *ethos de seriedade*. O primeiro, por expressar uma afirmação categórica, ressalta a seriedade do posicionamento do sujeito. O segundo, que diz respeito a uma certa “intransigência” por parte dos sindicatos, pode reforçar a ideia de que os sindicatos não devem ser levados a sério, por se recusarem a reconhecer a validade dos argumentos apontados. Nesse sentido, ao passo que não se deve levar a sério os sindicatos, deve-se levar a sério o jornal.

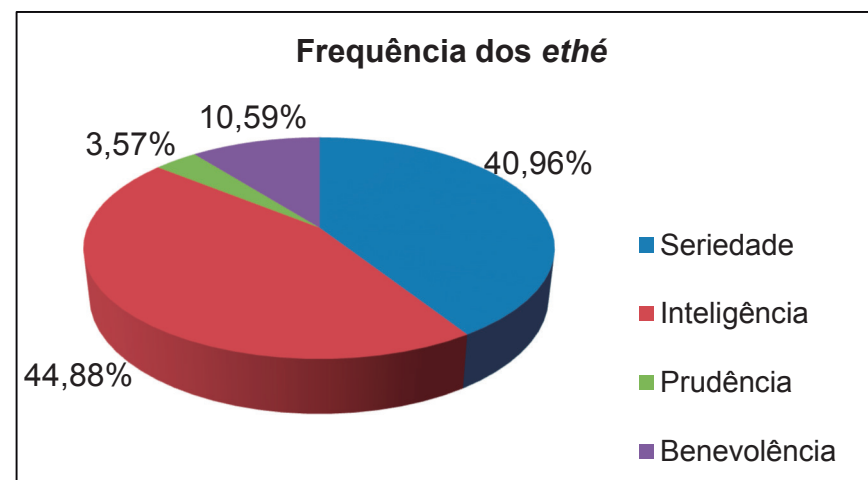
Por fim, os sintagmas adjetivais “mais rápido” e “melhores” colaboram na construção do *ethos de benevolência*, pois apontam para consequências positivas da proposta do jornal para a sociedade como um todo. Visando a melhores salários por um caminho mais rápido, o locutor passa a imagem de benevolente, de sujeito preocupado com o bem de todos, empregadores e empregados.

Tendo em mente esse exemplo de análise qualitativa, pode-se passar aos resultados quantitativos do estudo.

#### 4.2 Resultados da análise quantitativa

Após a contagem e classificação das lexias levantadas, foram feitas duas comparações. A primeira diz respeito à frequência dos quatro *ethé* analisados, quando comparados uns aos outros. A segunda, à frequência dos sintagmas, quanto ao seu tipo, em relação ao total de *ethé*.

Segue um gráfico que compara o percentual dos *ethé* em relação ao total de itens levantados:



Fonte: elaborado pelo autor, com base em David Jr. (2017)

Os dados desse gráfico mostram que o *ethos de inteligência* obteve uma frequência de 44,88%, e o de *seriedade*, uma frequência de 40,96%. São, então, os dois *ethé*

mais frequentes, ao passo que os *ethé de benevolência* (10,59%) e *de prudência* (3,57%) apresentaram um percentual bem abaixo.

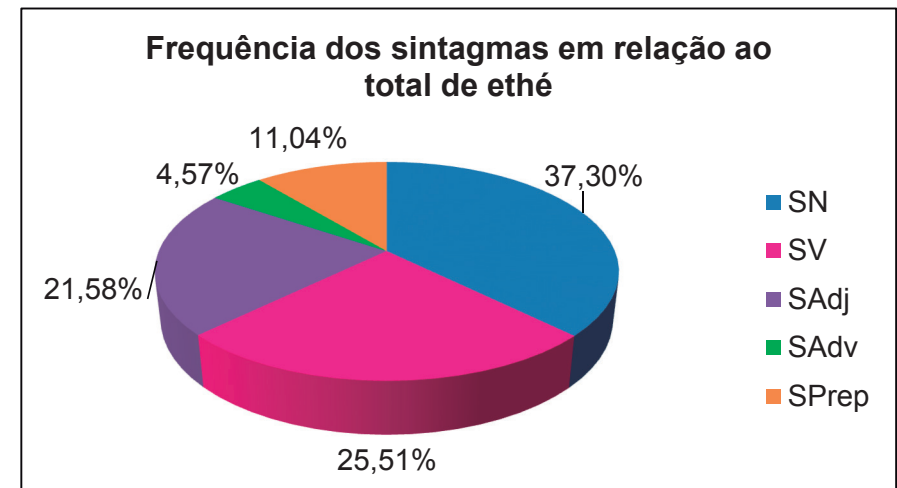
O *ethos de inteligência* é fundamental para a imagem do jornal, pois, quanto mais o jornal revelar conhecimento, erudição, raciocínio lógico e opiniões fundamentadas, mais condições terá de levar o leitor a concordar com sua orientação argumentativa. O *ethos de seriedade*, por outro lado, é uma espécie de complemento, para o jornal, do *ethos de inteligência*: enquanto a inteligência leva a *concordar*, a seriedade leva a *confiar*. Um jornal que não é confiável não tem credibilidade; sem credibilidade, ele não se sustenta por muito tempo, ainda que revele conhecimento.

O *ethos de benevolência*, por seu turno, é também importante para a imagem do jornal: revela que existe, por trás da máquina, um sujeito que vê o leitor como um ser humano. Isso ajuda a criar uma identificação entre o jornal e seu leitor, o que também colabora para manter o jornal em circulação. Esse *ethos*, contudo, deve ter uma medida certa, como já foi dito anteriormente, para não passar a ideia de bondade excessiva em detrimento da racionalidade com que os fatos devem ser encarados. Por esse motivo, pode-se explicar a baixa

frequência do *ethos de benevolência*, quando comparado ao de *inteligência* e ao de *seriedade*.

A prudência, enfim, é típica de quem age com seriedade: sem prudência, pode-se fazer pré-julgamentos, o que é perigoso para a imagem do jornal. Ela é, no entanto, apenas um aspecto da seriedade, o que explicaria a frequência tão baixa do *ethos de prudência*, em relação aos outros três.

Quanto à frequência dos tipos de sintagmas analisados em relação ao total de itens levantados, segue o gráfico abaixo.



Fonte: elaborado pelo autor, com base em David Jr. (2017)

Esses dados revelam que a frequência dos sintagmas nominais foi de 37,30%, a dos sintagmas verbais foi de 25,51%

e a dos sintagmas adjetivais foi de 21,58%. Os sintagmas adverbiais (4,57%) e os sintagmas preposicionais (11,04%), por sua vez, obtiveram frequências menores, quando comparados aos três primeiros.

Pode-se explicar a predominância desses sintagmas a partir do fato de que eles têm, como núcleo, *palavras lexicais*, isto é, *palavras de significado pleno* ou *palavras de conteúdo*. Essas palavras veiculam significados semânticos cheios e específicos, diferentemente das palavras gramaticais – também conhecidas como palavras funcionais ou estruturais (preposições, conjunções, artigos *etc.*) –, cuja significação está a serviço das palavras lexicais. Assim, o próprio tipo de significação favorece o predomínio de sintagmas nominais, verbais e adjetivais, em detrimento dos adverbiais e preposicionais. Além disso, vale lembrar que as palavras lexicais são incontáveis, ao passo que as gramaticais constituem um número restrito, o que também colabora para a maior recorrência dos sintagmas referidos como itens que ajudam a construir os *ethé* estudados no texto.

Pode-se depreender, então, que há uma frequência maior de sintagmas nominais nos textos, bem como de sintagmas verbais e adjetivais; sintagmas preposicionais e

adverbiais são, em geral, menos frequentes. Isso explica os resultados encontrados.

## 5 Considerações finais

Esta pesquisa demonstrou, enfim, como os editoriais do jornal O Globo constroem determinados *ethé* discursivos que, de alguma forma, auxiliam no projeto argumentativo do jornal. Debruçando-se sobre a escolha lexical, pôde-se compreender como o emprego de determinadas lexias (classificadas, aqui, como sintagmas) pode ser não meramente casual, mas, pelo contrário, parte de uma estratégia com vistas à persuasão do leitor.

Os resultados mostraram que os quatro principais *ethé* construídos pelos editoriais – *inteligência*, *seriedade*, *benevolência* e *prudência* – ocorrem com frequências distintas, e essas frequências estão relacionadas àquilo que é mais relevante para o projeto do jornal. Mostraram, também, como são diversas os recursos lexicais de que se vale o sujeito para construção de sua própria imagem.

A leitura atenta e minuciosa de textos considerados menos subjetivos (ainda que seja um texto de opinião, o editorial é visto como mais “neuro” entre esses textos) revela,

enfim, formas mais sutis de expressão da subjetividade e de construção da identidade e de convencimento do outro.

## Referências

ALVES FILHO, Francisco. A autoria institucional nos editoriais de jornais. *Revista Alfa*, São Paulo, 50 (1), 2006, p. 77-89.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005 (Col. Biblioteca de Autores Clássicos).

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Tradução Angela M. S. Corrêa. 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_. *Discurso político*. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Tradução e adaptação (org.) Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid

(orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 11-29.

DAVID JR., Roberto de Farias. *Ethé discursivos em editoriais do jornal O Globo: uma abordagem semiolinguística*. 2017. 226 p. Dissertação (mestrado). Faculdade de Letras – UFRJ, 2017.

JESUS, Shirley Maria de. Significado gramatical e significado lexical. Disponível em: <<http://shirleymaria.com.br/blog/?tag=significado-gramatical-e-significado-lexical>>. Acesso em 02 dez. 2016.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (orgs.). *Ethos discursivo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: A Nova Retórica*. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

POTTIER, Bernard. *Linguistique générale: théorie et description*. Paris: Klincksieck, 1974.

ROSA, Maria Carlota. *Introdução à morfologia*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

SILVA, Márcio Batista da. Uma palavra só não basta: um estudo teórico sobre as unidades fraseológicas. *Revista de Letras*, 28, vol. 1/2, jan./dez. 2006, 11-20.

## VOZES ESPELHADAS NA MÍDIA IMPRESSA: REFLEXÕES EM TORNO DO DITO RELATADO

Patrícia Ferreira Neves Ribeiro (UFF)

**Resumo:** Assumindo o papel de (in)formar o cidadão em sociedades democráticas, a imprensa procura espelhar diversas falas da cena pública. Esse espelhamento, uma das condições enunciativas da mídia impressa, é estudado sob o nome de dito relatado, eleito como objeto de investigação neste artigo. Mais especificamente, debruçamo-nos sobre ditos relatados da voz política – constitutivos de manchetes publicadas, no mesmo dia, pelos jornais cariocas *Extra* e *O Globo* – para exame das operações enunciativas empregadas na dinâmica de representar o dito alheio. Para tanto, selecionamos a Análise Semiolinguística do Discurso e alguns dos parâmetros utilizados na avaliação do dito relatado, a saber: *operação de seleção*; *modo de identificação* e *modo de citação*, sendo todos correspondentes a pontos de vista assumidos relativamente às declarações de origem. Pressupondo, prioritariamente, que, nos jornais populares, haveria um jogo mais explícito de modificação do dito de origem por apelo a transformações de ordem léxico-semântica, e que,



nos jornais de maior referência para as elites, essa mesma trama tenderia a ficar mais implícita em vista de mudanças mais sutis, de feição morfossintática, os primeiros resultados alcançados, neste estudo, parecem confirmar tal suposição.

**Palavras-chave:** mídia impressa; dito relatado; operações (re)enunciativas.

**Résumé:** en assumant le rôle de (in)former le citoyen dans des sociétés démocratiques, la presse cherche à refléter plusieurs paroles de la scène publique. Ce reflet, l'une des conditions d'énonciation de la presse écrite, est étudié sous le nom du dit rapporté, élu comme objet d'investigation dans cet article. Particulièrement, on se penche sur les dits rapportés de la voix politique - constitutifs de titres de presse publiés, le même jour, par les quotidiens cariocas *Extra* et *O Globo* - pour analyser les opérations d'énonciation employées dans la dynamique de représentation du dit d'autrui. À cette fin, on a sélectionné l'Analyse sémiolinguistique du discours et quelques paramètres utilisés dans l'évaluation du dit rapporté, à savoir: *opération de sélection*, *mode d'identification* et *mode de citation*, tous correspondants à des points de vue assumés vis-à-vis aux déclarations d'origine. En supposant, en priorité, que dans les quotidiens populaires il y aurait un jeu plus explicite de

modification du dit d'origine par l'appel à des transformations d'ordre lexico-sémantique et que dans les quotidiens d'élite ce même jeu aurait tendance à rester plus implicite en vue de changements plus subtils, d'ordre morphologique et syntaxique, les premiers résultats atteints dans cette étude, semblent confirmer telle supposition.

**Mots-clés:** presse écrite; dit rapporté; opérations de (ré)énonciation.

### 1 Mirando vozes espelhadas no discurso midiático

A linguagem, em sua opacidade, reflete o mundo, atribuindo-lhe sentidos sempre particulares. Sendo, essencialmente, uma questão de linguagem, a informação – objeto mais amplo de interesse neste trabalho –, ao espelhar a realidade, o faz apartando-se de um reflexo que lhe seja plenamente fiel. Na verdade, a informação midiática nada mais é do que um espelho deformante do mundo, tendendo ora a ampliá-lo, a simplificá-lo, ou a estereotipá-lo.

Nessa direção, discursos relatados no quadro da informação (acontecimento) midiática (o) revestem-se também desse caráter deformante. Vozes derivadas de mesma origem, relatadas no interior do domínio midiático, são como variados

espelhos deformantes, ainda que haja empenho de se colocar em funcionamento uma ilusão necessária de transparência da língua. Mirá-los e flagrar seus heterogêneos reflexos constitui-se como caminho viável a reflexões acerca do discurso relatado na mídia impressa.

Este trabalho trata, em sentido amplo, dessa heterogeneidade, ou melhor, da heterogeneidade discursiva presente em atos enunciativos relatados pela imprensa carioca. Esse tratamento visa a contribuir para uma melhor compreensão e explicação da abordagem enunciativa do discurso na mídia impressa, tendo, contudo, como finalidade colateral indicar subsídios para o professor colaborar com o aprimoramento da competência leitora do educando no contexto de leitura do domínio jornalístico.

Assim, em diálogo com esse desafio, apresentamos, neste artigo, material linguístico-discursivo, no âmbito de uma abordagem enunciativo-situacional/ contextual, que possa, efetivamente, ajudar professores e alunos a olhar o discurso segundo um projeto de dizer dotado de densidade social, histórica e ideológica, flagrando-o como agenciador – pela palavra – de divergentes jogos de poder e de manifestação de distintas interpretações da realidade social. Em outros termos, pensamos que este trabalho possa trazer contribuições ao

estudo do fenômeno linguístico do dito relatado (nos níveis léxico-semântico e morfossintático) – sobretudo em atividades de leitura mediada – sob o ponto de vista da enunciação.

Antes de introduzir os assuntos mais específicos deste artigo, é válido ressaltar – tendo em vista ser esta uma publicação comemorativa dos vinte e cinco anos do Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso – que este trabalho se insere em um conjunto mais amplo de atividades desenvolvidas, nos últimos tempos, no âmbito do CIAD. Trata-se de pesquisas sobre eventos reenunciativos dentro da perspectiva discursiva da Semiologia, voltadas para citações de ditos cristalizados – máximas e provérbios – tanto no escopo do domínio jornalístico, quanto no do domínio literário.

Nessa esteira, com o intuito de dar continuidade a essa sequência de trabalhos, propomos, mais especificamente nesta pesquisa, uma investigação inicial do discurso reportado – reconhecido como uma complexa modalidade de heterogeneidade discursiva –, com vistas a demonstrar que, no domínio jornalístico, tanto os periódicos de cunho mais popular quanto os de cunho mais elitista mostram um posicionamento engajado na ação de refletir as vozes alheias, seja pela tentativa

de mascaramento da modificação das palavras de origem, seja pela explícita alteração que sobre elas recai.

Assim, este trabalho deseja ser uma contribuição a estudos mais recentes, realizados no Brasil, acerca do dito relatado em dimensão midiática, dentre os quais se destacam os de Mendes (2013) e de Cunha, Grigoletto e Cortez (2018).

Nossa investigação pretende ser esclarecedora do uso estratégico do discurso relatado em dois jornais cariocas de grande circulação. Na análise proposta, acenamos para o exame mais específico das operações estratégicas empregadas pelos dois tipos de jornalismo, na dinâmica de representar o dito do outro, em consonância com aquela “compreensão responsiva ativa” de que nos fala Bakhtin (2003) acerca das audiências projetadas nos diferentes textos.

Para tanto, como arcabouço teórico-metodológico primordial, elegemos a Teoria Semiolinguística, de Patrick Charaudeau, que não apenas nos conduz a assumir o fenômeno linguageiro a partir do contrato comunicativo firmado pelos interagentes, como também nos oferece parâmetros precisos para uma avaliação do dito relatado, ligados a *posições dos interlocutores, a maneiras de relatar e a modos de enunciação* (CHARAUDEAU, 2006).

Relativamente ao *corpus* selecionado, nos debruçamos sobre o gênero manchete jornalística, definido, neste trabalho, em conformidade com Lage (2006, p.72), para quem a estrutura engloba título principal, subtítulo e subtítulo. Mais especificamente, selecionamos, para a análise, quatro manchetes publicadas, duas a duas, no mesmo dia pelos jornais *Extra* e *O Globo*, constituídas por ditos relatados de uma voz da política nacional.

Essas manchetes, que figuram nas capas dos referidos jornais, – publicadas nos dias 01/11/2017 e 03/11/2017 – tratam dos desmandos na segurança pública do Rio de Janeiro. De modo mais detalhado, informam acerca de problemas ocorridos na área de segurança do Estado, fazendo uso, sobretudo, das declarações do atual Ministro da Justiça – Torquato Jardim – coletadas de entrevista concedida por ele e publicadas pelo jornalista Josias de Souza do Portal da UOL em 31/10/2017. Tais declarações – advindas da voz política – são recontadas pelos jornais *Extra* e *O Globo* sob a forma de dito relatado.

Quanto à postulação da hipótese, aventamos, com base em trabalho anterior (RIBEIRO e CAMPOS, 2018), que, no caso dos jornais populares, haveria um jogo mais explícito de modificação da fala de origem por apelo a transformações de ordem léxico-semântica, e que, nos jornais de maior referência

para as elites, essa mesma trama tenderia a ficar mais implícita em vista de mudanças mais sutis de feitiço morfossintático. E tais escolhas estariam ajustadas, diretamente, às expectativas do destinatário inscrito como leitor projetado por cada jornal.

A fim de proceder ao estudo proposto, o artigo dispõe da seguinte organização. Além desta introdução e das considerações finais, há mais três partes a integrarem-no: na primeira, há apontamentos sobre o conceito teórico da (re)enunciação, com respaldo em Bakhtin (2003), Charaudeau (2006) e Folkart (1991); na segunda, há uma exposição mais atada às ideias de Charaudeau (2006) a respeito de estratégias de encenação da informação midiática, notadamente vinculadas a pronunciamentos diversos no quadro do acontecimento relatado; na terceira, apresenta-se uma análise das estratégias de uso do dito relatado em dois jornais brasileiros – *Extra* e *O Globo* – a partir da mesma voz política de origem.

## 2 Vozes (re)enunciadas como condição do dito relatado

Todo discurso é heterogêneo por princípio. Todo discurso é sempre atravessado por marcas das enunciações do outro. Essas duas afirmações ecoam, inegavelmente, a tese

bakhtiniana acerca do dialogismo, qual seja a de que a enunciação é produto da interação social, em dimensão tanto interlocutiva quanto interdiscursiva.

Em outros termos, tomando-se por referência as ideias de Bakhtin, vale dizer que, por dialogização interna aos textos, entende-se a presença das múltiplas vozes que o atravessam, sendo essas vozes tanto as do próprio interlocutor quanto as dos outros sujeitos sociais. Disso resultaria a lógica de que, visto em sentido amplo, todo ato de linguagem poderia ser assumido como um discurso relatado. E essa ideia ecoaria o fato de que qualquer evento enunciativo, materializado pelo emprego das palavras na comunicação discursiva, é mesmo sempre de “índole individual-contextual”, o que significa dizer que

[...] qualquer palavra existe para o falante em três aspectos: como palavra da língua neutra e não pertencente a ninguém; como palavra alheia dos outros, cheia de ecos de outros enunciados; e, por último, como a minha palavra, porque, uma vez que eu opero com ela em uma situação determinada, com uma intenção discursiva determinada, ela já está compenetrada da minha expressão do texto analisado (BAKHTIN, 2003, p. 294).

Muito embora todo evento enunciativo seja mesmo, sob a batuta de um sujeito, um mosaico de citações, isso não significa dizer que não haja modalidades especiais de emprego de tais menções, sendo uma delas denominada por dito relatado. Como uma modalidade de citação, o discurso relatado é assumido, neste estudo, como fenômeno linguístico-discursivo apartado da ideia de se configurar como simples duplicação ou reprodução da palavra reportada. Antes, ainda que as palavras dos outros, no bojo do discurso reportado, tragam consigo sua expressão e seu tom valorativo, abrem-se, inegavelmente, para a assimilação, reelaboração e reacentuação nos novos contextos em que figuram (BAKHTIN, 2003, p.295).

Essa reelaboração, inerente aos eventos enunciativos, é potencializada quando flagrada em eventos ditos reenunciativos. Neste trabalho, há um particular interesse sobre uma das modalidades de eventos reenunciativos, apreendida sob diferentes formas e produtora de efeitos de sentido diversos. Como já dissemos, trata-se do dito relatado e suas formas singulares de aparição na mídia impressa carioca.

O dito relatado é definido como ato (re)enunciativo por meio do qual um locutor-relator reporta o dizer de outro locutor (de origem) a um interlocutor que, conforme destaca

Charaudeau (2006, p.161), não é, em princípio, o original. Com isso, o locutor-relator torna-se como que um filtro (MARCUSCHI, 1991, p.75), uma vez que assume o papel de interlocutor e locutor simultaneamente.

A título de ilustração, diríamos que, no domínio jornalístico, o locutor-relator corresponderia à instância de enunciação discursiva determinada por uma instância midiática (composta por editor, jornalista, diagramador etc.), ao passo que o locutor de origem poderia ser um sujeito de enunciação da política. E, se num primeiro momento, sua fala estaria direcionada a parlamentares, por exemplo, em etapa posterior, passaria, pela operacionalização do dito reportado, a dirigir-se a leitores de determinado jornal.

É por esse motivo que é possível afirmar que o discurso relatado resulta da interpenetração de um dito no outro (o de origem e o derivado) e da imbricação de locutores e de interlocutores, ora explicitados, ora apagados. Isso traz, inegavelmente, uma implicação relativa aos quadros situacionais postos em cena, em virtude da promoção de certo deslizamento entre contratos distintos, seja do jurídico, do médico, do político, por exemplo, ao jornalístico. Assim, especialmente nos novos jogos interativos proporcionados pelo discurso reportado na mídia impressa – distanciados temporal

e espacialmente dos eventos comunicativos originais – passam a figurar identidades discursivas “outras” para os agentes do espaço público (um promotor, um cirurgião, um governador) dos quais as falas são mais comumente retomadas pela imprensa. E, muito embora seja perceptível a junção de vozes na definição dessa nova identidade do locutor de origem, pode-se produzir, sob o contrato da informação midiática, um efeito de sentido que encaminha o leitor a pensar que a voz manifesta no discurso reportado é, por exemplo, a própria voz desse locutor original, como se pertencesse somente a ele.

Sob a ilusão da inexistência de uma coautoria, o projeto discursivo do jornal firma-se, mas pode ser desvendando. Isso pode ocorrer pela exploração do tipo de enquadramento em que se insere o discurso do locutor de origem, afetado pelas coerções impostas – em sentido amplo – pelo contrato da informação midiática e – em termos mais específicos – pelos subcontratos de cada empresa jornalística.

A esse respeito, Charaudeau (2006, p.1) ressalta que “é nesse jogo de marcação-demarkação, por um lado, não marcação-integração, de outro, que se situa o discurso das mídias de informação”. Tal jogo nos enseja a convocar, para melhor compreensão teórica do fenômeno focalizado, o

conceito de reenunciação, conforme postulado por Folkart (1991).

Para a autora, a reenunciação é o resgate, num quadro relativamente diferente do da enunciação original, de um dito que foi produzido por uma enunciação anterior (FOLKART, 1991, p. 17). Sendo uma retomada ou uma reapropriação do discurso de outrem, a reenunciação não opera, como já mencionado, reprodução ou duplicação de um discurso de origem. A reenunciação orchestra, na relação entre um dito de origem e seu derivado, transformações ou deslocamentos.

Em interessante comparação com conceitos da física, Folkart (1991, p.354) mostra que a reenunciação age provocando deslocamentos e, portanto, exercendo trabalho ou força. Na física, o trabalho de uma força gera impacto sobre materiais; correlativamente, em termos discursivos, por obra da reenunciação, são geradas distorções, que anulam a garantia de fidelidade a enunciações de origem. Tais distorções nos permitem atestar que o mito da neutralidade jornalística não se sustenta. Deslocados ou fraturados, os ditos de origem revelam uma clara intervenção do sujeito reenunciador sobre o objeto em questão.

A esse respeito pronuncia-se assim Folkart:

Nenhuma citação, nenhuma paráfrase, nenhuma tradução é, de fato, inocente. Nós citamos, parafraseamos, traduzimos sempre por interesse. De modo ainda mais essencial, nós citamos, parafraseamos, traduzimos sempre a partir de uma posição no espaço sociocultural, temporal, geográfico. Nós não saberíamos reenunciar sem nos inserirmos nesse processo (FOLKART, 1991 *apud* COSTA E SILVA, 2011, p.67-68).

As formas de intervenção do reenunciador – voz definida como fruto de enunciação – são apreendidas por suas escolhas discursivas, que atualizam o dito original à luz de cada novo contexto. Tais escolhas deixam, inevitavelmente, marcas por todo o texto, seja no nível léxico-semântico, seja em nível morfossintático. E são essas “cicatrices”, produzidas sobre a superfície textual como marcas indelévels da heterogeneidade enunciativa, que nos permitem capturar efeitos de sentido ocultados.

Para inventariar a onipresente heterogeneidade enunciativa disseminada pelos ditos relatados, Charaudeau elenca três tipos de operação. Com isso, exhibe, com costumeira precisão, caminhos para a descrição do fenômeno em foco. A seção seguinte tratará justamente de percorrê-los.

### 3 A construção do dito relatado na mídia impressa

Neste trabalho, partimos da afirmação de que “modos de representação de discursos outros não dependem de estratégias pontuais dos locutores” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p.176); são, antes, uma das dimensões dos gêneros discursivos e/ou dos posicionamentos enunciativos. Em outros termos, isso significa dizer que não se cita de igual modo em uma revista de divulgação científica e em uma conversação espontânea; correlativamente, não se cita da mesma maneira “num jornal cujo público alvo é uma elite e em um jornal popular”. (op.cit., p.176).

Assim, pressupomos, relativamente ao uso do discurso citado pela imprensa, que tanto a mudança contratual por que passa a fala política de origem, no seio da dimensão gênero discursivo, quanto à identidade enunciativa de cada jornal – no caso desta pesquisa *Extra* e *O Globo* – no âmbito da dimensão posicionamento, têm incidência sobre as distintas configurações de dito relatado oriundo de mesma fala.

Mesmo entre periódicos pertencentes à mesma organização jornalística, como os selecionados para esta pesquisa, parece haver configurações distintas no trabalho de reconstrução/desconstrução da fala alheia pelo fio do discurso



relatado. Isso porque *Extra* e *O Globo* assumem, inegavelmente, distintos compromissos em relação aos destinatários inscritos em seus projetos de dizer. *O Globo* caracteriza-se como um jornal de referência, na perspectiva de Amaral (2006), o que é indicador da ideia de que se destina às classes A e B e de que angaria prestígio e credibilidade junto a formadores de opinião. Por sua vez, o jornal *Extra* define-se como um jornal popular, também sob o foco tomado de Amaral (op.cit.), o que aponta para um público-leitor normalmente de baixa renda, dependente de políticas assistencialistas e desejoso por ver publicadas, nas manchetes do jornal, as injustiças sofridas.

Justamente essas diferenças entre o dito jornal de elite e o denominado jornal popular refletem-se nas escolhas que cada um faz, por exemplo, quanto à tematização da informação, à seleção das fontes e ao emprego e modo de reprodução dos ditos relatados. Particularmente em relação à tematização, a coincidência da temática política – sobre a qual esta pesquisa debruça-se –, sobretudo na capa dos dois periódicos, é feito quase raro, assim como a presença de ditos relatados correlacionados. Em estudo anterior, já havíamos atestado que entre as capas do jornal *Extra*, compreendidas no período de 2014 e 2017, apenas em torno de 25 flagrara-se o político sob

relato; no contraponto, em *O Globo*, testemunhamos haver, neste mesmo período, cerca de 107 ditos relatados provenientes das falas de personagens políticas locais e nacionais (RIBEIRO e CAMPOS, 2018).

Havendo, entretanto, essa ocorrência comum, imaginamos que existam, estrategicamente, formas dissonantes de citação de uma mesma voz alheia. E ainda que tais dissonâncias resultem, por exemplo, de uma decisão editorial determinada por falta de espaço para apresentação de certa fala política, nossa tarefa, nesta pesquisa, será analisar os efeitos de sentido oriundos dos dois diferentes regimes de reenunciação encontrados nos periódicos focalizados.

Na descrição do dito relatado, essas distintas configurações podem ser atestadas com base em três tipos de operação: *seleção* realizada a partir do dito de origem; *identificação* dos elementos dos quais o dito de origem depende e *maneira de relatar*.

De acordo com Charaudeau (2006, p.164), a primeira operação – *seleção* – pode ser total, no caso de o dito relatado ser apresentado em sua integralidade (*in extenso*), ou pode ser parcial, sendo o dito exposto de modo fragmentado, truncado (em trechos). Por sua vez, a segunda operação – *identificação* – pode também ser caracterizada por sua totalidade, por sua

parcialidade ou inexistência. Dito de outro modo, o relator poderá identificar de modo total ou parcial os elementos contextuais da fala de origem ou poderá, até mesmo, sequer mencioná-los. Por fim, a *maneira de relatar* pode ser apreciada segundo agrupamento proposto por Charaudeau (2006, p.164-165) em quatro conjuntos, a saber: discurso citado (direto); discurso integrado (indireto); discurso narrativizado (de dito relatado a fato relatado); e discurso evocado (alusão).

Oportunamente, na análise do *corpus*, trataremos de caracterizar com precisão todas essas operações que permitem a descrição minuciosa do dito relatado. Faremos isso não só para atestar a posição de quem cita e do destinatário inscrito nesta relação, como também para apurar a avaliação daquele que relata sobre o enunciado citado. Lembramos com Charaudeau e Maingueneau (2004, p.393) que o “posicionamento não diz respeito apenas aos ‘conteúdos’, mas às diversas dimensões do discurso”, sendo uma delas o *modo de citar*.

Nesse sentido, retomamos nossa hipótese para esmiuçá-la em conformidade com os parâmetros operatórios alinhavados na descrição do dito relatado. Didaticamente, descrevemos, a seguir, as hipóteses aventadas para o uso do dito relatado, nos jornais cariocas *Extra* e *O Globo*. Fazemos

isso em consonância com os três tipos de operação levantados: a) *seleção*, b) *identificação* e c) *maneira de relatar*. Lembramos que nossa hipótese circunscreve-se a vozes de um político reenunciadas em manchetes publicadas nas primeiras capas dos referidos jornais. Reafirmamos, assim, a necessidade de pensarmos, à luz de uma dependência contratual, nas transformações por que passam os ditos de origem selecionados para esta pesquisa.

Na convergência entre os parâmetros *seleção* e *maneira de relatar*, pressupomos, uma vez mais, que, no caso dos jornais populares, haveria um jogo mais explícito de modificação do dito de origem por apelo a transformações de ordem léxico-semântica.

Nesse sentido, com relação a essa convergência, suspeitamos que, embora haja no jornal popular *Extra* uma tendência à apresentação do dito relatado *in extenso*, o grau de fidelidade ao dito original parece ser afetado, por parte do relator, com relação a transformações lexicais quanto a seu enunciado referencial (Morador: Ele **morreu para Moradores dizem que ele **suicidou-se****) e seu modo de enunciação (**Tenho de chegar cedo para Ele disse que deve chegar cedo**).

Já no caso dos jornais de maior referência para as elites, aventamos, com base nessa mesma articulação entre operação

de *seleção e maneira de relatar*, que as alterações tenderiam a ficar mais implícitas em vista de mudanças mais sutis de feitiço morfossintático. Nessa direção, a partir do dito de origem, acreditamos que haja no jornal *O Globo*, voltado à elite, uma tendência à exposição do dito relatado também *in extenso*, sem que, contudo, tal discurso citado fique imune a certa infidelidade ao dito de origem. Tal infidelidade, no caso de *O Globo*, seria atestada por obra de mudanças morfossintáticas no sentido de certa reconstrução desviante do dito original. Foi o que flagramos, em estudo anterior (RIBEIRO e CAMPOS, 2018), a respeito da reenunciação da fala do senador Romário, em que se mantém a expressão de origem (“homem de palavra”), embora a orientação argumentativa seja alterada (de uma oposição argumentativa que suaviza julgamento *para* uma adição de argumento que o enaltece), conforme se observa entre o fragmento original e o relatado, respectivamente: “Não vou nem dizer que ele (Crivella) é safado. (Mas – acréscimo nosso) Vou dizer que ele não está sendo **homem de palavra**” e “Em entrevista, o senador Romário diz que o prefeito Crivella tem feito ‘várias besteiras’ e ‘não está sendo **homem de palavra**’”.

Em relação ao modo de *identificação* dos dados contextuais, acreditamos que, com base em pesquisa anterior,

haja uma tendência, no jornal popular, ao emprego de designação e de determinantes do locutor de origem que o assinale por nome ou alcunha, sem qualquer marca de deferência. Nesse sentido, tal tendência parece ser reveladora do fato de que “tal organismo de informação trata as personalidades do mundo político como pessoas civis” (CHARAUDEAU, 2006, p.171). Em contraposição, parece haver no jornal de elite a utilização de denominações e determinantes que vinculam a figura política a nome e sobrenome e a certo grau de deferência. Nessa direção, seria revelado tratamento mais característico “do mundo militante” (op.cit.).

No quadro ainda do modo de *identificação*, outra categoria linguística deve ser apreciada – a modalização – definida como “meio de que dispõe o locutor-relator para expressar a atitude de crença para com a veracidade dos propósitos do locutor de origem” (op.cit.). Em outros termos, a modalização da qual o modo de *identificação* depende diz respeito tanto aos verbos selecionados na construção do dito reportado, quanto a outras formas de menção mais distanciadas.

Tomando como parâmetro a forma linguística do verbo, usada com bastante frequência para o relato da opinião alheia

e antecipadora, em caráter geral, da opinião relatada, elaboramos mais uma suposição. De nossa parte, acreditamos que a escolha da modalização se pauta em verbos que inspiram maior prudência, no caso dos organismos midiáticos da elite – como *O Globo* –, e em verbos que sugerem menos prudência, quando o emprego se realiza pelos organismos de informação mais populares, como o jornal *Extra*.

Sob a luz desse referencial teórico e metodológico adotado, o texto será conduzido, na próxima seção, para o exame de vozes políticas que foram espelhadas, de maneiras diferentes, pelos jornais *Extra* e *O Globo*, refletindo, de modo inegável, efeitos diferenciados de sentido para o “mesmo” relato político de origem. Em nossa análise, colocaremos, lado a lado, o discurso reportado e o original, seguindo o conselho segundo o qual se deve examinar o modo como se dá a interação das duas dimensões, a do discurso a transmitir e aquele a serviço da transmissão, não os investigando, portanto, isoladamente.

#### **4 Espelhamento estratégico no uso do dito relatado pela imprensa carioca**

As edições dos jornais *Extra* e *O Globo* dos dias 01/11/2017 e 03/11/2017 noticiam em suas capas, dentre outros assuntos, problemas ligados à segurança pública

carioca. Mais especificamente, as matérias de quarta-feira (01/11) relatam as críticas do atual Ministro da Justiça, Torquato Jardim, ao governo e à secretaria de segurança do Estado do Rio de Janeiro. Já as matérias de sexta-feira (03/11) dão destaque às reações da viúva do tenente-coronel Luiz Gustavo Teixeira frente às declarações do ministro sobre a morte do marido e sua relação suposta com o crime organizado. Nas capas dos dois jornais, verifica-se a presença do emprego estratégico do dito relatado, com apoio na reenunciação da voz de autoridade do Ministro da Justiça Torquato Jardim.

Como evidenciaremos a seguir, os dois distintos veículos midiáticos assumem maneiras diversas de citação da fala política alheia. Consequentemente, acabam por gerar diferentes efeitos de sentido sobre seus destinatários, ao mesmo tempo em que colocam em cena, mais especificamente, o público a que, de modo projetado, se dirigem.

A seguir, iniciaremos o exame qualitativo das passagens transcritas no quadro 1, com vistas a descrever e a explicar o potencial jogo estratégico acionado pelos ditos relatados empregados em cada um dos jornais:

## Ditos relatados

<i>Extra</i>	<i>O Globo</i>
<b>01/11/2017</b>	<b>01/11/2017</b>
O <i>Esculacho do Ministro</i> (Sobretítulo) Torquato Jardim, da Justiça, afirma que toda Segurança do estado do Rio precisa passar por uma investigação (Título)	Fogo Cruzado (Sobretítulo) 'Linha de comando precisa ser investigada' (Título) Ministro da Justiça defende apuração de corrupção na cúpula da PM do Rio (Subtítulo)
<b>03/11/2017</b>	<b>03/11/2017</b>
Viúva de coronel morto quer processar ministro (Título) Torquato Jardim disse que crime foi "acerto de contas" (Subtítulo)	Segurança estremecida (Sobretítulo) Viúva de coronel morto quer ir à Justiça contra Torquato (Título) ...ela disse que vai tomar medidas judiciais contra o ministro da Justiça, Torquato Jardim, que levantou suspeitas de que Teixeira poderia ter sido vítima de execução (Subtítulo)

Quadro 1 – elaborado pela própria autora

Tomando por enquadramento o dito relatado e por apoio, primeiramente, o parâmetro de análise modo de *identificação* de dados contextuais, relacionado à denominação e determinação da voz política original, verificamos que, no jornal *O Globo* do dia 01/11/2017, há uma primeira menção ao locutor de origem por apelo detalhado ao notório título que o identifica. Por sua vez, no jornal *Extra* desse mesmo dia, atesta-se, em

primeiro lugar, o emprego do prenome e do sobrenome para a referência da “mesma” voz original, acompanhados, somente em segundo momento, do sintagma adjetival “da Justiça”:

Ministro da Justiça defende apuração de corrupção na cúpula da PM do Rio (*O Globo* – grifo nosso).

Torquato Jardim, da Justiça, afirma que toda Segurança do estado do Rio precisa passar por uma investigação (*Extra* – grifo nosso).

Neste ponto, há que se fazer uma ressalva. Embora, para se referir a Torquato Jardim, flagremos, no subtítulo do jornal *Extra* de 01/11, também o emprego do item lexical “Ministro”, parece inevitável considerar que esse emprego se configura, do ponto de vista linguístico-discursivo, como algo bem diferente do realizado em *O Globo*, a propósito da menção ao título “Ministro da Justiça”. Enquanto, em *O Globo*, projeta-se certa deferência e mesmo distanciamento relativamente a Torquato Jardim, pelo emprego do determinante “Ministro da Justiça”, no jornal *Extra*, ao contrário, esse efeito de sentido parece ser minimizado pelo uso do artigo definido “o” no bojo do sintagma referencial “... do Ministro”, cuja definição é obtida

por referência indireta/exofórica, dependente do conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte (NEVES, 2000, p.391). A opção por empregar o artigo definido diante de “Ministro”, sem determinante indicativo da pasta por ele ocupada, parece ser sugestiva da intimidade do falante com a pessoa designada, sendo, neste caso, alguém importante no cenário político nacional.

Considerando o *corpus* sob análise, essa intimidade é, sobretudo, reafirmada pela escolha do termo bastante informal “Esculacho”, que precede o sintagma focalizado: “O Esculacho do Ministro”. Aliás, essa indicação de suposta intimidade pode estar sendo sugerida com vistas a se caracterizar o leitor do jornal *Extra* como alguém importante também, a compartilhar intimidades com figura de poder.

Adicionalmente, na publicação posterior de 03/11/2017, atesta-se esse mesmo movimento na comparação entre as manchetes publicadas nos dois jornais. Uma vez mais, recupera-se, em *O Globo*, a designação mais ampla para Torquato Jardim, pela amostragem de designação e explicitação de determinantes, enquanto no *Extra* esse referente é retomado pelo prenome e pelo patronímico, como podemos comprovar pelas passagens a seguir:

[...] ela disse que vai tomar medidas judiciais contra o ministro da Justiça, Torquato Jardim, que levantou... (*O Globo* – grifo nosso).

Torquato Jardim disse que crime... (*Extra* – grifo nosso).

Os dados transcritos parecem confirmar, relativamente ao modo de *identificação* da voz pública, a hipótese aventada de que haveria, nos jornais populares, uma tendência ao uso de designação/determinação menos cerimoniosa para a sua nomeação, ao passo que, nos jornais tidos como de referência para as elites, o tratamento dispensado tenderia a um maior distanciamento relativamente à referência dessa mesma pessoa pública. Essa constatação nos ensejaria a concluir que jornais populares como *Extra* se inclinariam para a produção de imagem da figura política revestida de maior familiaridade. Já jornais de referência, como *O Globo*, enveredariam para a construção de uma imagem de maior respeito, no sentido de menor intimidade, frente aos atores do universo político. Essa conclusão confirma resultado já acenado em Ribeiro e Campos (2018) para jornais cariocas.

Na continuidade da análise dos modos de *identificação*, averiguamos, em relação à categoria linguística da modalização, os verbos empregados nos discursos relatados

de cada jornal e os posicionamentos decorrentes. Tanto para as manchetes de 01/11, quanto para as de 03/11, *O Globo* e *Extra* selecionam distintos verbos para reportar a “mesma” fala do locutor de origem, Torquato Jardim:

Ministro da Justiça defende apuração de corrupção na cúpula da PM do Rio. (*O Globo* – grifo nosso).

... Torquato Jardim, da Justiça, afirma que toda Segurança do estado do Rio precisa passar por uma investigação. (*Extra* – grifo nosso).

[...] ela disse que vai tomar medidas judiciais contra o ministro da Justiça, Torquato Jardim, que levantou suspeitas de que Teixeira poderia ter sido vítima de execução (*O Globo* – grifo nosso).

Torquato Jardim disse que crime foi acerto de contas... (*Extra* – grifo nosso).

Estabelecendo confrontos entre os verbos empregados, dois a dois, atestamos que há diferentes intencionalidades por parte dos locutores-relatores na passagem da forma de primeira pessoa (**eu**) à forma de terceira pessoa (**ele**). Essa percepção é coerente com o que afirma Marcuschi sobre o discurso

reportado da fala política no bojo do domínio midiático: “... os jornalistas, quando reproduzem opiniões de políticos na imprensa, estão submetidos a um sistema de formulação que não é neutro” (1991, p.74). Coaduna-se também com o que o pesquisador afirma sobre os verbos introdutórios do discurso citado no jornalismo, assumindo que “agem seletivamente sobre os conteúdos dando-lhes uma intencionalidade interpretativa com características ideológicas” (op.cit.).

Pondo em contraste, em primeiro lugar, os verbos “defende” (*O Globo*) e “afirma” (*Extra*), torna-se perceptível, de fato, sua ação seletiva sobre o conteúdo enunciado e sobre as imagens projetadas dos (inter)locutores envolvidos na encenação. Os verbos selecionados tratam de apontar para a imagem que o locutor-relator faz acerca da intencionalidade que o locutor de origem teve ou teria frente à sua afirmação. Tal apontamento, em correspondência aos sentidos produzidos, revela a dificuldade no estabelecimento de uma classificação rígida das formas verbais, sendo possível, entretanto, tecer alguma reflexão diante do contexto em que figuram e sobre as formas de avaliação do locutor-relator sobre o dizer do locutor de origem. Assim, coloca-se a pergunta: “Em que pese o contexto de (re)enunciação, qual a diferença entre dizer que Jardim defende ou afirma algo?”.



Sob uma análise de cunho discursivo, consideramos que o verbo “defende” caracteriza a opinião do locutor de origem como uma “proteção” frente à outra opinião contrária, em clara dimensão polifônica. O verbo “defender” age sobre o discurso alheio de modo a que se explicita não apenas uma afirmação, mas a sustentação de um ponto de vista, baseado em argumentos. À luz do verbo selecionado, esse posicionamento defendido enseja uma espécie de retomada opositiva e organização de aspecto conflituoso (MARCUSCHI, 1991, p.89). A fala do locutor de origem, que desagrade o governo do Rio e seu comando policial, é reportada pelo fio de um discurso que explicita a existência do referido conflito, ao mesmo tempo em que manifesta uma contraposição consistente assumida pelo ministro frente ao posicionamento, sobretudo, do poder executivo carioca e o que já se poderia atestar a propósito do próprio sobretítulo selecionado: “Fogo Cruzado”.

Por sua vez, com relação ao verbo “afirma”, a opinião do locutor de origem é caracterizada como uma “afirmação” forte, revestida de caráter “de verdade” nela mesma. Pelo emprego do verbo “afirma”, detecta-se um efeito de discurso oficial (MARCUSCHI, 1991, p.89) sobre a fala original, que parece não levar em conta as manifestações contrárias, nem considerar a

necessidade de argumentos diante da asseveração sobre atos de corrupção na equipe de segurança do Estado do Rio.

Ressalta Charaudeau (2008, p. 98) que, na categoria modal da “afirmação”, “o locutor se limita a *declarar o verdadeiro* um saber que ele supõe constituir uma dúvida para o interlocutor; ele se atribui, com isso, uma posição de autoridade”. Dispensa-se, assim, qualquer ponderação sobre a própria opinião ou sobre a daquele que reporta. Segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001, p. 104), uma das acepções para o verbo “afirmar” é a de asseverar, sustentar, diferentemente do que se propõe para o verbo “defender”, cuja acepção não se limita ao sentido de sustentar uma posição, mas também de expor suas razões.

Soma-se a essa análise outra que se pode delinear a propósito do subtítulo destacado do Jornal *Extra* de 01/11. Deste trecho do *corpus*, destacamos outra forma linguística introdutória de relato de opinião (opinião, neste caso, implícita), dada mediante o termo “Esculacho”. O substantivo “esculacho” significa “repreensão, censura áspera” (HOUAISS; VILLAR; DE MELLO FRANCO, 2001, p. 1212), sendo, portanto, essa a interpretação produzida pelo *Extra* sobre as declarações do ministro – representante do poder oficial e primeiro na hierarquia da Justiça – dirigidas à equipe de segurança do

Estado do Rio – submissa ao ministro em nível nacional. Ao selecionar o item “Esculacho”, o jornal *Extra* apela para um efeito de sentido que culpabiliza a polícia do Estado, sem abrir espaço para qualquer ponderação sobre esse julgamento. A escolha do nome “Esculacho” é coerente com a seleção do verbo “afirma”. Fruto dessas opções, a declaração do ministro Torquato Jardim é, inegavelmente, convertida, pelo trabalho de reenunciação do *Extra*, em uma incontestável advertência (“esculacho”) oficial (“afirma”).

Na sequência, analisamos as formas verbais “levantou suspeitas” (*O Globo*) e “disse” (*Extra*). Ora, “levantar suspeitas” difere-se bastante de “dizer”, ainda mais quando confrontados os contextos das duas reenunciações. Na amostragem da intencionalidade do locutor de origem, opera-se uma gradação, em termos de cautela, frente ao conteúdo reportado. Do *Globo* ao *Extra*, verifica-se maior precaução por parte do primeiro e certa imprudência por parte do segundo.

Essa percepção de imprudência advinda do relato do jornal *Extra* não estaria, propriamente, na reprodução da declaração dada pelo ministro, mas na projeção oferecida acerca de sua imagem. Ao mesmo tempo, o acautelamento de *O Globo* parece sugerir certo desejo de proteger o ministro de sua própria declaração original forte: “Nada me tira da cabeça

que foi um acerto de contas”, modalizando-a pelo emprego da locução verbal “levantou suspeitas” e dos outros verbos do entorno que, conjugados no tempo verbal do futuro do pretérito, indicam possibilidade: “... poderia ter sido vítima de execução” (grifo nosso). Sob esse tipo de intervenção, Charaudeau ressalta que “não é o discurso de origem que se modifica, mas sim a explicitação da atitude enunciativa do locutor-relator” (2006, p. 174).

O *Extra*, por seu turno, reproduz o dito de origem quase que literalmente, empregando para tanto o verbo “dizer” e o verbo “ser” (na continuidade do relato) no pretérito perfeito do indicativo, sob modalidade indicadora de assertividade – “... disse que crime foi acerto de contas” (grifo nosso).

Sintetizando, diríamos que certa intuição do ministro (“Nada me tira da cabeça”), reenunciada em *O Globo* como uma desconfiança, por apelo à locução verbal “levantou suspeitas”, ganha ares de fato consumado no *Extra* por reportar a declaração do ministro, introduzindo-a pelo verbo “disse”. Essa constatação revela haver, neste caso, um tipo de posicionamento por parte do locutor-relator que, operando uma intervenção nas palavras da enunciação de origem, produz uma transformação da modalidade do dito.

No prosseguimento da análise, examinamos o *corpus* com base no segundo parâmetro delineado, a saber: *maneiras de relatar*, em convergência com a *seleção* dos itens justapostos no dito de origem.

Para maior clareza do *corpus*, exibimos abaixo os ditos de origem importantes para esta pesquisa no confronto com os ditos derivados:

### Ditos de origem e ditos reportados

Dito de origem	Dito relatado EXTRA - 01/11/2017	Dito relatado O GLOBO – 01/11/2017
Há toda uma linha de comando que precisa ser investigada, (que está) sendo analisada. Nós temos informação.	<i>O Esculacho do Ministro (Sobretítulo) Torquato Jardim, da Justiça, afirma que toda Segurança do estado do Rio precisa passar por uma investigação (Título)</i>	<i>Fogo Cruzado (Sobretítulo) 'Linha de comando precisa ser investigada' (Título) Ministro da Justiça defende apuração de corrupção na cúpula da PM do Rio (Subtítulo)</i>
Dito de origem	Dito relatado EXTRA - 03/11/2017	Dito relatado O GLOBO – 01/11/2017
Nada me tira da cabeça que foi um acerto de contas.	<i>Viúva de coronel morto quer processar ministro (Título) Torquato Jardim disse que crime foi "acerto de contas" (Subtítulo)</i>	<i>Segurança estremeçada (Sobretítulo) Viúva de coronel morto quer ir à Justiça contra Torquato (Título) ... ela disse que vai tomar medidas judiciais contra o ministro da Justiça, Torquato Jardim, que levantou suspeitas de que Teixeira poderia ter sido vítima de execução (Subtítulo)</i>

Quadro 2 – elaborado pela própria autora

Tanto na edição do dia 01/11 quanto na do dia 03/11 do jornal *Extra*, parece flagrante haver a preservação da estrutura sintática do dito de origem, recaindo a modificação sobre transformações quase que exclusivamente lexicais, pautadas sobre um modo de relatar “integrado” (indireto). Nesse caso, verifica-se uma integração parcial do dito original ao dizer daquele que relata, com mudanças no enunciado de origem que poderão atender tanto ao momento de enunciação do locutor que relata, considerando, por exemplo, a mudança de pessoa (da primeira à terceira) de: “Nada me tira da cabeça que foi um acerto de contas” a “Torquato Jardim disse que **crime** foi ‘acerto de contas’” (grifo nosso), como também a transformações mais atadas ao eixo lexical, pela explicitação, por exemplo, do termo “crime”, acima em negrito. Tal explicitação deixa a descoberto o posicionamento do jornal sobre o que pensara Torquato: o acerto de contas mencionado fora mesmo por ele tomado como um crime.

No âmbito da maneira integrada de relatar, recuperamos, ainda, a passagem:

Torquato Jardim, da Justiça, afirma que toda Segurança do estado do Rio precisa passar por uma investigação (*Extra* – grifo nosso).

Aqui, uma vez mais, as transformações verificadas são mais explicitamente de ordem lexical. A expressão “toda uma linha de comando”, do enunciado primeiro, é substituída, no enunciado reportado, por “toda Segurança do estado do Rio”. Como efeito de sentido gerado, percebe-se, inegavelmente, que a parcialidade da primeira menção é recoberta pela totalidade imposta na segunda versão.

Já pelo exame dos ditos reportados em *O Globo*, atestamos haver mudança efetiva de natureza morfossintática a partir dos ditos de origem selecionados. O dito original “Há toda uma linha de comando que precisa ser investigada...” é relatado, de modo narrativizado, promovendo-se um efeito de actancialização, sob a forma:

Ministro da Justiça defende apuração de corrupção na cúpula da PM do Rio (*O Globo* – grifo nosso).

Nesse caso, ocorre uma dupla transformação morfossintática: o locutor do dito de origem torna-se agente de um ato de dizer, modalizado pela categoria da declaração (“Ministro da Justiça defende”), e o próprio dito de origem acaba por ser resumido a um nome (“apuração”) acompanhado de complemento nominal (“de corrupção”) dado como de

existência certa no seio da cúpula da PM do Rio. Relatar a referida declaração por “defende apuração de corrupção” significa para o locutor-relator explicitar o que está somente implícito, ou seja, que o Ministro da Justiça assume o papel daquele que avalia a verdade da informação (existência da corrupção), ao mesmo tempo em que revela seu ponto de vista convictamente (eu defendo) em oposição a uma suposta dúvida por parte do interlocutor. Assim, atesta-se, enfim, uma dupla transformação morfossintática concernente à modalidade de enunciação: de um comportamento delocutivo (do dito original) dado pela categoria modal da obrigação – “... precisa ser...” passa-se a um comportamento elocutivo pressuposto (“Eu defendo que...”), dado pela categoria modal da opinião – “... defende apuração...”. Além disso, sumariza-se o dito de origem, no caso analisado, por um nome: “apuração”, cujo complemento obrigatório (“de corrupção”) enreda o ministro no sentido de sua existência.

Por fim, a partir de um exame acurado do dito relatado extraído da edição de 03/11 do jornal *O Globo*, confirmamos, uma vez mais, que as transformações decorrentes são predominantemente determinadas por operações morfossintáticas. Vejamos que, na passagem do dito de origem ao derivado, aplica-se, novamente, o modo narrativizado de

relatar, em que o locutor de origem é exposto como agente de um fazer:

(Torquato Jardim) levantou suspeitas de que Teixeira poderia ter sido vítima de execução (*O Globo* – grifo nosso).

Nesse exemplo, encerra-se também uma dupla transformação morfossintática. Sendo o locutor de origem mobilizado como agente de um ato (Torquato Jardim “levantou suspeitas”) e o dito de origem sintetizado por um nome, sob a forma oracional (“de que Teixeira poderia ter sido vítima de execução”), visualiza-se como resultado, no dito derivado, a explicitação de que o Ministro da Justiça toma para si o papel daquele que, mais uma vez, avalia a verdade de seu propósito (Teixeira tomado como vítima de execução), ao mesmo tempo em que revela o seu ponto de vista, dado por suposição (Eu suspeito). Reafirma-se por essa análise uma transformação morfossintática dada no seio tanto da modalidade de enunciação, quanto da sumarização do dito de origem por um “nome”. Em relação à primeira mudança, verificamos que, de um comportamento elocutivo, dado pela categorial modal da opinião – especificada segundo a atitude de crença por

convicção (“Nada me tira da cabeça que foi um acerto de contas”), passa-se, no escopo do dito relatado, a uma atitude de crença por suposição (“... Torquato Jardim, que levantou suspeitas de que Teixeira poderia ter sido vítima de execução”). Relativamente à segunda alteração, observamos que, em torno do nome “execução”, o que se explicita é a ideia referida pelo termo primitivo “executar”: “tirar a vida a (alguém); matar, assassinar” (HOUAISS; VILLAR; DE MELLO FRANCO, 2001, p. 1283). Assim, podemos afirmar que relatar por “levantou suspeitas” e por “execução” significa, para o locutor-relator, explicitar que Jardim está na posição de um locutor implicado numa suposição a designar o ocorrido com Teixeira como um assassinato não oriundo obrigatoriamente de um “acerto de contas”, o que seria sugestivo, afinal, de uma “retaliação” (HOUAISS; VILLAR; DE MELLO FRANCO, 2001, p.51). Assim, o que verificamos é um locutor original praticamente fagocitado pela instância midiática.

## 5 Considerações finais

As incursões realizadas pelo *corpus*, as quais, em virtude dos limites deste texto, não podem ser ampliadas, testemunham que a construção do discurso relatado resulta

mesmo de uma dupla operação de reconstrução/desconstrução (CHARAUDEAU, 2006, p. 163) ou, nos termos de Folkart (1991), do processo da reenunciação. Isso significa dizer que, por obra do dito relatado, põem-se em cena vozes distintas e, com elas, atos de enunciação também diferentes, dados em tempo e espaço diversos e projetados para interlocutores também diferentes. Sob o movimento da reconstrução, um ato de enunciação primeiro é integrado a um novo ato enunciativo que poderá reafirmá-lo ou rejeitá-lo. Em acordo com o processo de desconstrução, evidencia-se que o discurso relatado é mesmo distinto do dito de origem, bem como os atos de enunciação que os engendram.

Por esse viés da reenunciação, foi possível, neste estudo, demarcar os posicionamentos do locutor de origem e dos locutores-relatores, atestando-se os efeitos do discurso relatado analisado. Para tanto, apoiamo-nos prioritariamente sobre parâmetros teórico-metodológicos advindos da Análise Semiolinguística do discurso, relativos às operações *seleção*, *identificação* e *maneira de relatar*.

Com apoio na convergência entre os itens *seleção* e *maneira de relatar*, confirmamos, após minuciosa análise do *corpus*, a hipótese prioritária do trabalho, afirmando que, nos jornais populares, há um jogo mais explícito de modificação do

dito de origem por apelo a transformações de ordem léxico-semântica, e que, nos jornais de maior referência para as elites, essa mesma trama tende a ficar mais implícita em vista de mudanças mais sutis de feição morfossintática. Foi o que verificamos a propósito, por exemplo, das diferentes respectivas reenunciações de *O Globo* e do *Extra*: "... Torquato Jardim, que levantou suspeitas de que Teixeira poderia ter sido vítima de execução" e "Torquato Jardim disse que crime foi 'acerto de contas'".

Por sua vez, em relação à *identificação*, averiguamos haver mesmo uma tendência, no jornal popular, ao emprego de designação e de determinantes do locutor de origem que o assinale por nome ou alcunha, sem qualquer marca de deferência, enquanto, no jornal de elite, parece haver a utilização de denominações e determinantes que vinculam a figura política a nome e sobrenome e a certo grau de deferência. Foi o que atestamos por obra das distintas reenunciações inscritas, respectivamente, em *O Globo* e no *Extra*: "... vai tomar medidas judiciais contra o ministro da Justiça, Torquato Jardim..." e "Torquato Jardim disse que crime...".

Tais resultados, dentre outros alcançados no bojo dos exames realizados, como os voltados para os verbos empregados, reafirmam que, de fato, o regime de citação não é

o mesmo num jornal popular e num jornal de referência, como já elucidado em Charaudeau e Maingueneau (2004, p.176), bem como os efeitos de sentido oriundos das seleções operadas em cada periódico. As opções languageiras do relator ao realizar a citação por diferentes estratégias linguístico-discursivas não só determinam a imagem que o jornal tem de si próprio como também de seu público-alvo diante do contrato social estabelecido.

Nesse teatro midiático, notadamente da encenação do dito relatado, protagonistas distintos – *Extra* e *O Globo* – encenam diferentes modos de dizer, refletindo, de forma diferenciada, as mesmas vozes – do atual ministro da justiça Torquato Jardim. Assim, nos propõem uma reflexão sobre a inevitável constatação de que falar/escrever é, de fato, testemunhar os modos de enunciação do outro e de si mesmo e de que escutar/ler é, certamente, descortinar essas vozes a espelhar o outro e a si mesmo também.

## Referências

- AMARAL, Marcia Franz. *Jornalismo popular*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- \_\_\_\_\_ e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*: São Paulo: Contexto, 2014.
- COSTA E SILVA, Heber de Oliveira. *O tradutor infiel: a voz da reenunciação*. 2011. 120 p. Dissertação (mestrado). Letras – UFPE, 2011.
- CUNHA, Dóris de Arruda C. da; GRIGOLETTO, Evandra; CORTEZ, Suzana Leite. *Representação dos dizeres na construção dos discursos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.
- FOLKART, Barbara. *Le conflit des énonciations*. Cadiac: Les éditions Balzac, 1991.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro; DE MELLO FRANCO, Francisco Manoel. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 2001.



LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 2006 (Séries Princípios).

MENDES, Paulo Henrique Aguiar. Os processos enunciativos no discurso midiático: atos de fala e discurso relatado na imprensa escrita. In: EMEDIATO, Wander (Org.). *A construção da opinião na mídia*. FALE/UFMG: Belo Horizonte, 2013.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A ação dos verbos introdutórios de opinião. *Intercom*, São Paulo, v. 14, n. 64, p. 74-92, 1991.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do Português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

RIBEIRO, Patricia Ferreira Neves e CAMPOS, Teresinha Souto de Azevedo. O político sob relato na mídia impressa. *Cadernos Discursivos*, Catalão-GO, v.1, n.1, p.137-153, 2018.

## PATEMIZAÇÃO NA PUBLICIDADE DE REVISTAS FEMININAS E MASCULINAS

Giselle Maria Sarti Leal (UNIRIO)

**Resumo:** Este artigo, recorte de uma pesquisa maior, tem como objetivo analisar textos publicitários de revistas impressas – *Men's Health* e *Women's Health*. Examina-se o fenômeno linguístico-discursivo da *patemização*, o processo por meio do qual a emoção pode ser estabelecida. A análise está fundamentada, sobretudo, na Teoria Semiolinguística do Discurso, preconizada por Patrick Charaudeau, coadunada aos estudos em Argumentação, de Christian Plantin. Buscam-se, ainda, referências no campo da Psicologia das emoções, nos estudos sobre a Linguagem Publicitária e sobre as identidades de gênero. Mediante análise de 2 peças publicitárias, procura-se descrever o fenômeno da patemização, considerando-se a sua relação com a representação das identidades dos gêneros feminino e masculino. Observou-se que as *emoções visadas* giraram em torno da *tópica* do *prazer* e da *felicidade*, variando para os *sentimentos* de *poder*, *conquista* e *liberdade*, para o público masculino, e para os *sentimentos* de *segurança*, *confiança* e *autoestima*, para o público feminino.

**Palavras-chave:** Semiologia; *pathos*; identidades de gêneros.

**Résumé:** cet essai qui se situe dans le contexte d'une plus vaste recherche a pour objectif d'analyser certains textes de publicité de magazines imprimés tels que – *Men's Health* e *Women's Health*. L'on y observe le phénomène linguistique et discursif de la *pathémisation*, procédé au moyen duquel l'on peut établir l'émotion. Le travail d'analyse sera fondé en premier lieu sur la Théorie Sémiolinguistique du discours proposée par Patrick Charaudeau, étant en outre appuyé sur les études de Christian Plantin sur l'Argumentation ainsi que sur des concepts appartenant à la Psychologie des émotions, les études sur le Langage de la publicité et les identités de genre. Partant de l'analyse de deux publicités l'on cherchera à décrire le phénomène de la pathémisation, en tenant compte du fait que celui-ci se rapporte à la représentation des identités des genres féminin et masculin. L'on y a observé que les *émotions qui y sont visées* se rattachent aux topiques du *plaisir* et du *bonheur*, qui correspondent aux *sentiments* de *pouvoir*, *conquête* et *liberté* concernant le public masculin et aux *sentiments* de *sécurité*, *confiance* et *confiance en soi* en ce qui concerne le public féminin.

**Mots-clé:** Sémiolinguistique; *pathos*; identités de genres.

## 1 Introdução

A pesquisa a partir da qual se compôs este capítulo teve como proposta analisar 554 peças publicitárias, extraídas das revistas *Men's Health* e *Women's Health* (entre dezembro de 2011 e dezembro de 2015), de modo a examinar o fenômeno da patemização e sua relação com a construção das identidades dos gêneros masculino e feminino. Para isso, valeu-se da Teoria Semiologia do Discurso, de P. Charaudeau, bem como dos estudos sobre Argumentação, de C. Plantin, dentre outros estudos, relacionados à emoção, à publicidade e às identidades de gêneros.

A análise se deu sob as perspectivas qualitativa e quantitativa, buscando-se comprovar, por meio de hipóteses, que o apelo à emoção, na publicidade das revistas elencadas, é responsável por construir as representações de gêneros que se querem sancionar ou difundir.

A *patemização* constitui-se como estratégia linguístico-discursiva cuja finalidade é tocar na afetividade do interlocutor, provocando nele um efeito emocional que o leve à persuasão. Trata-se de uma estratégia fundamental no contrato de

comunicação publicitário, uma vez que, mediante a referência aos imaginários sociodiscursivos do consumidor em potencial, institui-se uma identificação entre ele e o objeto de anúncio, ratificando-se ou propondo-se a modificação de representações de identidades.

O texto que se apresenta está organizado da seguinte forma: *a primeira seção* tratará de alguns conceitos pontuais da Teoria Semiollinguística do Discurso, relacionada à Teoria da Argumentação e à Psicologia das Emoções; *a segunda seção* tratará da relação do texto publicitário com as representações de gênero; *a terceira seção*, por fim, trará um recorte da análise dos dados, a partir do exame de duas peças publicitárias, ao que se seguem as considerações finais.

## **2 Patemização, argumentação da emoção, publicidade e representações de gênero**

Embora se reconheça que o conceito de “emoção” seja interdisciplinar, a proposta deste capítulo não é analisar a emoção enquanto fenômeno fisiológico e/ou psíquico, tampouco enquanto expressão de uma coletividade. Desde que fundamentada, principalmente, na Teoria Semiollinguística do Discurso, preconizada por Patrick Charaudeau (1992, 2003,

2004, 2007, 2008, 2009, 2010), o foco desta análise está voltado para o estudo dos processos discursivos que podem desencadear as emoções na publicidade, considerando-se estratégias linguístico-discursivas empregadas por um dado enunciador, visando a causar efeitos patêmicos<sup>1</sup> em seu destinatário (CHARAUDEAU, 2010, p.26).

Retomar-se-á, assim, na seção seguinte, o conceito de “emoção” proposto por Aristóteles, para, então, relacionar o fenômeno da patemização, delineado por Charaudeau (e que remonta à Retórica aristotélica) à argumentação das emoções, proposta por Plantin.

### **2.1 Patemização e argumentação das emoções**

Aristóteles, em sua obra *Retórica*, delineia uma teoria da argumentação, fundamentada em provas persuasivas. Para ele, a retórica teria por função traçar o caminho em direção à persuasão sobre qualquer questão dada (ARISTÓTELES, 2007).

---

<sup>1</sup> Charaudeau, na esteira da retórica de Aristóteles, opta por empregar em sua teoria o termo *pathos*, e seus derivados, em vez de emoção, visando a ratificar que o foco de sua análise não é o sentimento desencadeado, mas a possibilidade de desencadeamento por meio do discurso – o efeito patêmico.

O estagirita apresenta três tipos de provas persuasivas a que um orador pode recorrer para construir sua argumentação, visando à adesão dos ouvintes, quais sejam, o *ethos*, o *logos* e o *pathos*. Esta última prova é a que abrange o aspecto emocional do discurso, logo, a que interessa a esta pesquisa, embora se possa afirmar que as três sejam interdependentes, e tratar de uma implica tratar, também, das outras, mesmo que indiretamente. A prova persuasiva do *pathos* diz respeito à incitação das paixões dos ouvintes, buscando-se, no movimento persuasivo, respostas emocionais determinadas<sup>2</sup>.

Veja-se como o filósofo define, então, o aspecto patêmico do discurso, considerando, assim, a emoção como um estado psicológico determinado, que, em termos de linguagem, se traduz na expressão da afetividade por meio das palavras:

[...] todos aqueles sentimentos que tanto alteram os homens quanto afetam seus julgamentos, e que são acompanhados também pelo prazer e pela dor, tais como a raiva, a compaixão, o medo e semelhantes, bem como seus opostos (ARISTÓTELES, 2007, Livro II, cap. 1, p.82<sup>3</sup>).

<sup>2</sup> Charaudeau associa alguns conceitos de sua teoria semiolinguística do discurso a essas três provas persuasivas.

<sup>3</sup> Foi utilizada a tradução de Marcelo Silvano Madeira, publicada pela editora Rideel, em 2007 (a partir da versão inglesa da obra, por John Veitch, LL. D.) p. 82.

Charaudeau, em sua Teoria Semiolinguística do Discurso (TSD), apropria-se desses conceitos aristotélicos, para delimitar o que denomina o fenômeno linguístico-discursivo da patemização. Todo o delineamento da TSD gira em torno da noção de que os significados no discurso são construídos mediante dois componentes: o *linguístico* – operando com o material verbal – e o *situacional* – operando com o material psicossocial, definindo os interactantes como atores sociais e sujeitos enunciativos (CHARAUDEAU, 1996, p. 5-6).

Quando Charaudeau seleciona o termo *pathos*, e seus derivados (patemização, patêmico, patemizante, entre outros), para referir-se à emoção, visa a reforçar a ideia de que a trata como *objeto de discurso*, ou seja, como um efeito visado, além de deixar clara a referência à Retórica de Aristóteles.

Sendo uma categoria de discurso, o estudo da emoção, portanto, pode ser inserido na análise linguístico-discursiva. Em seus artigos intitulados *A patemização na televisão como estratégia de autenticidade* (2010) e *Las emociones como efecto de discurso* (2011), o estudioso procura especificar, no escopo da TSD, o quadro teórico no qual se inscreve a análise do discurso patêmico, apresentando quais são as condições necessárias para isso.

A *primeira* dessas condições diz respeito ao *dispositivo comunicativo* no qual se inscreve o discurso produzido. Sua finalidade e os lugares atribuídos aos parceiros da troca linguageira devem favorecer o surgimento de efeitos patêmicos. É o caso da publicidade, em que o apelo à emoção do interlocutor torna-se fator preponderante para a eficácia do ato enunciativo, qual seja, transformar o leitor do anúncio em consumidor do produto/serviço anunciado.

A *segunda* condição relaciona-se ao *campo temático* sobre o qual está apoiado o dispositivo comunicativo, ou seja, a temática aludida pelo evento discursivo deve prever a existência de um universo de patemização, propor tópicos que remetam a efeitos patêmicos. No discurso publicitário, em particular, as tópicos predominantes são as da felicidade e do prazer. Como afirma Carvalho (2007, p. 12), “possuir objetos passa a ser sinônimo de alcançar a felicidade; os artefatos e produtos proporcionam a salvação do homem, representam bem-estar e êxito”.

A *terceira* e última condição apontada por Charaudeau (2004, p.23) diz respeito à *instância de enunciação*, que se deve valer da *mise en scène* discursiva com visada patemizante. Isto quer dizer que a enunciação discursiva deve explorar a emoção, numa proposta de *fazer crer* e *fazer sentir*. A

publicidade se adapta, igualmente, a esta condição, uma vez que toda encenação discursiva gira em torno de levar o destinatário a crer que pode sentir-se melhor adquirindo o objeto de anúncio.

O fenômeno da patemização pode ser entendido, portanto, como o emprego de estratégias argumentativas pelo comunicante para influenciar seu interlocutor, inserindo em seu projeto de fala um conteúdo emocional, a partir do qual pretende causar neste um determinado estado qualitativo. Tais estratégias não estão fundamentadas na identidade social ou discursiva do sujeito comunicante (no seu *ethos*), tampouco no desenvolvimento de um raciocínio lógico mediante a manipulação da linguagem (no *logos*); elas se estruturam a partir de dados – conhecidos ou presumidos pelo comunicante – a respeito dos imaginários sociodiscursivos do interlocutor, passíveis de tocar em sua afetividade e movê-lo em direção ao objetivo persuasivo do evento enunciativo – o *pathos*.

A análise do discurso patêmico, assim, diz respeito a algumas questões, colocadas por Charaudeau referentes: (1) à *determinação do objeto de análise*; (2) à *organização do campo temático emocional*; e (3) à *determinação dos índices patêmicos*.

A primeira questão, a *determinação do objeto de análise*, diz respeito à discursivização da emoção, que não se constitui como prova de que aquele estado qualitativo realmente é experienciado pelos sujeitos envolvidos no evento discursivo. Visto que a emoção não é apenas resultado de uma racionalidade subjetiva, mas também é de ordem afetiva, não é possível precisar uma correspondência entre o expresso e o vivenciado. Nesse sentido, é que Charaudeau (2010, p. 34) propõe que a análise do discurso emotivo se dê a partir da perspectiva da visada, de um efeito pretendido, e não a emoção enquanto realidade manifesta, experimentada.

A segunda questão, a *organização do campo temático da emoção*, está relacionada às formas possíveis de classificar as emoções, a depender dos critérios selecionados, o que, por sua vez, depende da perspectiva adotada. Charaudeau (2010, p. 36) salienta a necessidade de se levar em consideração a situação social e sociocultural de surgimento da emoção – *a situação de comunicação, os universos de saber partilhado e as estratégias discursivas* –, de modo a organizar o universo patêmico<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Por essa razão assumiu-se, na seção (3.1), que o arrolamento apresentado, de termos denotadores de emoção, não constitui um inventário fechado, podendo ser acrescidos outros vocábulos sinônimos e derivados.

A terceira questão, a *determinação dos índices patêmicos*, vincula-se ao uso de recursos linguísticos e discursivos a propósito do *efeito patêmico*. Charaudeau (2010, p. 37) argumenta que o *efeito patêmico* não é engendrado no discurso apenas pelo uso de determinados termos que remetem ao universo emocional. Dessa forma, torna-se necessário considerar a enunciação patêmica *direta, ou explícita*, e a *indireta, ou implícita*. O autor categoriza esses índices patêmicos, que serão aqui reunidos sob os seguintes rótulos: (a) *palavras explicitamente patemizantes* (descrição transparente da emoção); (b) *palavras sugestivamente patemizantes* (termos ligados à emoção); e (c) *enunciados inseridos em uma situação de comunicação potencialmente patemizante*.

Apesar dessa subdivisão sugerida, o estudioso assevera que o conhecimento da situação de comunicação é salutar ao sucesso da visada patêmica e não somente no caso dos enunciados aparentemente neutros. Visto que esta visada depende do movimento inferencial operado pelos parceiros da troca linguageira, deve-se reconhecer que nenhuma das três categorias de recursos linguísticos é suficiente para assegurar a consumação do estado patêmico.



Plantin (2010, p. 7-58), no artigo *As razões das emoções*, explica ser possível argumentar emoções, no sentido de orientar um discurso “em direção à expressão de um afeto”, isto é, quando, por esse discurso, se é capaz de justificar “a atribuição de um experienciado a uma pessoa”. Tal atribuição, feita a partir do movimento argumentativo, está fundamentada em *tópicos de emoção*, que ele define como uma espécie de “sistema de mapeamento do real, de coleta de informações e de tratamento do evento com múltiplas finalidades: narrativa, descritiva, argumentativa”.

O estudioso (2010) trata, igualmente, da presença de índices patêmicos no discurso, propondo uma categorização das designações de emoção, que reúne em torno dos seguintes eixos: (a) *designação direta da emoção* (termos de emoção, substantivos, adjetivos e verbos); (b) *designação indireta da emoção sobre a base de índices linguísticos* (termos sugestivos de emoção); (c) *designação indireta da emoção sobre a base de lugares comuns* (situações atitudes que sugerem emoção); (d) *enunciados psicológicos* (sugestão de processo mental que envolva emoção).

O quadro a seguir reúne e equipara as categorizações das marcas patêmicas arroladas por Charaudeau (2010) e por Plantin (2010). Note-se que a correspondência não é precisa,

mas procurou-se estabelecer uma relação de complementaridade entre ambas as propostas.

Categorização das marcas patêmicas	
CHARAUDEAU, 2010	PLANTIN, 2010
(1) <i>Palavras explicitamente patemizantes</i>	(1) <i>Designação direta da emoção</i>
	(a) Substantivos
	(b) Adjetivos
(2) <i>Palavras sugestivamente patemizantes</i>	(c) Verbos
	(2) <i>Designação indireta da emoção</i>
	(2.1) Sobre a base de índices linguísticos
	(a) Termos de cores
	(b) Verbos que selecionam uma emoção
	(2.2.) Sobre a base de lugares comuns
	(a) Situacionais
(b) Comportamentais	
(3) <i>Enunciados “neutros” em situação de comunicação potencialmente patemizante</i>	(2.3) Enunciados psicológicos

Quadro elaborado pela autora

Tendo-se delineado, resumidamente, o fenômeno linguístico-discursivo da patemização, passa-se à apresentação de algumas noções centrais da relação entre a publicidade, o agenciamento das emoções no discurso e as representações de identidades de gêneros.

## 2.2 Publicidade e representações de gêneros

Parte-se, nesta análise, da hipótese de que a mensagem publicitária é construída fundamentalmente sobre a *visada patêmica*, no sentido de que esta preenche uma lacuna do contrato publicitário, que diz respeito à sua não obrigatoriedade de veracidade. Em outras palavras, um anúncio publicitário não precisa ser verdadeiro, desde que seja verossímil. Se, por um lado, isso permite ao publicista explorar o universo do faz-de-conta, da sedução, onde tudo é possível, por outro, pode constituir-se num obstáculo à persuasão. Desse modo, uma vez que a conexão com a realidade palpável do público-alvo possa parecer lassa, devido à ausência de argumentos lógicos que o levem ao consumo, faz-se necessário sustentar a argumentação por meio da patemização, atribuindo-lhe determinados estados emocionais.

Charaudeau, no artigo *O discurso propagandista: uma tipologia* (2010b), categoriza a propaganda não como um gênero, mas como um tipo de discurso, que se concretizaria em diferentes gêneros, tais como o *gênero de discurso publicitário*, o *gênero de discurso promocional* (campanhas que promovem o bem-estar social) e o *gênero de discurso político*. Desta forma, entende-se aqui que o termo “gênero” pode ser considerado no

sentido lato, como no artigo *Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual* (CHARAUDEAU, 2004).

Nessa perspectiva, o linguista define o domínio (ou tipologia) propagandista, como um contrato de comunicação marcado pelos seguintes aspectos:

- O “eu” se encontra numa posição de *não autoridade* e deve, a partir daí, usar uma estratégia de *fazer crer*, que atribui ao “tu” uma posição de *dever crer*.
- Este discurso se origina de um ato voluntário proveniente de uma instância de produção, um “eu”, que constitui uma fonte (...) coletiva, que é determinada e pode ser *imputável* do ponto de vista de sua responsabilidade (...).
- Ele tem como alvo uma *instância coletiva*, o que explica que ele se inscreva sempre num dispositivo de *difusão*; daí o qualificativo de “propagandista”, no seu sentido etimológico de difusão e circulação do discurso no espaço público, junto ao maior número possível de pessoas (*propagare*).
- Para conseguir o objetivo de *fazer crer* e colocar a instância de recepção em posição de *dever crer*, o discurso propagandista se organiza de acordo com um duplo esquema cognitivo, *narrativo* e *argumentativo* (CHARAUDEAU, 2010b, p. 62; 63).

Já o *gênero de discurso publicitário*, incluso no domínio propagandista, é definido pelo estudioso como um subcontrato, desenvolvido num “*dispositivo triangular* entre uma instância ‘publicitária’, uma instância ‘concorrência’ (a outra marca) e uma instância ‘público” (CHARAUDEAU, 2010, p. 64). A *instância publicitária* se apresenta à *instância pública* como benfeitora, oferecendo-lhe a realização de seu sonho, por meio de um objeto ideal de busca que é, ao mesmo tempo, o único meio para essa realização. Da relação entre a instância publicitária e a concorrência surge um discurso superlativizado, que justifica a escolha da marca anunciada em detrimento da concorrente.

A expectativa acerca da instância pública, no âmbito individual, é a de que desempenhe o papel de consumidor da publicidade, passando a consumidor efetivo do produto. Enquanto comprador em potencial, o público-alvo é levado a “dever crer” que tem uma falta a ser por ele preenchida, considerando, para isso, o objeto de anúncio como seu auxiliar na busca que se instaura. Já enquanto consumidor da publicidade, esse público é levado a um “dever apreciar” a encenação que se lhe apresenta e, a partir de um procedimento meta-enunciativo, entender que a instância publicitária necessita de sua convivência.

Não se pode deixar de reconhecer que a publicidade se tornou, ao longo dos anos, uma prática de linguagem de apoio às ideologias que circulam entre diferentes grupos sociais, especializando-se na naturalização de construções identitárias, sendo sempre contemporânea e convergente ao momento sócio-histórico. Os *estereótipos*<sup>5</sup> podem, assim, ser relacionados a esse gênero discursivo, numa dupla perspectiva: são empregados no texto publicitário para consolidar ideologias, ao passo que são eles mesmos, ali, também, mantidos ou desconstruídos, sendo, portanto, amplamente difundidos, renovados e atualizados a cada situação de uso. Pode-se afirmar, inclusive, que a eficácia argumentativa de uma peça publicitária depende do reconhecimento do sistema de estereotipia utilizado pela instância enunciativa (LYSARDO-DIAS, 2007, p. 26).

É interessante notar que, por mais variados que sejam os estudos realizados, não parece ser possível dissociar, no processo analítico que ora se propõe, as identidades de gêneros – masculina e feminina –, na medida em que estão reciprocamente implicadas e, por mais que se possam tomar

---

<sup>5</sup> Trata-se de uma ideia convencional associada a uma palavra, em uma dada cultura (BANKS-LEITE, 2007). Nogueira e Saavedra (2007) definem *estereótipos sociais*, basicamente, como atributos generalizadores acerca de determinadas coletividades.

diferentes caminhos – bastante controversos – na problematização dessa questão, optou-se, aqui, por partir da perspectiva de que a relação de complementaridade entre essas identidades se mostra inegável. Expresso de outro modo, não há como delinear os contornos da identidade feminina sem se estabelecer um contraste com a identidade masculina, ambas manifestas no material verbal e visual dos textos publicitários. Vale ressaltar que, de igual modo, não se pode dissociar essas representações de gêneros dos imaginários sociodiscursivos, propostos por Charaudeau (2015), que refletem os padrões culturais (valores e crenças) partilhados nos grupos sociais – onde se inserem os estereótipos.

Vestegaard e Schroder (2004) dedicam-se também a esta temática, em sua obra *A linguagem da propaganda*. Os autores partem do pressuposto de que

(...) os anúncios devem preencher a carência de identidade de cada leitor, a necessidade que cada pessoa tem de aderir a valores e estilos de vida que confirmem seus próprios valores e estilos de vida e lhe permitam compreender o mundo e seu lugar nele. Estamos aqui em presença de um processo de significação, no qual um certo produto se torna a expressão de determinado conteúdo (estilo de vida e valores). Evidentemente, o objetivo final desse processo de significação

consiste em ligar a desejada identidade a um produto específico, de modo que a carência de uma identidade se transforme na carência do produto (p. 109; 110).

Em função dessa identificação é que se dá a representação de gêneros em peças publicitárias. A mulher, leitora real, precisa enxergar, na imagem da mulher construída no anúncio, a sua própria imagem, ou a imagem do ideal que tem para si. O homem, igualmente, deve ver-se na imagem masculina retratada no anúncio, ou aquela na qual gostaria de se tornar. De modo geral, a lógica do consumo se estrutura, então, sobre dois apoios: o consumidor do anúncio torna-se consumidor do produto anunciado, ou (i) porque este o faz ser quem ele é, ratificando seus valores e estilo de vida, ou (ii) porque o tornará naquilo que deseja ser, imprimindo nele os valores e estilo de vida que considera legítimos.

Dessa forma, o discurso propagandístico, segundo os estudiosos, funciona como um “mecanismo ideológico” que reproduz as identidades de gêneros dominantes – os estereótipos. No caso de revistas, dirigida a públicos mais específicos, a publicidade será também segmentada e retratará o imaginário do *target* a que ela atende. Anúncios veiculados

em uma revista dirigida ao público masculino homossexual<sup>6</sup>, por exemplo, embora represente a identidade masculina, fá-lo-á sob um prisma diferente de uma revista dirigida a homens heterossexuais.<sup>7</sup>

Deve-se salientar, ainda, a historicidade dessas representações, visto que, para convencer, a propaganda deve acompanhar a evolução dos tempos e das relações interpessoais. Determinados modos de vida que tinham grande apelo junto ao público-alvo, há dez ou vinte anos, podem não ter mais nenhum teor persuasivo atualmente.

No caso das revistas elencadas – *Men's Health* e *Women's Health* –, cuja temática se relaciona com o cuidado com a saúde e com a aparência, observa-se que os anúncios estão voltados para produtos que se colocam como auxiliares nessa busca, em especial cosméticos, vestuário, acessórios para atividades físicas e suplementação alimentar.

Sant'Anna (2014), em sua obra *História da beleza no Brasil*, observa, a partir da publicidade, como os estereótipos masculino e feminino mudaram ao longo dos tempos, desde os

---

<sup>6</sup> Como ocorria com a revista *G Magazine*, que apresentava nudez masculina e matérias relacionadas ao estilo de vida homossexual. Ela parou de ser publicada em 2013.

<sup>7</sup> Como ocorre com a revista *Men's Health*, que traz fotos de mulheres seminuas, ainda que poucas, bem como matérias relativas ao universo heterossexual.

primeiros anos da República, tendo como foco a busca pela beleza. A autora salienta que o embelezamento deixou de ser um assunto supérfluo, tornando-se um tema seriamente tratado nas esferas científica e midiática, tomando-se a autoestima como fator preponderante para a manutenção do bem-estar individual e social. A indústria da beleza, que reúne artigos alimentícios, cosméticos, de saúde e desporto, assumiu o status de produção de itens de primeira necessidade, passando-se a considerar o corpo como tão ou mais importante do que a alma já havia sido. Conseqüentemente, as identidades de gêneros, os comportamentos, a sexualidade e as noções do que sejam a masculinidade e a feminilidade acompanharam essa transição, e a publicidade se mostra, então, como instrumento salutar para consolidar e verificar esses novos padrões que se iam formando.

É disso, exatamente, que tratam as revistas selecionadas, cujo público-alvo pode ser definido como *aquele(a) que deseja se tornar (mais) belo/bela* e que conseguirá isso não somente seguindo as orientações dadas nas matérias, como também, e principalmente, adquirindo os produtos anunciados. Vale ressaltar, ainda, que, visto que o discurso publicitário é um discurso fundamentado no prazer e



satisfação, coloca-se a beleza em *status* de igualdade com a felicidade, ou seja, ser belo é ser feliz e ser feliz é ser belo.

Para a análise que se propõe, considerou-se pertinente a seleção que Vestegaard e Schroder (2004) apresentam de alguns critérios definidores dos traços identitários masculinos e femininos, dentre os quais se optou por destacar: (i) o *papel desempenhado na vida pública*; (ii) o *papel desempenhado na vida privada*; (iii) o *papel desempenhado nas relações amorosas*; (iv) a *relação com a aparência física*; e (v) a *relação com a tecnologia*. Esses critérios são responsáveis por criar uma espécie de contraste entre as figuras do homem e da mulher na publicidade, de modo que uma se define a partir do que a outra não é e a partir do desenho de estereótipos.

### 3 A análise

Como foi salientado anteriormente, naturalmente, por questões espaciais, apresentar-se-á apenas uma amostra da análise dos dados realizada, a partir de duas peças publicitárias pertencentes ao *corpus*. Veja-se, assim, o par de peças publicitárias, publicadas, respectivamente, nas edições de agosto de 2015, de *Women's Health* e de junho de 2015, de *Men's Health*.



Nestes dois anúncios, o público-alvo pretendido está visual e verbalmente explícito. As marcas patêmicas são, então, analisadas, em função da construção das identidades de gêneros.

A primeira peça (da esquerda), dirigida ao público feminino, anuncia o novo modelo de tênis da marca Skechers – o GOWALK 3. No que se refere ao conteúdo imagético do anúncio, é interessante notar o contraste estabelecido entre cores e entre certos elementos. No fundo da página, há um jogo de sombra e luz, numa espécie de dégradé, da esquerda para

a direita. A “garota”, protagonista da cena, encontra-se no canto esquerdo da página, sentada, e o lugar em que ela está é a parte mais iluminada, há uma luz azulada. No canto direito, onde se encontram os enunciados e nome da marca, o fundo vai escurecendo, indo do azul ao preto. A página é dividida, e abaixo há uma faixa branca, como se estivesse fora da cena enunciativa, com informações sobre lojas, sites e redes sociais em que é possível encontrar o produto.

A “garota” tem uma fisionomia séria, quase triste. Veste-se com um vestido azul metalizado, justo, tem as pernas à mostra, usa salto alto preto, como que estivesse arrumada para uma festa à noite. Os cabelos estão soltos, cacheados. Esse figurino entra em contraste com o objeto de anúncio: tênis para caminhada, que ela segura nas mãos e que são cor de rosa, contrastando, igualmente, com a cor azul.

Pode-se afirmar que a cor azul, que, em nossa cultura, remete ao universo masculino, em oposição à cor rosa – dos tênis –, que remete ao universo feminino, bem como a vestimenta da protagonista, vão de encontro ao componente verbal, cujo objetivo é anunciar um modelo de tênis para mulheres caminharem, não para ser usado com vestidos de festa.

Olhando mais detidamente para o enunciado verbal, no entanto, vê-se que esse contraste parece ser proposital, em especial em relação ao enunciado central: *“Porque uma garota tem que seguir sempre em frente”*.

Esse enunciado justifica o lançamento do modelo GOWALK 3, com base num imaginário sociodiscursivo, ou numa ideia que se quer difundir acerca das “garotas” contemporâneas – elas não podem ficar presas ao passado, não podem olhar para trás, como a garota da imagem está fazendo. Em outras palavras, o EUE, num papel de benfeitor, oferece os tênis à garota do anúncio – que pode ser qualquer leitora, seu TUD – e diz a ela: *Pare de olhar para trás, calce esses tênis, porque uma garota tem de seguir sempre em frente. Esquece o que passou!*

O movimento argumentativo que subjaz ao anúncio pode ser desenvolvido da seguinte forma: **Se toda garota tem de seguir sempre em frente, e os tênis Skechers GOWALK 3 proporcionam conforto e maciez, então, toda garota deve ter esses tênis.**

Quanto ao *apelo às emoções* da instância de recepção, pode-se mencionar, primeiramente, o semblante da “garota”, com certo ar de tristeza, seriedade, ou, até, decepção, inferindo-se que “seguir em frente” se trata de um lugar comum



que remete a algum evento desapontador. Se a proposta do anúncio é que o TUi se identifique com o TUD projetado na cena enunciativa, que, neste caso, é a imagem da garota, depreende-se que faz parte da intenção do EUc que o TUi olhe para essa imagem e se emocione, seja sentindo *compaixão*, seja sentindo *empatia*, seja relembrando de alguma *decepção vivida*.

Quanto às marcas patêmicas empregadas pela instância de enunciação, pode-se mencionar algumas, de acordo com as categorias apresentadas nos pressupostos teóricos. Veja-se o enunciado da peça publicitária e, em seguida, a especificação das marcas patêmicas:

“Skechers Performance Division. Porque uma garota tem que seguir sempre em frente. O Skechers Gowalk 3 é feito com nossa mais avançada e inovadora tecnologia de alta resposta e conforto, Goga Mat. O solado com Go Pillars proporcionam uma caminhada tão macia que você nem pode imaginar. A inovação nunca foi tão boa assim” (WH, ago/15).

**Designação indireta da emoção sobre a base de lugar comum comportamental ou *topoi*:**

- “*Porque uma garota tem que seguir sempre em frente*” – este enunciado salta aos olhos e logo remete a um imaginário sociodiscursivo, ou seja, a um conjunto de crenças e valores relacionados à construção do estereótipo feminino. Para ser “uma garota”, é preciso “seguir sempre em frente”, não importa o que aconteça – um comportamento comum a todas as pessoas que se identificam como garotas. Esse enunciado procura suscitar, na interlocutora, um sentimento de coragem e de poder.

**Princípio de avaliação:**

- “*mais avançada*”; “*inovadora*”; “*alta*”; “*tão macia*”; “*tão boa*” – são expressões axiológicas voltadas para o produto, sendo empregadas para categorizá-lo e supervalorizá-lo, bem como os resultados que produz, engendrando o *sentimento de confiança e desejo* de compra.

**Expressões modalizadoras:**

- “*tem que*”; “*sempre*”; “*nunca*” – trata-se de termos que não deixam margem para possibilidades, denotam obrigatoriedade, totalidade, remetendo aos *sentimentos de certeza, confiança, segurança*.

O segundo anúncio, dirigido ao público masculino, refere-se a um novo modelo de calçados, da marca Pipper – a Linha Beckon Pipper Winter 15. Em relação ao conteúdo cromático e visual da peça publicitária, pode-se mencionar que o homem é representado metonimicamente pelos pés e uma pequena parte das pernas, numa imagem “cortada”. Ele estaria atravessando uma ponte de madeira, que constitui o fundo da página. A perspectiva que o leitor do texto tem é de cima, como se o próprio “dono” dos pés tivesse tirado a foto dele mesmo caminhando sobre a ponte. O pé esquerdo está à frente do direito, dando, assim, a ideia de movimento. O protagonista, naturalmente, está calçado com o modelo anunciado, numa cor que não parece possível definir, estando entre grafite, azul marinho e preto. Há um jogo de sombra e luz, fazendo parecer que o homem está ao ar livre e a luz do sol alcança seu pé esquerdo. De cima para baixo, a página escurece, mas os tons permanecem pastel, dando destaque para o calçado, que é escuro.

Em relação ao componente verbal do anúncio, pode-se afirmar que a imagem o reitera e também o complementa. Enquanto os pés ocupam a parte inferior e esquerda da página, os enunciados ocupam a parte central, ao longo dela, sendo divididos em quatro porções, por tamanho de letra, que diminui

gradativamente. Vê-se o enunciado principal – “Os homens querem o mundo aos seus pés”; o enunciado que aponta a marca – “E os seus pés, o que querem? Pipper”; o enunciado que apresenta o modelo – “Linha Beckon Pipper Winter 15”; e o enunciado que recebe menor destaque, o qual apresenta os espaços virtuais onde a marca é divulgada (*site, instagram, youtube, facebook*).

Com relação à argumentação subjacente ao anúncio, pode-se verificar que ela está fundamentada no estereótipo masculino, do homem como explorador, conquistador. Não por acaso ele está atravessando uma ponte, ao ar livre. O movimento argumentativo dessa cena enunciativa pode ser, então, desenvolvido da seguinte maneira: **Se os homens querem o mundo aos seus pés e os seus pés querem Pipper, então, eles devem conquistar o mundo usando Pipper.**

No que tange aos efeitos patêmicos engendrados no anúncio, vê-se que o componente visual procura transmitir certa sobriedade e objetividade, com cores neutras, atributos que remetem ao imaginário sociodiscursivo próprio do universo masculino. É nos enunciados, no entanto, que a carga patemizante se encontra mais forte, em função do emprego de determinadas estratégias. Veja-se o enunciado da peça publicitária:

“Os homens querem o mundo aos seus pés. E os seus pés, o que querem? Pipper. Linha Beckon Pipper Winter 15” (MH, jun/15).

**Designação indireta da emoção sobre a base de lugares comuns atitudinais, ou *topoi*:**

- “*Os homens querem o mundo a seus pés*” – este enunciado apresenta uma atitude que remete ao imaginário sociodiscursivo do universo masculino, que o caracteriza como conquistador, explorador, procurando, assim, gerar no interlocutor o *sentimento de poder*. Querer ter o mundo a seus pés constitui-se numa atitude de um indivíduo que aprecia ter o controle de todas as situações, ser aquele que manda, que faz o que quer sem ser questionado.

**Enunciados que podem produzir efeitos patemizantes:**

- “*E os seus pés, o que querem?*” – neste enunciado, aparentemente neutro, os pés estão personificados, a ponto de possuírem vontade própria. Já que são tão importantes no ato de explorar, conquistar, merecem o melhor, e o melhor é Pipper. O homem, representado

metonimicamente pelos pés, é a imagem do interlocutor projetada na cena enunciativa. Assim, o EUC não só sugere ao TUI que ele é quem deve desejar, querer usar o novo modelo da marca para ser dono do mundo, mas também busca provocar nele um *estado emocional de prazer, satisfação*. O enunciado, na forma interrogativa, envolve o interlocutor, gerando nele a necessidade de resposta e, como a resposta é dada – *seus pés querem Pipper* –, cabe a ele concordar ou não com ela.

Cotejando-se as duas peças, pode-se observar que ambas anunciam calçados, embora para objetivos diferentes. Com relação ao componente imagético e cromático, percebe-se que ele é mais explorado na primeira, a partir do contraste, enquanto na segunda, procura-se transmitir uma ideia de sobriedade. O semblante da mulher tem uma carga emocional bastante relevante naquela; já nesta, o homem é representado apenas pelos pés, explorando-se pouco o componente imagético para a visada patêmica.

Em relação à construção das identidades de gêneros, tem-se dois enunciados centrais baseados em *topoi*, que procuram difundir e ratificar saberes de crença, ou estereótipos acerca do que é ser mulher e do que é ser homem. Ser mulher

é não olhar para trás, é “seguir sempre em frente”, a despeito das decepções, que seriam, então, parte de sua rotina. Ser homem, por seu turno, é ser conquistador e explorador, poderoso, com “o mundo a seus pés”. Ratifica-se, assim, a ideia de que o ser feminino está ligado à emoção, enquanto o ser masculino está ligado à ação.

Ambos os enunciados buscam encorajar seus destinatários, mas a motivação para esse encorajamento é diferente, e isso é percebido pelo componente imagético. O rosto decepcionado, voltado para trás, da protagonista do primeiro anúncio, sugere que ela está sendo consolada e precisa assumir aquele enunciado como verdade; o homem em movimento sobre a ponte de madeira, ao ar livre, no segundo anúncio, sugere que o enunciado já é uma verdade para ele.

#### 4 Considerações finais

Dentre os resultados obtidos na análise, mediante o cotejo do par de anúncios apresentado – dos tênis femininos e dos sapatos masculinos –, observou-se que a visada do *pathos* é clara no componente imagético de ambas as peças, nas quais os protagonistas são a mulher e o homem, respectivamente. O trabalho da instância de enunciação com o conceito de

estereótipo fica evidente nos enunciados centrais, que ditam, explicitamente, o tipo de comportamento necessário para ser “uma garota” ou “um homem”, remetendo, mais uma vez, aos imaginários sociodiscursivos que reúnem os saberes em torno do que é ser mulher e do que é ser homem. Os sentimentos suscitados são de encorajamento, para a mulher, e de poder, para o homem.

Quanto às marcas patêmicas empregadas em ambos os anúncios, destacaram-se: *a designação indireta da emoção sobre a base de lugar comum comportamental e atitudinal ou topoi; o princípio de avaliação; as expressões modalizadoras; e os enunciados que podem produzir efeitos patemizantes.*

Essa análise de cunho qualitativo permitiu observar o quanto as estratégias de patemização são salutareas para a construção do texto pertencente ao gênero publicitário, constituindo-se como base para a construção dos textos pertencentes a esse gênero, bem como sendo responsável pela construção das identidades de gênero masculino e feminino que se deseja ratificar.

## Referências

ARISTÓTELES. *Retórica*. São Paulo: Rideel, 2007.

BANKS-LEITE, Luci. O discurso argumentativo em aula de História: topoi, estereótipos e construção de conhecimento. In: *Pro-Posições*, v. 18, n. 3 (54) - set./dez. 2007.

CARVALHO, Neli de. *Publicidade: a linguagem da sedução*. São Paulo: Ática, 2007.

CHARAUDEAU, P. *Ce que communiquer veut dire*. In: *Revue des Sciences humaines*, nº51, Juin, 1995.

\_\_\_\_\_. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, Agostinho Dias (Org.) *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.

\_\_\_\_\_. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida Lúcia e MELLO, Renato de. *Gêneros reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte, Nad/Fale-UFMG, 2004.

\_\_\_\_\_. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid. (Org.) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007a, p.11-29.

\_\_\_\_\_. *Pathos e discurso político*. In: MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William; MENDES, Emília (orgs.). *Emoções no Discurso*. v.1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007c, p.240-251.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008a.

\_\_\_\_\_; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2008b.

\_\_\_\_\_. *O Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2009a.

\_\_\_\_\_. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro : Contra Capa, 2009b, p. 309-326.

\_\_\_\_\_. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MACHADO, Ida Lúcia; MENDES, Emília (orgs.). *Emoções no Discurso*. v.2. Campinas: Mercado das Letras, 2010a, p. 23-56.

\_\_\_\_\_. O discurso propagandista: uma tipologia, in Machado, Ida Lucia & Mello, Renato, *Análises do Discurso Hoje*. v. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna) 2010b, p.57-78.

\_\_\_\_\_. Las emociones como efectos de discurso. In: *Revista Versión: La experiencia emocional y sus razones*, n°26, junho, 2010a pp.97-118, UAM, México. Disponível em <<http://www.patrick-charaudeau.com/Las-emociones-como-efectos-de.html>>, Acesso em 5 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. *Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática*. In: Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. V. 10, Dezembro 2011b.

\_\_\_\_\_. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. In: *Discurso e (des)igualdade social*.

BARROS, Diana Pessoa de; LARA, Gláucia Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco (orgs.). São Paulo: Contexto, 2015, p. 13-30.

LYSARDO-DIAS, Dylia. A construção e desconstrução de estereótipos pela publicidade brasileira. In: *Passando dos Limites? Mídia e transgressão – casos brasileiros*. Stockholm Review of Latin American Studies. Issue No.2. November, 2007, p. 25-36.

MONNERAT, Rosane Santos Mauro. *Uma leitura semiolinguística dos conectores E e SE no texto publicitário*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. *A Publicidade pelo avesso*. Niterói: EdUFF, 2003.

\_\_\_\_\_. Processos de Intensificação no discurso publicitário e a construção do *ethos*. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid (Org.) *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

\_\_\_\_\_. Atos (trans)locutivos no discurso da publicidade: faces e máscaras. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; SANTOS, Leonor Werneck dos (Org.) *Estratégias de leitura: texto e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

\_\_\_\_\_. Imagem e cor no discurso publicitário: o sequestro do olhar. In: *Cadernos do CNLF*, Vol. XIV, Nº 2, t. 2, 2010, p. 1067-1077.

NOGUEIRA, Conceição; SAAVEDRA, Luísa. *Estereótipos de gênero*. Conhecer para os transformar. Cadernos Sacausef III, 2007 (10-30).

PLANTIN, C. La construction rhétorique des émotions. In: E. Rigotti (éd.), *Rhetoric and argumentation*. Proceedings of the 1997 IADA International conference, Lugano, 22 avril 1997. 203-219.

\_\_\_\_\_. *Les raisons des émotions*. In M. Bondi (ed.) *Forms of argumentative discourse / Per un'analisi linguistica dell'argomentare*. Bologna: CLUEB. 1998a, 3-50.



\_\_\_\_\_. *Arguing emotions*. In van Eemeren F. & al., *Proceedings of the Fourth International Conference of the International Society for the Study of Argumentation*, 1998. 631-638.

\_\_\_\_\_. As razões das emoções. In: MACHADO, Ida L.; MENDES, E. (orgs.). *Emoções no Discurso*. v.2. Campinas: Mercado das Letras, 2010, p. 57-80.

SANT'ANNA, Denise B. *História da beleza no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

VESTEGAARD, Torben & SCHRØDER, Kim. *A linguagem da propaganda*. João Alves dos Santos; Gilson Cesar Cardoso de Souza (Trad.). 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

**ENTRE O DISCURSO E A LÍNGUA: ANÁLISE DA  
CONOTAÇÃO EM CAPAS DA VEJA COM VISTAS À  
FORMAÇÃO DE LEITORES CRÍTICOS**

Ilana da Silva Rebello (UFF)

**RESUMO:** Este trabalho pretende analisar a conotação em duas capas da revista *Veja*, com vistas à formação de leitores críticos. Para a análise, utilizaremos o arcabouço teórico-metodológico apresentado pela teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, articulando esses postulados aos pressupostos da Linguística Textual. Para a análise do texto não verbal, buscaremos também respaldo em noções da Semiótica Peirceana. Assim, esta pesquisa tem por objetivo não só apresentar um estudo sobre a conotação, baseando-se, dentre outros, Charaudeau (2008), Marcuschi (2008), Ilari (2001) e Kerbrat-Orecchioni (1986), como também mostrar a relevância do domínio desse conceito para o processo de leitura e interpretação de textos.

**Palavras-chave:** Semiolinguística; Capas de revista; Conotação.

**Résumé:** Ce travail a pour objectif d'analyser la connotation en deux couvertures du magazine *Veja*, en vue de former des lecteurs critiques. Pour l'analyse, l'on se servira du fondement théorique et méthodologique présenté par la théorie Sémiolinguistique de l'Analyse du discours, en articulant les postulats de celle-ci aux prémisses de la Linguistique Textuelle. Pour l'analyse du texte non-verbal, l'on cherchera des supports dans les notions de la Sémiotique Peircienne. Ainsi donc cette recherche n'aura-t-elle pas pour but unique de présenter une étude sur la connotation, fondée entre autres sur Charaudeau (2008), Marcuschi (2008), Ilari (2001) et Kerbrat-Orecchioni (1986), mais aussi de mettre en lumière la pertinence de la maîtrise de ce concept pour le processus de lecture et interprétation de textes.

**Mots-clés:** Sémiolinguistique; couvertures de magazine; connotation.

## 1 Introdução

Em um texto, as palavras não devem ser compreendidas isoladamente, mas relacionadas com os outros elementos do contexto, sejam eles verbais ou não verbais. Isso porque o sujeito que interpreta um texto não busca o significado

referencial das palavras, mas seu valor social e seu peso na troca interativa. Interpretar um texto não é apenas dar um sentido a ele, mas perceber a sua plurissignificação.

A partir desse entendimento, aplicaremos alguns conceitos da Semiologia, da Linguística Textual e da Semiótica Peirceana na análise de duas capas de revista, verificando como determinadas estratégias linguísticas e não linguísticas produzem significação. Na capa, a conotação pode estar sendo utilizada para o falante proteger-se diante de uma informação que quer transmitir para o ouvinte sem se comprometer com ela.

A capa de revista não tem a função meramente de ilustrar a manchete, mas de chamar a atenção do leitor para o fato noticiado. Algumas assemelham-se até a publicidade, tendo em vista o espetáculo criado. A diferença, segundo Charaudeau (2006, p. 61, nota 12), está no fato de que a manchete pretende, normalmente, dar um conselho, ao passo que a publicidade pretende vender um sonho.

Nesse sentido, nem tudo é só o que aparenta ser. Uma palavra pode dizer muito mais do que o seu sentido literal. Do mesmo modo, uma imagem pode revelar muitas informações, muitas mensagens nas suas cores, formas, linhas...

Dessa forma, para embasar a nossa pesquisa, na próxima seção apresentamos a fundamentação teórica, fazendo um breve resumo de alguns conceitos da Semiologia, da Linguística Textual e da Semiótica Peirciana, pertinentes ao nosso trabalho, aplicando a duas capas da revista *Veja*.

Em seguida, apresentaremos as considerações finais e, por fim, as referências.

## 2 Teoria e prática: duas capas em análise

Analisaremos, então, as duas capas a seguir. Na primeira (Fig. 1), o ex-presidente Lula ocupa o centro. É a imagem principal. Na segunda (Fig. 2), o foco está nos enredos de crítica política e social que tomaram conta dos desfiles das escolas de samba do Carnaval do Rio de Janeiro e de São Paulo, em pleno ano eleitoral.



Fig. 1

Revista *Veja*, 24/01/2018, edição 2566<sup>1</sup>.

Manchete principal (título): Lula a um passo do abismo.

Subtítulo: Quem são e o que pensam os três juizes que vão decidir o futuro do ex-presidente – que poderá perder o direito de ser candidato ao Palácio do Planalto.

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/129725?page=1&section=1>>.



Fig. 2

Revista Veja, 21/02/2018, edição 2570<sup>2</sup>.

Manchete principal (título): Abram alas, o voto vem aí.

Subtítulo: Os políticos apanharam feio na Sapucaí. E especialistas ouvidos por Veja informam que os protestos do Carnaval são o prenúncio de um ano eleitoral quente.

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/149497?page=1&section=1>>.

Ao longo deste trabalho, buscaremos combinar a teoria com a análise do *corpus*.

## 2.1 A Semiologia

A Semiologia, base para esta pesquisa, é uma teoria da Análise do Discurso, criada pelo pesquisador da Universidade Paris XIII, *Patrick Charaudeau*.

Em Semiologia, *Sémio-*, vem de *sémiosis* – a construção do sentido e sua configuração se fazem por meio de uma relação forma-sentido; já o termo *-linguística* lembra que a forma de ação pretendida pelo sujeito-comunicante é sobretudo constituída por um material linguageiro oriundo das línguas naturais (CHARAUDEAU, 1995, p. 98).

Por meio de signos, o sujeito é capaz de significar o mundo para o outro. Ou seja, toda comunicação parte de um processo de *semiotização de mundo*, elaborado através de um processo de *transformação* entre o mundo a ser significado e o mundo significado (mundo bruto e mundo interpretado) e um processo de *transação* entre o sujeito comunicante e o sujeito interpretante-destinatário (CHARAUDEAU, 1995, p. 101).

Por exemplo, em uma capa de revista, existe um acontecimento bruto principal que precisa ser levado ao público.

No entanto, quando chega ao leitor, o acontecimento já está filtrado e interpretado pelos sujeitos enunciadorees, ou seja, pelos sujeitos do veículo de comunicação – jornalista, editor, diagramador etc. Cabe ao sujeito destinatário ficar atento às informações que são veiculadas.

Na semiotização, o *processo de transformação* acontece por meio de categorias linguísticas, a saber: de *identificação*, de *qualificação*, de *ação* e de *causação*. Já o *processo de transação* acontece por meio de categorias discursivas – de *alteridade*, de *pertinência*, de *influência* e de *regulação*, que regem determinadas estratégias – de legitimidade, de credibilidade e de captação. (CHARAUDEAU, 2007, p. 14-16).

No *processo de transação*, atuam, no mínimo, quatro sujeitos: dois *situacionais*, externos e dois *discursivos*, internos. Os sujeitos “externos” são o *EUc* (eu-comunicante) e o *TU<sub>i</sub>* (tu-interpretante) e os sujeitos “internos”, o *EUe* (eu-enunciador) e o *TU<sub>d</sub>* (tu-destinatário).

No circuito externo, os seres são de ação, instituídos pela *produção* (*EUc*) e pela *interpretação* (*TU<sub>i</sub>*) e guiados pelo *FAZER* da situação psicossocial. Já no circuito interno, os seres são da *fala*, instituídos pelo *DIZER* (*EUe* e *TU<sub>d</sub>*).

Assim, no texto jornalístico, o *EUc* é o jornalista (a pessoa física) que trabalha na redação da revista. No circuito

interno, o *EUe* pode não ser a “voz” do jornalista (pessoa física). Ele pode estar reproduzindo a ideologia do veículo para o qual trabalha, direcionando o texto para determinados leitores (aqueles que normalmente leem a revista). A revista precisa vender e, para isso, precisa escrever aquilo que o seu público gosta de ler.

Dessa forma, em relação ao texto jornalístico, Charaudeau (2006, p. 256) afirma que

[...] o cidadão nunca tem acesso ao acontecimento bruto, ele sempre entra em contato com um acontecimento filtrado pela mídia. Assim, ora o acontecimento bruto e acontecimento veiculado pela mídia se confundem, ora um prepondera sobre o outro, criando um círculo vicioso (...).

O *corpus* desta pesquisa é constituído por duas capas de revista. A capa, ao mesmo tempo em que apela para as emoções, ou seja, para o “fazer sentir” (visada que tem por objetivo provocar no outro um estado emocional agradável ou desagradável), precisa também, a fim de atender à função do contrato de comunicação estabelecido socialmente para esse gênero, “fazer saber” (visada que tem por objetivo transmitir um saber a quem se presume não tê-lo). No entanto, segundo Charaudeau (2006, p. 59),

[...] o imperativo de captação a obriga [a mídia] a recorrer à sedução, o que nem sempre atende à exigência de credibilidade que lhe cabe na função de “serviço ao cidadão” – sem mencionar que a informação, pelo fato de referir-se aos acontecimentos do espaço político e civil, nem sempre estará isenta de posições ideológicas.

Dessa forma, como acreditar em um grau zero da informação de caráter explicativo?<sup>3</sup> Sempre que se transforma um mundo bruto em um mundo significado, alguns elementos são deixados de lado e outros são intensificados. Mostra-se o que se quer. E daí poder afirmar que “cada explicação [tem] ‘seu lado de sombra’”. (Charaudeau, 2006, p. 59).

Simultâneo ao *processo de transformação*, na capa da revista, no segundo processo, no *de transação*, o sujeito precisa satisfazer algumas condições, a fim de atingir os objetivos com a sua *mise en scène*. Nessa encenação, os interlocutores precisam atender a algumas condições apontadas por Charaudeau (2007, p. 15): de *legitimidade* (princípio de *alteridade* – todo processo de comunicação pressupõe uma interação entre um **eu** que fala, um **tu** que escuta e um **ele** de

<sup>3</sup> Segundo Charaudeau (2006, p. 59), “as únicas informações que se aproximam do grau zero, entendido este como ausência de todo implícito e de todo valor de crença, o que seria característico da informação puramente factual, são aquelas que se encontram nas páginas de anúncios dos jornais: os programas dos cinemas, dos teatros e de outras manifestações culturais; as farmácias de plantão, os diversos anúncios classificados etc”.

quem se fala), de *credibilidade* (princípio de *pertinência* – para que a mensagem seja entendida, é necessário que os elementos envolvidos tenham um saber comum acerca do que se fala) e de *captação* (princípio de *influência* – cada um dos elementos ligados pelo ato de comunicação procura influenciar o comportamento do outro, e de *regulação* – os elementos do ato de comunicação devem buscar um equilíbrio, uma troca de informações), para realizar finalmente um texto.

E esse texto, aqui, é a capa da *Veja*, revista semanal e de custo um pouco elevado. Não é qualquer pessoa que compra essa revista, ou seja, é uma pessoa que tem um poder aquisitivo razoável, assim como um nível de escolaridade, já que a linguagem utilizada, em geral, é a culta e os temas abordados versam sobre acontecimentos atuais no mundo político, econômico, social e científico. Não é uma revista de futilidades, de leitura rápida.

Ao ver a capa, se o leitor não estiver atento, pode interpretar um fato, por exemplo, a partir da maneira pela qual ele é mostrado pela revista. As palavras e as imagens apresentadas podem ou não coincidir com a realidade, podem ou não estar manipuladas.



Isso porque, segundo Charaudeau (2008, p. 24), o ato de linguagem tem uma dupla dimensão ou um duplo valor: o *explícito* e o *implícito*.

O *explícito*, sempre incompleto, pois apresenta-se na interpretação “como uma superfície lacunar repleta de espaços vazios de sentido” (*Op. cit.*, p. 27), testemunha uma atividade estrutural da linguagem: a simbolização referencial. Assim, enunciados como “Estou cansada”, “Não estou cansada” remetem-nos à realidade que nos rodeia (atividade referencial), conceituando-a (atividade de simbolização).

Já o *implícito* testemunha uma atividade serial da linguagem: a significação. O mesmo enunciado “Estou cansada”, levando-se em consideração as circunstâncias de produção e a intencionalidade do sujeito que comunica, pode enunciar diferentes significados. Por exemplo, pode enunciar “Trabalhei muito hoje”, ou “Preciso descansar, portanto, você assume as tarefas daqui em diante”, ou “Não quero sair” *etc.*

Para Charaudeau (2008, p. 25), “sentido” de uma palavra é aquele fornecido, normalmente, pelos dicionários, em situação fora do contexto. Já a “significação” de um texto ou de uma conversa é obtida apenas em situação de emprego, no discurso, ou seja, na língua em uso. Nessa perspectiva, a significação não é concebida como uma operação de adição

entre signos que teriam, cada um isoladamente, um valor autônomo. Pelo contrário, “a significação é uma manifestação linguageira que combina signos em função de uma intertextualidade particular e que depende de *Circunstâncias de discurso* particulares”. (Charaudeau, 2008, p. 35). Além disso, segundo o autor,

[...] longe de conceber que o sentido se constituiria primeiro de forma explícita em uma atividade estrutural e, em seguida, seria portador de um implícito suplementar no momento de seu emprego, dizemos que é o sentido implícito que comanda o sentido explícito para construir a significação de uma totalidade discursiva (*Op. cit.*, p. 26).

Dessa forma, quando se pensa, por exemplo, na palavra “bala”, a ideia ou conceito “doce” não é o significado propriamente dito do signo, mas um elemento de sentido que pode ser trazido por um determinado significante.

O fenômeno linguageiro, assim, é constituído por um duplo movimento: exocêntrico e endocêntrico. O primeiro, movido por uma força centrífuga, condiciona todo signo a manifestar significados a partir de uma intertextualidade, garantindo a produção da significação do discurso. Já o segundo movimento, o endocêntrico, centrípeto, condiciona todo signo

[...] a ter significado, ao mesmo tempo, em um ato de designação da referência (no qual o signo se esgota em função de troca) e em um ato de simbolização; nesse ato o signo se instala dentro de uma rede de relações com outros signos (rede comandada pela atividade serial) e se constitui como valor de diferença. Corresponde a esse movimento a atividade estrutural que garante a construção do sentido da Simbolização referencial (CHARAUDEAU, 2008, p. 27).

Nesse sentido, para Charaudeau (2008, p. 33), o signo não é uma “unidade autônoma de sentido, pois ele também é preenchido por um saber que depende da expectativa particular de cada ato de linguagem e, portanto, dos filtros construídos e colocados pelo Enunciador e pelo Interpretante”. Assim, uma marca não é um signo, mas é a combinatória das marcas que, no contexto, faz o signo.

Charaudeau não conserva a clássica oposição entre denotação e conotação, como se existisse para uma unidade morfêmica um valor básico, primeiro e autônomo, do signo na língua. Exemplifica com a palavra “mulher”:

[...] não diremos que o signo *mulher* é conotado negativamente num dado contexto – o que pressuporia que existe um lugar neutro (a denotação) desse ponto de vista – diremos que, em determinados universos de discurso, *mulher* é portador de uma noção de “negatividade”

encontrada na mesma esfera que a noção “sexo feminino” e que é esse conglomerado de noções que institui *mulher* como signo, *num determinado ato de linguagem*. (...) [Grifos do autor] (*Op. cit.*, p. 36)

Apesar de Charaudeau não conservar a clássica oposição entre denotação e conotação, neste trabalho, para efeitos didáticos, consideraremos a distinção tradicional, mas acreditando que o sentido dicionarizado é somente mais um, o mais usual que a palavra pode significar e não o primeiro.

Assim, no processo de transação, para proceder a uma análise do texto, o *sujeito interpretante* precisa não só mobilizar o sentido das palavras e suas regras de combinação (o sentido dicionarizado) como também construir um sentido que corresponda a sua intencionalidade. Nesse ponto, passa-se do *sentido de língua ao sentido de discurso*, tendo em vista que o *sujeito interpretante* não busca o significado das palavras ou sua combinação (*sentido de língua - explícito*), mas seu sentido social (*sentido de discurso – implícito*).

Charaudeau (1999, p. 29; 1995) estabelece uma distinção entre *sentido de língua* e *sentido de discurso*. O *sentido de língua* constrói uma visão simbolizada referencial do mundo, associando um significante a um significado, a partir de um valor absoluto e autônomo.

Já o *sentido discursivo* constrói uma visão opaca do mundo, no momento em que se refere ao próprio processo de enunciação e a um sujeito que se define em relações múltiplas de intersubjetividade. Assim, o signo remete a algum significado, mas este não pode ser visto a partir de um valor absoluto e autônomo, mas apenas como portador de um sentido potencial que precisa ser articulado com outros signos e com a prática social para que seja construído o sentido discursivo.

No sentido de discurso, o significante pode ter múltiplos sentidos, pois, para Charaudeau (1999, 1995), as palavras não valem por si, mas quando estão relacionadas a um “*ailleurs*” (contexto).

Por exemplo, algumas capas da *Veja* trazem como símbolo de corrupção a imagem de políticos com cara de rato. Para o entendimento da mensagem, o leitor precisa ir além do meramente visual e reconhecer que o “rato” é considerado um animal nocivo ao homem, desprezível. Sendo assim, a revista atribui as características do rato a um político corrupto.

Em termos didáticos, a escola precisa despertar no aluno o interesse pelo implícito, pelas informações que a mídia tenta ocultar ou simplesmente apagar. É preciso instrumentalizar o aluno para que, em diferentes textos, não reconheça apenas o

sentido de língua, mas que perceba a mensagem pretendida pelo sujeito comunicante, isto é, chegue ao sentido de discurso. Portanto, o aluno/leitor precisa ir além do significado literal do texto verbal e não verbal para interpretar o que lê. Discutiremos mais acerca de sentido literal e sentido não literal na próxima seção.

## 2.2 A Linguística textual

As palavras e enunciados de uma língua podem operar em dois eixos de significação: o eixo *denotativo* e o eixo *conotativo*.

Uma palavra tem valor *denotativo* quando o sujeito comunicante a utiliza em seu sentido literal. Quando, por exemplo, contamos uma piada e o nosso interlocutor não a entende, é porque apreendeu todas as palavras no eixo denotativo. Ele não conseguiu ultrapassar o “*sentido de língua*”, de acordo com Charaudeau (1999, 1995).

O “*sentido de discurso*” (*Op. cit.*) está relacionado com o eixo conotativo. Uma palavra ou enunciado tem valor *conotativo* quando seu sentido não é tomado literalmente, mas é ampliado e modificado pelo *sujeito comunicante*, que usa a linguagem, com o objetivo de obter um efeito particular, em um contexto

específico de interlocução. É o que acontece no contexto das piadas. O riso é provocado pelos implícitos dos enunciados.

Alguns autores, ao invés de utilizarem as terminologias “denotação” e “conotação”, falam em “sentido literal” e “sentido não-literal ou figurado”.

Assim, o *sentido literal* é um sentido que entendemos quando usamos a língua em situações naturais. Segundo Marcuschi (2008, p. 235), não se trata de sentido dicionarizado, nem de uma oposição ao sentido figurado, e sim daquele sentido que é construído como preferencial. Não se pode vincular o sentido literal de forma automática a palavras, pois elas podem ter vários sentidos literais.

O *sentido não-literal* ou *figurado* pode ser visto como uma ampliação do sentido literal ou denotativo e origina-se de alguma semelhança real ou pressuposta entre o contexto de manifestação do sentido literal e o novo contexto em que esse sentido se expande, para cobrir outras situações.

Assim, toda palavra tem um sentido denotativo, já que em toda palavra se pressupõem reciprocamente dois planos: o plano de conteúdo (significado) e o plano de expressão (significante).

Ao lado do sentido denotativo, tem-se o sentido conotativo, que consiste num novo plano de conteúdo, investido

no signo como um todo. O sentido conotativo varia de cultura para cultura, de classe social para classe social, de época para época. Saber depreender a força conotativa das palavras em cada tipo de cultura é indispensável para usá-las bem.

Além do jogo denotação/conotação, outro importante aspecto no processo de construção do sentido de um texto é o papel desempenhado pelas informações implícitas, as quais serão divididas aqui, em *pressupostos* e *subentendidos*.

Segundo Kerbrat-Orecchioni (1986, p. 21; 22)<sup>4</sup>, os conteúdos implícitos (pressupostos e subentendidos) têm em comum a propriedade de não constituírem em princípio o verdadeiro objeto do dizer, enquanto os conteúdos explícitos correspondem em princípio sempre ao objeto essencial da mensagem a transmitir, ou ainda são dotados (...) de maior pertinência comunicativa.

Vejamos a distinção entre pressupostos e *subentendidos*.

Segundo Ilari (2001, p. 85),

<sup>4</sup> Original em francês: “(...) *les contenus implicites (présupposés et sous-entendus) ont en commun la propriété de ne pas constituer en principe (...) le véritable objet du dire, tandis que les contenus explicites correspondent, en principe toujours, à l’objet essentiel du message à transmettre, ou encore sont dotés, (...) de la plus grande pertinence communicative*” (p. 21; 22).

[...] diz-se que uma informação é pressuposta quando ela se mantém mesmo que neguemos a sentença que a veicula. (...) Sempre que um certo conteúdo está presente tanto na sentença como em sua negação, dizemos que a sentença pressupõe esse conteúdo.

Pressupostos, assim, são aquelas ideias não expressas de maneira explícita, mas que o leitor pode perceber a partir de certas palavras ou expressões contidas na frase. Na frase “Ele deixou de fazer apostas” diz-se explicitamente que, no momento da fala, “Ele” não faz mais apostas. O verbo “deixar”, todavia, pressupõe que “Ele” fazia apostas.

A informação pode ser questionada pelo ouvinte, que pode, ou não, concordar com ela. Os pressupostos, no entanto, têm que ser verdadeiros ou, pelo menos, admitidos como verdadeiros, porque é a partir deles que se constroem as informações explícitas. Se o pressuposto é falso, a informação explícita não tem sentido. No exemplo comentado anteriormente, se Pedro não fumava antes, não tem cabimento dizer que ele deixou de fumar.

Em outras palavras, o pressuposto tem uma marca linguística: o posto. O posto pode ser negado, mas o pressuposto, não. Por exemplo, em “Ele deixou de fazer apostas.”, temos o posto (Ele deixou de fazer apostas.) e o

pressuposto (Ele fazia apostas.). Se negarmos o pressuposto, o posto torna-se incoerente.

Como afirma Kerbrat-Orecchioni (1986, p. 26; 29)<sup>5</sup>, os pressupostos são inscritos na língua, e o contexto intervém apenas para levantar uma possível polissemia. Além disso, os conteúdos veiculados em pressuposições correspondem, normalmente, a realidades já conhecidas e admitidas pelo destinatário.

Dessa forma, os pressupostos fazem parte de muitos textos, tendo em vista que explicitá-los significaria, muitas vezes, informar o óbvio, o esperado em um dado contexto.

Outro importante aspecto no processo de construção de sentidos é o *subentendido*, também chamado de *implícito* e, na pragmática, considerado como *implicatura conversacional*.

Quando uma informação não é dita, mas tudo o que é dito nos leva a identificá-la, estamos diante de algo subentendido ou inferível. Os diversos tipos de conhecimento de mundo (ou modelos cognitivos, a saber, os *frames*, os

<sup>5</sup> Original em francês: “(...) les présupposés sont inscrits en langue, et le co(n)texte n'intervient que pour lever une éventuelle polysémie (...)” (p.26); “(...) les contenus formulés en présupposés sont censés correspondre à des réalités déjà connues et admises par le destinataire – soit qu'ils relèvent de son savoir encyclopédique spécifique, soit qu'ils correspondent à des 'évidences' supposées partagées par l'ensemble de la communauté parlante: (...)” (p. 29, 30).

*esquemas, os planos, os scripts*<sup>6</sup>) que precisamos partilhar com o produtor do texto estão implícitos e precisam ser inferidos por nós. Nada é gratuito num texto, tudo tem sentido, é fruto de uma intenção consciente ou inconsciente. Assim, para captar os implícitos, o leitor precisa *inferir*.

Podemos definir *inferência* como o processo de raciocínio segundo o qual se conclui alguma coisa a partir de outra já conhecida.

De acordo com Koch e Travaglia (1990, p. 65),

[...] quase todos os textos que lemos ou ouvimos exigem que façamos uma série de inferências para podermos compreendê-los integralmente. Se assim não fosse, nossos textos teriam que ser excessivamente longos para poderem explicitar tudo o que queremos comunicar.

Dessa forma, na leitura e interpretação de um texto, é muito importante detectar os pressupostos e os subentendidos, pois se constituem como recursos argumentativos utilizados

<sup>6</sup> *Frame*: conjunto dos conhecimentos armazenados em nossa memória sobre um tema central e seus componentes são trazidos à memória sem ordenação. *Esquema*: conjunto de conhecimentos armazenados numa progressão, ou seja, numa sequência temporal ou causal. *Plano*: conjunto de conhecimentos que nos levam a agir numa ordem previsível, com o objetivo de atingir um fim planejado. *Script*: conjunto de conhecimentos estereotipados sobre como devemos agir em uma determinada cultura (Cf. Koch; Travaglia, 2000, p. 64-65).

com vistas a levar o ouvinte ou o leitor a aceitar o que está sendo comunicado. Ao introduzir uma ideia sob a forma de pressuposto, por exemplo, o falante transforma o ouvinte em cúmplice, uma vez que essa ideia não é posta em discussão e todos os argumentos subsequentes só contribuem para confirmá-la.

Por fim, outro importante aspecto no processo de construção do sentido de um texto é o estudo de algumas figuras de linguagem. Neste trabalho, abordaremos apenas a metáfora, a personificação e a metonímia.

O estudo sobre a metáfora não é novo. Aristóteles, por volta do ano 336 a C., a ela já se reportava. Hoje, existem várias teorias a respeito das metáforas – visões tradicional, conceptual, sistemática, gramatical e discursiva (Sardinha, 2007).

Segundo Sardinha (*Op. cit.*, p. 21-22), a origem dos nomes das figuras é o grego. “Metáfora vem do grego ‘metapherein’, que significa ‘transferência’ ou ‘transporte’. Etimologicamente, é formada por ‘meta’, que quer dizer ‘mudança’ e por ‘pherein’ que significa ‘carregar’”.

Nesse sentido, a *metáfora* é a alteração de sentido de uma palavra pelo acréscimo de um segundo significado, quando há uma relação de semelhança, de interseção entre o



sentido de base e o acrescentado, ou seja, quando esses significados apresentam traços comuns. Isso significa dizer que a metáfora é uma comparação implícita. Quando a comparação é explícita tem-se a símile.

A *metonímia* pressupõe deslocamento, ou seja, “um significante (S1) atua como substituto de outro significante (S2), não mais por conta de algum atributo real ou criado que os uma (isso acontece na metáfora), mas por conta de uma proximidade semântica literal” (HENRIQUES, 2011, p. 67). São relações de metonímia as compatibilidades de causa e efeito, instrumento e autor, continente e conteúdo, lugar e objeto que o caracteriza, símbolo e aquilo que ele simboliza, autor e obra, marca e produto, abstrato e concreto, etc.

A sinédoque é um tipo de metonímia em que a relação é do tipo parte pelo todo, matéria pelo objeto, singular pelo plural, gênero pela espécie, etc. Em grego, sinédoque significa “compreensão simultânea”. Uma espécie de sinédoque é a antonomásia em que é feita a transferência do valor semântico de um nome próprio para um nome comum que contém uma característica que marca o nome próprio.

E a *personificação* ou prosopopeia (do grego *prosopopoiía*) consiste em atribuir traços humanos a entes abstratos ou a concretos não humanos.

Lakoff; Johnson (1980), no livro “Metáforas da vida cotidiana”, teorizam sobre essas figuras. Em relação às metáforas, os autores dividem-nas em orientacionais e ontológicas.

A teoria das metáforas proposta por Lakoff; Johnson é chamada de conceptual, tendo em vista que a figura é considerada um fenômeno cognitivo (mental). No entanto, considera-se também a metáfora como um fenômeno discursivo, tendo em vista que se apresenta em um contexto referencial, inserido num contexto cultural. Aquele que comunica elabora um enunciado metafórico, a partir do seu universo e de suas próprias relações com o mundo. Já aquele que interpreta também, a partir do seu universo e de suas relações com o mundo, tem a incumbência de captar um dos sentidos permitidos pelo contexto cultural e referencial em que a metáfora está inscrita, atribuindo-lhe um significado adequado a esse contexto.

Assim, de acordo com a proposta dos autores, as *metáforas orientacionais* baseiam-se na experiência física e cultural e recebem esse nome porque a maioria delas relaciona-se à orientação espacial. São organizadas a partir da orientação espacial: para cima/para baixo; dentro/fora; à frente/atrás; raso/profundo; central/periférico. Em relação aos valores “para



cima/para baixo”, tudo o que é para cima é bom, ao contrário do que é para baixo, que é ruim. Assim, “felicidade é para cima, tristeza é para baixo”; “saúde, vida é para cima, doença, morte é para baixo”; “mais é para cima, menos é para baixo”; “bom é para cima”, mau é para baixo” e assim por diante.

Já as metáforas *ontológicas* relacionam-se a experiências com objetos físicos. Ou seja, as experiências com objetos físicos (especialmente os corpos) fornecem a base para uma grande variedade de metáforas ontológicas, isto é, maneiras de interpretar os acontecimentos, atividades, emoções, ideias etc. como entidades e substâncias. São comuns ideias como: “a mente é uma máquina”, “teorias e argumentos são construções”, “ideias são comida”, “ideias são dinheiro”, “amor é loucura”, “amor é guerra” e assim por diante.

Em relação à personificação, segundo Lakoff; Johnson (1980, p. 72), essa figura é uma categoria geral que cobre uma ampla gama de metáforas. Trata-se de extensões de metáforas ontológicas que nos permitem dar sentido a fenômenos de mundo em termos humanos.

E, por fim, em relação à metonímia, os autores afirmam que tal figura consiste em utilizar uma entidade para referir-se a outra que está relacionada com ela (Lakoff; Johnson, 1980, p. 73). Assim, enquanto a metáfora tem por função primária a

compreensão, a metonímia, além da compreensão, tem uma função referencial.

Na primeira capa em análise (Fig. 1), na manchete “Lula a um passo do abismo”, a palavra “abismo” é usada metaforicamente no lugar de prisão. É uma metáfora ontológica”, ou seja, implicitamente se afirma que “prisão é um abismo”. De acordo com Chevalier; Gheerbrant (2012, p. 5),

[...] abismo, tanto no grego como em latim, designa aquilo que é *sem fundo*, o mundo das profundezas ou das alturas indefinidas. Nos textos apócrifos simboliza globalmente os **estados informes da existência**. Do mesmo modo aplica-se ao caos tenebroso das origens e às trevas infernais dos dias derradeiros. No plano psicológico, também, pode corresponder tanto à indeterminação da infância como à indiferenciação da morte, decomposição da pessoa [Grifos dos autores].

Dessa forma, ao invés de a revista afirmar que o ex-presidente está a um passo da prisão, prefere empregar a palavra “abismo”, pois, além de ser mais geral, traz também uma significação mais negativa e abstrata. O abismo pode representar a morte de uma pessoa.

Na segunda capa (Fig. 2), na manchete, “Abram alas, o voto vem aí”, a figura utilizada é a personificação, ao se atribuir ao “voto” uma ação humana. Além disso, publicada uma

semana após o Carnaval, a manchete estabelece uma intertextualidade com enredos de carnaval.

Nas duas capas, o leitor precisa ir além do sentido literal (sentido de língua, denotado) e, por meio de inferências, identificar os implícitos, a fim de perceber a língua em uso (sentido de discurso, conotado), num determinado contexto. No entanto, para isso, precisa ter um conhecimento de mundo a respeito de alguns fatos do Brasil.

Por exemplo, para entender a primeira capa, o leitor precisa saber que o ex-presidente, na época da publicação, foi condenado por corrupção e tentava recorrer para não ser preso. Já na segunda, a revista aborda os protestos feitos por algumas escolas de samba do Rio de Janeiro e de São Paulo durante os desfiles de Carnaval. Algumas escolas utilizaram o tema corrupção política na composição do enredo. Daí a *Veja* afirmar, num tom coloquial, no subtítulo, que “Os políticos apanharam feio na Sapucaí”. Os políticos não apanharam em sentido literal, mas, num sentido conotativo, de discurso, significa dizer que foram muito criticados.

Ainda na segunda capa, ao utilizar o imperativo “Abram alas”, e depois “o voto vem aí”, a revista faz uma associação entre as eleições e os desfiles das escolas de samba. O voto é comparado metaforicamente a uma escola de samba. E, da

mesma forma que as escolas utilizaram o enredo e o desfile como um todo para fazerem uma crítica política, a população pode fazer o mesmo com o voto.

Vale destacar ainda a escolha altamente subjetiva e avaliativa de algumas palavras e expressões. Por exemplo, “Os políticos apanharam feio na Sapucaí” e “ano eleitoral quente” significam mais que o simples valor referencial. “Feio”, usado como advérbio nesse enunciado, intensifica a mensagem veiculada, a de que os políticos foram muito criticados. No entanto, dizer “apanharam feio” é mais popular.

Já “ano eleitoral quente”, numa acepção denotativa, o adjetivo quente remete-nos à temperatura. Porém, não é essa a acepção pretendida pelo veículo de comunicação. “Ano eleitoral quente” é o mesmo que eleições concorridas, disputadas e até mesmo polêmicas.

Como se vê, ler um texto é muito mais que uma simples decodificação de signos. Na verdade, o leitor precisa interpretá-los, desnudá-los da aparente neutralidade.

E, por fim, neste trabalho, como não se analisa apenas a linguagem verbal, auxilia na leitura dos signos, a ciência Semiótica, criada pelo lógico e filósofo americano Charles Sanders Peirce desde o final do século XIX, tendo em vista que

tal ciência fornece definições rigorosas do signo e do modo como os signos agem, o que veremos na próxima seção.

#### 4 A imagem

A Semiótica pode ser definida como uma teoria geral dos signos. Segundo Santaella (2012a, p. 5), a teoria semiótica nos permite

[...] penetrar no próprio movimento interno das mensagens, no modo como elas são engendradas, nos procedimentos e recursos nelas utilizados. Permite-nos também captar seus vetores de referencialidade não apenas a um contexto mais imediato, como também a um contexto estendido, pois em todo processo de signos ficam marcas deixadas pela história, pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas econômicas, pela técnica e pelo sujeito que as produz.

Atualmente, a definição de signo está relacionada com duas diferentes e principais concepções: a do linguista suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913), fundador da linguística moderna e introdutor dos princípios fundamentais da semiologia e a do filósofo norte-americano Charles Sanders Peirce (1839-1914), criador da semiótica que conhecemos hoje.

Enquanto Peirce trabalha com o signo em geral, ou seja, tudo pode ser um signo, Saussure trabalha apenas com o signo verbal.

Se para Saussure o signo é um elemento em que se correlacionam apenas dois outros elementos – significante e significado –, para Peirce, o signo é um elemento em que se correlacionam três outros elementos – *representâmen*, objeto e interpretante.

Peirce (2010), na sua obra *Semiótica*, conceitua signo da seguinte forma:

Um signo, ou *representâmen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu *objeto*. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de ideia que eu, por vezes, denominei fundamento do *representâmen* (...) (p. 46).

Dependendo do modo como se estabelece a relação entre signo e referente – qualidade, existente ou lei –, para Peirce (*Op. cit.*), um signo pode ser denominado *ícone*, *índice* ou *símbolo*.

O *ícone* é um signo cuja relação signo/objeto é de *similaridade* (semelhanças). Sugere ou evoca algo porque a *qualidade* que ele exhibe se assemelha a uma outra qualidade. O ícone é a base da metáfora. Segundo Fiorin (2014, p. 34), “a metáfora não é um tropo<sup>7</sup> apenas da linguagem verbal. Ela aparece em outras linguagens, como, por exemplo, a visual”. Estátuas, imagens, quadros são ícones e, dependendo do contexto, se a relação estabelecida for de semelhança entre a representação visual e aquilo que ela representa, expressam conteúdos metafóricos.

O índice, diferentemente dos ícones, indica o objeto. É um signo cuja relação signo/objeto é estabelecida de forma direta, real e causal. Sua relação é de contiguidade (pertence a, a partir de, causa/efeito). É a base da metonímia, que também não é um tropo só da linguagem verbal. São exemplos de índice a pegada, a impressão digital, a fumaça (fogo), a nuvem escura (chuva), o chão molhado (choveu), o termômetro, o cata-vento, o relógio, o barômetro, a bússola, a fita-métrica, o furo de uma bala, um dedo apontando, fotografias etc.

---

<sup>7</sup> “A palavra grega *trópos* significa ‘direção’, ‘maneira’, ‘mudança’. No caso da linguagem, pensa-se em ‘mudança de sentido, de orientação semântica’” (Fiorin, 2014, p. 26).

É importante dizer que todos os índices envolvem ícones. A imagem de uma pessoa, que se apresenta na foto, tem alguma semelhança com a aparência da própria pessoa. Nesse caso, age como um ícone dela. Porém, a imagem funciona como índice da pessoa porque é o resultado de uma conexão de fato entre a tomada da foto e a pessoa.

Por último, dependendo do modo como se estabelece a relação entre signo e referente, um signo pode ser denominado *símbolo*. É um signo cuja relação signo/objeto não é imediata, pois não há necessariamente similaridade ou contiguidade com o objeto, sendo quase sempre tomado de forma arbitrária, só significando dentro de uma convenção estabelecida pela sociedade. São exemplos de símbolos os sinais de trânsito, as placas indicativas, aliança no dedo anular (= compromisso), veste negra (= luto) e, principalmente, o signo linguístico.

Pode, por uma convenção sociocultural, um ícone ser tomado como símbolo, como é o caso de uma bandeira, do crucifixo de cruz como símbolo do Cristianismo. As cores e as formas que constituem esses ícones passam a funcionar também como símbolos porque a cultura lhes imputa esse caráter. Assim, para agir como signo, o símbolo não precisa de uma conexão factual com seu objeto (caso do índice), assim como não precisa de qualquer semelhança com seu objeto

(caso do índice). A lei que dá fundamento ao símbolo tem de estar internalizada na mente de quem o interpreta, sem o que o símbolo não pode significar.

*Ícone, índice e símbolo* nos cercam. Nas capas de revista, *corpus* deste trabalho, esses elementos produzem determinados sentidos que orientam a leitura.

Não é à toa que Barthes (1990), ao se referir à fotografia, diz que, mesmo sendo uma imagem única, fixa, também é polissêmica. Não é o real, mas é uma imagem que se assemelha a algo da realidade, o seu original, um “*analogon*”, no dizer de Barthes. Por trás de uma aparente neutralidade imposta pela fotografia, escondem-se outros sentidos que interferem na interpretação do fato.

Assim como a imagem fotográfica, os desenhos apresentam uma primeira mensagem, a mensagem denotada, em contraposição à mensagem conotada, à leitura “cultural”, realizada a partir das informações contextuais.

Nesse sentido, nas ilustrações de imprensa, há a coexistência de duas mensagens, uma denotada, que procura imitar o real e outra conotada, que mostra a imagem a partir de escolhas, de edições etc. Segundo Joly (2012, p. 60),

[...] quem já fabricou qualquer imagem sabe disso, mesmo com relação a tirar a fotografia mais comum.

Fazer uma imagem é primeiro olhar, escolher, aprender. Não se trata “da reprodução de uma experiência visual, mas da reconstrução de uma estrutura modelo”, que tomará forma de representação mais bem adaptada aos objetivos que estabelecemos para nós (...)

O fotógrafo pode escolher alguns ângulos para captar a imagem, como *plano normal* – a tomada da imagem faz-se paralelamente à superfície, como vemos nas duas capas em análise; *plano picado* – a tomada da imagem faz-se de cima para baixo (essa técnica é chamada por outros estudiosos de *câmera alta* ou *plongée* – mergulho, em francês) e *plano contrapicado* – a tomada da imagem faz-se de baixo para cima (*câmera baixa* ou *contra-plongée*). (SOUSA, 2002, p. 79-80). Esses ângulos também são utilizados quando se produz uma imagem.

Isso significa dizer que, em qualquer texto, tudo é captado, selecionado e filtrado pela “lente” de quem o produziu. Assim,

[...] não é possível o acesso ao real sem um recorte ideológico, sem atribuir valores aos acontecimentos. Portanto, quando um jornal constrói um discurso em que afirma mostrar a realidade, já está utilizando um recurso de persuasão (HERNANDES, 2012, p. 23).

Além disso,

[...] a objetividade é um dos recursos jornalísticos para se tentar “apagar” o modo pelo qual a realidade foi filtrada a partir do sistema de valores do jornal que, como empresa ou parte de um conglomerado de informação, não quer se revelar como um ator social atuante interessado nos aspectos sociopolíticos e nas consequências do que notícia. (HERNANDES, 2012, p. 30).

Assim, antes de iniciarmos a análise da imagem, algumas questões levantadas por Santaella (2012b, p. 109) em relação ao livro ilustrado também são muito pertinentes ao estudo da capa de revista que fazemos aqui:

A imagem é puramente ilustrativa, redundante, repetindo na visualidade o mesmo conteúdo que o texto expressa? Qual código tem domínio sobre o outro, o verbal ou o visual? Ou existe uma complementariedade perfeita entre ambos, cada um ajudando o outro a criar uma mensagem unificada? Ou as duas linguagens entram em conflito, obrigando o leitor a recriar os fios invisíveis e menos óbvios das ligações entre elas? O que une as linguagens é a força de atração das similaridades ou é uma rede de sinais indicadores conectando suas partes? A essas variações principais se acresce o poder figurativo tanto do verbal quanto do visual para compor jogos de sentidos implícitos e explícitos.

Na capa (Fig. 1), o preto é a cor que predomina. Segundo Chevalier; Gheerbrant (2012, p. 740-741), o preto,

[...] simbolicamente, é com mais frequência compreendido sob o seu aspecto frio, negativo. Cor oposta a todas as cores, é associada às trevas primordiais, ao indiferenciamento original.(...) O preto é a cor do luto; não como o branco, mais de uma maneira mais opressiva. (...) O luto preto (...) é (...) o luto sem esperança. (...).

Dessa forma, na capa, é o preto que dá o tom do drama. A única luz é a que ilumina as fotografias de rosto. Contrastando com o preto, há o branco do logo, chamando a atenção do leitor para as fotografias – no centro Lula e, logo abaixo, os três desembargadores que decidirão se acolhem ou não o recurso do petista contra a sentença do Juiz Sergio Moro, que o condenou a nove anos e seis meses de prisão em regime fechado. Daí a manchete dramatizar que Lula está a um passo do abismo. A palavra “abismo” é usada metaforicamente no lugar de prisão.

Nesse sentido, na capa, texto verbal e não verbal se complementam. O texto visual reforça o conteúdo do texto verbal. Um não predomina sobre o outro, mas complementam-se, criando uma mensagem unificada. O preto e o azul acinzentado ratificam o que a palavra “abismo”, nesse contexto,



pretende comunicar. Atrás das imagens paira o infinito, o incerto, a profundidade. A estratégia da *Veja* para captar a atenção do leitor é dramatizar o fato (estratégia de *captação*)<sup>8</sup>.

Na capa em análise, não há neutralidade (estratégia de *credibilidade*). Toda a composição – cores, tamanho de letras, escolha lexical... – mostra um *eu-enunciador* totalmente engajado com o dizer. A *Veja*, por exemplo, sempre demonstra, de forma muito explícita, a ideologia que quer vender ao público.

Dessa forma, levando em consideração a divisão de signo proposta por Peirce, o preto é índice de que a situação noticiada não é boa. Essa cor também é símbolo de luto em nossa cultura. E, a imagem das personalidades públicas, na capa, enquanto representação da realidade, é um ícone.

Na segunda capa (Fig 2), a imagem da baiana, ratificando a manchete, nos remete a uma das mais tradicionais alas dos desfiles de carnaval. A baiana com cesto de frutas tropicais na cabeça e um abacaxi na mão funciona como ícone da imagem da cantora Carmem Miranda que, em 1938, veste-

<sup>8</sup> De acordo com Charaudeau (2007), no processo de transação, o eu-comunicante vale-se de estratégias discursivas de *legitimação*, de *credibilidade* (*neutralidade*, *distanciamento* e *engajamento*) e de *captação* (*polêmica*, *sedução* e *dramatização*).

se dessa forma para estrelar “Banana da Terra” de Dorival Caymmi.

Ainda sobre a imagem, segundo Santaella (2012b, p. 111), as relações entre texto e imagem podem ser observadas “de acordo com as (a) relações sintáticas, ou seja, do lugar ocupado pela imagem e pelo texto no plano gráfico”, de acordo com “as (b) relações semânticas, quer dizer, das trocas possíveis de significados entre imagens e texto” e, por fim, de acordo com “as (c) relações pragmáticas, a saber, dos efeitos que a imagem e texto produzem no receptor”.

Neste trabalho, citamos a classificação proposta por Santaella (2012b), tecendo mais comentários apenas àquela que for pertinente ao nosso estudo.

As relações sintáticas podem ser de *contiguidade* ou de *inclusão*. Na *contiguidade*, a relação pode ser de *interferência* (apesar de ocuparem a mesma página, textos verbal e não verbal estão separados um do outro espacialmente), de *correferência* (textos verbal e não verbal ocupam uma mesma página, mas se referem a algo distinto), de *ilustração* (o texto não verbal é precedido pela palavra) e de *ekprase* ou *poema visual* (o texto não verbal é seguido por um texto verbal). Já na *inclusão*, a relação pode ser de *representação de textos em imagens*, de *pictorialização das palavras* (texto verbal



transforma-se em não verbal), de *inscrição* (o texto não verbal serve meramente como um espaço de escrita) e de *inscrição indicial* (texto verbal está inscrito no não verbal, como indicador que se refere àquilo que a imagem descreve).

Nas capas da *Veja* (Fig. 1 e 2), o texto verbal e a imagem aparecem justapostos na mesma página. A relação entre ambos é de contiguidade, pois ocupam lugares contíguos na página. Além disso, pelo simples fato de ocuparem a mesma página, há uma interferência. O texto verbal funciona como uma legenda explicativa das imagens, interferindo, portanto, nelas.

Ainda na Fig. 2, a relação também é de inclusão do tipo inscrição indicial. Na saia da baiana, há três verbos no modo imperativo, como se fossem gritos de guerra: “Basta!”, “Fora!” e “Chega!”. Um desses verbos é muito utilizado, atualmente, no Brasil, em referência ao presidente. Assim, a expressão facial da baiana é de quem grita e está pronta para lançar o abacaxi que segura na mão direita em algo ou em alguém. Diferentemente do espírito alegre do carnaval, aqui, a expressão facial da baiana é índice de indignação.

Além disso, a baiana da Carmem Miranda, com a roupa estilizada e os turbantes, referências aos trópicos, foi, na época, a imagem que, associada ao samba, criou uma representação ainda hoje imediatamente associada à identidade nacional

brasileira. O carnaval e o samba são representações da alma do Brasil e, portanto, da identidade nacional. Dessa forma, a baiana da capa da *Veja* é a própria metáfora do povo brasileiro, indignado com a corrupção política. A imagem do abacaxi também é sugestiva, ou seja, dependendo do resultado das eleições, a política pode tornar-se um verdadeiro abacaxi a ser descascado.

Sobre as relações semânticas, ou seja, se a imagem é superior ao texto, ou se é simplesmente uma duplicada de certas informações, ou se acrescenta novas informações, ou se os conteúdos se contradizem, tem-se a seguinte classificação proposta por Santaella (2012b): *dominância*, *redundância*, *complementaridade* e *discrepância* ou *contradição*.

Nas capas em análise, embora o texto visual ocupe mais espaço na página, não há dominância da ilustração sobre o texto verbal e vice-versa. Ambos apresentam sua relevância própria. Não há também redundância entre um e outro, pois a imagem não repete a informação textual, nem o texto verbal repete a informação imagética, a não ser quando, na Fig. 1, a imagem nomeia as personalidades públicas. Assim, uma vez que ambos têm a mesma importância informativa, existe entre eles uma relação de complementaridade, uma equivalência

informativa entre texto verbal e imagem, sendo igualmente importantes para compor a mensagem.

Para a próxima relação, a pragmática, Santaella (*Op. cit.*) toma emprestado de Barthes as duas primeiras classificações: *ancoragem* (estratégia de referência direcionada do texto verbal à imagem), *relais* (estratégia de referência da imagem à palavra e da palavra à imagem, em que uma não se sobrepõe a outra), *denominação* ou *etiquetamento* (a palavra designa a coisa ou a pessoa mostrada na imagem) e *referência substitutiva* (imagens em forma de enigmas, que substituem palavras no meio do texto escrito).

Nas capas da *Veja* (Fig. 1 e 2), a relação é de ancoragem, ou seja, há uma estratégia de referência direcionada do texto verbal à imagem. O ex-presidente dispensa legenda. Qualquer brasileiro e até mesmo muitos estrangeiros o identificam. No entanto, a imagem dos três desembargadores necessita da legenda, a fim de que as três personalidades sejam identificadas. Na capa (Fig. 2), a manchete também se correlaciona com a imagem, por meio do tema carnaval.

E, por último, Santaella (2012b) ainda cita três tipos de vínculos entre imagem e texto verbal: por *semelhança* (texto verbal transmite a mesma mensagem que o texto não verbal),

*indicial* (*ostensividade* – texto verbal nomeia a imagem; *dêixis* – texto verbal aponta para a imagem; *dêixis simbólica* – texto e imagem estão conectados por indicações convencionais, como linhas, setas etc.; *dêixis pictóricas não verbais* – imagens desenham gestos ou outros índices não verbais que apontam para o texto; *função indicadora por contiguidade* – textos verbal e não verbal estão contíguos espacialmente; *parte para o todo* – a imagem representa apenas uma parte do conteúdo do texto verbal ou vice-versa; e *exemplificação* – a imagem fornece um exemplo daquilo a que o texto se refere ou vice-versa) ou *convencional* (textos verbal e não verbal relacionam-se por hábitos interpretativos já internalizados pelo receptor).

Na capa (Fig. 1) em análise, há um vínculo do tipo indicial e do subtipo dêixis. Os nomes “Lula”, “desembargadores”, “o paranaense João Pedro Gebran Neto”, “o catarinense Victor Laus” e “o gaúcho Leandro Paulsen”, apontam para as fotos como se dissessem: “Este é o Lula” e assim por diante. Além disso, nas duas capas (Fig. 1 e 2), na mensagem como um todo, há também um vínculo de função indicadora por contiguidade. A mera contiguidade espacial entre texto verbal e imagem serve como índice que conecta o verbal com o visual. Mas há também um vínculo convencional, pois quando nos deparamos com textos ao lado ou abaixo de imagens, já temos o hábito

interpretativo internalizado de que o texto se refere, necessariamente, à imagem da qual está próximo.

Finalizando esta seção e retomando o título deste trabalho, é possível afirmarmos que a conotação não é apenas utilizada no texto verbal, mas também no texto não verbal. A máquina midiática, lançando mão de diferentes estratégias, produz uma encenação que está a serviço do espetacular e, por conseguinte, construindo o que Charaudeau (2006, p. 199) chama de “simulacro da democracia”.

## 6 Considerações finais

A situação de comunicação, tal como definida por Charaudeau, é como um palco, um espaço de liberdades, mas também de restrições. Nesse palco, as mídias encenam informar um saber que o outro ignora, demonstram ter a aptidão que permite transmiti-lo a esse outro e se legitimam nessa atividade de transmissão.

Nesse sentido, nesse contrato de comunicação, há determinadas restrições que nos permitem identificar um texto como sendo do gênero notícia, do gênero carta do leitor e assim por diante. No entanto, ao lado da visada de fazer-saber, para sobreviver em meio a tanta concorrência, a mídia apela para o

fazer-sentir, produzindo efeitos de dramatização, como vemos nas capas analisadas.

Os efeitos visados, nas capas, pela instância de comunicação ultrapassam a simples transmissão da informação. Se assim o fosse, bastava informar, por exemplo, em relação à Fig. 1 “O que pensam os desembargadores que vão decidir o futuro de Lula”, como consta no índice da edição, ou, ainda “Carnaval 2018: recado dos foliões aos político”, índice em referência à Fig. 2.

Isso evidencia que as capas representam a embalagem das notícias e, por isso, precisam utilizar uma linguagem mais atraente, relacionada também a imagens com alto poder sugestivo.

E, nesse sentido, cabe a cada um de nós, desvelar as “sombras” que insistem protagonizar diferentes textos midiáticos.

**Referências**

BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Coord. da equipe de trad. Ângela M. S. Corrêa; Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 11-29.

\_\_\_\_\_. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. In: MARI, H. *et alli*. (Orgs.). *Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges - Núcleo de Análise do Discurso. Fale – UFMG, 1999, pp. 27-43.

\_\_\_\_\_. Une analyse sémiolinguistique du discours. In: *Langages* nº 117, Les analyses du discours en France. Paris, Larousse, mars 1995.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. 26. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

FIORIN, José Luiz. *Figuras de retórica*. São Paulo: Contexto, 2014.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Léxico e semântica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HERNANDES, Nilton. *A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

ILARI, Rodolfo. *Introdução à semântica: brincando com a gramática*. São Paulo: Contexto, 2001.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Trad. Marina Appenzeller. 14. ed. São Paulo: Papirus, 2012.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'implicite*. Paris: ARMAND COLIN, 1986.

KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.

LAKOFF, George; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1980.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PEIRCE, Charles S. Divisão dos signos; Ícone, índice e símbolo. In: *Semiótica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010, p. 45-76.

SANTAELLA, Lúcia. *Semiótica aplicada*. São Paulo: Cengage Learning, 2012a.

\_\_\_\_\_. *Leitura de imagens*. São Paulo: Melhoramentos, 2012b.

SARDINHA, Tony Berber. *Metáfora*. São Paulo: Parábola Editoria, 2007.

SOUSA, Jorge Pedro. *Fotójornalismo: uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa*. Porto, 2002.

## LUGARES RETÓRICOS NA FORMAÇÃO DO *ETHOS*<sup>1</sup>

Claudia Sousa Antunes (UNIFA/UFRJ)

**Resumo:** Este artigo consiste em reflexões acerca de aspectos da construção da imagem (*ethos*) do enunciador. A partir da análise de exemplos do discurso midiático, pretende-se examinar o emprego de estratégia enunciativa que contribui para o processo de persuasão do leitor. Trabalha-se com o conceito de *ethos* como construção discursiva, aliado à ideia de interlocução e de linguagem como discurso. O trabalho encontra-se embasado nas lições de Aristóteles (2005), Amossy (2011), Charaudeau (2009) e Maingueneau (2013) sobre *ethos*, discurso e lugares. O objetivo do trabalho é refletir sobre a contribuição dos lugares retóricos para a constituição do *ethos*. Sustenta-se a ideia de que o percurso que leva à identificação do enunciatário com aquilo que é veiculado pela mídia passa pelo alinhamento entre o *ethos* do enunciador e o *ethos* do enunciatário formulada pelo enunciador.

---

<sup>1</sup> Este trabalho é parte algo modificada de minha tese de doutorado, orientada pela Profa. Maria Aparecida L. Pauliukonis e defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

**Palavras-chave:** *ethos*; lugares retóricos; discurso.

**Résumé:** Cet article propose une réflexion sur certains aspects de la construction de l'image (éthos) de l'énonciateur. À partir de l'analyse d'exemples du discours médiatique, il vise à examiner l'emploi d'une stratégie énonciative qui contribue aux procédés de persuasion du lecteur. Ce travail est fondé sur le concept d'éthos comme construction discursive, associé à l'idée d'interlocution et de langage comme discours, ainsi que sur les enseignements d'Aristote (2005), d'Amossy (2011), de Charaudeau (2009) et de Maingueneau (2013) sur l'éthos, le discours et les lieux. L'objectif de ce travail est de réfléchir sur la façon dont l'emploi des lieux rhétoriques contribue à la constitution de l'éthos. L'on y affirme que le chemin qui mène à l'identification de l'énonciateur avec ce qui est véhiculé par les médias passe par un alignement entre l'éthos de l'énonciateur et l'éthos du destinataire formulé par l'énonciateur.

**Mots-clé:** éthos; lieux rhétorique; discours.

## 1 Introdução

Este trabalho enfoca a utilização do conceito de lugares retóricos para a construção do *ethos* a partir da análise de

textos midiáticos pertencentes à seção “Cartas do Editor” de duas revistas brasileiras. O alicerce teórico apoia-se nos princípios da Teoria Semiolinguística, de Patrick Charaudeau (2009; 2010), na noção de *ethos* e de lugares formuladas por Aristóteles (2005; 2007) – com as atualizações apresentadas por Perelman & Tyteca (2005) e Reboul (2004) –, além de contribuições de Amossy (2011) e Maingueneau (2011). A grande questão deste estudo é compreender como os lugares (no sentido retórico do termo) aparecem como estratégias discursivas nos textos e contribuem para a construção da imagem do enunciador. Pretende-se mostrar, também, como o *ethos* está a serviço de um projeto de influência do Eu sobre o Outro. A visão adotada neste trabalho é, portanto, a do *ethos* como construção discursiva, ou seja, que pressupõe a existência de um sujeito inscrito no discurso.

Diversos teóricos têm se debruçado sobre a questão da imagem construída pelo enunciador em um texto. Charaudeau (2013, p. 86) afirma que “Não existe um ato de linguagem que não passe pela construção de uma imagem de si”, e Maingueneau (2007, p. 11) relaciona o interesse nas questões ligadas ao *ethos* às “condições do exercício da palavra publicamente proferida”, principalmente nas mídias e na publicidade. Amossy (2011) ressalta que a construção do *ethos*



está associada à representação coletiva e à atividade de estereotipagem e Reboul (2004) aponta como o conceito de *ethos* pode ser aplicado aos discursos atuais de vários gêneros textuais. No âmbito dos estudos da linguagem, analisar a formação do *ethos* e a sua relação com os lugares discursivos pode auxiliar no entendimento da interação pela linguagem e contribuir para um uso mais consciente desses recursos.

Os lugares constituem princípios, regras gerais básicas para a argumentação, que estão à disposição do orador. Como esquemas abstratos, eles são divididos por Aristóteles (2007) em lugares do possível e do impossível, do mais e do menos, do existente e do não existente. Perelman (2005) denomina-os lugares do preferível; e Reboul (2004) propõe reuni-los com a denominação de lugares da quantidade, da qualidade e da unidade. Acredita-se que o uso dos lugares se constitui em estratégia que auxilia no processo de adesão, pelo enunciário, das ideias expressas pelo enunciador.

Parte-se da ideia de que a diferenciação no uso dos lugares estaria relacionada às diferenças na imagem, formada pelo enunciador, do seu interlocutor ideal. Pela construção de um *ethos* de parceria, por exemplo, o enunciador se coloca como aliado do enunciário. Por meio da utilização do lugar da qualidade, é possível instaurar um tom de intimidade que leve

o leitor a um jogo de cumplicidade e confiança. Por meio da utilização do lugar da quantidade e da composição de um *ethos* de confiabilidade, por outro lado, o enunciador provoca um “fazer crer” no enunciário a respeito das informações veiculadas.

O *corpus* compõe-se de textos que compreendem uma das primeiras seções das revistas *Claudia* e *Men's Health*<sup>2</sup>, após vários anúncios e o sumário. São as chamadas “Cartas do Editor”. Essas cartas consistem em um texto que ocupa geralmente uma página, formatado em uma ou duas colunas. A carta do editor tem a função de apresentar a revista e estabelecer uma ligação com o leitor, convencendo-o da importância da leitura da publicação. As cartas seriam o preâmbulo das revistas e, em ambas as publicações, o texto vem acompanhado de uma foto do editor ou editora – o trabalho restringiu-se à análise da parte textual da seção.

Este artigo está estruturado em quatro partes. Inicia-se com uma contextualização geral da pesquisa, e a apresentação breve do referencial teórico e metodológico, assim como do *corpus* de análise. Segue-se uma visão geral da perspectiva adotada em relação aos estudos do discurso e a

---

<sup>2</sup> Ambas do Grupo Abril Editora, detentora dos direitos autorais à época da publicação dos exemplares selecionados para análise.

fundamentação relativa aos conceitos da Teoria Semiolinguística adotados na pesquisa. Na terceira parte, será realizada uma breve análise de trechos escolhidos para exemplificação do fenômeno investigado. A esta análise, seguirá um capítulo à guisa de conclusão, na qual será feita uma síntese do trabalho realizado.

## 2 Estudos do discurso e Teoria Semiolinguística

Os estudos do discurso permitem uma infinidade de perspectivas de análise. Parte-se, neste trabalho, da óptica proposta por Patrick Charaudeau (2002), que considera, como objeto da análise do discurso, o agir sobre o outro que

[...] faz com que todo ato de comunicação seja ao mesmo tempo finalizado em termos de influência, regulado em termos de intercompreensão, intersubjetivado em termos de partilha (ou de imposição) dos saberes, das opiniões e das crenças sobre o mundo (CHARAUDEAU, 2002, p. 3).

Nessa perspectiva, estão inseridos o conceito de contrato de comunicação – espaço de restrições e estratégias – (problemática comunicativa); os estudos das estratégias discursivas com a finalidade de descrição dos imaginários

sociodiscursivos de base (problemática representacional); e a descrição das estratégias com fundamento em categorias semiolinguísticas (problemática cognitiva). Assim, considerando-se a concepção de linguagem em seu aspecto multidimensional, a teoria semiolinguística procura evidenciar o jogo comunicativo de produção de efeitos de sentido.

Um dos conceitos centrais na Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau (2009) é o de *mise-en-scène*. Esse termo, originário do contexto teatral, traduz a ideia da linguagem como encenação, da qual participam vários parceiros. Esse jogo de cena implica a existência de dois sujeitos, em relação de subjetividade, que se desdobram em mais dois (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004). Esses dados, componentes do ato comunicativo, fazem referência tanto àqueles que são externos ao ato efetivo, relacionados ao fazer discursivo; quanto aos componentes relativos aos dados internos, concernentes ao domínio do dizer.

Os dados externos são constituídos pelas constantes detectáveis nas trocas efetuadas pelos falantes, os quais apresentam regularidades comportamentais. Essas regularidades possuem certa estabilidade, o que permite a atribuição de determinados valores à troca linguageira, configurando o quadro em que se situam os atos de linguagem.

Segundo Charaudeau (2010, p. 68), os dados externos fazem referência às condições de identidade, de propósito, de dispositivo e de finalidade.

Os dados internos se referem às restrições discursivas do ato comunicativo. Eles constituem “o conjunto dos comportamentos linguageiros esperados” (CHARAUDEAU, 2010, p. 70) a partir da apreensão e do reconhecimento dos dados externos e respondem à pergunta “como dizer?”. Eles abarcam tanto a maneira de falar quanto os papéis linguageiros e as formas verbais utilizadas.

Com esses dados, externos e internos, o ato de linguagem se completa pela conjugação do contrato de comunicação – e seu quadro de restrições –, com o projeto de fala, que se desdobra em um espaço de estratégias. Assim, a partir de um esquema de representação que considera a dinamicidade do ato de linguagem e a possibilidade de o sujeito se situar nesse mesmo ato, Charaudeau inclui um EUc (Eu Comunicante) que, dentro de seu projeto de fala, determina algumas diretrizes que irão nortear o seu ato comunicativo. Essas diretrizes incluem, também, algumas predisposições a respeito de quem seria seu destinatário (TUd). A partir do momento em que ele estabelece seu ato comunicativo, o EUc constitui-se em EUe (Eu enunciador), e o TUd em TUi (Tu

interpretante), que pode aderir, ou não, ao projeto do enunciador, identificando-se com o TUd. O ato de linguagem apresenta, assim, um caráter dialético, engendrado pelos processos de produção e de interpretação, tornando-se um ato interenunciativo entre quatro sujeitos (CHARAUDEAU, 2009, p 45).

Para a realização do ato comunicativo, há, portanto, que se preencher certas condições, certos princípios, que formam sua base. Nos termos de Charaudeau (2013, p.16), todo ato de linguagem emana de um sujeito que se define somente em relação a um outro (princípio da alteridade, da interação) de modo a influenciá-lo, a trazê-lo para si (princípio da influência) e, ao mesmo tempo, a gerar uma relação na qual os dois possuem seu próprio projeto de influência (princípio da regulação), a partir de certos saberes comuns (princípio da pertinência).

Contratos e estratégias são usados para convencer e seduzir o outro. O EUc pode, por exemplo, construir uma imagem do TUd que ele acredita ser coincidente com a do TUi, de modo a conseguir sua adesão. Esse processo pode ser percebido na passagem (01) a seguir.

(01) Graças a mudanças na sociedade – obrigado, mulheres, por nos fazerem repensar nossa natureza – e na economia (nunca trabalhamos tanto e tivemos tantos outros leões pra tomar nosso pedaço), nos tornamos seres mais humanos, mais terrenos (MH01)<sup>3</sup>.

Busca-se, por meio da seleção vocabular, da estrutura sintática e do uso dos verbos, um alinhamento dos *ethé* de modo a amalgamar as imagens do enunciador e do enunciatário ideal (aquele que repensa seu papel na sociedade, que trabalha muito, e tenta ser um ser humano melhor).

Assim, vê-se que os atos de linguagem apresentam uma relação mais ou menos acordada entre seus actantes, definidora dos aspectos relativos ao plano situacional (onde os atores estão, qual a relação entre eles, sobre o que falam, quais os seus objetivos) e dos aspectos relativos ao plano discursivo (as escolhas, os modos de dizer, as estratégias discursivas).

<sup>3</sup> As siglas MH e CLA serão usadas para a referência às revistas Men's Health e Claudia, respectivamente, seguidas do número correspondente à edição analisada.

### 3 *Ethos* e lugares

A noção de *ethos*, na Retórica aristotélica, englobava características discursivas e extradiscursivas, utilizadas pelo orador a fim de construir uma imagem positiva. Para provocar a adesão, o locutor deveria ser capaz de evocar as qualidades consideradas relevantes para o seu público-alvo. Seu *ethos* deveria ser convincente. Fiorin (2014) explica que

Herdar a retórica significa, pois, de uma parte, levando em consideração séculos de estudos já realizados, descrever, com as bases dos estudos discursivos atuais, os procedimentos discursivos que possibilitam ao enunciador produzir efeitos de sentido que permitem fazer o enunciatário crer naquilo que foi dito; de outra, analisar o modo de funcionamento real da argumentatividade, ou seja, o dialogismo presente na argumentação (FIORIN, 2014, p. 53).

Perelman e Tyteca (2005) afirmam que a arte de persuadir está ligada à argumentação, tomada em sentido lato. E foi Aristóteles quem sistematizou as bases da argumentação em sua Arte Retórica, entendida como “a capacidade de descobrir o que é mais adequado a cada caso com o fim de persuadir” (ARISTÓTELES, 2005, p. 37). O importante é descobrir os meios de persuasão possíveis para os vários tipos

de argumentos. Para o filósofo estagirita, o convencimento do outro pode ser feito por recurso à Retórica e à Dialética. A persuasão passaria, então, pelas provas, que se dividem em técnicas e não técnicas. As provas que formam a *tekhné* (provas técnicas) são as que dependem da capacidade do orador. Dividem-se em provas pelo *logos*, *ethos* e *pathos*. Nas provas pelo *logos*, o material é transformado em força persuasiva por meio de operações lógicas. Naquelas formadas pelo *pathos*, considera-se o modo como os ouvintes são levados a sentirem emoção por meio do discurso. E persuade-se pelo *ethos* quando a impressão deixada pelo orador leva os ouvintes a terem a sensação de que o orador é digno de fé (ARISTÓTELES, 2005, p. 96). Como bem sintetiza Rodrigues (2008, p. 197), “possuir as qualidades apresentadas [...] – *phrónesis* (*logos*), *areté* (*ethos*), e *eunóia* (*pathos*) – garantem, segundo o próprio Aristóteles, que o convencimento ocorra”. A prova pelo *ethos* leva em consideração a construção da credibilidade do orador frente à sua audiência, mas esse convencimento não decorre necessariamente de mérito que seja inerente a ele.

Na interpretação de Charaudeau (2013, p. 113 e seguintes), de um lado está o *logos* e, de outro, o *pathos* e o *ethos*. Os dois últimos participariam das “demonstrações

psicológicas” de que se valem os oradores e corresponderiam “ao que o público crê que os outros têm em mente” (BARTHES, 1970, p. 211). O *logos* pertence ao domínio da razão e está voltado para o conteúdo dos argumentos. O *pathos*, por outro lado, concentra seus esforços nos atributos do público-alvo, nas suas emoções. Para Charaudeau (2013, p. 153), o *ethos* é “uma construção de si para que o outro adira, siga, identifique-se a este ser que supostamente é representado por um outro si-mesmo idealizado”.

O sentido do texto é dado, pois, tanto pelas ideias que apresenta quanto pelo *ethos* que induz, intermediado por um modo de dizer que remete a um modo de ser (MAINGUENEAU, 2011, p. 72; 2013, p. 108). Por meio do *ethos* e das ideias que o texto veicula, procura-se mobilizar um enunciatário de modo a fazê-lo aderir a um determinado universo de sentido.

Perelman (2005), a partir da noção de auditório universal, estuda as diversas formas de “adesão dos espíritos” às teses apresentadas. Esse autor apoia suas reflexões nas noções dialéticas de Aristóteles, para quem enunciados prováveis levam a conclusões verossímeis. A argumentação, nessa perspectiva, não procura demonstrar se uma determinada tese é verdadeira ou falsa, mas procura influenciar o outro. A Retórica perelmaniana considera a existência de lugares do

preferível, utilizados para fundamentar valores e hierarquias e, ainda, “reforçar a intensidade da adesão que eles suscitam” (PERELMAN, 2005, p. 94). Esses lugares, já trabalhados por Aristóteles (em Tópicos), estão relacionados ao pensamento dialético.

A utilização dos valores auxilia no direcionamento de um ponto de vista para grupos determinados. É possível recorrer a eles para levar o auditório a fazer determinadas escolhas em detrimento de outras, o que demonstra seu papel argumentativo. Segundo Perelman, “estar de acordo acerca de um valor é admitir que um objeto, um ser ou um ideal deve exercer sobre a ação e as disposições à ação uma influência determinada, que se pode alegar numa argumentação” (PERELMAN, 2005, p. 84).

Segundo Maingueneau (2013, p. 108), o “poder de persuasão de um discurso consiste em parte em levar o leitor a se identificar com a movimentação de um corpo investido de valores socialmente especificados”. Para Charaudeau (2009, p. 233), os valores correspondem “às normas de representação social” construídas nos diversos domínios de avaliação. Estes consistem em um dos procedimentos semânticos que podem ser utilizados na elaboração de um argumento.

Os valores formam os lugares. Os lugares são premissas de ordem geral “que intervêm para justificar a maior parte de nossas escolhas” (PERELMAN, 2005, p. 95). Geralmente subentendidos, os lugares seriam os “primeiros acordos no campo do preferível” (idem, 2005, p. 95). A preferência por determinados lugares em detrimento de outros, ou a forma de hierarquizá-los, é um índice que o locutor deve levar em conta no momento de buscar a adesão do auditório, visto seu caráter eminentemente argumentativo. Com base na determinação dos lugares utilizados, pode-se presumir a caracterização de um grupo ou sociedade. Segundo Aristóteles (2005, p. 202), todos os oradores devem se servir dos lugares do possível e do impossível em seus discursos. Também estão à disposição dos oradores os lugares do existente/não existente e do mais/do menos, que formam, juntos, as ordens básicas apropriadas à deliberação, ao elogio ou à acusação.

Os lugares do possível e do impossível estão relacionados ao tempo e são usados para demonstrar, no caso de discursos deliberativos, como serão as coisas, e, no caso de discursos judiciais, como foram. Os lugares do mais e do menos se referem ao uso da diminuição e da amplificação nos discursos, usados tanto na deliberação, no elogio ou na censura, quanto na acusação ou defesa. Quanto ao lugar do

existente, ele pode ser definido por oposição. Ou seja, para demonstrar que algo não existe, somente é possível fazê-lo a partir dos seus contrários (ARISTÓTELES, 2005, p. 202-205).

Ao longo do tempo, os lugares receberam diversas contribuições para a classificação conforme exposta em Aristóteles. Para Perelman, os lugares podem ser classificados em relação à quantidade, à qualidade, à ordem, ao existente, à essência e à pessoa (PERELMAN, 2005, p. 96). O lugar da quantidade diz respeito ao lugar do mais e do menos, como exemplificado em (02).

(02) Em CLAUDIA, não acreditamos em milagres nesse departamento: nenhum creme acaba com a celulite em **uma semana** nenhuma dieta faz a barriga chapar em **pouco tempo**, nenhuma atividade física esculpe o corpo **de uma hora para a outra**<sup>4</sup> (CLA07).

O lugar da quantidade refere-se, ainda, à preferência do provável sobre o improvável, do fácil sobre o difícil e do menos arriscado ao mais. Aquilo que é mais estável e duradouro é preferível ao que o é menos, como exemplificado a seguir (03).

<sup>4</sup> Todos os grifos nos exemplos são nossos.

(03) Vamos falar de malhação, tratamentos estéticos, dietas e nutrição de forma realista, porque somos a favor de mudanças **consistentes, duradouras e seguras** (CLA07).

Em contrapartida, o lugar da qualidade caracteriza-se pelo valor do que é único, raro. Esse valor, entretanto, pode variar dependendo da relação que é estabelecida entre o objeto e o ente. Assim, para um sujeito, determinado ser pode ser considerado como mais um de uma determinada espécie, enquanto, para outro, é um ser único e valioso. Esse lugar normalmente aparece em oposição ao lugar da quantidade. O valor daquilo que é único decorre justamente da sua excepcionalidade, em oposição ao que é comum, corriqueiro, vulgar (PERELMAN, p. 102). Esse aspecto pode ser observado no exemplo (04), quando a editora argumenta que:

(04) O bom senso, que eu citei lá em cima, também é importante. Para a gente não esquecer que, no verão ou em qualquer estação, **devemos apreciar quem somos**, com nossas **singularidades** e nossas imperfeições. (CLA07)



Já o lugar da ordem preconiza que aquilo que vem primeiro é melhor. Mostra a superioridade do que é anterior, das causas, dos princípios, como pode ser observado no exemplo (05).

(05) Aqui está mais um providencial Especial de Cuidados Pessoais, serviço masculino no qual a MEN'S HEALTH foi **pioneira** no Brasil. (MH08)

O lugar da ordem também é requisitado no exemplo a seguir (06), juntamente com o lugar da quantidade, para compor o panorama de cooptação do enunciário. Não haveria desculpa plausível para não se seguir as orientações da revista, pois a publicação não “deixa tudo para última hora”.

(06) O Projeto Verão, que lançamos nesta edição e que **se estenderá pelos próximos meses**, vai **ajudar você a se programar** para chegar mais linda e saudável ao momento do biquíni. (CLA07)

Olivier Reboul (2004) propõe uma recategorização dos lugares aristotélicos. Ele reagrupa os lugares em três categorias: o *lugar da quantidade*, relacionado àquilo que

proporciona um bem maior, ou mais durável, ou mais bens, e que engloba também o lugar do existente; o *lugar da qualidade*, no qual é preferível o que é único, raro, insubstituível, desprezando-se o banal, o intercambiável, e no qual está incluído o valor da essência; e o *lugar da unidade*, caracterizado por sintetizar os dois anteriores e abranger o lugar da ordem.

O lugar da quantidade, para Reboul (2004), relaciona-se ao que é útil em diversas situações, ao mais antigo, ao mal menor, entre outros. Nos exemplos (07) e (08) a seguir, observa-se como o locutor justifica suas escolhas demonstrando que é preferível aquilo que proporciona um bem maior.

(07) Ao **ampliarmos para dez páginas** nossa seção Equipamento e transformá-la no Guia Tech MH **com 104 gadgets** e soluções (pág. 87), levamos em conta a mesma missão que norteia nosso trabalho há **80 edições**: apresentar as **melhores ferramentas** para você equalizar trabalho e vida privada, esforço e diversão. Ou seja, para ter **mais bem-estar** (MH10).

(08) Nesta edição estão **14 páginas** para você reforçar essa ideia e sair bem na foto. Mas antes de curtir as **126**

**soluções e produtos** do Especial (pág. 90), dê uma olhadinha por que ele é **tão importante** na sua vida.

De outra parte, o lugar da qualidade pode ser efetivado pelo uso de termos como: apenas, somente, principalmente, o maior, o menor, único, raro, insubstituível, original, extraordinário. Esse lugar valoriza o que é precário, diferente. O difícil é melhor do que o fácil, o novo é superior ao que é normal, corriqueiro. Nos exemplos a seguir (09) e (10), ele aparece conjugado ao lugar da ordem.

(09) Subir na vida está mais **difícil**: para estar em **primeiro lugar** é preciso **melhorar** o visual (MH08).

(10) Acha que só boas ideias sustentam uma **promoção**? Um tapa na fachada **umenta suas chances** (MH08).

O lugar da unidade, em alternativa, agrupa o uso de construções que demonstrem a superioridade da causa sobre o efeito, do anterior sobre o posterior. Pelo uso desse lugar, busca-se afirmar que o antigo é melhor que o novo. Usa-se, também, o recurso ao argumento de autoridade, como nos exemplos (11) e (12).

(11) **Cientistas do Laboratório de Neurociência do Instituto Nacional sobre Envelhecimento dos Estados Unidos** foram estudar mais uma vez o que muita gente sabe: fazer exercícios turbinam a habilidade de pensar (MH04).

(12) Nossa missão é esta: provar que é possível estar no controle, que viver melhor é fácil. A gente tem bala na agulha: nossas reportagens, por mais leves e divertidas que sejam, sempre possuem uma **base científica – pesquisas de centros internacionais e nacionais, fontes autorizadas**, enquetes com leitores.... É com esse manancial de **informações avalizadas** que mostramos caminhos para você sair da sua zona de conforto, transformar sua vida (MH03).

O *ethos* mostra-se, assim, a serviço de um projeto de influência do Eu sobre o Outro; e a utilização dos lugares é um recurso estratégico para provocar a adesão desse outro. Um texto pode fundamentar sua argumentação em mais de um lugar, mas é possível determinar um lugar predominante. E essa escolha irá intervir na formação do *ethos*. A credibilidade do discurso não se faz, portanto, apenas pelo conteúdo informacional do que se diz, mas também pela postura do orador e por sua relação com o auditório. Como o *ethos* é mais mostrado do que dito, o uso desses indicadores não é

categórico. Antes, a combinação de fatores é que irá favorecer a formação da imagem pretendida.

#### 4 Considerações finais

O discurso, por seu aspecto dialógico, possui, como qualidade intrínseca, a capacidade de influenciar o outro, de agir sobre ele (CHARAUDEAU, 2009). Essa influência no outro se manifesta pela orientação dos diferentes modos de ver e de pensar o mundo. Em Aristóteles, encontramos a orientação de que o orador deve ser: (a) sincero (*arété*) – sem dissimular; (b) simpático (*eunóia*) – disposto a ajudar; e (c) sensato (*phronésis*) – capaz de dar conselhos razoáveis. Ele deve construir uma imagem de si (*ethos*) que favoreça a “adesão dos espíritos”. Pela análise do *ethos* é possível elucidar vias pelas quais se estabelecem os sentidos na troca linguageira.

Existem muitas maneiras de se analisar o *ethos*, e, normalmente, é um conjunto de fatores de ordem vária que irá compor sua construção. Esta pesquisa, inscrita na corrente de análise do discurso de linha semiolinguística (CHARAUDEAU, 2009; 2010; 2013), deteve-se no estudo do fenômeno do *ethos* a partir da análise de uma dessas estratégias discursivas: o uso dos lugares retóricos.

No caso em estudo, as Cartas do Editor, trabalhamos com estratégias referentes ao uso dos lugares e inferíveis por meio do uso de marcas enunciativas. A construção da imagem de si pode ser elaborada por meio da valorização dos lugares retóricos da quantidade, da qualidade e da unidade. A escolha dos lugares consiste em um tipo específico de estratégia que assume uma finalidade argumentativa: levar o auditório a atribuir um juízo de valor positivo ao conteúdo do texto, por meio da construção de uma imagem que induza o outro à ação. Um espaço de interlocução com o leitor é conseguido por meio da utilização de argumentos baseados em determinados lugares, e esse uso contribui para a formação de uma imagem de cumplicidade entre enunciador e enunciatário.

Trabalhou-se com a hipótese de que existe a construção de um percurso cujo objetivo é levar à identificação do enunciatário com aquilo que é proposto pelo enunciador. O leitor é colocado na posição de co-enunciador do texto a partir da incorporação dos valores veiculados. A adesão do outro seria buscada pelo alinhamento entre o *ethos* do enunciador e o *ethos* do enunciatário criada pelo enunciador.

Charaudeau (2009) considera o ato de linguagem uma expedição e uma aventura. Expedição por demandar, do EUc, o uso de estratégias – disponíveis no conjunto de suas

competências, mas, por outro lado, passíveis de restrições –, e de contratos, que pressupõem um acordo sobre as práticas languageiras. É, também, uma aventura, pois a encenação, mesmo que bem planejada pelo EUc, pode, ainda assim, ser interpretada pelo TUi de maneira diversa da esperada. Espera-se que o trabalho de análise realizado sobre o uso dos lugares retóricos possa contribuir para que, no percurso dessa expedição, a aventura seja proveitosa.

## Referências

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2011.

ARISTÓTELES. *Tópicos: dos argumentos sofísticos*. Seleção de textos: José Américo Motta Pessanha. Tradução: Leonel Vallandro ;Gerd Bornheim. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Versão inglesa de W.A. Pickard).

\_\_\_\_\_. *Arte retórica e arte poética*. Tradução: A. P. de Carvalho 17. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

\_\_\_\_\_. *Tópicos*. Edição: W. D. Ross. Elaboração: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa et al. Revisão: Levi Coutinho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007. (Oxford classical texts).

BARTHES, Roland. L'ancienne rhétorique [Aide-mémoire]. *Communications*, v. 16, n.1, 1970, p. 172-223. Recherches rhétoriques. Disponível em: <[http://www.persee.fr/doc/comm\\_0588-8018\\_1970\\_num\\_16\\_1\\_1236](http://www.persee.fr/doc/comm_0588-8018_1970_num_16_1_1236)>. Acesso em 25 abr. 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso entre a ação e a comunicação*. Références à compléter, 2002, consulté sur le site de Patrick Charaudeau – Livres, articles, publications. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/O-discours-entre-a-acao-e-a.html>>. Acesso em 9 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Tradução: Ângela M. S. Corrêa; Ida Lúcia Machado. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. *Discurso das mídias*. Tradução: Ângela M. S. Corrêa. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. *O discurso político*. Tradução: Fabiana Komesu; Dilson Ferreira da Cruz. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

\_\_\_\_\_. MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. Tradução: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

FIORIN, José Luiz. Argumentação e discurso. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 53-70, jan.-jul. 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 11-29.

\_\_\_\_\_. *Ethos*, cenografia e incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. *Análise de textos de comunicação*. 6. ed. ampl. Tradução: Cecília P. de Souza-e-Silva; Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2013.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, Kellen. Em pauta o conceito de *ethos*: a movência do conceito da retórica aristotélica à sua ressignificação no campo da análise do discurso por Dominique Maingueneau. *Revista SIGNUM: Estud. Ling.*, Londrina, v. 11, n. 2, p. 195-206, dez. 2008.

## ARGUMENTAÇÃO PATÊMICA POR MEIO DE PERÍODOS HIPOTÉTICOS EM CARTAS DE AMEAÇA DE MORTE

Lúcia Helena Martins Gouvêa (UFRJ)

Welton Pereira e Silva (UFRJ)

**Resumo:** O presente capítulo objetiva analisar a argumentação patêmica efetuada por meio de períodos hipotéticos iniciados pelo operador argumentativo **se** em quatro cartas de ameaça de morte. Para cumprir-se o objetivo proposto, a análise será embasada nos postulados da Teoria Semiolinguística do Discurso (CHARAUDEAU, 2010; 2012), na Semântica Argumentativa, de Ducrot (1989), bem como no recente artigo de Gouvêa (2017). Vale destacar que o trabalho terá um caráter de interface, na medida em que se baseará em algumas pesquisas desenvolvidas no âmbito da Sintaxe Funcionalista, pesquisas concernentes às orações condicionais. As análises aqui empreendidas fazem parte de uma pesquisa maior que está sendo desenvolvida em nível de doutorado<sup>1</sup> no CIAD-Rio.

**Palavras-chave:** argumentação patêmica; período hipotético; carta de ameaça.

---

<sup>1</sup> A pesquisa conta com o apoio da Capes. Processo PROEX – 0487.

**Résumé:** Ce chapitre a pour objectif d'analyser l'argumentation pathémique mise en oeuvre par l'emploi de propositions subordonnées circonstancielles d'hypothèse introduites par l'opérateur argumentatif *si* dans quatre lettres de menaces de mort. Pour ce faire, cette analyse sera fondée sur les postulats de la théorie Sémiolinguistique de l'Analyse du discours (CHARAUDEAU, 2010, 2012), sur la Sémantique Argumentative de Ducrot (1989), ainsi que sur un essai publié récemment par Gouvêa (2017). Il faut souligner que ce travail se présente comme une sorte d'interface, par le fait d'être fondé sur certains travaux de recherche du domaine de la Syntaxe fonctionnelle portant sur les propositions subordonnées circonstancielles d'hypothèse. Les résultats de ces analyses se rattachent à un projet de recherche de doctorat développé au sein du CIAD-Rio.

**Mots-clé:** argumentation pathémique; proposition exprimant l'hypothèse; lettre de menaces.

## 1 Introdução

No presente capítulo, serão apresentadas partes de uma pesquisa que se desenvolve em nível de doutorado no CIAD-Rio. Abordaremos a forma como os períodos hipotéticos

iniciados pelo operador argumentativo **se** são recorrentes no discurso dos sujeitos enunciadore de cartas de ameaça de morte. Este uso refere-se justamente à ameaça efetuada contra o sujeito destinatário da carta, o que configura argumentos patêmicos que serão categorizados com base na nomenclatura proposta por Gouvêa (2017).

Assim, na primeira parte deste capítulo, apresentaremos algumas noções relacionadas ao morfema **se**, tanto no interior das correntes funcionalistas quanto no das enunciativas. Posteriormente, discorreremos acerca da patemização no discurso, ou seja, a forma como certos discursos apresentam a possibilidade de despertar determinadas emoções no interlocutor. Na terceira parte, faremos a análise de quatro cartas de ameaça de morte, tendo sido, duas delas, escritas por sujeitos que se posicionam como criminosos, e (as outras) duas escritas por sujeitos que não se posicionam assim.

Buscaremos observar se os sujeitos enunciadore das cartas de ameaça de morte aqui analisadas fazem uso do período hipotético iniciado com o operador argumentativo **se** para deixar claro que uma suposta consequência poderá ocorrer, caso suas exigências não sejam atendidas. Foi levantada a hipótese de que os sujeitos enunciadore dos textos em análise fariam uso da *dedução condicional*



(CHARAUDEAU, 2012) como uma ameaça, visando a deixar claro que, caso o destinatário não fizesse o que fosse solicitado, haveria uma possível consequência, sanção, a saber: sua morte. Assim, a estrutura se x, y, que aparece em nosso *corpus* como equivalente a se x, então y, constituiria uma estratégia argumentativa produtiva nas cartas de ameaça.

Esta pesquisa, portanto, dado seu caráter interdisciplinar, poderá servir para uma melhor descrição e compreensão acerca do valor argumentativo do período hipotético em língua portuguesa, bem como para um conhecimento mais apurado acerca da natureza do crime de ameaça. Pelo fato de estarmos trabalhando com uma ação que, eventualmente, pode ser considerada um crime, estamos, também, no escopo da Linguística Forense.

## 2 Pressupostos teóricos

### 2.1 A partícula condicional **se** como um operador argumentativo

A primeira oração em um período hipotético iniciado por **se**, chamada de oração condicional na tradição gramatical, é aquela que expressa valor de condição e/ou hipótese, sendo assim definida de acordo com o posicionamento funcionalista:

No âmbito das chamadas orações subordinadas adverbiais, consideram-se como condicionais as estruturas que têm valor de advérbio, exercem a função sintática de adjunto adverbial, veiculam o conteúdo semântico ou a circunstância de condição e admitem tanto a forma desenvolvida quanto a reduzida (FERREIRA; RODRIGUES, p. 101).

Ainda segundo Ferreira e Rodrigues (2016), tais orações são introduzidas, normalmente, por conjunções do tipo *se, caso, contanto que, salvo se, sem que, dado que, desde que, exceto se*, dentre outras possibilidades. Essas partículas gramaticais mencionadas serão entendidas, neste trabalho, como operadores argumentativos, no sentido dado por Ducrot (1989).

Além de expressarem valor de condição, semanticamente, as estruturas condicionais implicam uma relação de causa entre a prótase e a apódose, conforme atesta Hirata-Vale (2008). Para fins de esclarecimento terminológico, em uma construção condicional do tipo se x, então y, x equivale à prótase, a oração condicionante, e y, à apódose, a oração condicionada (MOURA NEVES, 2000).

Optamos por focar nossa análise apenas no operador argumentativo **se**, entendido pela literatura em sintaxe funcionalista como uma conjunção de alta produtividade em

construções com valor condicional. Dessa forma, daremos enfoque ao valor argumentativo evocado por essa partícula, que, conforme já foi salientado, será entendida como um *operador argumentativo*.

De acordo com Ducrot (1989), ao postular a existência do que ele chama de operadores argumentativos, a argumentação está inscrita na própria língua. Ou seja, o sistema linguístico fornece as ferramentas necessárias para que o locutor oriente sua argumentação para determinados fins. Fala-se, então, em uma orientação argumentativa. Entre as ferramentas fornecidas pelo sistema gramatical da língua, situam-se os operadores argumentativos que, segundo Koch (2007, p. 30), designam “certos elementos da gramática de uma língua que têm por função indicar (“mostrar”) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam”.

Gouvêa (2006) vai um pouco além e afirma que, na verdade, os operadores argumentativos, enquanto partículas linguísticas, acabam por conduzir o enunciado ao plano discursivo, na medida em que revelam a intencionalidade argumentativa do enunciado e, por conseguinte, a do sujeito enunciadador:

[...] os operadores argumentativos pertencem à língua, já que são marcas linguísticas; por outro lado, ao revelarem a intenção argumentativa do enunciado, constituem-se em marcas da enunciação. Sendo marcas da enunciação, pertencem ao discurso, uma vez que discurso é a ação verbal dotada de intencionalidade (componente da enunciação). Assim, na condição de marcas linguísticas e marcas discursivas, esses articuladores constituem uma ponte entre a língua e o discurso (GOUVÊA, 2006, p. 111).

Em língua portuguesa, são operadores argumentativos algumas preposições, conjunções e advérbios como “até”, “mas”, “porém”, “também”, “pouco”, “mais que”, “se”, “então” etc. Neste trabalho, especificamente, estamos nos debruçando sobre os usos do operador argumentativo **se** em cartas de ameaça de morte. Na tradição linguística, esse operador argumentativo é tido como a principal conjunção condicional, conforme ensina Leão:

Se, conjunção condicional por excelência, inicia os “períodos hipotéticos”, assim chamados graças a uma restrição do sentido do epíteto. Justifica-se tal restrição? Parece-nos que sim. Em primeiro lugar, é nas estruturas de frase iniciadas por **se** que melhor se evidencia a relação lógica entre os dois fatos. Depois, ao passo que as outras conjunções excetuam um fato hipotético ou

exprimem aquilo que se exige como condição, ou acentuam a contingência da hipótese, se exprime a hipótese pura e simplesmente. A prova é que, quando precisamos explicar qualquer dos giros que impliquem uma ideia de condição, usamos como “identificador” um período iniciado por *se* (LEÃO, 1961, p. 72).

Graças a essa relação lógica entre dois fatos, evidenciada pelo operador argumentativo *se*, essa partícula apresenta um alto valor argumentativo, tal como explica Hirata-Vale (2008). Ou seja, as orações condicionais iniciadas por *se* são, em português, uma escolha que reforça o valor argumentativo do enunciado. No caso do presente estudo, tais períodos hipotéticos iniciados por *se* são relacionados à intenção de ameaçar, que, conforme atesta o Código Penal Brasileiro, em seu artigo 147, pode consistir-se em um crime.

Observamos em trabalho anterior (SILVA, 2016) que, em discursos oriundos de crimes via telefone, nomeadamente o golpe do falso sequestro e o golpe da recarga premiada, há uma constante utilização de períodos hipotéticos do tipo se x, então y, que se configuram como ameaças. Dando continuidade à abordagem das estratégias utilizadas em discursos passíveis de criminalização, portanto, focar-nos-emos, no presente trabalho, sobre o uso que os sujeitos enunciadorez fazem da construção condicional em cartas de ameaça de morte.

Conforme atesta a tradição linguística, tanto os estudos na corrente funcionalista (ou correntes funcionalistas), quanto os efetuados no âmbito da análise do discurso levam em conta a língua utilizada em situação real, por falantes reais, ou seja, o discurso propriamente dito. Abordagens que buscam relacionar os conhecimentos obtidos por essas duas vias epistemológicas de análise linguística, portanto, devem ser incentivadas, visando a um melhor entendimento dos fenômenos que se procuram explicar.

Além de unir diferentes correntes teóricas diferentes, vale saber, o Funcionalismo, a Semântica Argumentativa e a Análise do Discurso Semiolinguística, o presente trabalho também se vincula a uma área da Linguística Aplicada surgida recentemente: a Linguística Forense. De acordo com Olsson (2007), a Linguística Forense pode ser entendida como a aplicação do conhecimento linguístico à resolução de problemas jurídicos. Em sentido mais amplo, atribui-se à Linguística Forense os estudos dos textos jurídicos, bem como a interação efetuada no interior de práticas judiciais. A adesão de nossa pesquisa a essa área se justifica pelo fato de nosso objeto de estudo – cartas de ameaça –, por vezes, ser considerado como prova em investigações policiais.

## 2.2 Patemização e argumentação

No presente estudo, abordaremos a forma como a construção condicional **se x, então y** – que aparece, em nosso *corpus*, sob o formato **se x, y** – é utilizada argumentativamente por sujeitos enunciadorees em cartas de ameaça de morte de modo a persuadir seu interlocutor. Estamos, portanto, debruçando-nos sobre o estudo de usos linguísticos capazes de despertar determinadas emoções relacionadas ao medo no sujeito interpretante, o interlocutor do enunciado. Quando falamos em discursos capazes de despertar alguma emoção, falamos em *pathos*, noção advinda da retórica aristotélica e adaptada recentemente por diversos pesquisadores vinculados à análise do discurso, principalmente de tradição francesa, tais como Plantin (2010) e Charaudeau (2010).

Desde Aristóteles (2005), é entendido que certos argumentos podem levar o interlocutor a experienciar determinadas emoções, ou paixões, de onde provém o termo *patêmico*, utilizado por Patrick Charaudeau para se referir a esse tipo de argumento. É necessário salientar, no entanto, que a emoção supostamente despertada no interlocutor é uma possibilidade, nunca uma certeza, já que, conforme Charaudeau (2010):

A análise do discurso não pode se interessar pela emoção como realidade manifesta, vivenciada por um sujeito. Ela não possui os meios metodológicos. Em contrapartida, ela pode tentar estudar o processo discursivo pelo qual a emoção pode ser estabelecida, ou seja, tratá-la como um *efeito visado* (ou *suposto*), sem nunca ter a garantia sobre o *efeito produzido* (CHARAUDEAU, 2010, p. 34).

Assim, em trabalhos de análise do discurso, como este, o analista é capaz de descrever e analisar as estratégias argumentativas levadas a cabo pelo sujeito enunciadoree que visa a fazer seu interlocutor experienciar determinada emoção. Os limites epistemológicos e metodológicos da análise do discurso, no entanto, não permitem ao analista saber se o sujeito alvo da argumentação realmente experienciou tal emoção. Na verdade, nem mesmo as neurociências atingem de forma satisfatória este resultado.

Além disso, o despertar, ou não, de determinadas emoções no interlocutor dependerá dos imaginários sociodiscursivos compartilhados entre os sujeitos que participam da situação de comunicação. Ainda de acordo com Charaudeau:

i) as crenças são constituídas por um saber polarizado em torno de valores socialmente compartilhados; ii) o sujeito mobiliza uma, ou várias, das redes inferenciais propostas pelos universos de crença disponíveis na situação onde ele se encontra, o que é susceptível de desencadear nele um estado emocional; iii) o desencadeamento do estado emocional (ou a sua ausência) o coloca em contato com uma sanção social que culminará em julgamentos diversos de ordem psicológica ou moral (CHARAUDEAU, 2010, p. 30).

Vale dizer, nas cartas aqui analisadas, caso o interlocutor compartilhe das crenças e dos conhecimentos acerca do alto índice de violência na sociedade brasileira, por exemplo, os argumentos patêmicos utilizados pelo enunciador podem levá-lo a experimentar sentimentos relacionados ao medo, ao terror. É importante frisar que, para Charaudeau (2010), o discurso patemizante somente será possível caso ele se inscreva em um dispositivo comunicativo propício a isso, como é o caso da situação de comunicação aqui analisada: as cartas de ameaça de morte.

Assim, conforme veremos, o efeito visado pelo enunciador que utilizará, sobretudo, as estratégias patêmicas *palavras, expressões e enunciados que designam calamidade e expressões modalizadoras*, conforme veremos no próximo

item, é o de despertar emoções relativas ao medo, ao terror, no interlocutor.

Gouvêa (2017) considera que palavras que designam desastres naturais ou sociais possuem, por si, alto teor patêmico. Esses sentidos já possivelmente patemizantes, somados a questões relativas ao propósito comunicativo da situação de comunicação, como relatos de catástrofes, assassinato, terrorismo, ameaças, são entendidos, portanto, como uma estratégia de patemização.

De igual modo, a depender do contexto comunicativo, alguns modalizadores podem dizer respeito a uma estratégia patemizante. É o caso, por exemplo, da partícula **se** com valor de condição em uma ameaça. Afinal, esse operador argumentativo instaura um sentido de hipótese, alertando o destinatário do enunciado a um possível mal, uma consequência que poderá ocorrer caso o pedido expresso pela oração condicionante não seja atendido.

Esses usos serão mais bem descritos e analisados no próximo item.

### 3 Análise do *corpus*

O *corpus* de análise do presente capítulo é composto por quatro cartas de ameaça disponibilizadas em matérias jornalísticas na internet. Para a composição do *corpus*, recolhemos apenas as cartas publicadas como fotografia das cartas originais, de modo que poderíamos ter maior segurança a respeito do conteúdo discursivo realmente produzido pelos sujeitos que ameaçam.

A transcrição da carta por parte da instância jornalística, quando existia, portanto, não foi levada em conta. A partir da fotografia da carta original, realizamos a transcrição de modo a otimizar a análise, entretanto, determinadas idiosincrasias linguísticas e ortográficas foram mantidas para que a transcrição fosse o mais fiel possível ao texto original.

A amostra aqui descrita e analisada corresponde a apenas uma pequena parte do *corpus* original, que está sendo abordado em pesquisa de doutorado e que conta com cinquenta cartas de ameaça. Esse *corpus* foi dividido em dois grupos: vinte e cinco cartas escritas por sujeitos que se posicionam como criminosos; e vinte e cinco cartas escritas por sujeitos que não se posicionam assim em seu discurso. Para este trabalho, selecionamos duas cartas pertencentes ao

primeiro grupo e duas pertencentes ao segundo. Em cada uma delas, apareceu uma ameaça construída a partir de uma estrutura condicional do tipo **se x, y**.

A análise foi efetuada levando-se em conta tanto questões de natureza linguística (operadores argumentativos, construção oracional, léxico e estratégias argumentativas), quanto questões de natureza extralinguística (imaginários sociodiscursivos, visada patemizante, finalidade e contrato de comunicação).

Primeiramente, apresentaremos os textos na íntegra e, em seguida, analisaremos os enunciados realizados a partir dos períodos hipotéticos iniciados pelo operador argumentativo **se**, objeto de análise do presente estudo.

#### Texto I:

ALMIRANTE TAMANDARÉ, 18 DE ABRIL DE 2011  
SRA ANGELA SIQUEIRA  
XXXXDX  
VAMOS DIRETO AO ASSUNTO, AVISE SEU QUERIDO MARIDO QUE DESISTA DA IDÉIA DE SER CANDIDATO A PREFEITO. NÃO ESTAMOS BRINCANDO, POR ENQUANTO ESTAMOS SÔ AVISANDO, ESTAMOS DANDO UMA OPÇÃO DE ESCOLHA; VCS TEM FILHOS, CUIDADO. O QUE VALE MAIS, A VIDA DO DINEI OU A PREFEITURA? **SE** ESSA



CARTA FOR DIVULGADA, ou DENUNCIADA, JÁ ENCOMENDA O FUNERAL. O PODER É UMA DROGA, E VCS JÁ ESTÃO VICIADOS, ESSA È A PRIMEIRA DE UMA SERIE DELAS, denúncias, panfletos, e ameaças, GUERRA È GERRA. ESTAMOS MANDANDO CÔPIA PARA A CAMARA, DASA DO DINEI E PRA SRA; “PRIMEIRA DAMA, OU VIUVA.

O texto acima, contendo localidade e data, foi encaminhado à família de um vereador, solicitando que o político desistisse de sua candidatura. Pertence ao conjunto de textos escritos por sujeitos que não se identificam, em seu discurso, como criminosos. Abaixo, destacamos o enunciado produzido a partir da construção condicional:

a) **SE** ESSA CARTA FOR DIVULGADA, ou DENUNCIADA, JÁ ENCOMENDA O FUNERAL (texto 1, não criminosos).

No enunciado acima, notamos, a princípio, que a ameaça se pauta em uma relação lógica de causa e consequência implicada pelo uso do operador argumentativo condicional **se**. A ameaça segue o padrão anteriormente descrito, já que foi elaborada a partir de uma construção condicional do tipo se x, y, sendo a prótase a oração condicionante “**se** essa carta for

divulgada ou denunciada”, e a apódose a oração condicionada “já encomenda o funeral”.

Assim, embora não traga explicitamente o advérbio “então”, a construção deixa claro seu valor pragmático que evoca uma relação de causa e consequência, mesmo que hipotética. A oração condicional iniciada pelo operador argumentativo **se** funciona como uma estratégia patemizante, já que instaura o valor de condição que, se não cumprida, acarretará uma consequência. Estamos, portanto, diante do uso da estratégia patemizante descrita por Gouvêa (2017) como uso de *expressões modalizadoras* que, possivelmente, despertaria o sentimento de medo no interlocutor.

A menção ao fato de o destinatário da carta vir a encomendar o funeral, por sua vez, funciona como uma ameaça velada, um uso eufemístico, mas que representa o assassinato de alguém, o que, novamente, poderia despertar o sentimento de medo. Entendemos, portanto, que, nesta oração condicionada, estamos diante da estratégia patêmica *palavras, expressões e enunciados que designam calamidade*. No caso, “funeral” e todo o campo semântico evocado por esse item lexical.



Em outra carta de ameaça de morte, encontramos uma situação parecida. É importante reiterar que a transcrição procurou ser o mais fiel possível ao texto original:

**Texto II:**

Renato Rainha,  
Vc e o manoelsinho estão mandando descontar indevidamente dos PMs e BMs a indenização de transporte de 20 anos ou mais.  
Vou lhe dar um aviso: Sou da inteligência da PM e já te como certos militares já prontos pra mata vc e o manoelsinho.  
**Se** até dezembro vcs não resolverem a situação vocês irão pro inferno.  
Quero ver vc e ele com uma 12 nas suas caras e quero ver vocês cagarem de medo.  
Não e ameaça. É uma realidade. Vocês vão morrer.  
Vocês não verão o Natal deste ano (lateral direita)  
(Ininteligível) de filhos da puta (lateral esquerda)

A carta acima, datada de 2011, foi motivada pelo fato de o Tribunal de Contas do Distrito Federal determinar a devolução de um benefício pago a militares. Notamos, novamente, a ameaça realizada através da construção condicional:

b) **Se** até dezembro vcs não resolverem a situação vocês irão pro inferno (texto 2, não criminosos).

Neste enunciado, ao invés de um eufemismo para o assassinato, encontramos uma metáfora relacionada aos imaginários sociodiscursivos atrelados à religiosidade, nomeadamente, ao catolicismo. Novamente, a ameaça é pautada sobre uma relação lógica implicada pelo uso da oração condicional que acarreta uma consequência: o assassinato, representado pela locução “irão pro inferno”. Neste contexto, “ir para o inferno” substitui semanticamente outra expressão que remeteria à consequência do fato de a solução solicitada não ser realizada no prazo determinado, no caso, a morte de alguém.

Estamos, portanto, novamente diante do uso da estratégia patemizante *expressões modalizadoras*, na oração condicionante “**Se** até dezembro vcs não resolverem a situação”, e do uso da estratégia patemizante *palavras, expressões e enunciados que designam calamidade*, na oração condicionada “vocês irão pro inferno”, ambas podendo levar a vítima a experienciar sentimentos relacionados ao medo, ao terror. A apódose, a oração condicionada, é apenas compreendida como uma ameaça propriamente dita, um mal que acometerá o interlocutor, se este levar em conta a prótase, a condição que deverá ser atendida. Dessa forma, fica

comprovado o valor argumentativo do período hipotético iniciado por **se**, que implica hipótese.

Iremos analisar, agora, as cartas escritas por sujeitos que se posicionam como criminosos:

### Texto III:

Calunga você precisa cala a sua boca porque vocês são três vereadores contra nove mais dois são os maiores **se** você continua insistir com essas palhaçadas de denuncia você não será diplomado e sim eliminado você lembra do toninho do pt e o celso daniel? você sabe onde ele esta a turma do bem esta de olho em você juizes e promotores tem como sobreviver em outras cidades você não otário peço para não fazer passata para insentivar mais o porocesso contra a força da maquina joga o jogo certo e continue numa boa você sabe que o oficial não que encontrar nossos padrões e você insisti deixa a justiça desse municipio que resolva o problema e saia fora dessa e pq eu quero o meu salário como todos vocês estou preso mais tenho família que precisa de comida ai fora

respeita a força maior

ass ++++++

A carta acima, supostamente escrita por um presidiário, foi endereçada a um vereador de Cotia, no ano de 2008. Nela, notamos a ameaça explícita, também realizada através do período hipotético iniciado pelo operador argumentativo **se**:

c) **se** você continua insistir com essas palhaçadas de denuncia você não será diplomado e sim eliminado (texto 3, criminosos).

O enunciado c, também constituído pela construção se x, y, acrescida, ainda, de uma oração restritiva (retificadora) – “e sim eliminado<sup>2</sup>” –, apresenta uma alternativa para a palavra “assassinado”. Observamos, no entanto, que não foi feito uso de figuras de linguagem, mas apenas uma escolha lexical que, em uma relação paradigmática, poderia substituir, sem maiores problemas semânticos, o termo “assassinado”, já que, naquele contexto, “eliminado” apresenta de forma satisfatória o sentido desejado.

Dada a situação de comunicação – uma carta de ameaça supostamente escrita por um presidiário –, é notório que a escolha pelo item lexical “eliminado” em vez de “morto” ou

<sup>2</sup> Neste enunciado, o “e” apresenta valor semântico de “mas”. O “mas”, porém, neste contexto, equivale a uma retificação: “você não será diplomado, **mas** sim eliminado”.

“assassinado” apresenta um alto valor axiológico. Esse item lexical pode ser entendido como mais contundente, logo, mais patêmico, já que o verbo “eliminar” pressupõe o ato de “fazer desaparecer”. Dadas as inferências concernentes a esse uso, portanto, consideramos estar diante de outro uso da estratégia *palavras, expressões e enunciados que designam calamidade*. De igual modo, visto que todo o encadeamento lógico-semântico se pautou sobre a condição expressa pelo operador argumentativo **se**, o enunciador valeu-se, através da oração condicionante, da estratégia *expressões modalizadoras*. Novamente, estamos diante de estratégias patêmicas capazes de despertar o sentimento de medo no destinatário da carta.

Passemos agora para a análise do último texto que compõe o nosso *corpus*:

#### Texto IV:

Araguaina – TO 04 de Outubro de 2013

Aí seu Wanderlan eu Ademir estou ti dando esse prazo ate segunda-feira para resolver minha situação por que só morreu 2 mais **se** você não mandar eu para o prédio eu vou começar uma greve de fome segunda-feira daí e que vai morrer de com força

E segunda vai mais uns presunto ok. Se não vai ser aquilo tudo

Ass: Ademir

Quero a resposta até mais tarde.

A escolha e sua. Ok..

Aguardo resposta

Ass. 1533

A carta acima, datada de 2013, foi encontrada em uma cela em Araguaina, tendo sido, supostamente, escrita por um condenado por latrocínio. A carta foi endereçada ao diretor do presídio e, nela, o sujeito enunciador faz uso do seguinte enunciado, que se configura, também, em uma ameaça:

d) **se** você não mandar eu para o prédio eu vou começar uma greve de fome segunda-feira daí e que vai morrer de com força (texto 4, criminosos)

Novamente, encontramos a ameaça construída a partir de uma relação de causa e consequência. Através da prótase, o sujeito enunciador lançou mão da estratégia patemizante *expressões modalizadoras*, já que o operador argumentativo **se**

inicia a oração condicionante. A utilização da estratégia patêmica *palavras, expressões e enunciados que designam calamidade*, por sua vez, é assegurada pela expressão “morrer de com força”, inserida pela oração aditiva, sendo o verbo “morrer” reforçado pela locução adverbial de intensidade “de com força”, de uso notadamente coloquial. No caso de o projeto de fala ter sido bem-sucedido, o destinatário da carta poderia experimentar sentimentos relativos ao medo, caso acreditasse nos argumentos do sujeito enunciatador.

É importante frisar que todos os enunciados analisados até aqui foram construídos a partir da *enunciação da expressão patêmica* que, segundo Charaudeau (2010), é obtida através da utilização da modalidade elocutiva (inserção do “eu” no projeto de fala) e da modalidade alocutiva (inserção do “tu” no projeto de fala). Isso se deve ao fato de estarmos analisando cartas e, portanto, a todo instante, o locutor procura implicar o interlocutor em seu discurso.

Observamos, por conseguinte, que o período hipotético iniciado por *se* apresenta alto valor argumentativo, já que o mal que poderá acontecer ao sujeito alvo da ameaça está dependente da condição expressa na oração condicionante. Essa característica das orações condicionais já havia sido descrita por Leão, que afirma que:

O período hipotético usa-se com os mais diferentes propósitos comunicativos e expressivos. Com ele apresentam-se argumentos de um raciocínio, prova-se ou refuta-se uma afirmação, acentua-se a oposição entre dois fatos ou dois seres, evidencia-se a coexistência de duas situações, supõe-se uma premissa e dela se tiram consequências (LEÃO, 1961, p. 74).

Desse modo, tal configuração sintática, somada ao todo semântico e pragmático do enunciado que se configura no uso das estratégias patêmicas *expressões modalizadoras e palavras, expressões e enunciados que designam calamidade*, parece ser um uso comum nas cartas de ameaça, já que a principal finalidade dessa situação de comunicação é fazer com que o interlocutor experimente sentimentos relacionados ao temor, ao medo. Caso sejam despertadas essas emoções, ou emoções similares, no sujeito interpretante, é mais provável que as exigências do sujeito comunicante, o redator da carta, sejam atendidas.

Assim, observamos que, no *corpus* analisado, a prótase, a oração condicionante, corresponde sempre ao uso da estratégia patemizante *expressões modalizadoras*, enquanto que a apódose, a oração condicionada, veicula a estratégia *palavras, expressões e enunciados que designam calamidade*.

#### 4 Considerações Finais

Se observados, na íntegra, os textos das quatro cartas que nos propomos a analisar apresentam diversas estratégias patêmicas. Nosso recorte, no entanto, deu-se sobre as ameaças construídas a partir das construções condicionais iniciadas pelo operador argumentativo **se**. Como pôde ser observado, os períodos hipotéticos do tipo se x, y, semanticamente equivalentes a se x, então y, parecem ser uma construção sintática bastante recorrente no que concerne a ameaças.

De igual modo, notamos que as estratégias patêmicas classificadas como *expressões modalizadoras* e *palavras, expressões e enunciados que designam calamidade* também se apresentam como escolhas estratégicas eficientes no que concerne à *visada de captação*, sendo esta a tentativa, por parte do sujeito comunicante, de levar o interlocutor a sentir medo, temor.

Na medida em que o dispositivo comunicativo instaurado diz respeito a uma situação de comunicação já propícia ao despertar de emoções relativas ao medo, já que estamos analisando cartas de ameaça de morte, tais escolhas estratégicas mostram-se coerentes. Acreditamos que nosso

trabalho sirva para demonstrar que os períodos hipotéticos iniciados pelo operador argumentativo **se**, bem como as estratégias patêmicas acima mencionadas, são formas linguísticas utilizadas por sujeitos que buscam ameaçar o interlocutor.

Estudos da natureza deste trabalho são importantes para o entendimento de práticas sociais desviantes realizadas através da linguagem e do discurso, ou seja, a partir de pesquisas como esta, podemos entender cada vez mais acerca da natureza linguístico-discursiva do crime de ameaça.

## Referências

ARISTÓTELES. *Retórica*, 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

BRASIL. *Código Penal*. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em 20 jun. 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia. *As emoções no discurso*. v. II. Campinas: Mercado das Letras, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2012.

DUCROT, Oswald. Argumentação e *topoi* argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *História e Sentido na Linguagem*. Campinas, Pontes: 1989.

GOUVÊA, Lúcia Helena Martins. Operadores argumentativos: uma ponte entre a língua e o discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecina Lino; SANTOS, Leonor Werneck (Org.). *Estratégias de Leitura: texto e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, v. único, p. 105-116.

GOUVÊA, Lúcia Helena Martins. Um estudo das emoções em crônicas jornalísticas. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 903-937, 2017.

LEÃO, Ângela Vaz. *O período hipotético iniciado por se*. Tese de Doutorado. Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1961.

MOURA NEVES, Maria Helena de. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

OLSSON, John. *Forensic Linguistics*. New York: Continuum, 2008.

PLANTIN, Christian. As razões das emoções. In: *As emoções no discurso*. MENDES, Emília. MACHADO, Ida Lucia (orgs). Volume II. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010 (p. 57-80).

SILVA, Welton Pereira. *A argumentação em crimes via telefone sob a perspectiva da Teoria Semiolinguística*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2016.

## ***ETHOS* E ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICO-DISCURSIVAS EM DEBATES TELEVISIVOS**

Natália Rocha Oliveira (UFRJ / IFRJ)

**Resumo:** Este artigo aborda a construção do *ethos* da ex-presidente Dilma Rousseff durante os debates televisivos das eleições de 2º turno nos anos de 2010 e 2014, respectivamente, contra os candidatos José Serra e Aécio Neves, transmitidos pela Rede Globo. Foi realizada uma análise comparativa entre as imagens discursivas da ex-presidente nessas ocasiões, a fim de verificar se houve modificações ou permanência de seus *ethé*. Além disso, investigaram-se as estratégias linguístico-discursivas oriundas da manipulação no processo de argumentação da candidata. A fundamentação teórica baseou-se, sobretudo, na Teoria Semiolinguística, de Patrick Charaudeau, principalmente no que diz respeito ao Discurso Político e ao *ethos*. Foram também exploradas as contribuições de Van Dijk, no campo da Análise Crítica do Discurso, e seus direcionamentos sobre os recursos linguístico-discursivos empregados no processo de manipulação. Ao final, foi possível verificar que estratégias são mais frequentes no reforço da imagem de si projetada por Dilma Rousseff durante esses debates.



**Palavras-chave:** *ethos*; manipulação discursiva; Dilma Rousseff.

**Résumé:** Cet article s'occupe de la construction de l'*ethos* de l'ancienne présidente Dilma Rousseff pendant les débats télévisés transmis par Rede Globo lors des élections de deuxième tour en 2010 et 2014, contre les candidats José Serra et Aécio Neves respectivement. Une analyse comparative concernant les images discursives de l'ancienne présidente construites le long des deux périodes considérées a été faite à fin de vérifier s'il y a eu modification ou permanence de ses *ethé*. En outre, les stratégies linguistiques et discursives résultantes de la manipulation du processus d'argumentation de la candidate ont été étudiées. La Théorie sémiolinguistique de Patrick Charaudeau a servi de base aux études au sujet du discours politique et de l'*ethos*. Les contributions de van Dijk dans le domaine de l'Analyse critique du discours et ses influences sur les recours linguistiques et discursifs employés dans le processus de manipulation ont été exploitées aussi. À la fin de l'étude, nous avons vérifié que les stratégies sont utilisées d'une façon plus fréquente pour consolider l'image de soi projetée par Dilma Rousseff pendant ces débats.

**Mots-clés:** *ethos*; manipulation discursive; Dilma Rousseff.

## 1 Introdução

Esta análise tem por objetivo demonstrar os resultados da investigação dos *ethé* das estratégias linguístico-discursivas presentes no discurso de Dilma Rousseff durante debates políticos de segundo turno para presidente da República. Buscou-se selecionar os debates com maior índice de audiência que, neste caso, foram veiculados pela Rede Globo de Televisão. O primeiro debate ocorreu no ano de 2010 entre Dilma e José Serra. Já o segundo, de 2014, foi realizado por Dilma em confronto com Aécio Neves.

Como norte desta pesquisa, buscou-se, principalmente, a teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, de Patrick Charaudeau. Contudo, como forma de complementar os estudos, também se elegeu a linha teórica adotada por Teun A. Van Dijk na Análise Crítica do Discurso, especificamente, no que se refere à manipulação discursiva.

Entende-se que, apesar de existirem inúmeras diferenças entre as correntes teóricas escolhidas, a aproximação que aqui se faz entre ambas é absolutamente possível uma vez que os apontamentos sobre a manipulação no discurso, feitos por Van Dijk, dão conta de estratégias detalhadas no plano da cognição, do discurso e do social, áreas

também privilegiadas por Charaudeau em seus estudos. Foi possível, portanto, enxergar nas estratégias de manipulação uma forma de reforço dos *ethé* dos candidatos, já que o discurso político é também manipulador.

A estrutura deste trabalho foi dividida em capítulos de maneira que a leitura, pretende-se, seja fluida. Após esta introdução, segue-se a fundamentação teórica com subcapítulos relacionados aos pressupostos teóricos, a fim de que sejam detalhados os pontos mais relevantes para esta pesquisa.

Em seguida, um capítulo de análise apresenta dados de maneira quantitativa e qualitativa, apontando, parcialmente, os resultados obtidos após a investigação dos *ethé* e das estratégias linguístico-discursivas de Dilma Rousseff.

Por fim, nas considerações finais, a comparação entre os resultados da análise de cada debate permite compreender de que forma as imagens de si da candidata Dilma Rousseff foram construídas linguística e discursivamente.

As referências, seção que encerra este trabalho, detalham o processo de construção teórico-metodológico empregado para a elaboração deste artigo.

## 2 Fundamentação Teórica

### 2.1 O Ato de Linguagem e o Contrato de Comunicação

A linguagem sempre despertou o interesse de inúmeros estudiosos ao longo da história da humanidade. Hoje, é quase consenso que ela é inerente ao ser humano e não uma ferramenta ou mecanismo criado apenas para a comunicação<sup>1</sup>. Diversas são as teorias existentes que se voltam para os estudos da linguagem e essas áreas podem aprofundar isoladamente cada dimensão presente – cognitiva, psicossocial, semiótica, linguística – ou, como será adotado neste trabalho, explorar a intersecção dessas naturezas, que trazem consigo contribuições relevantes para a formação de um panorama mais amplo de análise do discurso. A Semiologia do Discurso, de Patrick Charaudeau, é a área escolhida para nortear esta análise.

Nessa perspectiva, a corrente semiológica define as *Circunstâncias de discurso* como “os saberes supostos que circulam entre os protagonistas da linguagem” (CHARAUDEAU, 2010, p. 44), saberes que envolvem os processos de produção e interpretação do ato de linguagem.

---

<sup>1</sup> Cf. BENVENISTE, E. (2005).

Dessa forma, semelhantemente ao que afirma Benveniste, Charaudeau (2010) define o ato de linguagem como um processo que engloba dois espaços e envolve a projeção de, pelo menos, quatro sujeitos. Em um espaço externo – circuito situacional – os seres sociais, parceiros no ato de linguagem, correspondem ao sujeito comunicante (EUc) e ao sujeito interpretante (TUi). Internamente – no circuito discursivo, espaço onde se realiza a enunciação –, encontram-se os seres de fala, os protagonistas, que se realizam no discurso, chamados de sujeito enunciador (EUe) e sujeito destinatário (TUd).

O EUc do ato de linguagem, para se comunicar, aciona um sujeito enunciador (EUe) que se dirige a um sujeito destinatário (TUd), sendo EUe e TUd entidades idealizadas. Em outros termos, EUc instaura uma “imagem” de si, adequada às circunstâncias do discurso, que possa atender ao seu projeto de intencionalidade<sup>2</sup> diante de TUd.

Essa imagem projetada por EUc corresponde a um sujeito de fala, que só existe inserido na enunciação e que nunca se repete, já que as condições para que um ato de

linguagem ocorra são únicas. Este ser que se mostra a TUd é chamado de EU-enunciador. Num espaço interno, portanto, EUe e TUd são os sujeitos de fala envolvidos no ato de produção-interpretação.

É importante ressaltar que, conforme afirma Charaudeau (2010, p. 44), todo ato de linguagem é uma aposta do sujeito comunicante, pois suas expectativas em relação ao interlocutor podem se confirmar ou não, haja vista que, por trás de TUd, há também um sujeito social, o TUi, que é o responsável por confirmar ou rejeitar a imagem que EUc projetou inicialmente (EUe) e também criar uma representação para si de EUe.

Um ato de linguagem é, pois, um evento que ocorre exatamente na área de intersecção entre os dois espaços da enunciação – interno e externo. Há, ainda, a necessidade de que os sujeitos envolvidos no ato de linguagem respeitem certas restrições presentes em dada situação comunicativa, bem como empreguem estratégias em busca da adesão do outro. Trata-se do conceito de *Contrato de Comunicação*.

Assim, para que um sujeito atinja, efetivamente, seu propósito de comunicação com o outro, ele deverá obedecer a certas restrições que são impostas pelos espaços em que ambos se inserem. As “normas” de convivência em sociedade,

---

<sup>2</sup> O termo *intencionalidade*, utilizado aqui, compreende, além dos objetivos voluntários, as intenções inconscientes e provenientes de uma dada situação psicossociolinguageira.

por exemplo, fazem parte dessas restrições que devem ser conhecidas pelos sujeitos na encenação do ato de linguagem.

Ao mesmo tempo, o sujeito poderá contar com algumas liberdades para selecionar suas *estratégias* de comunicação (CHARAUDEAU, 2007, p. 17 - 18). Essa possibilidade, que é oferecida ao sujeito comunicante, facilita-lhe alcançar êxito diante de seu projeto de intencionalidade, visto que buscará selecionar estratégias que visem à fusão entre as identidades do sujeito destinatário e do sujeito interpretante.

Pode-se afirmar, então, que a produção de um ato de linguagem depende, necessariamente, de uma situação real de troca, de uma intencionalidade e de duas naturezas: uma de rigidez e outra de flexibilidade, que correspondem, respectivamente, aos espaços de restrições e de estratégias. Esse conjunto de elementos relacionados ao ato de linguagem corresponde, pois, ao contrato de comunicação e é, verdadeiramente, o que produz as significações do discurso, a partir da inter-relação entre os espaços interno e externo onde se realiza a *mise-en-scène* discursiva. A organização do projeto de comunicação do sujeito deve partir das escolhas do seu repertório de competências, daí a liberdade de que dispõe, sem deixar de seguir as mínimas restrições necessárias à determinada situação discursiva.

Diante desses processos, que fazem parte da produção do ato de linguagem inserido em um contrato de comunicação, pode-se depreender um modelo de estruturação do ato em três níveis: *situacional*, *comunicacional* e *discursivo* (CHARAUDEAU, 2007).

No nível situacional, encontram-se os fatores relacionados ao espaço externo da enunciação. É também onde se constitui o espaço de restrições do ato de linguagem. A finalidade da comunicação, a identidade dos parceiros, o domínio de saber oriundo da troca linguageira e o reconhecimento do dispositivo correspondente às condições materiais dessa troca são fundamentos determinados pelo nível situacional.

No nível comunicacional, estão inseridas as maneiras de falar ou escrever e a definição dos papéis linguageiros que legitimam o direito à fala dos sujeitos. As escolhas no nível comunicacional estão intimamente relacionadas ao nível situacional e podem revelar a identidade do sujeito, o tratamento concedido à determinada proposição (tema) e sob quais circunstâncias (dispositivo) seu discurso foi orientado.

Por último, no nível discursivo, destaca-se o espaço interno onde se realiza o ato de linguagem. É, portanto, o nível em que se projetam os seres de fala – sujeito enunciador e

sujeito destinatário. Ali, o enunciador se utiliza de recursos linguísticos para pôr em prática um projeto discursivo. Ao selecionar suas palavras, o sujeito deve, pois, equilibrar as restrições do nível situacional e as possibilidades oferecidas pelo nível comunicacional. Isso requer que atenda a condições de *legitimidade* (princípio de alteridade), de *credibilidade* (princípio de pertinência) e de *captação* (princípio de influência e de regulação).

O sucesso da comunicação dentro de um contrato de comunicação implica a exploração da liberdade concedida ao sujeito comunicante no momento da escolha, organização e encenação de seus interesses e faz parte de um conjunto de *estratégias* pertencentes ao contrato de comunicação, que visa a gerar determinados *efeitos de discurso* no TUi, a fim de que ele possa se identificar com o TUD idealizado por EUc.

Essas estratégias, contudo, podem não surtir o efeito desejado pelo EUc. Dessa forma, o TUi, sabendo – em maior ou menor grau de consciência – que está sob a regulação de um contrato de comunicação e sob a influência das estratégias de EUc, tem o direito de aceitar ou rejeitar, total ou parcialmente, sua encenação.

Buscando uma fusão entre TUD e TUi, o EUc tem à sua disposição uma série de estratégias para a composição da

imagem de EUe: a transparência de EUc, a sua ocultação, o desejo de que EUe se apresente como pessoa humilde, etc. Tal escolha é possibilitada pelo nível de credibilidade que há entre os seres sociais e corresponde a uma *legitimação de fala*. Dessa forma, quanto maior o grau de credibilidade do sujeito comunicante perante o sujeito interpretante, maior será a permissão que aquele terá para a criação da imagem de EUe. Essa credibilidade bem como as restrições existentes em um ato de linguagem são sobredeterminadas pela regulação do contrato de comunicação.

## 2.2 O Discurso Político e o *ethos* segundo Charaudeau

O conceito de política apresenta inúmeras definições, mas, de forma geral, é possível reconhecer a importância da ação no âmbito social. Nessa perspectiva, as relações de influência na sociedade passam, necessariamente, pela linguagem, pois ela permite que haja espaços de discussão, de persuasão e de sedução.

O discurso faz parte dessas relações que se constroem para a administração da boa convivência em comunidade. Nesse sentido, as contribuições do *ethos* nas trocas

linguageiras passam a ser decisivas para que político e povo estejam em sintonia quanto a interesses comuns.

O conceito de *ethos* remonta aos estudos de Aristóteles na Antiguidade Clássica. Com efeito, as contribuições do filósofo foram essenciais para os estudos contemporâneos a respeito desse assunto. É a partir do *ethos* que os limites entre o ser e o parecer se tornam tênues a tal ponto que possibilita a identificação do interlocutor com a imagem criada pelo enunciador.

Apoiando-se nos estudos de Aristóteles, Charaudeau (2011, p. 115) acrescenta:

[...], o *ethos*, enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; ele é antes de tudo a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz. O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê.

O estudo de Charaudeau (2010), a respeito dos desdobramentos do sujeito no ato de enunciação, ajuda a entender esse processo.

Considerando-se uma situação discursiva, o sujeito apresenta-se ao outro, primeiramente, como um ser social.

Essa identidade social é o que lhe garante legitimidade para falar, dadas as circunstâncias que cercam a enunciação. A partir disso, esse sujeito constrói, então, uma imagem de si que corresponde a uma identidade discursiva. Logo, o *ethos* efetivo será o produto extraído da relação entre duas identidades: uma, psicológica e social; outra, discursiva.

É importante destacar que esse processo de construção do *ethos* por parte do enunciador é, no mais das vezes, inconsciente, orientado, principalmente, pelas condições que lhe são impostas. Quando se trata de analisar o discurso político, contudo, estratégias deliberadas tornam-se, muitas vezes, evidentes, sendo necessário, portanto, considerá-las.

Outra questão que se deve levar em conta é o fato de que, sendo a elaboração do *ethos* consciente ou não, nem sempre o *ethos* mostrado coincide com o *ethos* percebido pelo interlocutor, o que também se observa com frequência no discurso político.

Para evitar esse efeito, de acordo com Charaudeau (2011, p. 118), dois conceitos devem ser observados, pois se relacionam a uma adesão maior ao *ethos* construído nos discursos políticos. São eles: a *credibilidade* e a *identificação*.

Assim, a respeito dos *ethé de credibilidade*, as imagens de *sério*, de *virtuoso* e de *competente* são voltadas para um

discurso mais racional e para a construção de uma personalidade que detém o poder de fazer, ou seja, um indivíduo crível aos olhos do povo.

No que se refere, contudo, aos *ethé de identificação*, “o cidadão, mediante um processo de identificação irracional, funda sua identidade na do político” (CHARAUDEAU 2011, p.137). Essa fusão de identidades ocorre por meio do afeto social entre o povo e seu líder. Charaudeau cita os *ethé de potência, de caráter, de inteligência, de humanidade, de chefe e de solidariedade* como aqueles que contribuem para a identificação do auditório.

A construção do *ethos* no discurso político pode ser especialmente potencializada em situações de confronto entre adversários políticos, como nos debates eleitorais. Nesses casos, o *ethos* de um candidato é fortalecido também a partir de determinadas estratégias de desqualificação do oponente. É o que se verá na seção seguinte deste trabalho.

### 2.3 Estratégias linguístico-discursivas na manipulação segundo a ACD

A análise crítica do discurso, tal qual a Semiologia, preocupa-se em construir uma investigação a partir de diversas

áreas de estudo. O teórico Teun A. Van Dijk (2008) afirma que uma abordagem cognitiva, social e discursiva é necessária especialmente quando se trata de estratégias para a manipulação, já que esse processo de argumentação envolve seres sociais<sup>3</sup> que, discursivamente, são submetidos a uma manipulação mental.

Interessa a Van Dijk (2008, p. 233) a manipulação que ocorre quando o manipulador controla outras pessoas por meio de um processo comunicativo e interacional, de maneira que suas vontades e interesses sejam suplantados em favor do que deseja o manipulador.

O autor considera ainda que, para haver manipulação, é preciso que haja uma *influência deslegitimada*, o que justificaria a falta de consciência do manipulado diante desse processo. É importante, entretanto, trazer à luz o conceito de *legitimidade* para Charaudeau.

A legitimidade é uma espécie de via de mão-dupla, pois advém da natureza do ser social, que é reforçada pelo ser de fala, por seu discurso. Ainda assim, é o reconhecimento do direito à fala de um sujeito por outros que faz com que sua

<sup>3</sup> Termo usado por Charaudeau (2010, p. 44) ao tratar dos sujeitos envolvidos em um ato de linguagem.



legitimidade efetivamente se estabeleça. A esse respeito, Charaudeau (2011, p. 65) afirma:

É na identidade social do sujeito político que se projeta sua legitimidade. Esta pode provir de diversas fontes e ter campos de aplicação diversos, pode também ser usurpada ou adquirida pela força (golpe de Estado). A legitimidade social é importante porque é a que dá a toda instância de palavra uma autoridade de dizer.

Os debates políticos, nesse sentido, apresentam discursos legitimados pelo eleitorado já que os candidatos precisam passar por um processo de candidatura que os torne aptos a concorrer a alguma vaga para cargos políticos. Suas falas seriam legítimas, portanto.

Nesse ponto, a concepção de legitimidade de Charaudeau diferencia-se do que pensa Van Dijk. Apesar disso, este autor reconhece a dificuldade de se identificar quando ocorre uma manipulação deslegitimada, adotando o critério de que uma manipulação ocorrerá sempre que o manipulado agir contra seus próprios interesses ou sem total consciência do discurso e, ainda, quando o manipulador atender apenas aos seus propósitos.

Tanto a visão de Charaudeau quanto a de Van Dijk encaixam-se nas situações de análise desta pesquisa, que enfoca os debates políticos. Uma vez legitimados a falar, o controle dos manipuladores dependerá de determinadas condições sociais que possam favorecer seu poder diante dos manipulados. Quando se pensa nos debates políticos, o fato de que esses candidatos dispõem de um *poder fazer* – seja já em situação de governança seja exercendo o papel de instância adversária – é a condição social que impulsiona o controle da manipulação.

A partir desse esclarecimento do conceito de legitimidade para a ACD e a AD francesa, será possível, então, abordar as estratégias mais produtivas para a manipulação discursiva sob o viés da ACD. Dentre as diversas áreas exploradas, esta pesquisa considera os apontamentos de Van Dijk especificamente sobre a linha cognitivo-discursiva.

Para tanto, é preciso destacar a importância da *memória de curto prazo* – MCP – lugar onde é processada a informação de maneira mais imediata pelo destinatário. O discurso manipulador pode incidir sobre a MCP com o intuito de direcionar a compreensão da mensagem bem como a proposição de ações de forma instantânea. As estratégias de

exploração da MCP são muito comuns no discurso publicitário, jornalístico e político, por exemplo.

Diversos são os recursos linguísticos que auxiliam na manipulação da MCP de acordo com os interesses do manipulador. Segundo Van Dijk (2008, p. 239), caso se queira, por exemplo, destacar e fixar uma ideia, o discurso pode privilegiar o uso de uma sintaxe menos complexa e seleção lexical mais simples, a escolha de tópicos de domínio e interesse do receptor ou mesmo a pronúncia mais pausada das palavras.

Do contrário, se o manipulador deseja que a compreensão não seja facilitada ao destinatário, ele poderá recorrer a uma sintaxe mais elaborada, léxico complexo, tópicos pouco conhecidos do público-alvo ou aceleração na pronúncia das palavras. Quando se analisam debates políticos, outras estratégias comuns para dificultar a compreensão do destinatário seriam as tentativas de fuga do assunto ou ainda retirar o foco do tema que se quer evitar.

Existem também estratégias voltadas a uma outra área da compreensão: a *memória de longo prazo* – MLP. Consiste na formulação de nossos conhecimentos, ideologias e atitudes. A manipulação que busca atingir a MLP tem como objetivo

principal a estabilidade e a cristalização de formas de pensar e agir cotidianamente.

Van Dijk (2008, p. 240) afirma que uma parte da MLP é composta pela *memória episódica*, que se relaciona às memórias pessoais formadoras de nossa história de vida. A esse respeito, o autor acrescenta:

Na memória episódica, a compreensão da fala e do texto situados é desse modo relacionada a modelos de experiências mais complexos. A compreensão não é meramente a associação de significados com palavras, sentenças ou discursos, mas a construção de modelos mentais na memória episódica, incluindo nossas próprias opiniões pessoais e emoções, associadas a um evento sobre o qual nós ouvimos ou lemos. É esse modelo mental que é a base para nossas memórias futuras, assim como a base de conhecimentos adicionais, tais como a aquisição do conhecimento, das atitudes e das ideologias baseada na experiência (VAN DIJK, 2008, p. 240).

Assim, se o manipulador deseja agir para além da memória de curto prazo, isto é, atingindo também a profundidade do conhecimento do seu destinatário e subvertendo suas crenças ideológicas, ele pode investir nos modelos mentais presentes na memória episódica de seu

receptor. Dessa maneira, o manipulador precisa que seus destinatários compreendam os modelos mentais projetados no discurso da maneira como foram idealizados. Isso quer dizer que deve haver uma fusão entre o que o manipulador constrói como modelo mental e o que o destinatário assimila. Não há espaço para a liberdade de interpretação ou se corre o risco de o projeto manipulador discursivo não alcançar o objetivo pretendido.

Essa ideia de Van Dijk também se assemelha à projeção que o sujeito faz de si no discurso – o *ethos*. Charaudeau (2007; 2011) defende que o *ethos* é uma espécie de máscara social necessária para que um ser de fala conquiste a adesão de outro de acordo com seu propósito comunicativo. Se o destinatário, portanto, elabora uma imagem do locutor muito próxima do que o próprio enunciador pretendeu, as chances de adesão ao discurso são grandes. O que se percebe nessa associação de teorias é que um *ethos* pode ser fortalecido a partir dos recursos empregados também para a manipulação da memória episódica.

Quando se trata do campo político, a manipulação discursiva alcançada por meio do investimento em modelos mentais não deve se concentrar na criação de modelos muito específicos. Pelo contrário, se o objetivo nesta área é o alcance

de boa parte do eleitorado, é preciso apostar em macromodelos que explorem crenças, conhecimentos e ideologias mais gerais.

A MLP é formada ao longo de toda a vida e, por isso, esse processo não ocorre *online* como a assimilação de conhecimento a partir da ativação da MCP. As crenças socialmente compartilhadas são oriundas desses modelos mentais adquiridos na vida em sociedade. Ao mesmo tempo em que são coletivas também são responsáveis por atitudes, experiências e opiniões do indivíduo. Van Dijk (2008, p. 242) esclarece:

A maior parte da interação e do discurso é assim produzida e compreendida em termos de modelos mentais que combinam crenças pessoais e sociais – de forma que explicam tanto a singularidade de toda produção discursiva e compreensão como a similaridade da nossa compreensão sobre um mesmo texto. [...] Em outras palavras, os modelos mentais de eventos ou situações comunicativas (modelos de contexto) são a interface necessária entre o social, o compartilhado e o geral, bem como o pessoal, o singular e o específico no discurso e na comunicação.

Naturalmente, se a generalização é uma forma de ampliar a ação na MLP e na formação de modelos mentais duradouros e abrangentes, uma forma de fugir dessa

manipulação é por meio do conhecimento – geral e específico sobre determinado tópico. Enquanto políticos que visam à manipulação buscam encobrir, distorcer ou simplificar informações na busca pela construção de modelos mentais aceitáveis, eleitores precisam de criticidade para ir além dos discursos em direção a outras fontes de conhecimento para confrontar ideias.

Um discurso manipulador deve ser considerado como tal, primeiramente, pela análise do contexto em que está inserido. Isso porque a depender de quem seja o locutor e o destinatário, um mesmo discurso pode ter o poder de manipular a um e não a outro interlocutor. Para averiguar se, de fato, ocorre a manipulação, Van Dijk (2008, p. 248) detalha esse processo:

[...] dada nossa análise dos contextos sociais e cognitivos do discurso manipulador, precisamos examinar as restrições específicas formuladas anteriormente, tais como a posição dominante do manipulador (por exemplo), a falta de conhecimento relevante dos receptores e a condição de que as consequências prováveis dos atos de manipulação sejam do interesse do grupo dominante e contra os interesses do grupo dominado, contribuindo assim para a (ilegítima) desigualdade social.

Após a análise do contexto, segue-se uma verificação das estruturas textuais como formas que contribuem para a manipulação discursiva.

É importante ressaltar que estruturas textuais não são, em si, manipuladoras. O fato é que algumas delas têm um peso maior para o alcance de determinados objetivos. Nesse sentido, a autoapresentação positiva e outra-apresentação negativa corresponde a uma estratégia tendenciosa de valorização de si e desvalorização do outro, principalmente quando se trata do discurso político.

Outra estratégia valiosa para a manipulação do discurso é a valorização dos “nossos bons atos” em oposição aos “maus atos dos outros”, numa clara atitude de defesa e acusação.

Van Dijk (2008, p. 246) lista ainda alguns recursos de macroestruturas semânticas, como a seleção de tópicos para enfatizar ou desenfatar pontos positivos ou negativos de quem fala sobre quem se fala. Seguindo essa linha, o fornecimento de poucos ou muitos detalhes também está a serviço de interesses específicos do que o manipulador deseja destacar da sua imagem ou de imagem alheia. As macroestruturas semânticas podem envolver ainda a generalização ou especificidade, vagueza ou precisão, explicitude e implicitude como recursos úteis à manipulação.

Outros recursos, como a seleção lexical positiva para o locutor e negativa para seu oponente também são considerados por Van Dijk, que destaca ainda, no campo da sintaxe, a opção por orações ativas *versus* passivas com o objetivo de enfatizar ou desenfatar a agência de acordo com interesses específicos.

Por último, dois recursos retóricos também se incluem como estratégias produtivas: o emprego de hipérboles em oposição a eufemismos, respectivamente destacando feitos positivos e negativos, e o uso de metonímias e metáforas como auxílio nas representações de modelos mentais.

A manipulação discursiva, portanto, associando estratégias cognitivas, sociais e linguísticas corresponde a uma forma de dominação de grande importância no cenário político, capaz de moldar pensamentos e tomadas de ação em prol de um político ou partido. Conseqüentemente, o *ethos* do locutor transparecerá credibilidade ao eleitorado que à manipulação aderir, o que representa êxito no projeto discursivo do político.

### **3 Análise do *corpus*: Dilma Rousseff x José Serra e Dilma Rousseff x Aécio Neves**

O primeiro debate analisado ocorreu em 29 de outubro de 2010, dois dias antes das eleições presidenciais. Confrontaram-se, em segundo turno, os candidatos Dilma Rousseff e José Serra. A transmissão foi realizada pela Rede Globo de Televisão e estruturou-se da seguinte maneira: três blocos de apresentação em que, no total, 12 eleitores previamente selecionados faziam perguntas aos candidatos sobre temas gerais, como saúde, educação, segurança etc. Sorteava-se o candidato que começaria respondendo às questões, seguindo-se a uma réplica do adversário e, posteriormente, a uma tréplica daquele que começou a responder. Não houve confronto direto entre os candidatos.

Assim, após a análise deste debate, foi possível perceber que Dilma Rousseff empregou, predominantemente, o *ethos* de competência, com 37% das ocorrências totais. A imagem de competência relaciona-se a um poder fazer e experiência necessários ao governo, e, dessa forma, a candidata reforçou esse *ethos*, muitas vezes, a partir da menção a programas e medidas implementadas por seu antecessor, o ex-presidente Lula, já que, sendo a sua indicada do mesmo partido – o PT –,

manteria uma administração de continuidade. É o que se pode perceber no fragmento a seguir, que ilustra o *ethos* de competência de Dilma Rousseff:

Nós no Minha Casa Minha Vida 2, separamos, como também no 1, uma quantidade de habitações só para a zona rural, para garantir uma qualidade de moradia para as pessoas equivalente às da cidade.

Note-se, no trecho em evidência, que a candidata, por meio do pronome em primeira pessoa do plural, assume uma experiência de governança como uma demonstração de competência ao cargo que pretende ocupar. É importante destacar que Dilma Rousseff, durante o governo Lula, foi ministra Chefe da Casa Civil, o que também corrobora o uso do “nós” como uma referência ao seu governo, ainda que não como presidente.

Em outro exemplo de *ethos* de competência, a demonstração de que seu governo seria uma continuidade daquele de Lula torna-se ainda mais perceptível:

Por isso que nós estamos adotando aqueles aviões não tripulados, usados na guerra por Israel. Somos a primeira

polícia a comprá-los, porque através dele a gente consegue detectar quem *tá* trazendo a droga, quem *tá* levando, quem *tá* transportando arma.

A utilização da locução verbal “estamos adotando”, em que o verbo principal se apresenta no gerúndio, indica referência temporal a um presente da enunciação, evidenciando que a ação de adotar está em processo naquele momento. Ao se colocar como agente, portanto, Dilma assume a autoria da medida, transmitindo uma imagem de política com experiência. A candidata, para concorrer às eleições presidenciais daquele ano, precisou afastar-se do cargo de ministra do governo Lula, em conformidade com a lei eleitoral brasileira. Ainda assim, o que se percebe é uma tentativa de fundir-se à imagem do presidente Lula, que deixaria o governo ao final do ano de 2010 com a maior popularidade da história: 83% de aprovação<sup>4</sup>.

Outros *ethé* menos frequentes foram empregados pela candidata, como o *ethos* de chefe, com 27% de incidência, e o *ethos* de humanidade, com 17% de ocorrências. Entretanto, a

<sup>4</sup>Segundo pesquisa realizada pelo Datafolha ao final do segundo mandato do petista. Disponível em <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/1211078-acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml>> Acesso em 30 ago. 2018.

diferença expressiva no quantitativo desses *ethé* em comparação ao *ethos* de competência revela que Dilma Rousseff empregava uma imagem mais racional em seu discurso durante o debate, visto que o *ethos* de competência faz parte do grupo de *ethé* que compõem as imagens de credibilidade, segundo Charaudeau (2011).

No que se refere às estratégias linguístico-discursivas presentes em seus *ethé*, cabe o destaque para o emprego de voz ativa como recurso predominante da candidata, 34% de manifestações. Em seguida, a autoapresentação positiva, com 17% de evidências, reforça os *ethé* da candidata e sua capacidade de fazer. “*Nossos bons atos*” também foram frequentes nos discursos, com 15% de incidências, revelando os diversos momentos em que a candidata fazia menção à experiência governamental de seu antecessor. Outro recurso também muito empregado foi o uso de dados numéricos favoráveis à candidata, que obteve 10% de frequência no debate. Essa estratégia embasa ainda mais a imagem predominantemente racional adotada por Dilma nesses discursos.

Veja-se, a seguir, um exemplo de *ethos* de competência junto a um *ethos* de chefe, em que alguns desses recursos linguístico-discursivos foram adotados:

E nós fizemos uma outra coisa muito importante, nós demos crédito no Brasil. Antes quem tinha crédito era privilegiado, porque o crédito era 400 bilhões. Hoje é 1 trilhão e 500 bilhões. No meu governo eu vou continuar dando crédito, vou continuar dando condições para as pequenas empresas crescerem.

A voz ativa presente ao longo de todo o trecho realça, especialmente, as orações em que a candidata se coloca como agente das ações já realizadas, correspondentes ao *ethos* de competência, (*E nós fizemos uma outra coisa muito importante / nós demos crédito no Brasil*) e daquelas que pretende realizar, relacionadas ao *ethos* de chefe (*No meu governo eu vou continuar dando crédito / vou continuar dando condições para as pequenas empresas crescerem*).

Ainda no fragmento ora analisado, a estratégia de destacar “*nossos bons atos*” x *maus atos dos outros* também é explorada quando Dilma afirma que seu governo fez algo muito importante – dar crédito no Brasil – quando antes o valor destinado ao crédito era muito inferior. Para reforçar sua argumentação, emprega dados numéricos favoráveis a si pela comparação com os valores de crédito do governo anterior, 400



*bilhões*, contra os valores bem superiores da gestão que a representa, *1 trilhão e 500 bilhões*.

Por fim, a ex-presidente conclui sua fala em uma *autoapresentação positiva* que torna evidentes os seus planos de governo: *No meu governo eu vou continuar dando crédito, vou continuar dando condições para as pequenas empresas crescerem*. Esse recurso fortalece ainda mais a imagem de chefia e de liderança projetada pela candidata.

Outro debate também analisado, desta vez entre Dilma Rousseff e Aécio Neves, ocorreu no dia 24 de outubro de 2014, mais uma vez nos estúdios da Rede Globo de Televisão, e correspondeu ao último debate antes das eleições presidenciais de 2º turno, que se realizaram dois dias depois.

A Rede Globo dividiu o debate em 4 blocos, sendo os ímpares de confronto direto entre os candidatos e os pares de respostas a perguntas de eleitores indecisos. Em cada bloco, 4 perguntas eram feitas – dos candidatos entre si ou dos eleitores aos candidatos. Aécio e Dilma tinham ainda o direito a réplicas e tréplicas diante de cada pergunta.

Quando se analisam os tipos de *ethé* empregados por Dilma Rousseff, é possível notar que a candidata permanece privilegiando os *ethé* de credibilidade, já que ela empregou majoritariamente o *ethos* de competência em suas falas, 49%

de frequência. A recorrência dessa imagem tem relação com a situação de governança em que Dilma se encontrava, já que seria necessário defender-se e mostrar competência pelos feitos em sua gestão. O trecho a seguir exemplifica um desses momentos:

Vocês em oito anos fizeram onze escolas técnicas federais. Nós, candidato, fizemos 422. O Lula, 214, e eu, 208. O meu número é só 1.600% maior do que vocês fizeram em 8 anos.

Percebe-se no trecho a utilização de comparação entre o que a candidata fez enquanto presidente e o que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – membro do PSDB, partido de Aécio Neves – fez quando exercia o cargo. Dilma Rousseff também se utiliza de dados numéricos para reforçar seus argumentos de competência (*8 escolas construídas pelo partido do adversário contra 422 pelo partido da candidata e em sua própria gestão, 214 + 208 escolas; 1600%; 8 anos*).

Neste debate, o emprego de outros tipos de *ethé* pela candidata Dilma foi consideravelmente baixo em comparação com a imagem recorrente de competência. Os *ethé* de chefia, seriedade, humanidade e solidariedade apresentaram 10% de

ocorrências cada, o que indica uma significativa modificação nas estratégias de construção dos *ethé* da presidenciável em 2010, contra José Serra, e em 2014, contra Aécio Neves.

Quanto às estratégias linguístico-discursivas empregadas por Dilma Rousseff no debate contra Aécio Neves, o emprego da voz ativa continua sendo o recurso mais frequente, com 31% das ocorrências totais. Em seguida, o uso de dados numéricos aparece com 22% de incidência no *corpus*. Já a referência aos seus “bons atos” e o emprego de “Nossos bons atos” x *Maus atos dos outros* foram recursos escolhidos por Dilma igualmente em 9% dos casos para cada estratégia. Veja-se, a seguir, um fragmento em que se podem comprovar alguns desses mecanismos da candidata:

Além disso, candidato, eu queria dizer que nós criamos empregos sim, candidato, e o senhor não pode questionar esse fato. São dados reais. Nós aumentamos o salário mínimo 71% em termos reais. Além disso, candidato, na saúde quem não gastou o mínimo constitucional foi o senhor quando era governador, que ficou devendo 8 bilhões.

O trecho é representativo do *ethos* de competência, já que Dilma menciona ações já realizadas durante o seu governo, evocando sua capacidade como gestora. A voz ativa, como em boa parte das ocorrências, reforça a agência da candidata e, neste fragmento em questão, aponta falhas do adversário de maneira direta com o auxílio do vocativo “candidato” e do pronome de tratamento “senhor”. Os “bons atos” da ex-presidente são destacados em oposição aos “maus atos” de seu opositor, reforçados ainda por dados numéricos que, ora enaltecem suas medidas – 71% de aumento do salário mínimo – ora denunciam a dívida deixada por Aécio Neves quando exercia a função de governador – 8 bilhões.

A seção seguinte deste artigo corresponde à conclusão obtida a partir da análise comparativa dos resultados quantitativos e qualitativos de cada debate.

#### 4 Considerações finais

A comparação dos resultados obtidos na análise de dois debates de segundo turno entre Dilma Rousseff e José Serra, em 2010, e a presidenciável e Aécio Neves, em 2014, revelou que a candidata apresentou, majoritariamente, um *ethos* de competência no primeiro confronto que se manteve na ocasião

seguinte, o que indica a predominância de uma imagem baseada em características mais racionais, conforme afirma Charaudeau (2011) a respeito dos *ethé* de credibilidade.

Entretanto, esse *ethos* foi reforçado de maneiras distintas em cada debate. Diante de José Serra, Dilma Rousseff demonstrou outros dois *ethé* também frequentes que não correspondem à imagem racional presente nos *ethé* de credibilidade. O *ethos* de chefe e o de humanidade equivalem a imagens mais afetivas que pertencem ao grupo dos *ethé* de identificação e foram também evidentes em seu discurso.

No debate contra Aécio Neves, a candidata permanece, de maneira geral, com a imagem mais racional, depreensível a partir dos *ethé* secundários mais explorados: chefe e seriedade. O *ethos* relacionado à seriedade também faz parte do grupo dos *ethé* de credibilidade, assim como o seu *ethos* predominante, a imagem de competência.

Quanto às estratégias linguístico-discursivas presentes no discurso de Dilma Rousseff durante esses debates, pode-se concluir que, em ambas as situações, a voz ativa foi o primeiro recurso mais empregado, um reforço à exploração dos *ethé* da candidata. Há, contudo, diferenças na comparação de outras estratégias frequentes. Os dados numéricos e a referência a seus “bons atos” presentes no debate contra Aécio, reiteram pelo discurso a imagem racional e competente da ex-

presidente. Já contra Serra, a preocupação em construir uma imagem positiva, valendo-se dos “bons atos” do governo de seu partido, fez com que a “autoapresentação positiva” e os “nossos bons atos” fossem empregados de maneira recorrente.

A estratégia de mencionar “nossos bons atos” em oposição aos “maus atos dos outros” apresentou diferenças quantitativas que revelam uma mudança no tom de cordialidade entre os candidatos. Quando se comparam os dados obtidos por meio da análise do debate contra Serra, Dilma explorou esse artifício em apenas 4% das ocorrências. Contra Aécio, sua utilização ocorreu em 9% dos casos. O aumento se deve, possivelmente, aos blocos, existentes apenas neste debate, em que os candidatos se confrontavam de forma direta embora os resultados tenham sido obtidos também dos blocos em que não houve esse tipo de confronto, apenas respostas a perguntas de eleitores indecisos. Dessa forma, pode-se afirmar que Dilma, no debate contra Aécio, apresentou-se mais acusativa em relação às ações ou omissões da gestão do partido do adversário.

Esta análise pareceu-nos, portanto, cumprir com seu objetivo principal – permitir a observação de como determinadas imagens de candidatos e o processo de suas construções podem influenciar na escolha que o eleitor fará daquele que irá ocupar o mais alto cargo de chefia do país – a Presidência da República.

## Referências

ARISTÓTELES. *Retórica*. 2ª ed. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005 (Col. Biblioteca de Autores Clássicos).

BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005, p. 284-293.

\_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística Geral II*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006, p. 81-90.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. “Uma análise semiolinguística do texto e do discurso”. In: PAULIUKONIS, M. A. L. & GAVAZZI, S. (orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 11- 30.

\_\_\_\_\_; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2014.

VAN DIJK, Teun A. “Discurso e manipulação”. In: *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

Debates:

### Dilma x José Serra

xTVtube. *1/8 Dilma x Serra - Debate Globo (29/10/2010) // 2º Turno*. 2010. (15m). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Uk9vqeoUu9M>>. Acesso em 03 set. 2018.

### Dilma x Aécio Neves

Texto disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/dilma-e-aecio-respondem-indecisos-e-mantem-acusacoes-no-debate-final.html>>. Acesso em 03 set. 2018.

## IMAGEM DE LEITOR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE FLE

Tânia Reis Cunha (UFRJ)

**Resumo:** Este artigo analisa documentos oficiais dos cursos de licenciatura em Letras: Francês de duas universidades federais brasileiras, além de respostas a questionários realizados junto aos corpos docentes destas universidades. Parte da análise de marcas linguístico-discursivas presentes nos textos em questão para identificar as imagens discursivas de leitor eficiente em língua estrangeira construídas por tais discursos. Utiliza-se dos conceitos cognitivo (KLEIMAN, 1989, 1996) e sociointeracionista de leitura (KOCH e ELIAS, 2006 e 2010) e das práticas de letramento (SOARES, 2016 e KLEIMAN, 2008), aliados à visão discursiva de *ethos* e à teoria dos sujeitos da linguagem de Patrick Charaudeau (1983, 1992, 2006 e 2008). Constata que as imagens discursivas de leitor em língua estrangeira construídas no corpus estudado seguem dois grandes eixos: o dos Estudos Linguísticos e o dos Estudos Literários.

**Palavras-chave:** leitor eficiente em francês língua estrangeira; imagem discursiva; currículos de ensino superior.

**Résumé:** Cet article analyse quelques documents officiels des licences en Lettres: Français – cours de formation des professeurs – offertes par deux universités fédérales brésiliennes et quelques réponses aux questionnaires proposés aux professeurs de ces établissements d'enseignement. À partir de l'analyse des marques linguistiques et discursives présentes dans les textes cités, ce travail identifie les images discursives de lecteur compétent en langue étrangère construites par ces discours. Pour le faire, il s'utilise des approches cognitive (KLEIMAN, 1989, 1996) et socio-interactionniste de lecture (KOCH e ELIAS, 2007 e 2010) et des pratiques de littératie (SOARES, 2016 et KLEIMAN, 2008), associées à une vision discursive de l'*ethos* et à la théorie des sujets du langage de Patrick Charaudeau (1983, 1992, 2006 e 2008). Cette étude nous permet de constater que les images discursives de lecteur en langue étrangère construites dans le *corpus* étudié suivent deux grands axes: celui des Études Linguistiques et celui des Études Littéraires.

**Mots-clé:** lecteur compétent en français langue étrangère; image discursive; Curricula d'enseignement supérieur.

## 1 Introdução

Ao longo de 14 anos de pesquisas sobre a prática de leitura em sala de aula de francês língua estrangeira (CUNHA, 2002, 2018), em um curso de Licenciatura em Letras: Português-Francês de uma universidade pública brasileira, os resultados apontaram um alto índice de dificuldade na realização das atividades em questão, nesta língua estrangeira.

Tendo como referencial teórico as perspectivas cognitiva (MOIRAND, 1979, KLEIMAN, 1989, 1996) e sociointeracionista (KOCH e ELIAS, 2007 e 2010) de leitura, foi possível constatar que os alunos que atingiram o maior grau de eficiência no seu trabalho de leitura em francês língua estrangeira (FLE) eram os que, eficientes leitores em língua materna, faziam uso das mesmas estratégias ao lerem textos em FLE. Leitores dotados de informação teórica sobre a atividade desenvolvida também atingiram graus avançados de proficiência na atividade de compreensão escrita nesta língua.

O presente trabalho, resultado parcial de pesquisa de pós-doutorado realizada na UFF de setembro de 2016 a setembro de 2017, alia às perspectivas cognitiva e sociointeracionista de leitura uma visão de letramento (SOARES, 2016, KLEIMAN, 2008), uma visão discursiva do

conceito de *ethos* (MAINGUENEAU, 1993, 2008, CHARAUDEAU, 2006) e a teoria dos sujeitos da linguagem de Patrick Charaudeau (1983, 1992, 2006, 2008). Tem como objetivo analisar marcas linguístico-discursivas da imagem de leitor presentes nas apresentações dos textos dos projetos político-pedagógicos (PPP), nos textos dos currículos e das ementas<sup>1</sup> de dois cursos de Licenciatura em Letras: Francês, oferecidos por universidades federais brasileiras e reconhecidos pelo MEC<sup>2</sup>. Tais análises serão confrontadas com a análise das respostas dos professores envolvidos nos dois cursos a um questionário disponibilizado na plataforma Google em abril-maio de 2017.

Na seção 2, serão apresentados os conceitos cognitivo (KLEIMAN, 1989, 1996) e sociointeracionista (KOCH e ELIAS, 2007, 2010) de leitura, a proposta de atividades dirigidas de leitura de Corrêa e Cunha (2006) e o conceito de letramento (SOARES, 2016, KLEIMAN, 2008).

Na seção 3, serão abordadas uma visão discursiva do conceito de *ethos* (MAINGUENEAU, 1993, 2008, CHARAUDEAU, 2006), a teoria dos sujeitos da linguagem (CHARAUDEAU, 1983, 1992, 2006 e 2008) e a noção de

imagem do sujeito destinatário construída no discurso pelo sujeito enunciator.

Na seção 4, serão analisados os documentos oficiais de duas das sete universidades federais brasileiras contatadas e os questionários respondidos pelos professores envolvidos no curso de Licenciatura em Letras: Francês das mesmas.

Na seção 5, serão apresentadas as considerações parciais, relativas à análise do material de duas universidades em um universo de sete.

## 2 Leitura e Letramento

Na perspectiva cognitiva de leitura (KLEIMAN, 1989, 1996), a compreensão escrita, longe de ser um ato de decodificação, envolve a ativação de três tipos de conhecimento prévio e a mobilização de estratégias cognitivas e metacognitivas de leitura, partindo sempre de um objetivo de leitura.

Conhecimento prévio é todo o conhecimento armazenado na memória do indivíduo ao longo de sua vida. Ele pode ser de três tipos: linguístico, textual ou de mundo.

<sup>1</sup> Disponíveis online e acessados em 2016 e 2017 (Cf. Referências).

<sup>2</sup> <<http://emec.mec.gov.br>>. Acessado em jul. de 2016.



O conhecimento linguístico envolve o domínio das regras gramaticais propriamente ditas: formas, sons e combinações características de uma língua (KLEIMAN, 1989, pp.13-14).

O conhecimento textual envolve a capacidade do sujeito em ativar um “conjunto de noções e conceitos sobre o texto” (KLEIMAN, 1989, p.16). Resulta da exposição a diferentes estruturas textuais e tipos de discurso e determina as expectativas do leitor em relação ao texto (KLEIMAN, 1989, p.20), interferindo na mobilização das estratégias de leitura.

O conhecimento de mundo, ou enciclopédico, envolve todas as informações já armazenadas pelo leitor em sua memória, tanto o conhecimento adquirido formal quanto informalmente. O leitor só compreende o texto durante a leitura se a “parte do [seu] conhecimento de mundo que é relevante à leitura do texto” estiver ativada, isto é, resgatada para o nível consciente (KLEIMAN, 1989, p.21).

Esses três tipos de conhecimento são ativados pelo leitor, durante a atividade de compreensão escrita, de modo a lhe permitir construir o sentido do texto. O leitor sempre busca a coerência textual, ativando estratégias de resolução de problemas. Quando esta mobilização se dá no nível inconsciente, temos estratégias cognitivas, quando no nível consciente, temos as estratégias metacognitivas.

Kleiman (1989) propõe que o trabalho de compreensão escrita que vise à proficiência do leitor envolva o estabelecimento de objetivos de leitura e o trabalho com estratégias metacognitivas de leitura, levando o aluno à posterior aquisição de suas próprias estratégias cognitivas.

As atividades dirigidas de leitura propostas por Corrêa e Cunha (2006) estão inscritas em uma concepção cognitiva de leitura (KLEIMAN, 1989, 1996) e levam em conta a dimensão discursiva do texto e suas condições de produção a partir de uma situação de comunicação (CHARAUDEAU, 1983, 1992). Retomam a “grade de análise pré-pedagógica” proposta em 1979 pela linguista Sophie Moirand, aplicam-na a textos informativos organizados predominantemente de modo descritivo (CHARAUDEAU, 1992) e propõem um instrumento de análise de leitura sob a forma de questionário (CORRÊA e CUNHA, 2006, p.82), de modo a instrumentalizar professores de línguas materna e estrangeira para o preparo de atividades de compreensão escrita. Segundo as autoras, o uso do instrumento em questão pode permitir que o professor aja de forma cooperativa com o aluno na construção do sentido do texto, levando o último a ler de forma autônoma (CORRÊA e CUNHA, 2006, p.90).

A perspectiva sociointeracionista de leitura (KOCH e ELIAS, 2007 e 2010) parte de uma:

[...] concepção **interacional (dialógica) da língua**, os sujeitos são vistos como **atores/construtores sociais, sujeitos ativos que – dialogicamente – se constroem e são construídos no texto**, considerado o próprio lugar da interação e da constituição dos interlocutores. (KOCH e ELIAS, 2007, p.10 – grifos das autoras)

A construção do sentido de um texto depende da interação entre autor, texto e leitor, que se dá no próprio texto, mobilizando conhecimentos e estratégias variadas a partir do contexto sociocognitivo dos participantes da interação (KOCH e ELIAS, 2007, p.11, p.57).

Por contexto sociocognitivo (KOCH e ELIAS, 2007, p.61) se entende as convenções e normas de condutas de um meio social no qual o sujeito se move e que lhe impõem condições, estabelecem condutas e deveres, que lhe restringem a liberdade, mas que devem ser minimamente partilhados para que haja comunicação.

Por estratégias de leitura se entende antecipações e hipóteses elaboradas a partir do conhecimento que o leitor tem do autor do texto, do meio de veiculação deste último, do gênero

textual em questão, da distribuição e configuração das informações no texto, incluindo o destaque do título (KOCH e ELIAS, 2007, p.13). São “sequência[s] de operações que reflete[m] a escolha feita para atingir, da maneira mais eficaz e menos trabalhosa, um objetivo definido” (ESPERET, 1990, p.8, *apud* CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, pp. 218-219).

Segundo Koch e Elias (2007, p.39), as estratégias que o leitor mobiliza para construir o sentido do texto envolvem três grandes sistemas de conhecimentos: linguístico, enciclopédico e interacional. As definições dos dois primeiros coincidem, respectivamente, com as definições de conhecimento linguístico e de conhecimento de mundo na visão cognitiva da leitura (KLEIMAN, 1989). O conhecimento interacional engloba os conhecimentos ilocucional, comunicacional, metacognitivo e superestrutural, todos envolvidos nas formas de interação por meio da linguagem.

As três visões de leitura apresentadas envolvem a interação do leitor com o texto, através da ativação de conhecimentos e estratégias envolvidos na construção do sentido do texto ao longo do processo de leitura. Também destacam a importância do contexto e dos objetivos de leitura no sucesso da construção do sentido do texto.

Letramento é um termo que data dos anos 1980, tendo sua origem na tradução literal do inglês *literacy* – letra–, do latim *littera*, e o sufixo *–mento*, que denota resultado de uma ação, o resultado da ação de ensinar a ler e a escrever, capacitando o indivíduo a “usar a leitura e a escrita para uma prática social” (SOARES, 2016, p.21). Letramento envolve instrumentalizar o indivíduo para as práticas sociais envolvendo a escrita, o uso dos diferentes gêneros, em diferentes situações da sua vida social.

### 3 *Ethos*, teoria dos sujeitos da linguagem e imagem de TUd

A noção de *ethos* foi resgatada da Antiguidade, onde Aristóteles propôs dividir os meios discursivos que influenciam o auditório em três categorias: *logos* (do domínio da razão), *pathos* e *ethos* (ambos do domínio da emoção). Dentre as duas últimas categorias, a primeira é voltada para o auditório e a segunda é voltada para o orador (CHARAUDEAU, 2006, p.113). Contudo, mesmo pertencendo ao domínio da emoção, *ethos* e *pathos* não correspondem à demonstração dos verdadeiros sentimentos do orador, mas ao que o público crê que esse orador tem em mente (BARTHES, 1970, p.211, *apud* CHARAUDEAU, 2006, p.113), isto é, tornam possível

emocionar o interlocutor, sem que o enunciador esteja necessariamente envolvido.

Em 1958, estas categorias foram retomadas e redefinidas por alguns analistas do discurso por ocasião do desenvolvimento dos estudos relativos à retórica. Só nos anos 1980, no entanto, “o *ethos* assumiu o primeiro plano” (MAINGUENEAU, 2008, p.11). Ao longo dos anos 1980, na França, foi Dominique Maingueneau quem propôs uma teoria do *ethos* dentro do quadro da análise do discurso (MAINGUENEAU, 2008, p.11).

Patrick Charaudeau (2006, p.114), enquanto analista do discurso envolvido nos estudos relativos à argumentação, retoma a noção de *ethos* enquanto construção de imagem de si e tenta esclarecer duas questões que são objeto de debate entre os demais analistas do discurso, a saber:

- (i) enquanto construção da imagem de si, o *ethos* se liga à pessoa real que fala (o locutor) ou à pessoa como ser que fala (o enunciador)?
  - (ii) O *ethos* diz respeito a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos?
- (CHARAUDEAU, 2006, p.114)

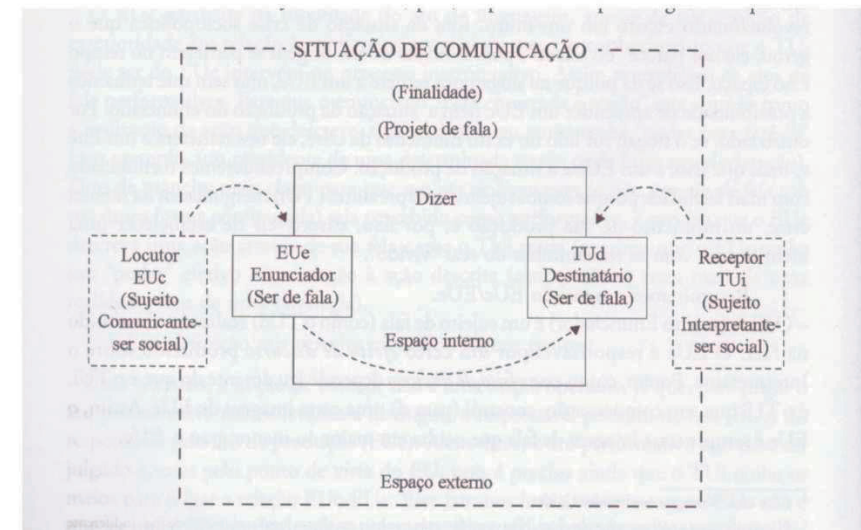
Segundo Charaudeau (2006, p. 114), os analistas do discurso, isto é, os adeptos de uma concepção discursiva,

inscrevem o *ethos* no ato de enunciação, ou seja, no próprio dizer do sujeito que fala (do enunciador). Para eles, o *ethos* aparece no ato de linguagem, naquilo que o sujeito falante dá a entender ou ver, ou seja, resulta do exercício da palavra, portanto corresponde ao discurso e não ao “real” (MAINGUENEAU, 1993, p.138). Para Charaudeau, mesmo sendo a imagem que se liga àquele que fala, o *ethos* não é uma propriedade exclusiva dele. Resulta de um cruzamento de olhares:

[...] olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. [...] para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe *a priori* do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem. (CHARAUDEAU, 2006, p.115)

Para compreender esta concepção, é preciso retomar a proposta de ato de linguagem de Patrick Charaudeau (2008, p. 52), representado no esquema a seguir:

### Esquema do ato de linguagem



No esquema acima, o sujeito falante, ao enunciar, se desdobra em dois componentes, assumindo duas identidades: (a) a identidade social de locutor, que lhe dá direito à palavra a partir do reconhecimento, pelo interlocutor, da sua credibilidade e da sua legitimidade e (b) a identidade discursiva daquele que enuncia, imagem construída para si pelo locutor a partir dos papéis que ele se atribui em seu ato de enunciação, levando em conta a combinação das coerções que a situação de comunicação lhe impõe com as estratégias às quais ele opta recorrer (CHARAUDEAU, 2006, p.115).

As coerções impostas pela situação de comunicação encontram-se no circuito externo do ato de linguagem, no âmbito das condições de produção do mesmo. Neste circuito, isto é, no circuito do fazer situacional, os sujeitos “reais”, imbuídos cada um de uma identidade social e regidos por uma intencionalidade e um projeto de fala, tomam a palavra. Ao fazê-lo, ativam o circuito interno, isto é, o circuito do dizer, em que os sujeitos de fala assumem identidades discursivas resultantes do somatório das imagens que o ator social (sujeito do circuito externo) já possui do seu interlocutor com as imagens que o protagonista discursivo (sujeito do circuito interno) constrói a partir do que opta enunciar e de como o faz. E, acrescento, é a partir do que o protagonista discursivo opta enunciar e do modo como enuncia que ele também constrói a imagem de seu interlocutor, de seu TUd, no seu discurso.

Neste trabalho, usaremos a noção de imagem de interlocutor (TUd), construída pelo locutor no seu discurso, para confrontar a imagem de leitor construída nos textos oficiais dos cursos de Letras: Francês de duas universidades federais brasileiras com a imagem de leitor construída nas respostas dos docentes responsáveis por esses cursos a um questionário a eles proposto.

#### **4 Documentos oficiais, questionários e imagem de leitor construída**

Nesta seção, será analisada a apresentação dos PPP, dos currículos e das ementas de duas universidades das sete abordadas nesta pesquisa. Serão confrontadas as marcas linguístico-discursivas das imagens de leitor construídas nestes documentos com as imagens discursivas de leitor construídas nas respostas fornecidas aos questionários pelos docentes envolvidos no curso de Letras: Francês.

Apesar de ter sido solicitada a participação de todos os professores envolvidos neste curso, inclusive os professores responsáveis por disciplinas oferecidas em português língua materna, apenas os docentes envolvidos em disciplinas de língua e literatura francesas de cinco das sete universidades com as quais foi estabelecido contato por e-mail responderam ao questionário. Destas cinco, trato, neste trabalho, dos textos relativos às Universidades 3 e 6, localizadas no norte e nordeste do país.

O PPP disponível no site da Universidade 3, em 18 de novembro de 2016, apresenta todos os cursos da universidade de forma global. Não apresenta marcas linguístico-discursivas de imagem de leitor, mas de imagem discursiva de indivíduo a

ser valorizado e integrado ao contexto acadêmico, como pode ser verificado no trecho a seguir:

(1)

os marcos conceituais assumidos neste projeto constituem-se teoricamente para **afirmar e valorizar a condição intelectual das populações** [locais] **tradicionais reconhecendo que as práticas e as suas produções culturais originadas nas experiências significativas gestadas no seio** [dos terrenos que a circundam] **não podem ser interpretadas como credices, folclore, misticismo ou “causos”**. (PPP da Universidade 3, /s.p./, acesso em 18 de novembro de 2016, grifos meus)

Ao reconhecer “que as práticas e as suas produções culturais originadas nas experiências significativas” vivenciadas no dia a dia pelo indivíduo local, “não podem ser interpretadas como credices, folclore, misticismos ou 'causos’”, a equipe da universidade constrói, no texto do seu PPP, uma imagem discursiva de habitante local detentor de um valor cultural a ser integrado aos saberes acadêmicos. O texto do PPP, por ter aplicação a todos os cursos da Universidade 3, discute

questões como cidadania e integração a partir de uma visão global.

O curso de Licenciatura em Letras: Francês desta universidade é um curso de habilitação única e suas ementas descrevem as disciplinas de língua sem apresentar marcas linguístico-discursivas expressivas de imagem de leitor, exceto em duas disciplinas específicas: Leitura em Língua Francesa I e II. Na primeira, pretende-se “apresentar aos aprendizes o mundo da leitura em FLE [...], **tendo como ponto principal o saber-fazer adquirido na língua de partida**”. O aprendiz será apresentado a “objetivos e estratégias de leitura” para “**compreender textos curtos sobre temas concretos relativos à vida cotidiana e ao trabalho**” (Ementas das disciplinas da Universidade 3, /s.p./, acessadas em 18 de novembro de 2016, grifos meus). Na segunda, pretende-se “capacitar o aluno a aplicar os **conhecimentos de técnicas e estratégias de leitura em textos autênticos**”, levando a uma “**leitura crítica**” (Ementas das disciplinas da Universidade 3, /s.p./, grifos meus).

A imagem discursiva de leitor construída é daquele que já é um leitor proficiente em língua materna e vai partir do “saber-fazer adquirido na língua de partida”, a partir de uma visão cognitiva e sociointeracionista de leitura, fazendo uso de

“objetivos e estratégias de leitura”. A esta imagem é adicionada uma visão comunicativa de aprendizagem de língua estrangeira, tendo em vista que os textos abordados serão “curtos” e tratarão de “temas concretos relativos à vida cotidiana e ao trabalho”.

A ementa da disciplina Metodologia do Trabalho Científico constrói uma imagem discursiva de leitor eficiente, mais informado quanto a uma visão teórica de leitura, ao propor como um dos objetivos o de:

(2)

tematizar a leitura e a escrita de textos na Universidade **considerando alguns de seus aspectos teóricos e metodológicos, a fim de desenvolver competências e habilidades** que ajudem os(as) alunos(as) **a interagir de maneira crítica** frente às demandas de estudos acadêmicos. (página da Universidade 3, /s.p./, acesso em 18 de novembro de 2016, grifos meus).

A ementa da disciplina Literatura Brasileira III (página da Universidade 3, /s.p./, acesso em 18 de novembro de 2016) apresenta um discurso acadêmico erudito, propondo objetivos panorâmicos, tais como: “possibilitar ao discente a apreensão

do processo cultural brasileiro da 1ª metade do séc. XX, utilizando a literatura como veículo” ou “a partir dos estudos poéticos de algumas das principais obras do período, possibilitar a compreensão dos textos literários dentro da estética modernista” (página da Universidade 3, /s.p./, acesso em 18 de novembro de 2016).

As respostas dos professores da Universidade 3 ao questionário mostram-nos professores que participam do processo de reforma curricular e, por este motivo, são leitores dos documentos diretivos.

O colaborador que atua na área de Estudos Linguísticos (colaborador 1) não vê pontos de intersecção entre teoria e prática no que concerne às atividades que envolvem a leitura no curso de graduação, enquanto o colaborador que atua na área de Estudos Literários (colaborador 2) “ainda est[á] descobrindo essas intersecções” e, “com o objetivo de identificar as práticas de leitura literária nas IES [da região]”, está fazendo doutorado em instituição de renome na região sudeste.

O colaborador 1 define “leitura” como “a capacidade de compreender o que está no texto e intuir o que o texto não diz explicitamente”, onde há marcas de uma orientação cognitiva da leitura (intuir/inferir sentidos).



O colaborador 2 define “leitura” como “parte fundamental da formação humana de todo cidadão, especialmente no caso de professores em formação”, apresentando uma imagem discursiva do leitor enquanto cidadão e futuro professor.

Nenhum dos dois colaboradores tem uma imagem positiva do perfil de leitor construído pelo egresso do curso de Letras: Francês da sua universidade, como pode ser constatado a seguir:

(3)

Há, por um lado, alunos muito bons. No outro extremo, alunos que mal conseguem articular uma conversa banal, cotidiana, em francês. No meio, alunos com desempenhos muito variados (Colaborador 1)

(4)

O egresso deve ter o perfil de leitor assíduo. Muitas vezes esse não é o caso (Colaborador 2)

Ambos estão em contato estreito e recorrente com os textos diretivos, tanto as Diretrizes Curriculares Nacionais quanto o PPP e o ementário do curso, por ter de discuti-los constantemente no Núcleo Docente Estruturante (NDE)<sup>3</sup>. Um

---

<sup>3</sup> Lugar de discussão permanente dos cursos.

docente atua na universidade há 27 anos, enquanto o outro está na universidade há apenas 3 anos.

Resumindo, as imagens discursivas de leitor em língua estrangeira construídas nos textos do PPP da Universidade 3, no texto das ementas das disciplinas e nas respostas dos professores de língua e literatura francesas ao questionário proposto apresentam divergências a partir da perspectiva adotada. A imagem discursiva criada a partir do discurso dos Estudos Linguísticos aproxima-se da imagem de leitor eficiente proposta pelas abordagens cognitiva e sociointeracionista de leitura e da visão de letramento. Já a imagem discursiva criada a partir do discurso dos Estudos Literários é a do leitor crítico. A mesma dicotomia está presente nos discursos dos professores que responderam ao questionário.

Quanto à Universidade 6, o PPP do seu curso de graduação em Letras se divide nos diversos cursos que o compõem, reservando um espaço a cada um deles, que apresenta o perfil de seu egresso. Nos enunciados deste perfil de egresso, podemos identificar marcas linguístico-discursivas da imagem de leitor projetada para os alunos do curso em questão.

É possível constatar a construção de uma imagem discursiva de aluno capaz de reconhecer e reproduzir textos de diferentes gêneros em:

(5)

A graduação em Letras [da Universidade 6] visa a desenvolver, no aluno, as seguintes características: [...] domínio de conceitos que permitam a **produção de textos em diferentes gêneros** e registros linguísticos; [...] capacidade de realizar uma classificação histórica, política, social e cultural de produtos e processos linguísticos e literários, **particularmente de textos de diferentes gêneros** e registros linguísticos **e de suas relações com outros tipos de discurso...** (PPP da Universidade 6, p.5-6, grifos meus),

O mesmo ocorre com as ementas de línguas do curso de Licenciatura em Português-Francês. Em quatro das disciplinas de língua francesa (Francês IV, V, VI e VIII), encontramos marcas de uma formação em Linguística Textual, tais como: “introdução aos princípios de investigação de **diferentes gêneros textuais**”, “ampliação da investigação de **diferentes gêneros textuais**”, “aprofundamento da investigação de

**diferentes gêneros textuais** (PPP, Universidade 6, pp. 42-44, acesso em 18 de novembro de 2016). Ainda na grade curricular, encontramos disciplinas cujos nomes e descrições implicam uma preocupação com a formação do leitor eficiente em língua estrangeira. São elas: “Leitura e Produção de Textos Acadêmicos”, “Língua Portuguesa: Texto e Discurso”, “Linguística de Texto”, “Compreensão e Análise de Textos em Língua Francesa”, “Oficina de Produção Textual em Língua Francesa”, “Estágio em Ensino de Leitura”, “Fundamentos Linguísticos para o Ensino da Alfabetização” e “Gêneros Textuais e Ensino”.

No entanto, no que se refere às disciplinas de literaturas, tanto em língua materna quanto em língua estrangeira, a imagem discursiva de leitor construída é a de leitor crítico, imagem marcada pelo discurso erudito, imagem de um leitor que estuda “a evolução da literatura francesa” dos séculos x e y, “através da análise de textos e obras de autores representativos da época”. Não há descrição da atividade de leitura propriamente dita, como se o leitor já fosse capaz de realizar leituras eficientes neste momento do curso.

As respostas ao questionário enviadas pelos docentes de Língua e Literatura Francesas da Universidade 6 dialogam com as disciplinas de língua, suas descrições e o texto do PPP.

Um colaborador, com formação na área de Estudos Linguísticos, define “leitura” como “capacidade aprendida de modo ostensivo para compreender os textos escritos”, como atividade “feita de modo diferente durante os períodos de aprendizagem desta habilidade”. Define leitor proficiente como “aquele capaz de ler com capacidade crítica as informações veiculadas no texto, situando-o no momento em que são enunciados (sic) e conhecendo por quem são enunciados e para qual público foram escritos”.

Outro colaborador, com formação na área de Estudos Literários, define “leitura” “como modo de conhecimento do mundo, no caso da Literatura; como modo de apreensão de saberes noutra contexto”.

Um terceiro colaborador, que não revelou a sua área de formação/atuação, define a leitura “como fazer interpretativo cujo objeto é o texto, entendido este como manifestação discursiva em que se realizam as construções de sentido colocadas em circulação na sociedade”.

Dois dos depoimentos repetem a dicotomia entre Estudos Linguísticos e Estudos Literários, em que há uma tensão entre as imagens discursivas de leitura e de leitor construídas. Contudo, diferente da Universidade 3, as

respostas dos três colaboradores ao questionário marcam um interesse no processo de formação do leitor eficiente.

Dos três colaboradores citados, dois têm contato estreito e recorrente com os textos diretivos, tanto as Diretrizes Curriculares Nacionais quanto o PPP e o ementário do curso, por ter de discuti-los constantemente no NDE. Um dos docentes atua na universidade há 4 anos, o segundo há 13 anos e o terceiro há 31 anos.

Resumindo, a imagem discursiva de leitor construída pelos discursos dos PPP, grade curricular, ementário e respostas dos professores ao questionário ainda está fragmentada entre os discursos das áreas de Estudos Linguísticos e Estudos Literários. É possível que a manutenção desta tensão seja a responsável pelo relato da persistência dos problemas e dificuldades dos seus egressos ao realizarem atividades de leitura tanto em língua estrangeira quanto em língua materna.

É importante lembrar que documentos oficiais, tais como projetos político-pedagógicos e ementas de cursos, são textos diretivos, de caráter mais global. Resultam de muitos anos de discussões e pretendem durar vários anos. Cabe aos docentes envolvidos no processo de interpretação destes textos a

construção de imagens dinâmicas de seus alunos, entre as quais as imagens discursivas de leitor eficiente.

### **5 Considerações finais**

Nas duas universidades destacadas neste trabalho, as imagens discursivas de leitor em língua estrangeira construídas nas apresentações dos textos dos PPP, nas ementas das disciplinas e nas respostas dos professores de língua e literatura francesas ao questionário proposto apresentam uma tensão entre as áreas de Estudos Linguísticos e Estudos Literários. A imagem discursiva criada a partir dos discursos situados na área dos Estudos Linguísticos aproxima-se da imagem de leitor eficiente proposta pelas abordagens cognitiva e sociointeracionista de leitura e da visão de letramento. Já a imagem discursiva criada a partir dos discursos situados na área dos Estudos Literários é a do leitor crítico.

É possível que a manutenção desta tensão seja a responsável pelo relato, nas respostas dos questionários, da persistência dos problemas e dificuldades dos seus egressos ao realizarem atividades de leitura tanto em língua estrangeira quanto em língua materna.

No entanto, não se pode deixar de mencionar o caráter geral e globalizante dos textos oficiais. Todos procuram dar conta de um longo período de tempo, relativo à validade de uma reforma curricular.

Mesmo com a implantação dos NDE e constantes discussões em torno dos currículos vigentes, as intervenções e modificações aos textos oficiais exigem um tempo de processamento mais longo. Assim, devem apresentar propostas mais gerais, passíveis de serem interpretadas pelos diferentes docentes envolvidos no processo de formação de seus egressos.

É nas respostas dos docentes ao questionário que se encontra o espelho das imagens de leitor construídas em cada um dos cursos analisados.

**Referências**

CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et discours. Éléments de sémiolinguistique (Théorie et pratique)*. Paris : Hachette, 1983.

\_\_\_\_\_. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

\_\_\_\_\_. MAINGUENEAU, D. *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris : Seuil, 2002.

\_\_\_\_\_. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. O *ethos*, uma estratégia do discurso político. In: \_\_\_\_\_. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. O ato de linguagem como encenação. In: \_\_\_\_\_. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

CORRÊA, A.M.S., CUNHA, T.R. Trabalhando a leitura em sala de aula. In: PAULIUKONIS, M.A.L., SANTOS, L.W. dos. (org.). *Estratégias de leitura*. Texto e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

CUNHA, Tânia Reis. *Fatores discursivos de interrupção do fluxo tradutório do francês para o português*. 2002. 230p. + xxii p. Tese (doutorado). Faculdade de Letras – UFRJ, 2002.

\_\_\_\_\_. Atividades facilitadoras da compreensão escrita em francês língua estrangeira. In: ALMEIDA, C., DEZERTO, F., CORRÊA, P.A.C. (Org.). *Francês e Ensino: discursos, práticas e políticas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

KLEIMAN, Angela. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

\_\_\_\_\_. *Oficina de leitura*. Teoria e prática. Campinas, SP: Pontes, 1996.

\_\_\_\_\_. Os estudos de letramento e a formação do professor de língua materna. *Linguagem em (Disc)curso – LemD*, v.8, n.3, p. 487-517, set./dez. 2008.

KOCH, I.V, ELIAS, V.M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *Le contexte de l'oeuvre littéraire*. Énonciation, écrivain, société. Paris : Dunod, 1993.

\_\_\_\_\_. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, A.R., SALGADO, L. (org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

MOIRAND, Sophie. *Situations d'écrit*. Paris : CLE International, 1979.

SOARES, Magda. *Letramento*. Um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2016. [1998].

<http://ecampus.ufam.edu.br/ecampus/gradesCurriculares/report> (acesso em 18 de novembro de 2016)

<http://frances.ufam.edu.br/index.php/historico-2/> (acesso em 19 de novembro de 2016)

<http://frances.ufam.edu.br/index.php/matriz-curricular/> (acesso em 18 de novembro de 2016)

<http://frances.ufam.edu.br/wp-content/uploads/2016/02/MATRIZ-CURRICULAR-LETRAS-FRANC%C3%8AS-UFAM-2013.pdf> (acesso em 18 de novembro de 2016).

[http://www.cursodeletras.ufc.br/Ementas\\_DLE\\_LF.pdf](http://www.cursodeletras.ufc.br/Ementas_DLE_LF.pdf) (acesso em 28 de abril de 2017)

<http://www.ufc.br/ensino/cursos-de-graduacao/367-letras-diurno-fortaleza> (acesso em 28 de abril de 2017)

## INTERAÇÕES ENUNCIATIVAS EM COMENTÁRIOS DE BLOGS JORNALÍSTICOS OPINATIVOS

Regina Souza Gomes (UFRJ)

Tiana Andreza Melo Antunes (Faculdades CNEC Ilha)

**Resumo:** Este trabalho analisa, a partir dos fundamentos da semiótica de linha francesa, os comentários a textos opinativos de variados temas relativos aos comportamentos sociais e à política, publicados em blogs vinculados a jornais da mídia eletrônica. Busca-se observar como se constrói a interação não só entre os actantes figurativizados como comentadores e blogueiros, mas também entre os comentadores entre si. Serão observadas as escolhas enunciativas que instauram: (i) a presença frequente de um dizer apaixonado; (ii) a construção argumentativa da confiança e da desconfiança, da qualificação e da desqualificação do dito, do modo de dizer e dos sujeitos envolvidos na interação enunciativa; (iii) a aspectualização actancial marcada pelo excesso e pela intensidade; (iv) as descontinuidades temáticas e figurativas recorrentes que comprometem a unidade semântica global das interações, criando efeitos de sentido específicos. Verificamos como o emprego desses recursos contribuem para a construção de pontos de vista ruidosos, polêmicos e polarizados.



**Palavras-chave:** enunciação; paixões; argumentação; comentários em blogs.

**Résumé:** À partir des fondements de la Sémiotique française, ce travail analyse des commentaires aux textes opinatifs à sujets variés, concernant soit les comportements sociaux soit la politique, publiés dans des blogs attachés à des journaux des médias électroniques. On cherche à observer comment se construit l'interaction non seulement entre les actants figurativisés comme commentateurs et blogueurs mais aussi entre les commentateurs parmi eux. On observera les choix énonciatifs qui instaurent : (i) la présence fréquente d'un dire passionné ; (ii) la construction argumentative de la confiance et de la méfiance, de la qualification et de la disqualification du dit, du mode de dire et des sujets impliqués dans l'interaction énonciative ; (iii) l'aspectualisation actantielle marquée par l'excès et par l'intensité ; (iv) les discontinuités thématiques et figuratives récurrentes qui compromettent l'unité sémantique globale des interactions, créant des effets de sens spécifiques. Nous vérifions comment l'emploi de ses recours contribue à la construction des points de vue bruyants, polémiques et polarisés.

**Mots-clés:** énonciation; passions; argumentation; commentaires dans des blogs.

## 1 Introdução

Os discursos de ódio que são veiculados na internet pelas mídias ou redes sociais, para citar apenas alguns de seus espaços de circulação, têm sido objeto de preocupação e discussão social. Alguns artigos de opinião na própria mídia e estudos acadêmicos vêm tendo como alvo esses tipos de discursos intolerantes<sup>1</sup>. Os comentários de blogs e de matérias jornalísticas são gêneros sensíveis a essa forma virulenta de interação. Considerando isso, esse trabalho tem como objetivo analisar, a partir dos fundamentos da semiótica de linha francesa, os comentários a textos opinativos de variados temas relativos a comportamentos sociais e à política, publicados em blogs vinculados a jornais da mídia eletrônica (tais como *Folha de S. Paulo*, *Carta Capital*, *O Globo*, *GGN*, entre outros),

<sup>1</sup> Entre os estudos acadêmicos, destaco Barros (2005, 2007, 2008, 2012, 2014, 2015, 2016). Artigos de opinião e matérias jornalísticas também abordam insistentemente o tema, podemos citar, entre outros: "O discurso de ódio que está envenenando o Brasil" (*El País*, 27/11/17); "O discurso de ódio" (*Estadão*, 24/01/18); "Brasil cultiva discurso de ódio nas redes sociais, mostra pesquisa" (*O Globo*, 03/08/16); "Intolerância: o Brasil está à beira de 2018 ou do século 18?" (*Gazeta online*, 21/10/17). Muitos desses artigos alertam para as consequências violentas concretas que esses discursos podem desencadear.

observando como se constrói a interação não só entre os actantes figurativizados como comentadores e blogueiros, mas também entre os comentadores entre si. Serão observadas as escolhas enunciativas que instauram: (i) a presença frequente de um dizer apaixonado; (ii) a construção argumentativa da confiança e da desconfiança, da qualificação e da desqualificação do dito, do modo de dizer e dos sujeitos envolvidos na interação enunciativa; (iii) a aspectualização actancial marcada pelo excesso e pela intensidade; (iv) as descontinuidades temáticas e figurativas recorrentes, comprometendo a unidade semântica global das interações, criando efeitos de sentido específicos. Procuramos verificar como o emprego desses recursos contribui para a construção de pontos de vista ruidosos, polêmicos e polarizados.

A teoria semiótica se erige na base de um percurso gerativo do sentido construído de três níveis de abstração, todos inter-relacionados, estruturantes do conteúdo dos textos. O mais abstrato, o **fundamental**, organiza os sentidos numa axiologia opositiva, como vida vs morte, identidade vs alteridade, categorias abstratas que constroem a unidade global dos textos. O nível intermediário, o **narrativo**, se constitui pela inscrição de um sujeito que busca valores e interage com outros sujeitos. Então, as categorias abstratas do nível fundamental se

convertem em valores com os quais os sujeitos podem estar conjuntos ou disjuntos. As transformações de estado dos sujeitos, possíveis por suas ações, dão direção ao sentido e provêm os textos de uma narratividade profunda, própria de todos os textos. É constituída de quatro fases, pressupostos lógicos de toda narrativa: a da *manipulação* (um sujeito faz o outro entrar em conjunção pelo *dever* ou *querer* com um valor), a da *competência* (o sujeito adquire um *poder* e *saber fazer*), a da *performance* (o sujeito age) e a da *sanção* (o fazer do sujeito é julgado cognitivamente e/ou pragmaticamente sobre a efetiva realização ou não da ação). Os valores, nesse nível, podem ser modais (necessários para que a ação se dê, como vimos: o *querer*, *dever*, *poder*, *saber* e *crer*, que sobredetermina todos os outros valores modais) e descritivos (o valor de busca, como a identidade, por exemplo).

O último nível, o mais concreto, o **discursivo**, há a conversão das narrativas mais abstratas em discurso. Nossa análise abarcará justamente este último nível mais concreto e complexo, em que se observa a inscrição de um sujeito da enunciação (constituído de um enunciador e um enunciatário) e suas coordenadas espaço-temporais, assim como as relações fiduciárias e veridictórias entre os actantes da enunciação. Além dessas relações sintáticas entre a enunciação e o enunciado

(com as projeções de pessoa, tempo e espaço e as interações argumentativas entre o enunciador e enunciatário), verificam-se também as concretizações semânticas de sujeitos e valores abstratos em temas (termos abstratos, que expressam conceitos, sentimentos, percepções e interpretações das coisas do mundo) e figuras (termos mais concretos, que representam os seres do mundo construído no discurso), pelos procedimentos de tematização e figurativização, respectivamente.

A partir desse escopo teórico, faremos uma análise, de natureza qualitativa, dos comentários de blogs vinculados a jornais digitais, procurando demonstrar os procedimentos empregados e explicar o modo como essas interações excessivas e autoritárias se constroem na internet.

## 2 A interação na internet: a intervenção crítica dos leitores na mídia eletrônica

Acreditando-se dotados de um poder dizer e de um saber dizer, os atores<sup>2</sup> desses discursos percebem-se autorizados a emitir sua opinião sobre os temas em foco nos artigos e

<sup>2</sup> Para a semiótica, *ator* é uma categoria semântica que se caracteriza pela figurativização de sujeitos do discurso.

matérias publicadas pelos blogs e constroem seus discursos apoiados na ilusão de que a internet é um espaço aberto para a livre expressão de qualquer pessoa, do “povo”, como se vê no seguinte comentário do blog *Gente Boa*, escrito por Adalberto Neto, em 13 de outubro deste ano:

### **Fabiano**

HÁ 23 HORAS

A população acordou, **obrigado Internet agora o povo tem voz**. Logo seremos chamados de artistofobicos. Abaixo a lei rouanet (grifo nosso).

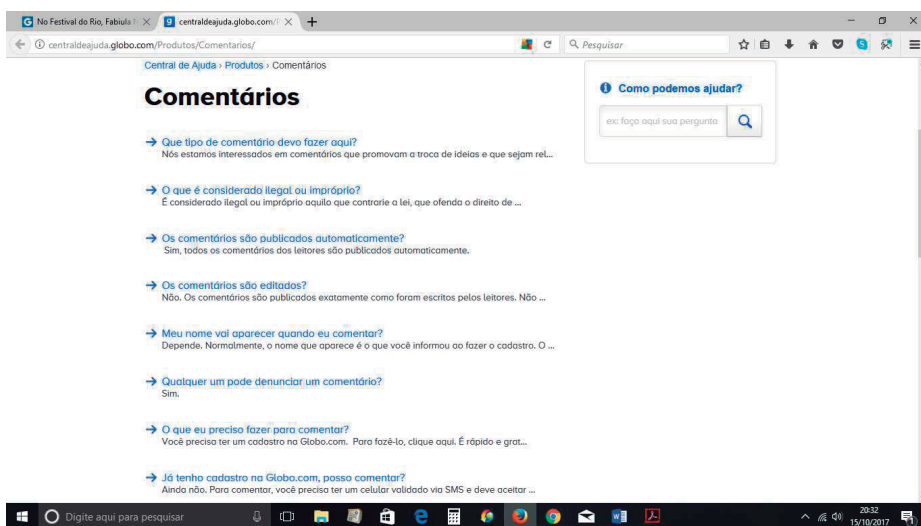
No entanto, no mesmo blog, outro comentário explicita os limites interpostos aos comentários e o controle do veículo de comunicação que, mesmo parecendo abrir espaço para a publicação de qualquer comentário, pode removê-los, caso sejam considerados impróprios ou ilegais:

### **Leandro Machado**

HÁ UM DIA

Comentários com conteúdos inadequados poderão ser removidos " a Globo não pode ouvir a palavra censura mas se da prerrogativa de praticar a censura"

Apesar de o jornal parecer deixar por conta dos leitores avaliar o conteúdo que seja inadequado – o que se pode ver na recomendação dada na página quando o usuário acessa o lugar reservado para sua intervenção –, há um link em que há os parâmetros para que se possa fazer esse julgamento, além de incluir informações sobre as condições para ter acesso ao espaço de comentário no jornal (cadastrar-se, ter um número de celular para receber um SMS de confirmação, etc.):



No link, organizado em perguntas, há orientações que respondem a que tipo de comentário o leitor deve fazer, o que é considerado ilegal ou impróprio, se os comentários são publicados automaticamente ou são editados, etc., de modo a

controlar as contribuições dos leitores, ajustando-os a um poder e a não poder dizer.

Esses parâmetros não são, de qualquer modo, suficientes para impedir que o comentador do blog apresente um discurso movido por paixões malevolentes, que seja agressivo e ofensivo, que desvie ou apenas tangencie o assunto tratado na matéria ou artigo jornalístico ou ainda que se esconda por meio de um pseudônimo (como, p. ex., *Teco Beach*, *Pronto Falei*, *Dickmac*, *Rogério 22*), pelo menos na interface para o público em geral que lê o comentário, contrariando as recomendações do item “Que tipo de comentário devo fazer aqui?”

Nós estamos interessados em comentários que promovam a troca de ideias e que sejam relevantes ao conteúdo por nós publicado. Críticas e opiniões contrárias são bem-vindas, desde que não sejam ofensivas. Os comentaristas são legalmente responsáveis pelo que escrevem. Tentamos garantir que as pessoas que desejam participar sejam reais e que não se escondam atrás de identidades falsas.

Eivados por um discurso apaixonado e por comportamentos enunciativos excessivos, caracterizados por uma construção argumentativa mais baseada nos afetos e nas relações epistêmicas subjetivas da confiança e da desconfiança

que nos juízos éticos e inteligíveis baseados em argumentos credíveis e considerados verdadeiros, construídos como discursos incongruentes, marcados por descontinuidades temáticas e figurativas, os comentários dos blogs reafirmam os discursos intolerantes estudados por Barros (2014; 2015), ao tratar dos discursos que circulam na internet.

Partindo dos estudos de Barros (2014; 2015, principalmente) para abordar as trocas discursivas na internet, constatamos que são aplicáveis aos comentários de blogs jornalísticos. A autora aponta a complexidade desses textos, que reúne características das modalidades oral e escrita da linguagem, as ordens do público e do privado, da autoria e do anonimato. A autora sintetiza essas características na seguinte passagem, ao final de seu artigo intitulado *A complexidade discursiva na internet*:

Em síntese, algumas das principais características dos discursos na internet são: exacerbação da intensidade na interação e da extensão na duração e alcance desses discursos (devido à sua complexidade, entre a fala e a escrita); negação da oposição entre público e privado (devido à formação do complexo público/privado); instalação do sujeito discursivo como homem público, embora anônimo, do ponto de vista da autoria do ator da enunciação; e também como sujeito confiável, pois apresenta a verdade e o saber, mas sem responsabilidade sobre o

que diz, e como sujeito, portanto, do poder. Complexidade, no sentido semiótico do termo, parece ser o elemento definidor dos discursos da internet. Foram aqui apontadas algumas dessas formações de termos complexos, em geral, desequilibrados (BARROS, 2015, p. 28).

A análise dos comentários de blogs confirma essas características arroladas pela autora e a complexidade que explica as interações na internet, além de demonstrar uma gradação nas tensões concessivas que constituem os discursos passionais, intensos, paradoxais que circulam na internet, muitas vezes veiculadores de preconceito e intolerância.

Pode-se distinguir, de maneira mais cuidadosa, as ideias de preconceito e intolerância, sendo o primeiro a constituição de uma ideia ou sentimento e o segundo, a incapacidade de aceitar uma posição diferente, o que leva a atitudes agressivas – inclusive pelos usos linguísticos (LEITE, 2008). Desse modo, Leite assevera:

O traço semântico mais forte registrado no sentido de intolerância é o de ser um comportamento, uma reação explícita a uma ideia ou opinião contra a qual se pode objetar. Não constitui simplesmente uma discordância tácita. Um preconceito, ao contrário, onde existir sem jamais de revelar e, por isso, existe antes da crítica (LEITE, 2008, p. 20).

Esse comportamento agressivo, como veremos a seguir, se discursiviza em alguns comentários. Diferenciando-se pelo conteúdo temático (mais ou menos polêmico) e pelo modo de participação dos comentadores (mais ou menos apaixonados ou intensos, positivos ou negativos), os comentários, longe de marcar uma possibilidade de participação de um diálogo, tornam-se, muitas vezes, uma interação entre sujeitos que apenas reafirmam seu modo de ser e ver o mundo, desconsiderando a voz do outro e qualquer argumento.

### 3 Os comentários de blogs e o dizer apaixonado

Observamos que os blogs que tratam de alguns domínios discursivos, como os jurídicos, acadêmicos e econômicos, com temas menos populares, não só apresentam menor número de comentários como também os comentários são menos exacerbados, mais ponderados e mais congruentes ao assunto tratado no blog. É o caso de artigo publicado no blog *Abecedário*, intitulado *Por que a marcha pela ciência foi um fiasco no Brasil?*, assinado por Sabine Righetti, que analisava o fracasso no Brasil da marcha pela ciência, evento que, segundo a jornalista, reuniu “cientistas e simpatizantes de ciência de dezenas de países”, que “saíram às ruas para protestar contra

uma espécie de descaso generalizado com o conhecimento científico”. Entre os seus 32 comentários, a maioria apresenta o mesmo tom mais sóbrio e contido dos exemplos a seguir:

#### **JBourne**

6 meses atrás

Prezada Sabine. No que diz respeito a Porto Alegre, quero dizer que a divulgação da marcha foi péssima. Sou leitor assíduo de várias publicações, com amplo acesso nas redes sociais, e em nenhum momento chegou até mim qualquer convocação para essa manifestação. Sabia que aconteceria em várias cidades no mundo, por isso procurei a informação e não encontrei. Minha namorada, que é pesquisadora de ciência, também reclamou da falta de divulgação. Acho que faltou expertise em manifestações para os organizadores.

#### **Joao Maluf**

6 meses atrás

Em momento de crise econômica o Brasil corta verba da ciência e pesquisa como uma das primeiras medidas. Isto mostra como a sociedade - de um modo geral - encara o investimento em ciência como algo supérfluo. A valorização

das ciências tem que vir desde a educação fundamental para que esta mentalidade mude.

### Graciela Kunrath Lima

6 meses atrás

Críticas pertinentes. Entretanto, chamar de "fiasco" é mostrar que não esteve presente nos movimentos e/ou que não tem o menor respeito por aqueles que estiveram presentes e se esforçaram para as mobilizações (ainda que sejam poucos). Ficou feio. Além disso, não é porque a aderência foi baixa que significa que o movimento não foi válido ou não teve efeitos. No Brasil, tanto a estruturação da Ciência quanto a mobilização a seu favor são fatos bastante recentes em nossa história, e portanto, ainda temos muito o que aprender e caminhar - e as Marchas pela Ciência que ocorreram no último sábado sem dúvida contribuíram bastante para avançarmos neste sentido, mesmo com todas as suas falhas. A manchete escolhida pela jornalista não ajuda a Ciência Brasileira em nada.

No entanto, é possível encontrar num mesmo comentário uma variação de tom, de modo que um dizer que começa com um estilo mais implicativo e extenso passe a um estilo mais

passional e intenso, como no caso do comentário abaixo, retirado do *Blog do Noblat*, a partir do editorial de *O Globo* intitulado "Senado precisa decidir contra a impunidade", que trata da decisão do Supremo Tribunal Federal, que transfere para o Senado a decisão sobre a manutenção ou suspensão de medidas cautelares aplicadas contra o presidente afastado do PSDB, senador Aécio Neves.

### Claudio Silva

HÁ 5 HORAS

O Artigo 37 da constituição Federal, mais especificamente a lei 8.112 é bastante taxativa sobre as obrigatoriedades dos servidores dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Todos eles, inclusive os senhores do colarinho branco, (senadores, deputados e cia) devem obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade. Infelizmente esses ditos senhores atropelam a constituição federal ao seu bel prazer e quase sempre ficam impunes. **Está na hora de acabar com a farra desses políticos nojentos que se acham acima da lei. Cadeia neles!!!** (grifo nosso).



Nos outros tipos de blogs, que tratam de assuntos políticos ou comportamentais polêmicos, alguns dos comentários, em menor número também, esse envolvimento passional e judicativo dos comentadores tem feição positiva e apresentam elogios e afirmações de apoio ao conteúdo do texto, criando relações de afetividade ou de reconhecimento do outro, em geral por uma concordância de pontos de vista que, se não atinge a paixão da admiração, pode chegar à de satisfação:

**Maria Sousa**

HÁ 19 HORAS

Também achei meio estranha a atitude da Polícia. Uma averiguação mais completa se faz necessária! MH

**Angela Leal**

HÁ 11 HORAS

Noblat, raramente faço comentários, mas é tão surpreendente a imparcialidade nesse artigo, seja pelo autor ou pela empresa que tenho que falar: Parabéns!

Esses comentários, que avaliam o texto “Tem cheiro de perseguição, sim!” do blog de Noblat, de outubro de 2017, em

que o autor avalia criticamente a atuação da polícia em invadir a casa do filho de Lula para apreensão de drogas, a partir de um telefonema anônimo, mostram aprovação ao conteúdo do texto, no primeiro caso, coadunando com as suspeitas do autor do blog, ou, no segundo caso, expressam admiração por seu modo de dizer, caracterizado como imparcial. No entanto, muitas vezes, esses elogios e apoios recaem mais sobre a figura do narrador que ao conteúdo do dito propriamente.

Nesses blogs, porém, são os comentários intolerantes que predominam, por meio de discursos passionais e intensos. As paixões da **indignação** e da **revolta**, do **ódio** e do **desprezo** e, como bem explica Barros (2015; 2016), o **medo** ao diferente são neles muito frequentes. As paixões são explicadas pela semiótica como um arranjo de modalidades (*querer, dever, poder, saber e crer ser*), sobredeterminado por uma aspectualidade (há paixões durativas, pontuais, etc.) e por uma intensidade (paixões tônicas, como a ira, e átonas, como a melancolia), criando efeitos de sentido afetivos ou passionais. O objeto das paixões também as distingue: elas podem voltar-se para um objeto específico (como o ódio ou o desprezo) ou para um objeto difuso (como a melancolia). Assim, as paixões da indignação e da revolta podem ser descritas por reunirem um *querer não ser, saber ser, crer poder não ser*. São geralmente paixões menos durativas, mas muito intensas. As

paixões do ódio e da ira são malevolentes, caracterizadas por um *querer fazer mal*. São também intensas e muitas vezes mobilizam o sujeito a uma ação violenta. A paixão do desprezo se define como um sentimento de repulsa ou aversão por outro que se julga inferior, não merecedor de apreço (um *querer não ser*), por não ter cumprido um contrato, uma expectativa do sujeito que despreza. O medo pode ser explicado também por um *querer não ser* e, segundo Fiorin, apoiado em Lotman, há “uma tipologia das culturas com base nas normas cuja transgressão é motivo de vergonha e normas cuja obediência é ditada pelo medo” (FIORIN, 1992, p. 56). Para o autor, a relação entre o medo e a vergonha é dinâmica, e essas paixões operam de modo complementar, já que uma norma que é submetida à vergonha não o é ao medo, ambos relativos a um *dever fazer* estabelecido nas interações sociais. A paixão da vergonha diz respeito a uma sanção cognitiva aos comportamentos dos sujeitos (transitiva ou reflexiva), relativa a um saber não agir conforme às condutas sociais exigidas, assumidas pelo sujeito como necessárias e obrigatórias (*querer ser* e *crer dever ser ou fazer*). O medo é resultado de uma sanção pragmática, ou seja, se o sujeito não agir em conformidade às normas sociais, poderá ser punido, diz respeito a um saber sobre o que o outro pode fazer. Segundo o mesmo autor, há dois tipos de medo: “um derivado da possibilidade de uma sanção pragmática

negativa (medo dissuasório) e outro de uma performance vista como ameaçadora. O medo que leva a agir de acordo com uma dada norma social é o primeiro” (FIORIN, 1992, p. 58). Segundo Barros (2016, p. 8), é o medo do outro, do diferente, e os “danos que este pode causar” é o que caracteriza dos discursos intolerantes.

Estas paixões são marcadas tanto no modo de dizer quanto na manifestação verbal. O emprego de perguntas retóricas, de expressões chulas e agressivas, de acusações e de ameaças, de ironia e de gracejos são alguns dos recursos discursivos que marcam esse dizer apaixonado. Na manifestação verbal, o texto marcado por pontos de exclamação, pelo uso de recursos gráficos como a caixa alta e o negrito, entre outros, também expressa a tonicidade dos afetos. Esses procedimentos podem ser percebidos nos enunciados dos internautas, ao julgarem o discurso dos outros, nos exemplos abaixo, retirados do mesmo blog anteriormente citado:

### **Gladimir Lopes**

#### **HÁ 21 HORAS**

nao se trata de virar pedofilo, pedofilonao vira, nasce assim com a mente desvirtuada, e se voce apoia pedofilia é por que é pedofilo, SIMPLES ASSIM nao tem o que discutir

**Francisco Pereira**

HÁ 21 HORAS

Quem é mesmo Fabiula Nascimento hein? Desprazer em conhece-la.

**Marcello Castellani**

HÁ UM DIA

Boa parte das artistas aí são garotas de programa, os caras são gogo boys. É do meio "artístico" os comportamentos promíscuos. Esses artistas não são referência para ninguém. Para eles o que não presta é bom e o que presta nada vale. Vade retro, capetas!

**Nivaldo Pereira**

há 2 dias

UAI, O ÍDOLO DA GLOBO, CAETANO VELOSO NÃO FOI AO ESTUPRAR SUA ESPOSA QUANDO ELA TINHA 13 ANOS? NÃO SÓ PEDÓFILOS MAS ASSASSINOS DE CRIANÇAS COMO FOI A MULHER CITADA AO ABORTAR COM 16 ANOS e como a globo vem insistentemente

ensinando a juventude e a infância do país a praticar.....  
contra fatos inexistem argumentos!!!<sup>3</sup>

Constroem-se, assim, os discursos intolerantes, que se caracterizam, segundo Barros (2014; 2016), por serem passionais (especialmente apresentando as paixões do ódio e do medo ao diferente, como dissemos), por serem sancionadores do modo de ser e fazer do outro e por marcarem, opositivamente, de um lado, uma identidade e, de outro, uma diferença. No caso dos exemplos acima, as ofensas, o desprezo, a desqualificação do âmbito moral, profissional e pessoal parecem querer aniquilar os sujeitos cujos comportamentos são considerados diferentes, ameaçadores dos valores morais assumidos pelos comentadores. Assim, no exemplo dado, opõem-se a “depravação”, a “pedofilia”, a “promiscuidade”, etc. atribuídas aos outros (os artistas, os diferentes) aos valores éticos e morais, aos da família tradicional, aos da proteção à infância que são identificados com os dos autores desses comentários.

<sup>3</sup>“No Festival do Rio, Fabiula Nascimento se queixa da vilanização de artistas: 'Viramos pedófilos'” Blog *Gente Boa*, 13/10/17. Disponível on-line pelo link <<http://blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/no-festival-do-rio-fabiula-nascimento-se-queixa-da-vilanizacao-de-artistas-viramos-pedofilos.html>>.

#### 4 As interações ruidosas e autoritárias

Por serem esses discursos passionais e excessivos, os recursos empregados para a contraposição às opiniões apresentadas nos textos dos blogueiros raramente se apoiam no conteúdo do enunciado, apresentando “críticas e opiniões contrárias”, como recomenda o site do veículo de comunicação. Afirmada, pelos próprios comentários, como um espaço democrático para fazer ouvir a voz “do povo”, caracterizam-se, paradoxalmente, como discursos autoritários, buscando impor um ponto de vista como o único bom, o verdadeiro, o universal.

Muitas vezes, não é por crer ou não no discurso (em suas provas, em seus argumentos) que os sujeitos assumem certos valores como verdadeiros, mas, independentemente da lógica e da comprovação, mais que o próprio dizer, é na relação com os outros sujeitos, a confiança ou desconfiança que estes inspiram, que a crença ou se impõe ou se esvanece (LANDOWSKI, 1992, p.153-163). Desse modo, a voz do povo (assim como os valores compartilhados pela maioria) se torna digna de confiança, como “a voz de Deus”. Os dizeres apaixonados e espontâneos dos comentários são, assim, significados como sinceros, como coletivos e socialmente aceitáveis e credíveis, pelo menos assim o é na forma como os

comentadores constroem seu discurso. De acordo com o ponto de vista de vários comentaristas de blogs, ao mostrar adesão a um código de conduta próprio do homem “de bem”, o enunciador merece confiança, assim como aos diferentes – os atores dos enunciados da notícia, os comentaristas contrários ao uníssono da “voz do povo” – recai a desconfiança, não importa a lógica de seus argumentos. No entanto, esse dizer monofônico e autoritário se calca em certos procedimentos argumentativos específicos, que enumeraremos a seguir.

Alguns dos recursos para impor valores e fazer calar o discurso discordante são a desqualificação do sujeito, destituindo-o do direito de falar (por não ter qualificação moral, ou por faltar-lhe o saber necessário, entre outros) ou a desqualificação do seu modo de dizer (ao apontar erros no uso da linguagem, por exemplo). Barros (1992, p.149-164), em artigo que trata justamente desse procedimento argumentativo, afirma que, no primeiro caso, desqualifica-se o sujeito como meio de desqualificar seu discurso (que autora designa desqualificação-manipulação), no segundo, desqualifica-se o discurso para desqualificar o sujeito (desqualificação-sanção).

No caso dos exemplos do item anterior, o comentarista, ao atacar a reputação moral do ator do enunciado, a artista a quem o narrador dá a palavra, desqualifica o seu dizer,

independentemente do seu conteúdo. Ao perguntar, sobre a atriz, “Quem é essa?” ou “Quem é mesmo Fabiula Nascimento hein? Desprazer em conhece-la.”, faz perceber o desdém por sua pessoa e por sua atividade profissional, inferiorizando-a, descompetencializando-a. Constrói-se, então, no dizer do comentador, a desconfiança em relação ao actante do enunciado do texto comentado, de modo a tornar qualquer que seja o seu dizer passível de dúvida e de rejeição.

No exemplo abaixo, a desqualificação ocorre tanto em relação à escolha do assunto tratado pelo enunciador quanto na interação entre diferentes comentadores e possuem uma feição menos intensa e agressiva. Trata-se de texto do jornal GGN, no blog de Luis Nassif, intitulado “A Miss Brasil é negra – qual é a surpresa?”<sup>4</sup> para tratar do último concurso de Miss Brasil, no qual uma brasileira negra do Piauí foi vencedora. Três dos cinco comentários destacam o fato de ainda existir esse tipo de concurso no país, permitindo uma leitura de que é uma prática ultrapassada, colocando em questão a atualidade e a pertinência de se abordar esse conteúdo no veículo de comunicação. Os outros comentários, que seguem abaixo, abordam o fato de uma negra ter ganhado o concurso. O

<sup>4</sup> Retirado de <<https://jornalggn.com.br/blog/mate-da-luz/a-miss-brasil-e-negra-qual-e-a-surpresa-por-mate-da-luz>>.

segundo comentador, bastante lacônico, desqualifica o primeiro pelo modo de dizer (“informações eivadas de ódio”) e também por um não saber (as informações “não correspondem à realidade”), incluindo um link com notícia que contradiz a informação de que 52% dos brasileiros são negros:

### **Também acho, qual a surpresa?**

Também acho, qual a surpresa?

Surpresa seria se fosse branca,afinal, hoje somos a maioria neste país , 52%.

**Branca**, segurem a onda, fiquem na moral quetinho.

Senão vamos botar vocês para correrem dessa bagaça aqui.

Está tudo dominado !

Só lembrando , está jovem não foi a primeira Miss Brasil Negra. (Gilson AS, seg, 21/08/2017 - 23:55)

### **Quando o racismo mostra sua outra face**

Tuas informações **eivadas de ódio** não correspondem a realidade.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-11/populacao-brasileira-e-formada-basicamente-de-brancos-e-pardos-diz-ibge>

(Zé Trindade, ter, 22/08/2017 - 08:12)

Ao fazer isso, o enunciador do segundo comentário do exemplo coloca em questão a própria competência, autoridade e direito do seu interlocutor em dizer o que diz, já que revela suas mentiras (as informações parecem verdadeiras, mas não são) e as atribuem a um envolvimento passional de natureza malevolente (o ódio), tornando sem efeito o conteúdo do dito.

O autoritarismo presente nos comentários também se faz observar por meio das advertências e ameaças perpetradas contra os enunciadores dos textos ou os actantes do enunciado a quem os narradores dão voz. Em relação ao enunciado do interlocutor figurativizado como a atriz Fabíula Nascimento, em texto já aqui citado, que reclamava da vilanização dos artistas e da patrulha das redes sociais, os comentários foram taxativos:

**Francisco Gomes**

há 2 dias

se ela vier na periferia vamos dar ovadas nela.

**Ivan Campos**

há 2 dias

Vai para a periferia e veja a recepção calorosa que pessoas do bem irão dar aqueles que denigrem a imagem do nosso Brasil lá fora!

**Francinaldo Silva**

há 2 dias

Se vc tocar na minha filha, vc não vai pra cadeia. Eu vou!!!

Assim, esses comentadores se atribuem o papel de destinador-julgador, como aqueles que detêm os valores éticos e morais mais corretos e socialmente desejáveis e necessários (são as “pessoas do bem”), o que lhes dá o poder para sancionar até violentamente os sujeitos que se comportam contrariamente aos preceitos por eles assumidos e defendidos. O medo do diferente, então, apresenta sua faceta mais virulenta.

Um argumento muito comum é generalizar um ponto de vista, mostrando-o como o assumido por toda a gente, pelo povo, pela maioria, legitimando-o, assim, como um valor ideológico necessário, que deve ser acatado por todos. A lógica

implicativa desse tipo de comentário é a que, se a maioria pensa de um jeito, então esse é o certo, é a verdade.

### Geovani

há 2 dias

Será que ela não ta vendo **é justamente o povo que está contra essa podridão chamada de "arte"**? façam essas imundices com o dinheiro de vocês e sem crianças envolvidas. Sem essa lei rouanet da disso aconteceria... pois não da lucro... pois não publico suficiente.

### Wilson Guerra

há 2 dias

E simples! **É so ver pelos comentários abaixo quem concorda com isso, simples assim, NINGUÊM!!!** Vcs são Loucos, Quer dar uma de artistas, então façam por onde, não queiram aparecer a qualquer custo.

### Sokol

há 2 dias

**olhem todos os comentários 99% é contar oq essa sem familia disse agora pergunto quem esta errado**

### Verdade

há 2 dias

**A voz do povo é a voz de Deus, vcs mexeram com a maioria**, famílias tem que ser respeitada, digo não a "arte" que expõe uma criança ao nu.<sup>5</sup>

O comentador investe-se, nesse caso, do papel de porta-voz do povo, da maioria, como o defensor dos valores sociais compartilhados, para sancionar negativamente tanto o discurso do actante inscrito no enunciado das notícias (os artistas a que faz referência o autor do blog), quanto o próprio narrador.

Outra estratégia argumentativa é fazer gracejos, ironizar, como forma de depreciar o outro ou o seu dizer. Essa depreciação ocorre a despeito de o assunto em pauta ser vinculado a temas como violência ou problemas sociais. É o caso do texto produzido por Yvonne Maggie, do *G1*, cujo título é “A Rocinha amanheceu em fogo”<sup>6</sup>, que tratava da “guerra”

<sup>5</sup> “No Festival do Rio, Fabiula Nascimento se queixa da vilanização de artistas: 'Viramos pedófilos'” Blog *Gente Boa*, 13/10/17. Disponível on-line pelo link <<http://blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/no-festival-do-rio-fabiula-nascimento-se-queixa-da-vilanizacao-de-artistas-viramos-pedofilos.html>>. Acesso em 03 ago. 2018.

<sup>6</sup> Disponível pelo link: <<http://g1.globo.com/pop-arte/blog/yvonne-maggie/post/rocinha-amanheceu-em-fogo.html>>. Acesso em 03 ago. 2018.



entre traficantes na localidade (*O Globo*, 22/09/17), acompanhado dos dois comentários que se seguem:

### **Paulo Gama**

Uma pena que deixam de lado o fator mais importante. O consumo de drogas por parte do usuário recreativo, aquele universitário, garotão do Posto 9, da gatinha da festa Rave e dos "coroas" da Zona Sul que não conseguiram abandonar os velhos hábitos da juventude dos anos 80 e 90 - nós financiamos os nossos algozes...

### **Antonio Oliveira**

A Rocinha amanheceu em fogo??....Deve ser porque não choveu e a roça está seca e alguém jogou uma ponta de cigarro no mato seco, e pegou fogo. kk

No primeiro dos comentários acima, as figuras remetem aos usuários de drogas ricos, o comentador os designa por termos zombeteiros ("universitário, garotão do Posto 9", "gatinha da festa Rave", "coroas da Zona Sul"), mas colocando-se como parte do mesmo grupo social, como um *nós*, ao mesmo tempo vítima e financiador desses outros sujeitos (*e/les*, os

diferentes), que são os seus "algozes", o que remete ao tema da desigualdade social e das relações de poder.

O segundo comentário, por seu turno, debocha da escolha do título e faz graça com um assunto sério e dramático como os confrontos na Rocinha, reiterando a brincadeira pelo "kk" ao final. Além disso, há um desvio temático em relação à matéria de Maggie, destinada a questionar os problemas sociais provenientes do narcotráfico, sendo esta uma das características frequentes em comentários de blogs, o que abordaremos no item a seguir.

## **5 Descontinuidades temáticas e figurativas**

As incongruências e os tangenciamentos temáticos não ocorrem apenas para fazer graça sobre temas sérios, mas são muito recorrentes nesse gênero de texto. Os comentários, então, não se constroem em coerência ao que está dito no texto do blog sobre o qual tecem suas opiniões. No artigo que tratava sobre a marcha mundial pela ciência, criticando a pouca adesão dos cientistas brasileiros, os comentários a seguir ignoram que o movimento era internacional e mais abrangente que as decisões nacionais, apesar de as englobar. No último

comentário, o enunciador já assinala, no próprio enunciado, o tangenciamento da questão principal:

### **Elson Couto**

6 meses atrás

Marcha de esquerdistas, isso sim! E como ciência e esquerdismo são incompatíveis, é óbvio que seria um fracasso.

### **SCFJ**

6 meses atrás

Exato. Foi apenas uma marcha de comunas/funcionários públicos contra o 'gópi', contra o teto de gastos, contra as urgentes reformas trabalhista e previdenciária. De fato, os comunas não querem entender que o governo está sem um tostão e também não dão a mínima para a produção científica que traz benefícios reais.

### **COUORA**

6 meses atrás

Mudando um pouco o foco da conversa mais creio eu, sem sair do tema, não vejo a hora que ação similar a lava jato chegue as instituições de ensino pois, no Brasil, a

verba para educação já é uma vergonha e professores doutores e seus asseclas, ainda desviam para benefício próprio nas instituições de ensino público.<sup>7</sup>

Fazendo referência aos últimos acontecimentos políticos, relativos ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, da reforma trabalhista, do teto de gastos e discussões sobre uma reforma previdenciária, à operação Lava Jato da polícia federal, entre outros assuntos que ocupavam as manchetes no mesmo período, os comentadores apenas tangenciam os temas abordados no blog, trazendo apenas algumas figuras (como “cientista”, “marcha”, “produção científica”, etc.) recorrentes ao texto comentado, mas que recobrem diferentes temas.

Em comentários ao texto “Decisão sobre ensino religioso mostra que STF está alheio às disputas nas periferias”, no blog Yvonne Maggie (05/10/17), o comentário abaixo transcrito, apesar de trazer uma figura que faz parte do domínio dos discursos religiosos cristãos, não tem qualquer relação com o conteúdo temático do artigo de opinião publicado no blog (nem

<sup>7</sup> “Por que a marcha pela ciência foi um fiasco no Brasil?”. Blog Abecedário, 23/04/17. Disponível on-line pelo link: <<http://abecedario.blogfolha.uol.com.br/2017/04/23/por-que-a-marcha-pela-ciencia-foi-um-fiasco-no-brasil/#comentarios>>. Acesso em 03 ago. 2018.

de qualquer outro comentário), texto que apenas discute a decisão do STF sobre o ensino de religião nas escolas:

**Antonio Fernandes**

HÁ 10 DIAS

Cristo na Cruz está seminu, mas não é apalpado por crianças nem mostra sua genitália para elas.<sup>8</sup>

Esse comentário, que fazia referência a uma performance artística *La Bête*, do coreógrafo Wagner Schwartz, no MAM de São Paulo, em novembro de 2017 e causou grande polêmica<sup>9</sup>, como nos outros comentários acima analisados, também apresenta apenas uma figura (“Cristo na Cruz”) que tangencia, mas não apresenta nenhuma coerência temática com o assunto do texto publicado no blog.

Assim, esse comentário, assim como tantos outros, especialmente nas matérias e artigos mais polêmicos, não participam de uma discussão sobre o assunto do texto

<sup>8</sup> Disponível pelo link: <<http://g1.globo.com/pop-arte/blog/yvonne-maggie/post/ensino-religioso-na-escola.html>>. Acesso em 03 ago. 2018.

<sup>9</sup> As reportagens dos links a seguir remetem ao episódio: <<https://oglobo.globo.com/cultura/apos-polemica-com-performance-mam-sp-assina-termo-com-novas-medidas-de-seguranca-22119265>; <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/interacao-de-crianca-com-artista-nu-em-museu-de-sp-gera-polemica.ghtml>>. Acesso em 03 ago. 2018.

comentado, mas apenas produzem polêmica, marcam uma posição ideológica, criando ruídos e fomentando embates.

A construção de posições marcadas e polarizações se fazem também pela escolha de figuras e temas, lexicalizadas na manifestação, por um lado, por termos como “esquerdistas”, “esquerdopatas”, “pedófilos”, “comunista”, “indecentes”, “petralhas”, “lulopetrancas”, para dirigir-se ao diferente, e, por outro lado, “fascista”, “acéfalo”, “idiota”, “retrógados”, entre outros, a depender da posição ideológica do comentador. Portanto, mesmo que a crítica contra a Rede Globo, por exemplo, possa estar presente em vários comentários contrários entre si, não está da mesma maneira. Na boca de uns, empresa é esquerdista, despudorada, na de outros, manipuladora, farsante.

Assim, a reiteração de estereótipos, de enunciados semelhantes, mesmo travestido de um aparente dizer próprio, independente, espontâneo, impede o diálogo e faz com que, ao contrário das promessas de democratização do direito de fala por meio da internet, o autoritarismo das posições e a intolerância acabem tomando o espaço dos comentários. Como diz Landowski, esse sujeito

[...] não contente de persuadir a outrem da verdade convencional dos papéis que assume, ele ainda quer se persuadir de que, no enunciado, não é apenas a “linguagem”, o “social”, que fala por ele, mas que é o mesmo “eu” – Ego – que, sem mediação, diz sua “verdade” (LANDOWSKI, 1992, p. 163).

## 6 Considerações finais

A análise dos comentários de blogs demonstrou que, na maioria das vezes, é um sujeito excessivo, intenso, marcado não raramente por paixões malevolentes, que não dialoga nem com o autor do blog nem com outros comentadores, que toma voz nesses espaços de interação.

Nas normas de conduta social, é a justa medida que parece prevalecer como a preferida, avaliada positivamente pelos sujeitos sociais, como aponta Fiorin (1989), mas, nas redes sociais e na internet, o sujeito excessivo, impetuoso, apaixonado, interpretado por seus pares como franco, verdadeiro, corajoso, é o que parece prevalecer. Como afirma Barros (2015), a complexidade desse sujeito ao mesmo tempo público, cujo comportamento é observado e julgado socialmente, e anônimo, porque se protege sob um pseudônimo, autoriza-o a poder dizer (quase) qualquer coisa, a

extravasar seus preconceitos e intolerâncias, sem responsabilizar-se nem por seu próprio dizer nem pelas consequências pragmáticas que dele venham decorrer.

Por essa complexidade, apontada por Barros (2014; 2015), que define a interação na internet, os espaços reservados aos comentários na mídia, longe de ser uma oportunidade para a troca de ideias, para o compartilhamento de saberes, para o entendimento social, torna-se um lugar de ruidoso conflito, de reiteração de um ponto de vista autoritário, de pouca escuta e pouco diálogo. Especialmente quando se trata de temas polêmicos, que envolvem valores éticos, políticos e comportamentais, as paixões de ódio, revolta, indignação, desprezo, desdém e medo predominam em relação ao de admiração, respeito e satisfação. Do mesmo modo, os procedimentos argumentativos de desqualificação do outro e do seu dizer são mais frequentes que as demonstrações e provas; o gracejo, a ironia, os xingamentos e outros recursos que marcam uma hierarquia em que o outro é inferiorizado, desmerecido e desrespeitado são também reiteradamente presentes. Muitos desses sujeitos anônimos se investem do papel de porta-voz da verdade, da moral, dos bons costumes, e, sob essa imagem e autoridade autoconstruída, buscam impor e universalizar seu modo de ser e de pensar, impedindo, por

sua presença numérica e seu dizer excessivo, surgir o debate saudável e a diversidade.

Percebe-se, então, a importância dos estudos que têm como objeto esses discursos que têm circulado pela internet, não só porque permitem entender os mecanismos que constroem o seu sentido e seu modo de interação, mas também por nos fazer refletir sobre nossa sociedade, sobre os comportamentos assumidos por esses sujeitos e os valores ideológicos transmitidos por seus discursos, disseminados tão amplamente, espacial e temporalmente, pela internet.

## Referências

BARROS, D. L. P. de. Procedimentos de desqualificação de discursos. *Itinerários*, UNESP, n. 3, 1992, p. 149-164. Acessível online pelo link: <<http://seer.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/2406/1946>>.

\_\_\_\_\_. O discurso intolerante na internet: enunciação e interação. *Anais da XVII Congresso da Alfal*. João Pessoa, UFPB, 2014, p. 3660-3671. Acessível online pelo link: <<http://www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R0716-1.pdf>>.

\_\_\_\_\_. A construção discursiva dos discursos intolerantes. *Diversitas*, 2012. Acessível online pelo link: <[http://diversitas.fflch.usp.br/files/Texto%20Profa.%20Diana%20Luz%20Pessoa%20de%20Barros%20\(1\).pdf](http://diversitas.fflch.usp.br/files/Texto%20Profa.%20Diana%20Luz%20Pessoa%20de%20Barros%20(1).pdf)>.

\_\_\_\_\_. A complexidade discursiva na internet. *CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada*, UNESP, Araraquara, v. 13, n. 2, 2015, p. 13-31. Disponível online pelo link <<http://seer.fclar.unesp.br/casa/article/view/8028/5756>>.

\_\_\_\_\_. Estudos discursivos da intolerância: o ator da enunciação excessivo. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, jan./abr. 2016, p. 7-24.

FIORIN, J. L. A lógica da neutralidade: um caso de aspectualização do ator. In: *Seminário do Gel*, 18, Lorena, 1989.

FIORIN, J. L. Algumas considerações sobre o medo e a vergonha. *Cruzeiro semiótico*, Porto, Portugal, 1992, p. 55-64.

LANDOWSKI, E. *A sociedade refletida*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

LEITE, Marli. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

## #RESISTÊNCIA

### A CONSTITUIÇÃO DE DISCURSOS CONTRA-HEGEMÔNICOS

Michelle Gomes Alonso Dominguez (UERJ)

**Resumo:** No Brasil da última década, a palavra “resistência” ganhou força e se impôs cotidianamente, bem como os discursos por ela qualificados. Nesse sentido, o artigo pretende refletir sobre o conceito de “discurso de resistência”, a partir do reconhecimento de que seu sentido se constrói pela alteridade que recusa. Para tanto, são retomados diferentes conceitos da Análise do Discurso que tratam da questão da subjetividade, com o intuito de identificar a especificidade da alteridade constitutiva dos discursos de resistência, a saber: Formação discursiva, Intersubjetividade, Dialogismo, Polifonia e Heterogeneidade. É grande, portanto, a lista de teóricos que nos auxiliam, destacando-se: M. Pêcheux, M. Bakhtin, O. Ducrot, J. Authier-Revuz e P. Charaudeau. Sustenta nossa reflexão, a análise de textos de diferentes gêneros digitais e com pautas diversas, com vistas à identificação das estratégias linguístico-discursivas que os instituem como resistência.



**Palavras-chave:** discurso; alteridade; resistência.

**Résumé:** Au Brésil de la dernière décennie, le mot «résistance» a pris de l'ampleur et s'est imposé quotidiennement, ainsi que les discours qu'il qualifie. Dans ce cadre, cet article propose une réflexion sur le concept de «discours de résistance», en partant de la prémisse que son sens se construit par l'altérité même qu'il refuse. Pour le faire et pour identifier la spécificité de l'altérité constitutive des discours de résistance, il reprend de différents concepts de l'analyse du discours qui traitent la problématique de la subjectivité tels que: Formation discursive, Intersubjectivité, Dialogisme, Polyphonie et Hétérogénéité. La liste d'auteurs qui nous assistent est donc nombreuse, parmi lesquels nous signalons: M. Pêcheux, M. Bakhtin, O. Ducrot, J. Authier-Revuz et P. Charaudeau. Notre réflexion se fonde sur l'analyse de textes numériques de différents genres et d'agendas variés, afin d'identifier les stratégies linguistiques et discursives qui les instituent en tant que résistance.

**Mots-clés:** discours; altérité; résistance.

## 1 Introdução

Em um passado bastante próximo, a resistência era feita institucionalmente, através de agrupamentos oficiais criados para esse fim. Com a popularização da internet e do tipo de comunicação instaurado por esse suporte, o cidadão passa a ocupar um lugar enunciativo potencialmente mais amplo, sendo socialmente enquadrado em uma cadeia discursiva que o implica em um dos lados, somando-se às fileiras da dominação ou resistindo a ela. Não estou dizendo com isso que a tomada de posição discursiva seja privilégio da atualidade, pois todo discurso está (e sempre esteve) acomodado em determinada formação discursiva. O que estou tentando dizer é que esta recente amplitude enunciativa demanda uma tomada de consciência social que nos coloca em relação e, desse modo, impõe que tornemos clara nossa posição de acordo ou desacordo. Nisso, identificamos as posições dominantes e, se nos opomos a elas, construímos resistência.

Na tentativa de compreender a constituição discursiva dessa resistência, temos desenvolvido algumas pesquisas e, ainda que preliminarmente, observamos que a essência dos discursos de resistência reside na especificidade da heterogeneidade da qual se constituem. Nesse sentido, o

presente trabalho apresenta nossas recentes considerações sobre o tema, abordando, inicialmente, algumas reflexões sobre o vocábulo resistência e sua constituição contra-hegemônica, passando, na sequência, ao exame da matéria discursiva de relevo para o nosso debate: a heterogeneidade. Apesar de nossos estudos terem base na Semiologia do Discurso, nesse caso, optamos por relatar as diversas formas de ocorrência da heterogeneidade, nas vozes de Foucault, Pêcheux, Bakhtin, Charaudeau e Authier-Revuz. Por fim, analisamos alguns sites de resistência feminista e comparamos com os achados em outros estudos sobre discursos de resistência diversos, para concluir que o sentido da resistência tem na alteridade seu fundamento.

## 2 Resistência

No senso comum e nos dicionários, a palavra resistência tem seu sentido vinculado à oposição (“Qualidade de um corpo que reage contra a ação de outro corpo”, “Aptidão para suportar a fadiga, a fome, o esforço”, “Defesa contra um ataque”, “Oposição, reação, recusa de submissão à vontade de outrem”, “Força que se opõe ao movimento; inércia”). Nestes termos, qualquer discurso que reage a outro, impondo-se como

oposição, poderia ser denominado como resistência. Entretanto, o sentido ideológico, social, político, cultural e discursivo da resistência envolve, necessariamente, o reconhecimento de relações de força diversas, conforme apontado já no título deste trabalho.

Assumimos que a resistência só pode ser concebida enquanto movimento contra-hegemônico, sendo, portanto, instituída por relações de poder específicas. Mas o que é hegemonia? Em *A conquista da opinião pública*, Patrick Charaudeau, apresenta a seguinte definição de poder:

O poder é a situação que permite a alguém decidir mudar alguma coisa na ordem do mundo, agindo sobre o outro ou sobre um grupo. *Agir sobre o outro* quer dizer: ter a possibilidade de submeter o outro, por algum meio. Estabelece-se então uma relação de dominação entre um dominante e um dominado, que faz com que o poder se defina numa relação de alteridade, de maneira coercitiva (2016, p. 14).

A hegemonia se institui, então, nessa relação de dominação pelo poder dominante, alcançado pela coerção ou pela legitimação, restando ao dominado a submissão ou a resistência. Nesse sentido, lembra-nos Foucault (1988, p.104-105) de que “lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de

exterioridade em relação ao poder”. Ou seja, para que se tenham discursos de resistência, é necessário não só uma relação de oposição discursiva, mas também, e principalmente, o rompimento com a hegemonia discursiva.

A recente polêmica em torno da exposição *A Queer Museu – Cartografia da Diferença na América Latina*, no Santander Cultural, em Porto Alegre, poderá nos servir de exemplo para ilustrar a questão.

Compreendendo o acontecimento por uma cadeia discursiva, temos:

- 1) o discurso socialmente dominante sobre sexualidade, pautado pela moral cristã, heteronormativo e monogâmico.
- 2) o discurso da exposição, que desconstrói vários ícones cristãos e impõe-expõe a diversidade sexual, identitária e afetiva.



### 3) o discurso que se opõe à exposição

*“Não compactuamos com esse tipo de postura e discordamos que dinheiro público esteja envolvido na divulgação de pedofilia ou outras “filias”. Não acredito que (a mostra) seja um tipo de arte. Para começar, não entendo que isso seja arte, muito menos que uma criança tenha acesso a esse tipo de coisa” Paula Cassol, coordenadora estadual do MBL (RS)*

### 4) o discurso que apoia a exposição



Olavo de Carvalho  
@OdeCarvalho

Follow

1) Não se trata, no caso Santander, de defender a fé cristã, mas de impor a obediência a uma lei que é a mesma para cristãos e não cristãos.

*“Desde que eu declarei meu repúdio ao cancelamento a exposição de arte “A Queer Museu – Cartografia da Diferença na América Latina”, no Santander Cultural, em Porto Alegre, minhas redes sociais começaram a ser atacadas, claro. Como uma mãe não se revolta contra obras que mostram pedofilia, zoofilia, homossexualidade e ‘crianças viadas’? Rita Lisauskas, colunista do jornal Estadão*

As diferentes relações de oposição instauradas pelas citações não podem ser concebidas igualmente como discurso de resistência porque se relacionam distintamente com o discurso hegemônico. Desse modo, temos o próprio discurso

da exposição e de seus apoiadores instituídos como resistência; enquanto a reação negativa a ela, ao se pautar na reafirmação do discurso dominante, constitui-se apenas como oposição.

O conceito de poder apresentado por Van Dijk (2017, p.17) está alinhado a essa perspectiva, pois é definido em termos de controle, “isto é, de controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros”. Segundo o autor, o controle do discurso se constitui como ponto mais essencial para a instituição-manutenção dos grupos de poder e sua instauração se inicia pelo controle do contexto:

Se eventos comunicativos consistem não somente de escrita e fala “verbais”, mas também de um contexto que influencia o discurso, então o primeiro passo para o controle do discurso é controlar seus contextos. Por exemplo, as elites ou organizações poderosas podem decidir quem pode participar de algum evento comunicativo, quando, onde e com que propósitos (VAN DIJK, 2017, p.19-20).

Se, por um lado, o comentário de Van Dijk nos faz atentar para a dimensão do poder dos grandes veículos de comunicação de massa, por outro, sinaliza para a democratização que a internet potencialmente proporciona.

Diferentemente de qualquer outro suporte comunicativo, a internet instaura um tipo de comunicação todos-todos, cujo controle é de qualquer um que acesse a rede. Sendo capaz de visibilizar demandas sociais sem mediação, ela pode dar às pautas contra-egemônicas maior circulação, amplitude e frequência, exercendo, portanto, um papel fundamental para a desinstitucionalização da resistência. Reside também, nesse ponto, a relevância do presente estudo.

### 3 Discurso

As reflexões sobre o discurso estão vinculadas, obviamente, à área de estudos linguísticos denominada Análise do Discurso (AD). A considerar as divergências que dividem as diferentes perspectivas em AD, a simples localização do estudo nessa corrente teórica poderia não dizer muita coisa, já que o próprio conceito de discurso é tratado de modo diverso. Há, entretanto, alguns consensos teóricos capazes de irmanar as diferenças sob o mesmo rótulo, dentre os quais, o da heterogeneidade do discurso (ainda que considerada por conceitos diversos – polifonia, dialogismo e interdiscurso) parece incontestável. Como conceito fundante de nossas

premissas sobre o discurso de resistência, é a partir deles que traçaremos nossos comentários.

De acordo com Foucault (1969, p. 43), o discurso é um “conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”. Nessa perspectiva, o discurso é, pois, condicionado por um conjunto de fatores que escapam ao domínio individual do enunciador.

No mesmo sentido, vão M. Pêcheux & Fuchs:

Diremos que os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que tem por característica colocar o “dito” e em consequência rejeitar o “não-dito”. A enunciação equivale pois a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui o “universo de discurso”), e o que é rejeitado. Desse modo se acha, pois, desenhado num espaço vazio o campo de “tudo o que teria sido possível ao sujeito dizer (mas que não diz)” ou o campo de “tudo a que se opõe o sujeito que disse” (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p.176).

Ao reconhecerem a constituição do “não-dito” na cadeia enunciativa, os teóricos impõem ao enunciado, em sua

concepção discursiva, a presença do “outro” e, conseqüentemente, retiram do indivíduo enunciador o status de fonte do sentido discursivo. Sobre esse “encontro”, Bakhtin é ainda mais claro:

Em todos os caminhos que levam a seu objeto, o discurso encontra o discurso de outrem e estabelece com ele interação viva e intensa. Somente o Adão mítico, abordando com o primeiro discurso um mundo virgem e ainda não-dito, o solitário Adão, poderia verdadeiramente evitar absolutamente essa reorientação mútua em relação ao discurso de outrem (BAKHTIN, 1981, p.98).

Mais recentemente, em seu *Dicionário de Análise do Discurso*, Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau transcrevem essas relações no verbete discurso, ao ponderarem que seu sentido se constrói “no interior de um universo de outros discursos, através do qual ele deve abrir caminho. Para interpretar o menor enunciado é preciso colocá-lo em relação com todos os tipos de outros, que se comentam, parodiam, citam...” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p.172).

Como se vê, as perspectivas dos diferentes autores aqui arrolados, apesar de corresponderem aos diversos enfoques tratados como linhas divergentes da AD, convergem na

concepção da linguagem enquanto espaço de heterogeneidade. Desse modo, podemos afirmar que, de maneira geral, os estudos da AD partem das premissas de indissolubilidade entre linguagem e sociedade e da inviabilidade de qualquer exterioridade entre os sujeitos e seus discursos. Institui-se, assim, a alteridade na subjetividade, a heterogeneidade na enunciação e a consideração do interdiscurso como fundamento indiscutível para os estudos discursivos.

Reconhecendo essa heterogeneidade fundante de qualquer discurso, Jacqueline Authier-Revuz (1982) propôs, então, a diferença entre heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada. A primeira, em acordo com o que se colocou anteriormente, é definida pelo reconhecimento de que todo dizer se fundamenta em outros (todos aqueles que atravessaram a vida do sujeito); enquanto a segunda, residiria nos inúmeros casos em que essas diferentes vozes se manifestam explicitamente na superfície linguística (citações, aspas, comentários, itálicos, metáforas, imitação, ironia etc.).

A pesquisadora brasileira Maria José Coracini (1995) propõe ainda uma terceira categoria: a heterogeneidade reconhecida; aquela em que o outro se mostra apenas para aqueles que conseguem reconhecê-lo (um caso intermediário

entre a heterogeneidade constitutiva e a mostrada). Independentemente do acordo em tais categorizações, o importante aqui é que se mantenha a clareza sobre a constituição heterogênea dos discursos, pois é em função dela que propomos a leitura acerca dos discursos de resistência.

#### **4 Discursos de Resistência**

É nas relações que estabelecem com o interdiscurso que os constitui que se distinguem os discursos hegemônicos e contra-hegemônicos. Não se trata somente da repercussão discursiva de posições socialmente diversas, mas das posições de poder divergentes implicarem, conforme se demonstrará a seguir, em especificidades discursivas.

É marca de todo discurso hegemônico a premissa do “consentimento”. Tratam-se de discursos que partem de um acordo generalizado e, por isso, constroem-se como valor de verdade, na desconsideração do “Outro”, que, grafado em maiúscula, representa a alteridade extrema, contrária. Como qualquer construção discursiva, a hegemônica se constitui também no interdiscurso, mas sua posição de dominância é demonstrada (e mantida) na polifonia de vozes afirmativas, em uma alteridade equivalente.



Vejamos o exemplo a seguir:

No fragmento da reportagem de *Marie Claire*, revista dedicada ao público feminino, observamos a instauração de variados implícitos, mas alguns deles se destacam por ativarem determinados valores de verdade:



- existe uma prática sexual ideal para todos;
- alguém entende mais ou melhor a vida sexual feminina do que a própria mulher;
- mulheres se relacionam sexualmente com homens.

Vemos aqui replicado o discurso hegemônico sobre a sexualidade feminina, porque reconhecemos os padrões de controle de uma sociedade machista e heteronormativa sobre a mulher: deve buscar determinados ideais de realização sexual, não comanda a sua própria sexualidade e está rigorosamente

enquadrada como heterossexual. Uma variedade de vozes identitárias e sexuais femininas (sexuais e satisfeitas, assexuais, bissexuais, homossexuais e transexuais) é, portanto, ignorada. E esse tipo de ocorrência discursiva só é possível quando o discurso integra a cadeia dominante.

Nos discursos de resistência, pelo contrário, a heterogeneidade repercute a alteridade sobre a qual se impõe a resistência. Em recente trabalho apresentado na mesa "Discursos de resistência, marcas de existência", do *XIII Fórum Internacional de Estudos Linguísticos*, propus a análise de alguns sites feministas, cujos comentários retomo na sequência:



Tanto no título do coletivo *Não me Khalo* quanto em *Não me chamo mãe*, a oposição se faz marcadamente pela negação "Não" que se coloca em resposta ao silenciamento (Cale-se) e ao enquadramento social (Mãe) sofrido pelas mulheres. Note que o sentido dos títulos não se constrói pela carga semântica dos termos, mas pelas construções discursivas a que remetem.



“Kahlo”, assim grafado, integra a referência ao ícone feminista Frida Kahlo e o verbo calar, na primeira pessoa do presente indicativo. Tal relação cria um sentido que extrapola o mero “não paro de falar” porque compacta o discurso machista do silenciamento feminino e à artista feminista (e, conseqüentemente, seu discurso). Em *Não me chamo mãe*, site materno-feminista, a negação recai não só sobre a exclusividade da função materna quando se tem filhos (não é raro ser chamada de “mãe” ou de “mãezinha” por desconhecidos), mas também pelo ideal de maternidade que o discurso hegemônico propaga (veja-se o tópico “maternidade real” que abriga os textos dedicados ao tema).

A negação explícita dessa voz “Outra”, à qual se faz resistência, não é, entretanto, estratégia exclusiva. Com o acordo hegemônico, esses conteúdos se incluem nos discursos de resistência de formas diversas. Em *Não me chamo mãe*, por exemplo, intitulam os textos:

- i) “A invisibilidade das mães de crianças atípicas”;
- ii) “Esse parasita a quem chamam de pai”;
- iii) “Me deixa gozar”.

Em (i), a nominalização impõe como informação acarretada o fato de que “mães de crianças atípicas são invisíveis”, colocando-as, em outros termos, fora da pauta discursiva hegemônica, mas aqui inseridas. Em (ii), é a referência dissonante “parasita” x “pai” que marca os lugares discursivos, imputando o último termo ao discurso dominante por uma espécie de citação. Já em (iii), a modalidade alocutiva se justifica como resposta e recusa ao impedimento do prazer sexual de gestantes.

No site *Lugar de mulher*, a retomada do discurso dominante é feita pela paródia do dito “lugar de mulher é na cozinha”, ironizado pelas expressões pouco usuais na atualidade que nomeiam os temas discutidos (“Maneiras” para comportamento; “Libertinagem” para sexo; “Querelas” para debates; “Prendas” para trabalho). Tal construção nos impõe, não só o reconhecimento do discurso machista, mas sua desqualificação como “antiquado”.



Em todos os casos analisados, inversamente ao que verificou no discurso hegemônico, a construção da resistência se faz na retomada do “Outro”, em heterogeneidade mostrada,

nos moldes de Authier-Revuz. E nos trabalhos de outros analistas, sobre resistências diversas, as ocorrências foram semelhantes.

Em recente estudo sobre a velhice como resistência, LIMA, LIMA & COROA (ANO) analisam crônicas autobiográficas de Rachel de Queiroz e Rubem Alves, encontrando uma imagem dissidente da velhice, que se constrói por “um discurso que denuncia e, ao mesmo tempo, resiste à identificação social da velhice como dócil, assexuada, decrépita e inútil” (p.923). Em um dos fragmentos analisados, observamos os mesmos procedimentos discursivos de retomada: negação explícita e afirmação implícita. “Velho não precisa de prateleira especial, velho é gente como todo mundo (...). Em lugar dos paparicos só queremos um pouco de respeito” (p. 922). [grifo nosso]

No mesmo sentido, ROMÃO, FARIA & MOREIRA (2008), dedicando-se aos sentidos de resistência na revista *Caros Amigos*, concluíram que a publicação promove a circulação de sentidos dissonantes da grande imprensa e, assim, “instaura a possibilidade de ruptura com os sentidos colocados em curso pela formação discursiva (FD) dominante em relação aos movimentos sociais do campo e suas estratégias de luta política” (p. 110). Observamos no fragmento a seguir, que a

dissonância referida se estrutura na explícita retomada e contrariedade discursiva:

É preciso, portanto, desmontar o “discurso pró-ciência e tecnologia”, e perguntar a quem a sua aplicação beneficia. As mulheres do MST não são luditas. Não são contrárias nem à ciência nem à tecnologia. Mas lutam em defesa de um país limpo, sadio, justo e soberano. A mídia vassala do império não suporta nada disso. (Ibid. p.111) [grifo nosso].

Além da ratificação das análises anteriores, há na leitura dos autores uma importante colocação sobre o ponto de ruptura discursiva e da consequente instituição do discurso como resistência. Nele, o discurso “Outro”, retomado da alteridade extrema, é explicitado como pertencente a uma formação discursiva diversa, cuja fonte dominante deve ser reconhecida. O discurso de resistência marca, portanto, sua posição contra-hegemônica por uma heterogeneidade mostrada pela negação, rechaço ou desqualificação de um discurso que deve ser reconhecido como dominante e vinculado a uma “Outra” formação discursiva.

## 5 Considerações finais

A partir dos esclarecimentos sobre a relação entre discursos de resistência e estruturas de poder e do consequente reconhecimento de sua posição contra-hegemônica, este estudo pretendeu demonstrar que a repercussão discursiva dessa relação é o fundamento desse tipo de discurso. Ou seja, sua identificação como resistência está vinculada ao reconhecimento da oposição que faz ao interdiscurso que recupera.

Assim, ao consenso teórico sobre a constituição heterogênea do discurso deve-se somar a atenção ao tipo de interdiscursividade que diversamente compõe discursos hegemônicos e de resistência. Se o primeiro pode prescindir de esclarecer as diversas vozes que o antecedem e constituem, sendo essa, inclusive uma estratégia de manutenção de controle e dominação, o segundo só se institui no claro reconhecimento de que essa heterogeneidade se funda em formações discursivas distintas, como “Outro” em alteridade extrema.

Como contra-hegemônicos, os discursos de resistência têm sua instauração vinculada ao reconhecimento das “vozes” que se quer negar/desconstruir/opor como discursivamente

dominantes. Independentemente da terminologia adotada – como heterogeneidade mostrada, reconhecida ou marcada –, o reconhecimento da heterogeneidade nesses discursos é, portanto, o que valida sua existência como resistência. E é nesse sentido que o artigo pretendeu demonstrar que os discursos de resistência se fundamentam na alteridade que enfrentam para construir seus próprios sentidos.

## Referências

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneité montrée et heterogeneité constitutive: elements pour une approche de l'autre dans le discours. In: *DRLAV-Revue de Linguistique*, 26, 1982.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, P. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto, 2016.

FOUCAULT, M (1969). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

LIMA, S. C; LIMA, P; COROA, M. L. Identidade de velhos: modos de identificação e discursos de resistência na velhice. In: *Domínios de Linguagem*, [S.l.], v. 10, n. 3, p. 903-926, ago. 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/>

[Dominiosdelinguagem/article/view/32897/18762](http://www.seer.ufu.br/index.php/Dominiosdelinguagem/article/view/32897/18762)>. Acesso em 02 jul. 2018.

PÊCHEUX, M. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas In: GADET, F. e HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

ROMÃO, L. M.; FARIA, D.; MOREIRA, V. Sentidos de resistência no discurso jornalístico inscrito na revista Caros Amigos. In: *Revista Alceu*. v.9 n.17, jul./dez.2008. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio, 2008. Disponível em: <<http://revistaalceu.com.pucRio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from info index=9&info id=310&sid=29>>. Acesso em 02 jul. 2018.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. São Paulo, Contexto, 2010.

## O *ETHOS* E O *PATHOS* EM UMA PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DA *FOLHA DE S. PAULO*

Nadja Pattresi de Souza e Silva (UFF)

**Resumo:** À luz da Semiologia (CHARAUDEAU, 2005, 2008, 2010), propõe-se a análise de um filme publicitário institucional da *Folha de S. Paulo*. Com base no postulado de que o sentido se constrói na relação entre fatores internos e externos ao ato de linguagem, busca-se examinar como, na associação entre mecanismos verbais e não verbais, o *ethos* e o *pathos*, conceitos alicerçados no discurso, são mobilizados pela/na construção da (auto)imagem do jornal e do seu público-alvo no vídeo. Para a investigação do *ethos*, noção vinculada à construção da identidade e ao ato de enunciação, recorre-se, ainda, a estudos de Maingueneau (2011) e Amossy (2005) e, pela natureza do *corpus*, a estudos semióticos sobre a imagem (SANTAELLA, 2012). Com a pesquisa, verifica-se como recursos verbais e visuais do vídeo constroem o empreendimento de conquistar o público potencial do jornal, o que se relaciona à dimensão patêmica do discurso.

**Palavras-chave:** Semiologia. *Ethos* e *Pathos*. Publicidade institucional de jornal.

**Résumé:** À partir d'une approche sémiolinguistique (CHARAUDEAU, 2005, 2008, 2010), on propose l'analyse d'un film publicitaire institutionnel du journal *Folha de S. Paulo*. Tenant en compte le postulat que le sens se construit dans le rapport entre les facteurs internes et externes à l'acte du langage, on cherche à examiner comment, dans l'association entre les mécanismes verbaux et non verbaux, l'*ethos* et le *pathos*, des concepts fondés dans le discours, sont mobilisés par/dans la construction de l'(auto)image du journal et de son public cible dans la vidéo. Pour l'investigation de l'*ethos*, notion liée à la construction de l'identité et à l'acte d'énonciation, on a également recours aux études de Maingueneau (2011) et d'Amossy (2005) et, par la nature même du *corpus*, aux études sémiotiques sur l'image (SANTAELLA, 2012). Cette recherche nous permet de vérifier comment les ressources verbales et visuelles de la vidéo construisent le projet de conquête du public potentiel du journal, ce qui est lié à la dimension pathémique du discours.

**Mots-clés:** sémiolinguistique; *ethos* et *pathos*; publicité institutionnelle du journal.

## 1 Introdução

Neste trabalho, com base na perspectiva semiolinguística do discurso, busca-se analisar um filme publicitário institucional da *Folha de S. Paulo*, lançado em 2013, com os *slogans* *#sigaafolha* e *Folha, não dá pra não ler*. Considerando-se que o sentido se constrói na relação entre fatores internos e externos ao ato de linguagem, o objetivo central é examinar como, na associação entre mecanismos verbais e não verbais, o *ethos* e o *pathos*, conceitos alicerçados no discurso, são mobilizados pela/na construção da (auto)imagem do jornal e do seu público-alvo no vídeo.

Para a investigação do *ethos*, noção vinculada à construção da identidade e ao ato de enunciação, recorre-se, ainda, a estudos de Maingueneau (2011) e Amossy (2005) e, pela natureza do *corpus*, a estudos sobre a imagem (BARTHES, 1990) e a pesquisas vinculadas ao campo da Semiótica (SANTAELLA, 2012).

A fim de analisar como recursos verbais e visuais do vídeo produzem o empreendimento de conquistar o público potencial do jornal, o artigo organiza-se em seis seções. Na sequência desta introdução, a segunda seção apresenta, em linhas gerais, a perspectiva semiolinguística associada à

publicidade e a suas características centrais, uma vez que tais aspectos constituem os pilares do presente trabalho.

No terceiro item, abordam-se e relacionam-se os conceitos de *ethos* e *pathos*, igualmente relevantes para a análise do *corpus*. Na quarta parte do trabalho, discorre-se sobre a *Folha de S. Paulo*, destacando-se informações sobre a história, a linha editorial e o perfil dos leitores do jornal. Na quinta seção, em sintonia com os pressupostos teóricos mobilizados, propõe-se a análise de um filme publicitário recente da *Folha*. Na sexta parte, incluem-se as considerações finais do trabalho e, por fim, elencam-se as principais referências utilizadas na pesquisa.

## 2 A abordagem semiolinguística do discurso e a publicidade

Ao considerar que o ato de linguagem constitui o conjunto da realidade discursiva, a Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso concentra-se na investigação dos processos e mecanismos que respondem pela encenação da significação. Segundo Charaudeau (2006, p. 131), pesquisador francês fundador da referida abordagem teórico-metodológica, em qualquer produção discursiva, é necessário considerar que:

Não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como um fragmento do real. Sempre que estamos tentando dar conta da realidade empírica, estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade.<sup>1</sup>

Na esteira dessas ponderações, comunicar é uma atividade sempre em construção, que envolva pluralidade e a opacidade do signo, uma vez que não só descreve referentes, como também veicula valores sociais, sugere implícitos, revela a identidade dos sujeitos, revestindo-se, assim, de uma tríplice dimensão: a referencial (recorte da materialidade do mundo), a contextual (relação com outros signos) e a situacional (os “enjeux” do discurso). Em suma, pode-se afirmar que:

Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de *estratégias discursivas* (CHARAUDEAU, 2006, p. 39, grifo do autor)

<sup>1</sup> Neste trabalho, optamos por adaptar as citações diretas, extraídas de publicações anteriores à vigência do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, às normas atuais.



Para que esse complexo processo de construção de sentidos seja levado a efeito, é fundamental considerar o papel de sujeitos de identidade psicossocial e discursiva, portadores de uma dada intencionalidade e de propósitos comunicativos. Como descreve Nogueira (2005, p. 3), Charaudeau prevê que:

[...] todo ato de linguagem realiza-se dentro de um tipo específico de relação contratual, implicitamente reconhecido pelos sujeitos, e que define, por um lado, aspectos ligados ao plano situacional – qual a identidade dos parceiros, seus objetivos, o assunto de que falam, em que circunstâncias materiais – e, por outro lado, aspectos relativos ao plano comunicacional e discursivo – quais as maneiras de dizer ou quais as estratégias discursivas pertinentes.

Para que se reconheça qualquer ato de linguagem como tal, é preciso que se considere o *processo de semiotização do mundo*, que se compõe de uma dupla dimensão: o *processo de transformação*, em que um mundo a significar ganha estatuto de um mundo significado, e o *processo de transação*, em que o mundo significado torna-se, enfim, objeto de interação.

O processo de *transformação* compreende quatro operações básicas: a identificação, pela qual os seres do mundo são nomeados e se tornam identidades nocionais; a qualificação, pela qual os seres são caracterizados e

especificados, formando-se identidades descritivas; a ação, pela qual os seres se tornam identidades narrativas e agem ou sofrem a ação no mundo; e a causação, que inscreve os seres e suas ações em uma cadeia causal em sentido amplo (CHARAUDEAU, 2005).

Em geral, o processo de *transação* obedece a quatro princípios: o de *alteridade*, o de *pertinência*, o de *influência* e o de *regulação*. O princípio de *alteridade* pressupõe a existência de um sujeito produtor e de um sujeito receptor do ato de linguagem e responde pela característica contratual de todo ato de comunicação, uma vez que, para que este se realize, é imprescindível que haja uma interação entre dois parceiros que se reconheçam como tais.

O princípio de *pertinência* vincula-se ao conjunto dos saberes implicados no ato de linguagem e determina que este seja apropriado ao seu contexto e finalidade.

O princípio de *influência* e o de *regulação* estão intimamente relacionados. O primeiro aponta para o fato de que todo ato de linguagem se apoia numa finalidade, numa dada intencionalidade, que se configura pelo desejo de persuadir o outro a compartilhar tal projeto de fala. O segundo caracteriza a possibilidade de uma contrainfluência por parte dos parceiros envolvidos na troca comunicativa, correspondendo a um

conjunto de estratégias que assegura as condições mínimas para que a interação se mantenha e não se desfaça abruptamente.

Isso posto, é fundamental ressaltar a relação estabelecida entre os dois movimentos: o de *transformação* e o de *transação*. Com base na observação do funcionamento do ato de linguagem, pode-se afirmar que há certa subordinação das operações de *transformação* aos princípios do processo de *transação*, já que são estes que orientam o propósito comunicativo e o sentido daquelas.

De forma geral, o contrato de comunicação caracteriza-se pela existência de dois circuitos interdependentes: o do *fazer* (circuito externo) e o do *dizer* (circuito interno). No primeiro, localizam-se os *parceiros*, dotados de identidade psicossocial e chamados de *EU-comunicante*(EUc) e *TU-interpretante*(TUi), conforme estejam, respectivamente, no polo produtor ou receptor do enunciado.

No segundo, situam-se os *protagonistas*, portadores de identidade discursiva, denominados *EU-enunciador*(EUe) e *TU-destinatário*<sup>2</sup> (TUD). Ao interagir com o outro, ainda que não

<sup>2</sup>No campo da Semiologia, os seres do circuito do *fazer* também podem ser denominados *sujeito-comunicante* e *sujeito-interpretante*, e os seres do circuito do *dizer*, *sujeito-enunciador* e *sujeito-destinatário*, respectivamente.

tenha uma essência única, o sujeito mostra-se em seus diferentes traços identitários, que podem ser analisados em termos de sua dupla constituição: a psicossocial e a discursiva.

Não há, em geral, perfeita correspondência entre o que se pretende comunicar e o que efetivamente acontece no jogo discursivo. A par das contingências e projeções sociais e discursivas, há sempre um espaço para a maleabilidade, o que permite inovações, desencontros e deslizamentos de sentidos.

No que diz respeito à publicidade em geral e ao vídeo em foco neste trabalho, o qual se configura como um discurso publicitário do jornal sobre o próprio jornal, acompanhamos, no circuito externo, como nos ensina Monnerat (2003, p.21), uma relação entre o jornal *Folha de S. Paulo*, o “fabricante” do produto anunciado, que aciona um publicista, a agência Africa - o EUc, sujeito comunicante-publicista- e seus potenciais consumidores, ou seja, a instância interpretante e também agente – o TUi, sujeito interpretante-consumidor.

No circuito interno, o enunciador – o EUa, sujeito enunciador-anunciante - responde pela palavra configurada e, conseqüentemente, pela construção de sua própria imagem, e dirige-se ao um destinatário utilizador eventual do produto anunciado – o TUD, sujeito destinatário-utilizador eventual.

Quanto ao destacado *status* que a publicidade detém em nossa sociedade, Marshall (2003, p. 98) afirma que essa posição “pode indicar, no alvorecer do terceiro milênio, o nascimento de uma verdadeira civilização publicitária, eletrificada por um universo de imagens, símbolos, mitos e *slogans*”, que o autor denomina “publisfera”. Nesse contexto, em vez de valerem por sua significação, as coisas passam a ser medidas por sua representação, considerando que “o *marketing* teatraliza os significados” (MARSHALL, 2003, p. 99).

O autor reforça, ainda, que a publicidade se tem utilizado da persuasão como estratégia para atingir e modificar o comportamento do outro. Segundo Marshall (2003, p. 105), utilizando “apelos emocionais ou racionais, argumentos lógicos ou sofismas, artifícios verdadeiros ou virtuais, recursos fantasiosos ou reais, mecanismos subliminares ou diretos, a publicidade tem por meta final persuadir e convencer o seu *targeta* consumir”.

Na ótica de Péninou (apud CARVALHO, 2006, p. 40), a “mensagem publicitária linguística manifesta-se por três atos fundamentais: nomear- conferir uma identidade por meio de um nome; qualificar – estabelecer uma personalidade por meio de atributos; exaltar – garantir a promoção por meio da celebração do nome e seus atributos”. No caso do *corpus* deste estudo,

considera-se que, por sua própria natureza verbo-visual<sup>3</sup>, tais funções podem ser relacionadas, de forma análoga, aos aspectos imagéticos constitutivos do vídeo, como se destacará na análise.

Parece-nos possível e relevante associar os atos de nomear, qualificar e exaltar, típicos do universo publicitário, como anteriormente referido, a uma das estratégias que os interlocutores são capazes de mobilizar e reconhecer de acordo com as finalidades comunicativas colocadas em jogo: os modos de organização do discurso. Esses modos de organização se subdividemem narrativo, descritivo e argumentativo, os quais, segundo Charaudeau (2008), são estruturados por outro, que funciona como uma espécie de espinha dorsal para cada um deles: o modo enunciativo.

Para os limites deste trabalho, importa-nos destacar os modos de organização enunciativo, descritivo e argumentativo do discurso, uma vez que parecem se destacar entre as estratégias discursivas acionadas na articulação entre o verbal e o visual no *corpus* analisado.

---

<sup>3</sup> Embora se reconheça que a dimensão sonora, por exemplo, integra, de modo significativo, o processo de produção de sentidos no filme publicitário analisado, o foco deste trabalho recai, sobretudo, na relação entre os recursos verbais e visuais mobilizados.

O modo de organização enunciativo diz respeito à forma pela qual o sujeito que fala se relaciona com ele mesmo, com o dito e com o interlocutor, caracterizando diferentes papéis enunciativos e modalidades discursivas: a *elocução*, em que predominam marcas de primeira pessoa; a *alocução*, em que sobressaem as marcas de segunda pessoa, já que o *tu* é aquele a quem se pretende influenciar diretamente; e a *delocução*, em que se apagam as marcas de pessoalização e se denota certo distanciamento.

O modo de organização descritivo, a seu turno, é aquele que nos permite ver e falar do mundo com um “olhar fixo”, tornando possível a existência dos seres. Para tanto, mobiliza três procedimentos autônomos, mas inter-relacionados: o de nomear, o de localizar/situar e o de qualificar. Esse modo de organização está diretamente vinculado às funções de narrar e argumentar e utiliza-se de procedimentos como o de identificação e o de construção objetiva e subjetiva do mundo para gerar efeitos próprios à encenação descritiva, tais como o efeito de saber, o de realidade, o de ficção, entre outros.

Por fim, o modo de organização argumentativo responde pela “função de expor e provar causalidades numa visada racionalizante para influenciar o interlocutor” (CHARAUDEAU, 2008, p.75). Assim, possibilita a elaboração de explicações

sobre asserções acerca do mundo numa perspectiva demonstrativa (relações de causalidade em sentido amplo) e numa perspectiva persuasiva (prova com base em argumentos que justifiquem as asserções sobre o mundo e as relações de causalidade entre elas).

Tendo em vista que a mensagem publicitária se fundamenta em uma persuasão verbo-visual, é preciso contemplar as relações entre essas dimensões e sublinhar que, em ambos os níveis, existe, para além do conteúdo “literal”, mais estável e explícito, uma dimensão fortemente conotativa, que transcende a camada mais óbvia e concretiza o aspecto simbólico da publicidade. Ao tratar da imagem, em particular, Barthes (1990, p. 28) salienta que, “em publicidade, a significação da imagem é, certamente, intencional”. O mesmo autor defende que “toda imagem é polissêmica e pressupõe subjacente a seus significantes, uma ‘cadeia flutuante’ de significados, podendo o leitor escolher alguns e ignorar outros” (BARTHES, 1990, p. 33).

Quanto a isso, Santaella (2012, p. 137) alerta para o fato de que essa “abertura que é própria da imagem não trabalha a serviço da publicidade”. A semiótica postula, portanto, que, diferentemente do que se dá com as imagens fotográficas e artísticas, é necessário que, em peças publicitárias, o texto

verbal direcione, em certo grau, a interpretação. Por sua natureza e função, constata-se que “a informação que a publicidade veicula com brevidade não visa meramente informar, mas informar para convencer, um convencimento que se nutre da sedução, assim como esta germina e floresce nos jogos de sugestão” (SANTAELLA, 2012, p. 142).

De modo didático, Santaella (2012) sugere que, ao se trabalhar com uma produção publicitária, sejam considerados “o ponto de vista das qualidades visuais, o ponto de vista dos índices internos e externos à mensagem e o ponto de vista das convenções culturais”. Quanto ao primeiro, trata-se dos aspectos qualitativos da imagem (cores, formas, linhas, composição etc.), o que desperta relações de comparação por semelhança, envolvendo a dimensão icônica da mensagem, buscando-se perceber as qualidades abstratas que as qualidades visíveis suscitam.

Em relação ao segundo aspecto, a mensagem é analisada quanto ao que revela sobre o contexto a que pertence, permitindo conhecer, por exemplo, que “indicações implícitas ou explícitas contém do tipo de receptor a que se destina” (SANTAELLA, 2012, p. 144) e as finalidades a que se presta. Deve-se avaliar, portanto, a pertinência do ponto de vista qualitativo a esse aspecto contextual.

No que concerne ao último ponto de vista, observa-se o potencial representativo da mensagem, investigando-se, por exemplo, “que valores lhe foram agregados”, “qual o *status* cultural da marca do produto que a mensagem veicula” e “que significados os valores do produto referendado pela mensagem pode ter” para o tipo de consumidor visado (SANTAELLA, 2012, p. 145).

Cabe destacar, por fim, que, para realizar o propósito social e comunicativo a que se propõe, a publicidade utiliza-se de recursos variados, como a pressuposição, os implícitos e a ambiguidade. Tais processos podem ser explorados em diversos níveis e também, de acordo com o que se verifica em nosso *corpus*, podem envolver tanto o plano verbal quanto o visual. Longe de representarem defeitos na publicidade, essas estratégias refletem um cuidadoso planejamento que busca, a um só tempo, obedecer ao princípio da economia e singularizar o produto e a marca anunciada.

### **3 As imagens de si e o apelo ao outro no e pelo discurso**

Historicamente, os conceitos de *ethos*, *pathos* e *logos* remontam à filosofia aristotélica, que, no âmbito da retórica, considerava que, em um ato de comunicação, os três

elementos estariam envolvidos. O *ethos* diz respeito à disposição de caráter do orador, que se deixa conhecer pelo modo como ele organiza o seu dizer; o *logos* se relaciona propriamente ao que é dito, ou seja, ao discurso e à racionalidade; e o *pathos*, por sua vez, relaciona-se com a dimensão do auditório, às suas disposições emocionais em relação ao dizer do orador (MENEZES, 2007).

Ainda nessa perspectiva filosófica, as três variáveis apresentadas seriam interdependentes e solidárias entre si, embora se reconheça que, a julgar pela natureza de cada gênero, seja possível haver a predominância de um elemento sobre o outro.

Atualmente, as dimensões do *ethos* e do *pathos* mantêm-se em diferentes perspectivas discursivas e argumentativas de análise. Quanto ao *ethos*, embora haja especificidades próprias a cada esfera teórica que se dedica ao seu estudo, em geral, a ideia de imagem que o enunciador constrói de si no discurso se preserva. Parece ser esse o caso da perspectiva discursiva e pragmática de Dominique Maingueneau (2011) e da abordagem da Semiótica Francesa (FIORIN, 2008), que tratam da análise do tema aproximando-se desse ponto de vista.

A esse respeito, encontramos em Maingueneau (2011, p.17, grifo do autor) a seguinte caracterização do *ethos*:

[...] o *ethos* é uma noção discursiva, ela se constrói através do discurso, não é uma imagem do locutor exterior à fala; o *ethos* é fundamentalmente um processo *iterativo* de influência sobre o outro; é uma noção fundamentalmente *híbrida* (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica.

Esse ponto de vista é compartilhado por Amossy (2005, p. 9) ao afirmar que “todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si”. Na enunciação, ao se constituir como um “ser de palavra”, o locutor engendra uma representação de si mesmo que se revela em elementos como a sua maneira de se expressar, o seu estilo pessoal, as crenças implícitas em seu discurso.

Retomando o mesmo conceito aristotélico, Fiorin (2008) vincula o *ethos* à imagem que a instância responsável pela enunciação constrói de si no texto. Tal imagem discursivamente forjada deixa marcas materiais com as quais ela se dá a conhecer. Segundo o mesmo autor (FIORIN, 2008, p. 143), a

escolha do assunto, a construção das personagens, os gêneros escolhidos, o nível de linguagem usado, a figurativização e as isotopias são alguns dos itens que marcam o *ethos* na materialidade discursiva.

Quanto ao *pathos*, contudo, parece ter havido uma diferenciação maior, ou, ao menos, um destaque diferenciado aos elementos que configuram tal conceito. Da concepção original do termo em Aristóteles, conforme descrito anteriormente, percebe-se que tal elemento abarca tanto o polo do auditório quanto as dimensões emocionais a ele relacionadas.

Na Semiologia, à semelhança do que se dá em teorias de base retórico-discursiva, reconhece-se que a subjetividade é indissociável de qualquer interação e identificam-se, nas emoções e paixões, elementos constitutivos da argumentação, seja como uma prova persuasiva (argumento) seja como um efeito discursivo visado, fundamentados em certos usos da linguagem ou estratégias discursivas. Assim, compete ao analista do discurso tentar investigar o processo pelo qual a “emoção pode ser colocada, ou seja, tratá-la como um efeito visado ou suposto [...]” (CHARAUDEAU, 2010, p. 35).

Por conseguinte, nesse escopo teórico, a emergência de efeitos patêmicos não está vinculada, necessariamente, à dimensão sensorial e fisiológica. Relaciona-se, via de regra, à situação de comunicação, aos universos de saber partilhado e às estratégias enunciativas mobilizadas.

Como efeito visado, planejado na/pela enunciação, as emoções se configuram, basicamente, por meio da *expressão patêmica* ou da *descrição patêmica*. Na *expressão patêmica*, verifica-se uma enunciação, ao mesmo tempo, centrada no EU (*elocução*) e direcionada ao TU (*alocução*), numa manifestação de um estado emocional (“Tenha peidade!” / expressão de terror e olhos arregalados etc.).

Quanto à *descrição patêmica*, o efeito patemizante está na dependência da relação e projeção que se estabelece entre o interlocutor e a situação descrita, bem como entre o interlocutor e os sujeitos diretamente envolvidos na cena evocada.

Independentemente de sua configuração discursiva, a estruturação do universo patêmico pode ser realizada por mecanismos verbais e não verbais, explícitos ou implícitos e está, portanto, intimamente relacionada à situação social e cultural na qual se forja o intercâmbio comunicativo. Daí decorre a importante implicação de que as emoções apresentam uma



significativa base cognitiva e se manifestam graças a valores social e culturalmente compartilhados sobre determinados objetos (situações de comunicação, discursos, acontecimentos, pessoas).

Assim, para que a linguagem exerça sua vocação de também *fazer-sentir*, é preciso que se leve em conta o papel do imaginário social, que representa um acervo cognitivo relativamente consciente, oferecendo:

[...] sentidos, direções para o 'reconhecimento' de dados, lembranças, sensações, emoções, todos os elementos ligados às vivências empíricas ou virtuais, realizadas na solidariedade que une os seres pela identificação num agrupamento. É o imaginário social que, entre outros aspectos, orienta o indivíduo acerca da finalidade dos atos de linguagem e que provoca determinadas expectativas de sentido em função do caráter da troca comunicativa. (FERES, 2013, p. 96).

#### 4 O jornal em foco: o caso da *Folha de S. Paulo*

Uma vez que interessa ao nosso estudo tratar da identidade da *Folha*, sob o viés semiolinguístico, constitui um *EU-comunicante*, nesse caso coletivo, compósito e, por isso mesmo, complexo, cabe-nos apresentar brevemente as origens,

o perfil, a linha editorial e o público-alvo suposto (previsto) e concreto, por assim dizer, do jornal, os quais corresponderiam aos respectivos *TU-destinatário* e *TU-interpretante*.

O jornal *Folha da Noite* foi criado, na década de 20, por Olival Costa e seu sócio Pedro Cunha e seu foco era noticiar, principalmente, sobre as deficiências dos serviços para um público formado por trabalhadores urbanos e pela emergente classe média paulista, à época do início da industrialização.

Com a repercussão positiva, anos depois, dois outros jornais foram criados: a *Folha da Manhã*, em 1925, e a *Folha da Tarde*, em 1949. Em 1960, os três se fundiram e originaram a *Folha de S. Paulo*.

Na década de 60, a partir da fusão, várias modificações tecnológicas acontecem. Em 1974, por exemplo, a *Folha* inicia, com pioneirismo, o sistema eletrônico de fotocomposição. Nos anos 80, a modernização prossegue e o jornal também passa a incorporar impressão *offset* em cores para a produção do jornal em larga escala.

Em 1984, o grupo lança e adota o *Manual da Redação*, que passa a ser o primeiro, no campo jornalístico, a condensar princípios atinentes à política editorial e também às etapas da produção do próprio jornal.

Na década de 90, o empresário Octavio Frias de Oliveira passa a deter a totalidade das ações da empresa e a *Folha* assume destaque nacional na circulação de jornais aos domingos. A partir desse período, a primeira página passa a circular colorida todos os dias e são criados novos cadernos, como o “Mais!” e a “Revista da Folha”.

Atualmente, o chamado Grupo *Folha* reúne diferentes produtos, entre os quais o jornal impresso e *online*, o portal UOL (Universo Online), a gráfica *Plural*, o jornal *Agora S. Paulo* e *Valor Econômico*, este em regime de sociedade e gestão compartilhada com o Grupo *Globo*, inclusive.

Quanto à sua linha editorial, o Grupo *Folha* apresenta, dentre os seus objetivos, “a seleção criteriosa dos fatos, a contextualização das notícias e uma visão mais aprofundada da realidade, em uma época marcada pelo excesso de velocidade das informações transmitidas pela internet, pela TV a cabo, pelos tablets e pelos smartphones.” (PINTO, 2012, p.136). Dentre os princípios basilares desse projeto, Pinto (2012, p. 132-134) elenca fatores como: manter a independência, ser apartidário, pluralista e crítico, prestar serviço e ser analítico.

Quanto à objetividade, no *Manual da Redação: Folha de S. Paulo* (2013, p. 47), reconhece-se que o jornalista deve

buscar ser o mais objetivo possível, encarando o fato com distanciamento, recorrendo, por exemplo, à pesquisa de episódios afins já ocorridos e à consulta a outros jornalistas. No mesmo trecho, no entanto, lemos o reconhecimento explícito de que “não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções.”

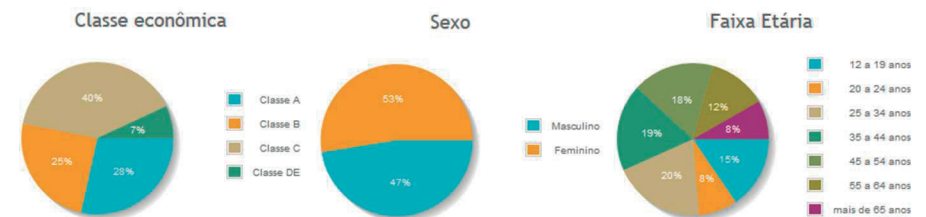
Pinto (2012, p.135) resume o percurso editorial do grupo, reunindo sete projetos editoriais desde a década de 1970 até os dias atuais, período em que se destacam as perspectivas já apontadas. Em seus primeiros projetos editoriais, que recobrem o período de 1978 a 1982, a autora destaca que o jornal se atinha à avaliação da posição editorial em relação com o momento político e com a necessidade de se buscar a qualidade técnica e informativa, afastando análises opinativas e valorizando dados objetivos. Caminha-se, entretanto, gradualmente, a uma perspectiva apartidária.

A esse respeito, por exemplo, Ferreira Júnior (2003) assinala que, quanto ao posicionamento ideológico, o Grupo *Folha* partiu de uma postura cautelosa quando do período mais repressivo do Regime Militar a um posicionamento de abertura política, tão logo o regime deu os primeiros sinais de

arrefecimento, no governo Geisel. Essa perspectiva assumida pelo jornal concretizou-se, de forma mais notória, com o apoio às campanhas pelas eleições diretas na década de 1980. Já em 1985, os projetos editoriais passaram a ser amplamente divulgados até que se alcançasse a sua versão atual, de 1997.

Em sua edição nacional, a *Folha* faz circular, em dias úteis, 307.608 exemplares e, aos domingos, 326.571 (Publicidade *Folha*)<sup>4</sup>. Segundo pesquisas do grupo, realizadas entre 2017, seu público-leitor é constituído, em proporção equilibrada, de homens e mulheres vinculados à classe C em sua maioria. Quanto à idade, os leitores se distribuem entre a faixa etária que vai dos 12 aos que têm mais de 65 anos, com leve destaque para a parcela dos que estão entre os 25 e os 34 anos. Esse breve perfil pode ser verificado, em seus pormenores, nos gráficos a seguir:

### Perfil dos leitores da *Folha de S. Paulo*.



Fonte: Site Publicidade Folha<sup>5</sup>

### 5 De *Folha*, não dá pra não ler a #sigaafolha: um filme publicitário sob análise

O filme publicitário analisado tem 30 segundos de duração<sup>6</sup> e está disponível no *site* da *Folha*, junto a um artigo, publicado em fevereiro de 2016, em que se descrevem algumas das campanhas e *slogans* mais célebres do jornal ao longo dos seus 95 anos, completados naquela ocasião. Inicialmente, para que se possa detalhar a análise proposta, transcreve-se, a seguir, o texto integral do filme:

<sup>5</sup> Disponível em <[http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil\\_do\\_leitor.shtml](http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil_do_leitor.shtml)>.

<sup>6</sup> O filme publicitário pode ser encontrado em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1744046-de-hitler-a-ratinho-insistente-campanhas-da-folha-ficaram-celebres.shtml?loggedpaywall>>. Acesso em 20 jul. 2018.

<sup>4</sup> Nome que batiza o *site* de onde foram extraídos esses dados ([http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil\\_do\\_leitor.shtml](http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil_do_leitor.shtml)). Acesso em 20 jul. 2018.

A *Folha* segue o que acontece na minha rua, na minha cidade, no país e no mundo. A *Folha* segue as personalidades que me interessam. A *Folha* segue a cena cultural, que é a minha cena. A *Folha* segue o que será o futuro. A *Folha* segue o que eu penso e o que eu não penso. A *Folha* me segue.

Eu sigo a *Folha* (frase repetida por todos as personagens do vídeo).

Não dá pra não seguir a *Folha*.

Parte final enunciada por um narrador: Seis milhões de pessoas seguem a *Folha*. *Folha*, não dá pra não ler.

Como percurso metodológico, descreveremos as sequências do filme em relação com o texto verbal associado a cada uma delas. O termo sequência, neste caso, remete ao conjunto de cenas ou planos desenrolados que constitui uma unidade de ação. Em seguida, buscaremos estabelecer relações entre o conjunto verbo-visual observado e os efeitos de sentido voltados à produção do *ethos* do jornal e à dimensão patêmica associada ao público-alvo que parece ser projetado pelo vídeo.

O filme começa com cenas que mostram as personagens - termo adotado aqui para caracterizar os atores que

protagonizam o vídeo e representam jovens que aparentam ter entre 20 e 25 anos—as quais, em seguida, estarão em foco no vídeo com descrições sobre a *Folha*. Mostram-se diversos ambientes urbanos em que transitam.

A primeira personagem do vídeo é um rapaz branco de aparência despojada e trajas típicos de quem anda de *skate*. Aparece em um ambiente aberto, urbano, desloca-se de *skate* por uma rampa e diz: “A *Folha* segue o que acontece na minha rua, na minha cidade, no país e no mundo”.

Nessa mesma sequência, mostra-se outro rapaz, que nada fala, circulando no mesmo ambiente. Depois, nesse espaço, o primeiro jovem aparece com o celular nas mãos, ao lado de outra jovem, acessando a página da *Folha*. O ângulo da câmera varia, simulando o movimento de seguir os participantes do vídeo: ora de baixo para cima, ora de cima para baixo, criando um efeito de sentido de movimento, de dinamismo e de valorização dos participantes e de destaque às suas atividades e interesses.

Na próxima sequência, vê-se uma moça branca, jovem, maquiada e de aparência moderna, com corte de cabelo assimétrico e com trajas mais sintonizados com tendências de moda. Está sentada ao lado de outra jovem, olhando um dos encartes da *Folha* em sua versão impressa, junto ao que parece

ser a mesa de um bar ou restaurante. A segunda personagem enuncia: “A *Folha* segue as personalidades que me interessam”.

Na terceira sequência, vemos uma moça branca, com ar despojado, corte de cabelo muito curto e camiseta de malha, em frente a um espaço semelhante ao de uma loja de conveniências ou de uma galeria de lojas. Trata-se de um lugar aberto e com movimentação de pessoas, em que a jovem enuncia “A *Folha* segue a cena cultural, que é a minha cena”.

Na próxima sequência, mostra-se uma mulher jovem, dentro de um ônibus, que ainda não fala, mas que, em breve, se tornará a quarta personagem do vídeo. Também vemos outras cenas, enfocadas de forma rápida. Destaca-se, ainda, a imagem, de cima para baixo, sem identificação direta de seu rosto, de alguém que lê o jornal pela tela de um *tablet*. Pelo enfoque das mãos e de parte da cabeça da pessoa que segura o dispositivo eletrônico, sabemos tratar-se da jovem que falara na sequência anterior.

Na quinta sequência, acompanha-se um rapaz negro, jovem, de camiseta branca e óculos coloridos, sentado em uma mesa em lugar aberto, lendo o jornal em papel, que enuncia: “A *Folha* segue o que será o futuro”.

Na próxima sequência, ouve-se “A *Folha* segue o que eu penso e o que eu não penso. A *Folha* me segue. Eu sigo a *Folha*”. Ainda não vemos o rosto da sexta personagem que fala, mas sabemos se tratar de uma voz feminina. Dessa vez, o espaço de tempo entre o texto falado e o aparecimento da participante do vídeo é um pouco maior. No momento em que se enuncia a segunda oração, a moça jovem, sentada no transporte público, já mostrada antes, aparece no centro da imagem. Tem uma aparência comum e o cabelo meio ruivo e curto, está sem maquiagem e veste o que parece ser um vestido com estampa comum, discreta, com pequenos detalhes coloridos.

Logo depois, todos as demais personagens do vídeo aparecem, sucessivamente, no centro da imagem, com o fundo fora de foco, dizendo: “Eu sigo a *Folha*”, até que a última personagem, o rapaz negro, volta à cena e enuncia a frase referente ao *slogan*: “Não dá pra não seguir a *Folha*”.

Por fim, o narrador toma a palavra com o texto: “Seis milhões de pessoas seguem a *Folha*”, o que culmina com o *slogan* em sua versão mais antiga: “*Folha*: não dá pra não ler”, lido e também mostrado no centro da tela.

Com base em uma visão global do filme, provoca-se a impressão de que todas as personagens estão compartilhando

o mesmo espaço, embora isso não fique explícito: tudo parece transcorrer em um ambiente urbano, aberto, cosmopolita, de grande circulação de pessoas. No início do vídeo, o rapaz negro, por exemplo, aparece de frente para o computador, acessando o *site* do jornal, com um copo descartável de isopor, embalagem típica de café ou outra bebida quente ao seu lado e com um sanduíche, já pela metade, em sua mão esquerda, ao mesmo tempo que manuseia o teclado. Inicialmente, seu rosto não é inteiramente mostrado, apenas uma parte do seu queixo e barba, bem como de seus braços, num enfoque lateral, o que, mais tarde, quando fala, nos permite identificá-lo melhor.

A moça que está no ônibus, por sua vez, é flagrada lendo o jornal impresso, sem que seu rosto seja mostrado. Outra jovem que também fala no vídeo aparece, olhando vitrines e, pouco depois, com o *tablet* em punho, lendo um dos encartes da *Folha*. Logo depois, ouvimos a primeira frase sem que ainda vejamos o responsável por ela.

Essa é a tônica do vídeo inteiro: as falas precedem o enfoque daqueles que a enunciam. Isso sugere um efeito de interconexão, de vinculação entre todas as personagens, como se a fala e, em última instância, a opinião de cada um sobre a *Folha* fosse ou pudesse ser atribuída também a todas as outras pessoas que leem o jornal.

Além disso, todos estão, de algum modo, em movimento ou próximos de ambientes abertos que permitem o deslocamento. Três dois personagens do filme, inclusive, estão direta ou indiretamente associados a meios de transporte ou deslocamento: *skate*, ônibus e bicicleta.

No texto da campanha, destaca-se, ainda, a polissemia do verbo *seguir*, explorada tanto pelo aspecto verbal como pelo visual. O verbo acaba assumindo um duplo sentido, prenhe de ambiguidade: ora funciona como um sinônimo de ser um leitor fiel do jornal, pela relevância do que o veículo aborda, atendendo às necessidades pessoais, específicas de cada leitor; ora remete ao ambiente moderno, informatizado e interconectado caracterizado pelas múltiplas tecnologias e meios de acesso à *Folha*.

É conveniente sublinhar, igualmente, que o referido verbo é usado, na ampla maioria das frases, no presente do indicativo, produzindo um efeito de atualidade e, ao mesmo tempo, de atemporalidade, como se tais enunciados refletissem um fato, uma verdade aceita e já consolidada sobre a *Folha* e seu modo de noticiar e se relacionar com seus leitores.

Assim, durante todo o filme, comprova-se, por argumentos falados e mostrados, que “não dá pra não ler” o jornal. Na sequência final, inclusive, junto à fala do

narrador, mostram-se elementos visuais que aparecem, em sequência, no centro da tela, em fundo preto, funcionando como ícones que indicam os canais pelos quais o jornal pode ser lido: celular, computador, papel, *tablet*. Simbolizam, assim, os traços de modernidade e simultaneidade do jornal e das notícias que veicula, presente em diferentes plataformas e tecnologias que as personagens do vídeo, representantes dos jovens leitores em potencial da *Folha*, utilizam.

Acompanha-se no filme o desenrolar de um contrato em que se supõe um público ao qual se busca *fazer crer*. Ao mesmo tempo, empregam-se estratégias que apelam para a sugestão e para a sedução do público jovem e contemporâneo, “vendendo-lhe” aquilo que desejam pelo despertar de um estado patêmico favorável ao produto. É como se a *Folha* propusesse um quadro de raciocínio pautado tanto pelo que o jornal apresenta em termos de cobertura jornalística quanto pelo que oferece em termos de identificação quase total quanto ao que o leitor deseja, fazendo-lhe sentir como alguém único, especial, individualizado, assim como a própria *Folha*.

No plano linguístico, este último aspecto revela-se, em especial, pelo predomínio das marcas de elocução, concretizadas em pronomes de primeira pessoa (“na *minha* rua, na *minha* cidade”, “*minha* cena”; “o que *eu* penso”; “a *Folha* me

segue”) e, no plano visual, pelo enfoque direto e central das personagens que falam no filme.

Nesse contexto, se o jornal paulistano segue tudo quanto o conjunto múltiplo de leitores espera, atendendo, ao mesmo tempo, aos anseios e expectativas de cada um, não há, pois, outro comportamento possível a não ser também seguir, comprar, consumir a *Folha*. Isso porque se compartilha, de forma ampla, da ideia de que é preciso haver uma identificação entre o veículo de comunicação e seu público-alvo para que esse leitor seja fidelizado. Tem-se, assim, uma relação argumentativa básica entre uma asserção de partida (A1), uma asserção de chegada (A2) e uma asserção de passagem, a qual se ancora, em geral, no conhecimento partilhado entre os sujeitos e no processo de inferência.

Esse quadro pode ser descrito, por exemplo, nos seguintes termos apresentados no filme: “A *Folha* segue o que acontece na minha rua, na minha cidade, no país e no mundo” (A1), logo “Eu sigo a *Folha*; não dá pra não seguir a *Folha*” (A2), considerando que se deve seguir, ler, consumir, ou seja, ser fiel ao veículo de comunicação que “é feito” para atender às minhas demandas e desejos (asserção de passagem).

Em relação ao *slogan*, tem-se uma declaração que rompe com uma espécie de fórmula e que, por essa razão,



evoca tal referência. Em “*Folha*, não dá pra não ler” e “Não dá pra não seguir a *Folha*”, em uma roupagem mais atual, gera-se certo estranhamento pelo uso da dupla negativa que subverte a expressão mais usual em que se diz “Não dá pra fazer algo”. Junto ao nome da marca, à identificação do próprio jornal, essa quebra fortalece a mensagem e capta a atenção do potencial público-alvo, perenizando, ao menos, fixando essa assertiva que, em tese, não deixa espaço para que tal público não considere se tornar leitor da *Folha*.

No filme, antes ainda desse texto final, tem-se a versão contemporânea da mesma ideia, que aparece em diversas peças publicitárias do jornal desde 2001, marcada pelo uso da *hashtag* que indica e simboliza todas as novas possibilidades de leitura e consumo do jornal: *#sigaafolha*. Destaca-se, nesse caso, o uso do imperativo e de um movimento alocutivo que sugere fortemente o comportamento em foco, deixando pouco ou nenhuma margem para outra possibilidade.

Desse modo, com base nas relações icônicas, indiciais e simbólicas que se estabelecem, o conjunto constituído pela dimensão visual e, posteriormente, associado à dimensão verbal do filme reclama para o jornal em foco um *ethos* de modernidade, de sincronização total com a linguagem, o perfil, os desejos e as expectativas de um público-alvo jovem,

dinâmico e contemporâneo, que não quer e não costuma “perder tempo”, uma vez que está em constante movimento e que demanda conexão integral a todo momento.

## 6 Considerações finais

Com o objetivo de analisar como recursos verbais e visuais de um filme publicitário da *Folha de S. Paulo*, lançado em 2013, construímos empreendimento de fidelizar o grupo de potenciais leitores do jornal, recorreu-se à Semiologia e a estudos sobre os mecanismos de produção do discurso publicitário, considerando-se a relação entre fatores externos e internos ao ato de linguagem.

Uma vez que o *corpus* constitui uma produção multissemiótica, buscou-se, ainda, à luz de estudos sobre a natureza das imagens e a dimensão visual dos textos, subsídios teóricos que possibilitassem verificar como, na associação entre mecanismos verbais e não verbais, o *ethos* e o *pathos*, conceitos alicerçados no discurso, foram mobilizados pela/na construção da (auto)imagem do jornal e do seu público-alvo no filme em questão.

Com base no estudo realizado, constatou-se que os diferentes recursos visuais e verbais mobilizados no filme, que

culminaram nos *slogans* *Folha, não dá pra não lere #sigaafolha*, se mostraram eficazes no projeto de construção de um *ethos* moderno e dinâmico para o jornal, o que se engendrou em consonância com uma imagem extremamente atual e igualmente móvel do público-alvo projetado, representado, no vídeo, por um conjunto de jovens que aparenta extrema familiaridade com as novas tecnologias de acesso à informação.

Confirmou-se, assim, que, pelo acionamento desse perfil de leitores, ligado a uma imagem moderna atribuída ao jornal, o filme publicitário acaba dialogando e interpelando, verbal e visualmente, um grupo de consumidores que se identificam e se aproximam desses valores, assumindo o lugar daqueles que, potencialmente, seguirão a *Folha*.

## Referências

AMOSSY, Ruth. (Org.). *Imagens de si no discurso: A construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

BARTHES, Roland. A retórica da Imagem. In: \_\_\_\_\_. *O óbvio e o obtuso: ensaios sobre fotografia, cinema, teatro e música*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

CARVALHO, Nelly de. *Publicidade: a linguagem da sedução*. 3. ed. 7. reimpr. São Paulo: Ática, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia (Org.) *As emoções do discurso*, volume II. Campinas: Mercado das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. *Uma análise semiolinguística do texto e do discurso*. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid (Org.). *Da língua ao discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

FERES, Beatriz dos Santos. A verbo-visualidade a serviço da patemização em livros ilustrados. *Bakhtiniana*, São Paulo, n. 8 (2), p. 90-105, jul/dez. 2013.

FERREIRA JUNIOR, José. *Capas de jornal: a primeira imagem e o espaço gráfico visual*. São Paulo: Editora Senac, 2003.

FIORIN, José Luiz. *Em busca dos sentidos: estudos discursivos*. São Paulo: Contexto, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, Ana Rachel; SALGADO, Luciana. *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2011.

MANUAL DA REDAÇÃO. São Paulo: Publifolha, 2013.

MARSHALL, Leandro. *O jornalismo na era da publicidade*. São Paulo: Summus, 2003.

MENEZES, William Augusto. Um pouco sobre as emoções no discurso político. In: MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William; MENDES, Emília (Org.) *As emoções do discurso*, volume I. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MONNERAT, Rosane Mauro. *A publicidade pelo avesso: propaganda e publicidade, ideologia e mitos e a expressão da ideia – o processo de criação da palavra publicitária*. Niterói: EdUFF, 2003.

NOGUEIRA, Claudio Marques Martins. *Considerações sobre o modelo de Análise do Discurso de Patrick Charaudeau*, 2005. Disponível em <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/ensaio/article/viewFile/77/120>>. Acesso em 20 out. 2008.

SANTAELLA, Lúcia. *Leitura de imagens*. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

## TEXTO E ENSINO

Claudia Assad Alvares (UPE)

Luciane de Almeida Dourado Germano (UPE)

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Texto e Ensino*. Natal, UFRN, 2018. (Coleção Material Didático, Série Digital) - Profletras.

ISBN: 978-85-93839-89-4

Organizado em três capítulos, o livro (*e-book*) de autoria de Pauliukonis e Cavalcante não só revisita os modos de organização do discurso como também reenquadra tais conceitos em uma nova perspectiva, dado o aprofundamento de seus conteúdos a partir dos elementos linguísticos presentes no entrecruzamento dos modos e gêneros textuais. Fruto de um trabalho sério e atual, esse volume não pretende ser mais um entre tantos já existentes.

O referido livro, aqui resenhado, surgiu mediante proposta do PROFLETRAS (Programa de Mestrado Profissional em Letras) – programa cujo objetivo é qualificar professores de Língua Portuguesa que atuam no Ensino Fundamental da rede pública, oferecendo a esses profissionais

a oportunidade de aprimorar suas práticas em sala de aula e inovar no ensino de língua – de unir em um só material as teorias que compõem as disciplinas do currículo do mestrado. O livro “Texto e Ensino” qualifica-se com um embasamento teórico-prático cujo propósito é auxiliar professores e alunos desse programa na disciplina de mesmo nome.

As autoras do *e-book* – Maria Aparecida Lino Pauliukonise Mônica Magalhães Cavalcante –, também professoras do programa de mestrado, que coordenam a disciplina *Texto e Ensino* do PROFLETRAS, receberam a desafiadora tarefa de produzir este material para alicerçar os estudos textuais na formação continuada de professores. Maria Aparecida Lino é Professora Titular de Língua Portuguesa da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Mesmo aposentada, mantém uma rotina de trabalho bastante ativa, como pesquisadora e professora do Programa de Pós-graduação de Letras Vernáculas e do Profletras; suas pesquisas concentram-se nas áreas de Semântica e de Análise Semiolinguística do discurso. Mônica Magalhães é Professora associada da UFC (Universidade Federal do Ceará), onde coordena o grupo de pesquisa “Prottexto” com apoio do CNPq; atua na área de Linguística Textual e, dentre suas obras, cite-se “Os sentidos do Texto”.

O livro resenhado trata de forma dinâmica e de fácil entendimento dos aspectos que envolvem o texto, desde sua concepção e organização até sua divulgação e variada forma de interações, sempre pautado em exemplos.

O capítulo um – Noções gerais do texto – é o espaço em que as autoras sintetizam as principais noções de texto, adotam a ideia de texto como ato comunicativo e enfatizam, a partir de Koch (1997) e Marcuschi (2008), a importância dos diversos conhecimentos adquiridos pelos interlocutores durante a vida, isto é, seu conhecimento de mundo, na construção e na interpretação de um texto. Numa outra seção, as autoras abordam em profundidade os conceitos de *cotexto* e *contexto*, que se referem, respectivamente, a todas as informações expressas no texto e à situação histórico-social de sua produção. Além disso, apresentam a coerência e a coesão em um texto como sendo condições primeiras à própria consistência textual, pois ambas são, segundo as autoras, responsáveis pela articulação de palavras, frases, enunciados no texto, bem como pela representação deste na situação em que se deu sua confecção. Nesse capítulo, destaca-se também a intrínseca relação entre o discurso e o meio social em que ele é veiculado, visto que esse discurso sofre influências ideológicas de grupos sociais.

Na sequência, boa parte do capítulo dedica-se a diferenciar *texto* e *discurso* sem, no entanto, dissociá-los. O capítulo retoma os conceitos de coerência e coesão e destaca alguns fatores como referenciação e intencionalidade, entre outros presentes no texto e primordiais para o processo de interpretação; os conceitos descritos são exemplificados por meio de textos escritos e ilustrações que salientam outro aspecto textual, a intertextualidade.

O capítulo salienta ainda a importância de se buscar interpretar o texto além do seu aspecto linguístico, frasal; trata-se, pois, de recorrer a todo um processo de reconhecimento das estratégias textuais e contextuais do texto para que assim se chegue à interpretação mais próxima dos propósitos comunicativos do autor.

Após essas considerações, o capítulo oferece uma série de exercícios sugestivos e objetivos a serem usados em sala de aula com o fim de permitir ao aluno a apropriação dos conceitos estudados, bem como incentivar o professor a continuar tais atividades e desenvolvê-las a seu gosto. Seguem as referências utilizadas no capítulo, bastante acessíveis e atualizadas.

O capítulo 2 – Modos de organização textual – abre um leque de possibilidades de análise de textos ao focar os modos

como diferentes gêneros organizam-se. Ancorado nas propostas de Jean-Michel Adam (1990) e Patrick Charaudeau (1983, 2008), o capítulo apresenta-nos os modos descritivo, narrativo, explicativo e argumentativo com farto exemplário.

Cada modo figura não somente por meio de seus principais pontos; as autoras foram muito felizes ao abordar ainda as singularidades e idiosincrasias de cada um, em uma exposição clara e assertiva. O diferencial do capítulo é o lugar ocupado pelo modo descritivo, em geral, abordado superficialmente, no estudo da composição textual.

Como se poderá observar, o modo descritivo não é um mero apêndice do texto narrativo. Por meio das operações de caracterização, informação e qualificação, a descrição aproveita à narração e à argumentação, dado que o produtor do texto seleciona previamente as características, informações e qualificações (positivas ou negativas) necessárias para alcançar seus propósitos ou, por outras palavras, seleciona sequências de material descritivo, verdadeiras estratégias com o fito de persuadir o leitor.

O tratamento dado às sequências de material narrativo, explicativo e argumentativo caminha por um viés igualmente diferenciado; com efeito, uma coleção de ilustrações, quadrinhos e outros fragmentos de textos compõem vigoroso

exemplário que não só retoma os pontos teóricos abordados como também permite que o leitor relacione os princípios de organização do texto entre si.

As sequências de material linguístico nos modos descritivo e narrativo e sua funcionalidade no texto argumentativo figuram no capítulo a partir de textos cuidadosamente selecionados para aclarar quaisquer dúvidas do leitor sobre esse ponto; assim também, o modo explicativo, que conquista merecido espaço no livro, quando comparado ao modo argumentativo, a fim de permitir a apropriação do uso pelo leitor em contextos que o exijam. Finalizam o capítulo as referências utilizadas.

O capítulo 3 – Pondo em prática – compõe-se de atividades diferenciadas, visto que estas dialogam com o leitor. A proposta do capítulo é retomar os modos de organização do discurso por meio das atividades propostas, que resgatam o que foi estudado nos dois capítulos anteriores.

Na primeira parte, o capítulo conta com seis atividades do modo de organização descritivo, cinco do modo narrativo, quatro do modo explicativo e cinco do modo argumentativo. A esquematização dos principais pontos de cada modo aliada à questões pontuais permitem que o leitor se aproprie da teoria ao aplicá-la em textos de diferentes gêneros.

Todas as atividades contêm sugestões de respostas, isto é, trilhas por onde o leitor pode aventurar-se de modo seguro, dado o diálogo contínuo com ele. Incansavelmente, as autoras apontam para as características de cada modo de organização reconhecido nos textos apresentados para análise.

Após essa parte inicial, abre-se um bloco de atividades que vão se articular em torno da crônica “As mãos de Ediene”, de Fritz Utzeri, publicada no JB. As atividades agora não estão divididas entre os modos de organização do discurso, mas as sequências que caracterizam esses modos são apreendidas do próprio texto, cuidadosamente escolhido por permitir amplas possibilidades de análise a partir de sequências descritivas, narrativas e argumentativas, que se unem para formar o todo. Com essa metodologia de análise, o conteúdo dos capítulos 1 e 2 é revisitado a partir de explicações que põem às claras as estratégias de construção de um texto persuasivo cujas sequências concorrem para seduzir o leitor.

Segue proveitosa análise das sequências descritiva e narrativa entrelaçadas ao discurso argumentativo e a serviço deste, já que as escolhas que caracterizam os modos descritivo e narrativo concorrem para a eficácia dos argumentos arrolados pelo cronista em defesa da tese que defende.



As estratégias de construção do texto analisado põem em evidência as funções dos modos descritivo, narrativo e argumentativo e orientam o leitor para as duas propostas de redação que o aguardam em seguida. Ainda nessa parte, pode-se observar o emprego dos elementos gramaticais no texto, dado que eles apontam caminhos, retomam referentes, antecipam-nos, traduzem relações várias entre as sequências de material linguístico, ancoram valores semânticos e pontuam aspectos cognitivos e esquemas de conhecimento, fundamentais para que o leitor possa apreender o propósito comunicativo do produtor do texto.

Os elementos gramaticais a serviço do texto trazem ainda em seu bojo mecanismos de coesão e fatores de coerência, entre eles, relações de causalidade, tempo, modo, condicionalidade, comparação e oposição, todos entrelaçados ao modo argumentativo, visto que tais elementos/conectores encabeçam os argumentos selecionados em defesa de um ponto de vista. Trata-se aqui de apresentar ao leitor o lugar da gramática na construção de um texto.

Finaliza o capítulo nova bateria de atividades, desta vez proposta para análise de uma lenda de domínio público, Cobra Honorato, e seguem as referências.

*Todo texto é produto de um jogo de forças que produz múltiplas e imediatas associações no leitor; estas poderão – ou não – encontrar eco, a depender dos valores, crenças e expectativas desse leitor. Há que se considerar ainda que todo esse jogo de forças, à semelhança do buril na madeira, interage com a mente do leitor, que, em última análise, é um hipertexto, produto do grande caldo cultural no qual esse leitor está imerso.*

Nesse caldo, as autoras conseguiram realizar um apanhado teórico e prático de fácil entendimento, apresentando o conteúdo de maneira clara e concisa, bem como trazendo sugestões ao professor que são de fácil aplicação em sala de aula. O capítulo um é amplo e objetivo quanto a tratar das noções de texto; o dois abarca muito oportunamente os modos de organização textual sem dar definições fechadas em si mesmas, mas ampliando as possibilidades de sua utilização; o três surge como um suporte para o professor, apresentando atividades para serem utilizadas nas aulas, além de trazer generosos comentários sobre tais atividades. Dessa forma, não há dúvidas quanto à utilidade desse material e sua importância para pós-graduandos e professores da área. O livro, portanto, não pode faltar em um bom acervo, não apenas para profissionais mas também para qualquer estudante de Letras ou leitor que aprecie o assunto, pois eles terão em mãos um material de qualidade em uma linguagem objetiva e simples.

**SOBRE AS ORGANIZADORAS**

LÚCIA HELENA MARTINS GOUVÊA tem graduação em Letras pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (1980), mestrado em Letras pela Universidade Federal Fluminense (1990), doutorado em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002) e pós-doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (2016). Atualmente, é Professor Associado III da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenadora do CIAD-Rio – Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso.

MARIA APARECIDA LINO PAULIUKONIS é Professora Titular de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da UFRJ. Possui doutorado em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pós-doutorado em Análise do Discurso pela Universidade Paris 13, sob a supervisão de Patrick Charaudeau. Foi a coordenadora do Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso – CIAD-Rio –, desde sua fundação.

**SOBRE OS AUTORES**

ÂNGELA MARIA DA SILVA CORRÊA possui licenciatura e bacharelado em Letras: Português-Francês pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrado em Letras Neolatinas e doutorado em Linguística, também pela UFRJ. Atualmente, é Professor Associado da UFRJ.

AMANDA HEIDERICH MARCHON é doutora em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017). Mestra em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011). Licenciada em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa pela Faculdade de Filosofia Santa Doroteia (2007). Faz estágio Pós-Doutoral sob supervisão da Professora Doutora Violeta Virginia Rodrigues na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, é professora do Programa de Mestrado em Letras da Universidade Vale do Rio Verde.

BEATRIZ DOS SANTOS FERES é doutora (2006) e mestre (2003) em Letras/Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense. Professora Associada de Língua Portuguesa no Instituto de Letras da UFF, já atuou no Centro

Universitário Plínio Leite – UNIPLI (2003-2008) e em escolas do Ensino Fundamental e Médio (1987-2008). Está vinculada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da UFF, linha de pesquisa Teorias do texto, do discurso e da interação, no qual ministra cursos relacionados à disciplina Semiolinguística.

CELINA MARIA MOREIRA DE MELLO é Professora Titular de Letras Francesas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É bacharel em Portugues-Alemão pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1974), mestre em Letras Modernas, Literatura Francesa, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979) e doutora em Ciência da Literatura, Semiologia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986). É docente permanente do Programa de Pós-graduação em Letras Neolatinas da UFRJ.

CLAUDIA ASSAD ALVARES é doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Letras Vernáculas pela UFRJ. Atualmente, é Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco – Campus Petrolina. Atua como coordenadora da Linha de Pesquisa Léxico e Gramática: estudos histórico-comparados do Grupo de Estudos

e Pesquisa em História da Educação no Sertão do São Francisco | GEPHESF.

CLAUDIA MARIA SOUSA ANTUNES possui graduação em Letras Português Literaturas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1988), mestrado em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997) e doutorado em Letras (Letras Vernáculas) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016). Atualmente, é Professora Adjunta da Universidade da Força Aérea (UNIFA) e pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Ciências Aeroespaciais (NEICA).

FÁBIO GUSMÃO DA SILVA é pós-doutor em Letras pela Universidade de Lisboa (2017), doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016), mestre em Letras pela Universidade Federal do Paraná (2010), especialista em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Paraná (2001) e em Currículo e Prática Educativa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2003). Possui graduação em Letras Português-Inglês (1997) e em Letras Espanhol pela Universidade Estadual do Norte do Paraná.

GISELLE MARIA SARTI LEAL é professora na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Possui pós-graduação em Língua Portuguesa, pela Unigranrio e pelo Liceu Literário Português, e mestrado e doutorado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, lidando com o aporte teórico da Teoria Semiolinguística do Discurso, de Patrick Charaudeau.

ILANA DA SILVA REBELLO é graduada em Letras (2002), mestre (2005) e doutora (2009) em Língua Portuguesa pela Universidade Federal Fluminense. Já atuou como professora de Língua Portuguesa na Prefeitura de São Gonçalo, na Prefeitura de Niterói, na Secretaria Estadual de Educação e na Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC). Atualmente, é Professora Adjunta III de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal Fluminense.

LUCIANA PAIVA DE VILHENA LEITE é graduada em Letras (Português/Licenciaturas) pela Universidade Católica de Petrópolis (1998), mestre (2003) e doutora (2008) em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atuou no ensino de Língua Portuguesa para

cursos de graduação e pós-graduação (especialização). Atualmente, é Professora Adjunta – nível IV – da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

LUCIANE DE ALMEIDA DOURADO GERMANO possui graduação em Língua Portuguesa e suas literaturas pela Faculdade de Letras da Universidade de Pernambuco – Campus Petrolina. É membro da Linha de Pesquisa Léxico e Gramática: estudos histórico-comparados do Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação no Sertão do São Francisco | GEPHESF.

MICHELLE GOMES ALONSO DOMINGUEZ é doutora em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011), onde também cursou o Mestrado em Língua Portuguesa (2004), a Especialização em Literaturas Portuguesa e Africanas de Língua portuguesa (2001) e a graduação em Letras – Português/Literaturas (2000). É Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no setor de Língua Portuguesa, e integrante do Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso (CIAD-Rio).

NADJA PATTRESI DE SOUZA E SILVA é doutora em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestre pela mesma instituição, atuando principalmente nas áreas de Linguística e Língua Portuguesa. Sua área de interesse concentra-se, sobretudo, nos estudos do texto e do discurso, bem como nas pesquisas sobre o ensino de língua materna. Atualmente, é professora de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (GLC) do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF).

NATÁLIA ROCHA OLIVEIRA é doutoranda em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa, vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui graduação em Letras e Mestrado em Língua Portuguesa pela mesma universidade. Atualmente, é professora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira do Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ.

PATRICIA FERREIRA NEVES RIBEIRO possui graduação em Letras (1995) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, graduação em Comunicação Social/ Jornalismo (2000) pela Universidade Federal Fluminense, mestrado (2000) e doutorado (2007) em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É Professora Adjunta

IV de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF).

PATRICK CHARAUDEAU é professor da Universidade Paris-Nord (Paris XIII). Doutor em Linguística Geral (1970) e em Letras e Ciências Humanas (1977) pela Sorbonne, sendo autor de diversos livros e artigos, Charaudeau é o idealizador da Teoria Semiológica do Discurso. Participa como colaborador do CIAD-Rio desde sua fundação.

REGINA SOUZA GOMES possui graduação em Licenciatura em Português – Literaturas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1982), mestrado em Letras pela Universidade Federal Fluminense (1996) e doutorado em Letras pela Universidade Federal Fluminense (2004). Concluiu estágio de pós-doutorado na Universidade Paris 8 (bolsa CAPES), em 2011. Atualmente, é Professora Associada do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, atuando na graduação e pós-graduação.

ROBERTO DE FARIAS DAVID JUNIOR é mestre em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) pelo Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com Pesquisa desenvolvida no Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso (CIAD-Rio). É licenciado em Letras – Habilitação em Português/Literaturas, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

ROSANE SANTOS MAURO MONNERAT é Professora Titular da Universidade Federal Fluminense. Possui graduação em Letras pela Universidade Federal Fluminense (1974), mestrado em Letras pela Universidade Federal Fluminense (1983), doutorado em Letras (Letras Vernáculas/Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998), tendo concluído pós-doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais (agosto de 2007).

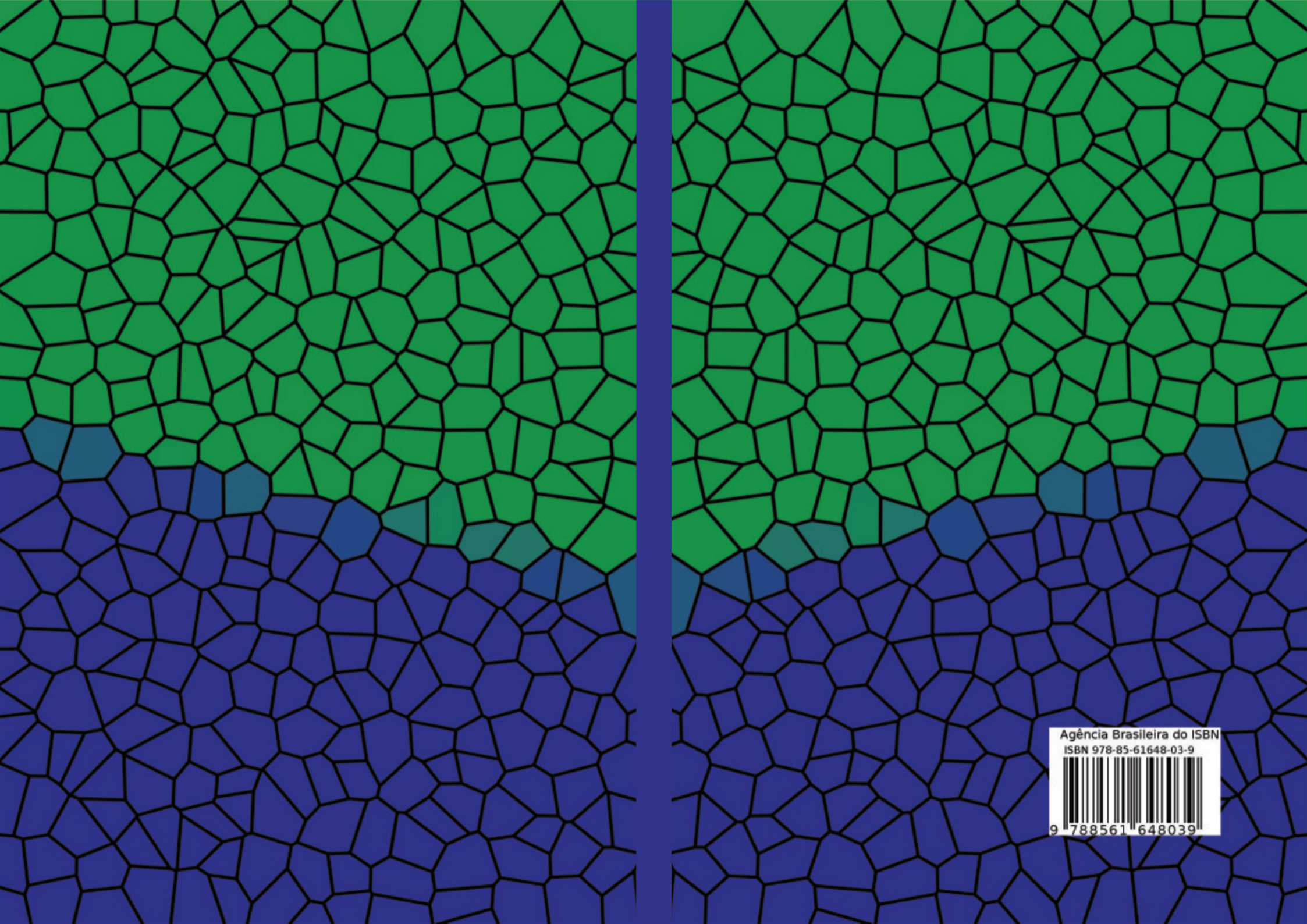
TÂNIA REIS CUNHA possui graduação em Letras – Bacharelado (1990) e Licenciatura (1990) em Português-Francês (UFRJ), especialização em Língua e Literatura Francesa – Tradução e Interpretação (UFRJ – 1991), mestrado (1995), doutorado (2002) em Letras Neolatinas (UFRJ) e pós-doutorado em Estudos da Linguagem (UFF). Desde 1998, atua

como docente de Língua Francesa na UFRJ e, atualmente, é Professor Associado.

TIANA ANDREZA MELO ANTUNES é graduada em Letras: Português e Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora e mestre em Língua Portuguesa pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da UFRJ. Atualmente, é professora da Faculdade Cenetista da Ilha do Governador.

WELTON PEREIRA E SILVA é doutorando em Letras Vernáculas: Língua Portuguesa na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Letras: Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Viçosa. Graduado em Letras: Português e Literatura pela UFV. Licenciado em Português pela Universidade de Coimbra – Portugal – através do Programa de Licenciaturas Internacionais da Capes (PLI). Atualmente, é Professor Substituto de Língua Portuguesa na UFRJ.





Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-61648-03-9



9 788561 648039